

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO:
AGROECOLOGIA E PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO
PARTICIPATIVOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jéssica Maria Rosa Lucion

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Jéssica Maria Rosa Lucion

**A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO:
AGROECOLOGIA E PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mayer

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lucion, Jéssica Maria Rosa
A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO: AGROECOLOGIA E
PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVOS / Jéssica Maria
Rosa Lucion.-2016.
189 p.; 30cm

Orientador: Ricardo Mayer
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2016

1. Agroecologia 2. Certificação Participativa 3. Selo
4. Gramáticas 5. Crítica I. Mayer, Ricardo II. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Jéssica Maria Rosa Lucion. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Fone: (0xx)55 91524433; E-mail: jessicalucion@hotmail.com

Jéssica Maria Rosa Lucion


**A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO:
AGROECOLOGIA E PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.


Aprovado em 18 de março de 2016:



Ricardo Mayer, Dr.
(Presidente/Orientador)



Everton Lazzaretto Picolotto, Dr. (UFSM)



Paulo André Niederle, Dr. (UFRGS)

Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS.
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Ricardo Mayer, orientador que me acompanha desde a graduação. Obrigada, principalmente, pela paciência, compreensão e atenção imediata durante todo o processo de amadurecimento e andamento deste trabalho.

Agradeço a CAPES pela oferta da bolsa de pesquisa que permitiu a conclusão do curso de mestrado e a realização da pesquisa de campo deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional, pela paciência, pela compreensão e por toda a ajuda dispendida para que esse trabalho pudesse ser realizado. Agradeço principalmente aos meus pais por terem sido tão compreensivos nos últimos dois anos, mesmo sem muitas vezes entender o que estava se passando, obrigada por terem sido meus companheiros de pesquisa de campo, me acompanhando durante as viagens feitas para a realização das entrevistas, mas principalmente, obrigada por todo o apoio dispendido para que eu fosse o que quisesse ser, todo o incentivo dado para que eu sempre continuasse estudando, em resumo, agradeço toda a confiança depositada em mim, espero algum dia poder retribuir todo esse amor e carinho. Em especial, agradeço a minha avó Rosa, por ser minha segunda mãe e uma das pessoas com as quais sempre vou contar, espero poder compensar as ausências dos últimos dois anos, sei que elas só tendem a aumentar, mas o meu amor e reconhecimento por ti persistirão, mesmo eu estando longe.

Agradeço ao Frederico, namorado, amigo e companheiro pelo apoio, atenção e carinho indispensáveis para a concretização desta etapa. Obrigada pelas conversas, sugestões, pelos abraços e “puxões de orelha”. Obrigada também pela confiança, pelo apoio para que eu seguisse com o curso de mestrado e, futuramente, com o curso de doutorado.

Agradeço também a todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM, verdadeiros mestres que contribuíram não só para a minha formação profissional, mas também pessoal. Obrigada por todas as sugestões e contribuições para o andamento desta pesquisa. Agradeço em especial ao professor Everton Picolotto e o professor Marcos Piccin que contribuíram com a realização desta pesquisa desde o início, durante os seminários do Labis e, posteriormente com a participação na banca de qualificação deste trabalho. Agradeço ao professor Paulo Niederle por ter aceitado o convite para compor a banca examinadora do trabalho.

Agradeço a todos os amigos que sempre estiveram comigo e me apoiaram. Aqueles de longa data, com os quais tive pouco contato durante estes últimos dois anos, mas por quem nutro um carinho enorme. Também agradeço aqueles que conheci nas salas de aula da UFSM e que fizeram contribuições para este trabalho. Obrigada também pelo incentivo, risadas e momentos compartilhados. Em especial, gostaria de agradecer a Rachel por ter sido uma grande companheira neste percurso. Obrigada pelo carinho e amizade, pelas risadas, pela companhia nas viagens, pelos cafés, pelos lanches compartilhados, por dobrar, em alguns momentos, minha “racionalidade weberiana” e por provarmos que vegetarianos e carnívoros podem se dar muito bem. Espero que possamos continuar compartilhando esses momentos.

Por fim, gostaria de agradecer todos os agricultores e membros da Rede de Agroecologia Ecológica que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, seja fornecendo materiais ou me doando parte do seu tempo e atenção durante a realização das entrevistas. Muito obrigada pela recepção atenciosa e hospitaleira, mas principalmente, pela inspiração dada a este trabalho. Sem a contribuição de vocês ele não teria sido possível.

Expresso meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho e conclusão do curso de mestrado, mesmo aqueles que por ventura tenha esquecido de citar aqui.

*Ando devagar porque já tive pressa
e levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe?
Só levo a certeza de que muito pouco eu sei.
Nada sei.*

*Conhecer as manhas e as manhãs,
o sabor das massas e das maçãs.
É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir.*

[...]

[Tocando em Frente – Almir Sater/Renato Teixeira]

RESUMO

A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO: AGROECOLOGIA E PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVOS

AUTORA: Jéssica Maria Rosa Lucion

ORIENTADOR: Ricardo Mayer

Esta investigação procura analisar as práticas de agricultura ecológica a partir dos princípios normativos que mobiliza e que tornam possível a emergência de um mercado ecológico no sul do Brasil. Para tal, tomo como universo empírico o contexto da produção ecológica, no âmbito dos agricultores envolvidos com a Rede de Agroecologia Ecovida no estado do Rio Grande do Sul (BR), e o selo de certificação participativa como objeto de estudo. Tomo como aporte teórico a sociologia pragmática francesa, compreendida no bojo das chamadas teorias da racionalidade subjetiva ou axiológica, pela qual se compreende que os comportamentos econômicos estão embricados em princípios normativos que se traduzem em imperativos de justificação. Através de pesquisa documental e entrevistas realizadas junto a coordenadores, técnicos e agricultores pertencentes à Rede de Agroecologia Ecovida busca-se descrever o processo de certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, enfatizando-se a crítica que opera em torno da certificação por terceira parte, e compreender e descrever as hierarquias valorativas que subjazem a agricultura ecológica, levando-se em conta, além da justificação que lhe permeia, a dimensão crítica que opera em relação à agricultura convencional e a agricultura orgânica *convencionalizada*. Com esses objetivos, busca-se elucidar qual gramática está por trás desse selo de certificação e que implicações essa certificação participativa tem para os agricultores com ela envolvidos.

Palavras-chave: Agroecologia. Certificação Participativa. Selo. Gramáticas. Crítica.

ABSTRACT

THE GRAMMAR BEHIND THE LABEL: AGROECOLOGY AND PARTICIPATIVE CERTIFICATION PROCESS

AUTHOR: Jéssica Maria Rosa Lucion

ADVISOR: Ricardo Mayer

This research seeks to analyze the practices of ecological agriculture from the normative principles that mobilizes and that make possible the emergence of a ecological market in southern Brazil. I take as empirical universe the context of ecological production, under the farmers involved with Rede de Agroecologia Ecovida in the state of Rio Grande do Sul (BR), and participatory certification label as object of study. I take as theoretical support the french pragmatic sociology, understood in the midst of so-called theories of subjective rationality or axiological, whereby is understood that economic behavior are intertwined in normative principles that translate into justification imperatives. Through documentary research and interviews with the coordinators, technicians and farmers belonging to the Rede de Agroecologia Ecovida seeks to describe the process of participatory certification under the Rede Ecovida de Agroecologia, emphasizing the criticism that operates around the certification by third party, and understand and describe the valuative hierarchies that underpin ecological farming, taking into account, beyond the justification that permeates it, the critical dimension that operates over conventional farming and organic farming *conventionalized*. With these objectives, seeks to elucidate which grammar is behind this certification label and what implications this participatory certification has to farmers involved with it.

Keywords: Agroecology. Participatory Certification. Label. Grammars. Criticism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A estrutura do regime de justiça/justificação.....	19
Figura 2 – Abrangência de atuação dos Núcleos selecionados para o estudo, de acordo com as Mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul (BR).....	22
Figura 3 – Marca da Rede de Agroecologia Ecovida.....	77
Figura 4 – Selo de certificação de produtos utilizado pela Rede de Agroecologia Ecovida.....	77
Figura 5 – Distribuição dos Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia.....	78
Figura 6 – Forma de ser em rede da Rede, de um Núcleo e de um Grupo.....	78
Figura 7 – Selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.....	88
Figura 8 – Mapa das Feiras Orgânicas no Brasil.....	94
Figura 9 – Compromisso de diferentes mundos em torno da certificação participativa...	104
Figura 10 – As competências pragmáticas: Senso moral e senso do natural.....	131
Figura 11 – Mundo agroecológico (I).....	139
Figura 12 - Logomarca da Rede de Agroecologia Ecovida.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Culturas selecionadas na agricultura orgânica em 2013.....	58
Quadro 2 – O mundo agroecológico.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por região.....	92
Gráfico 2 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por unidade da federação.....	93
Gráfico 3 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por modalidade de certificação.....	94
Gráfico 4 – Distribuição dos produtores orgânicos no Rio Grande do Sul por modalidade de certificação.....	95
Gráfico 5 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
AS/PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CAE	Centro de Agricultura Ecológica
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CBAC	Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade
CBC	Comitê Brasileiro de Certificação
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CLADES	Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
Conmetro	Conselho Nacional de Metrologia
CNPorg	Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CTA	Centro de Tecnologia Alternativa.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia.
EPA	Agência Ambiental Americana.
FAEAB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil.
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.
GAO	Grupo de Agricultura Orgânica
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IECLB	Igreja Luterana do Brasil
IFOAM	Movimento Internacional da Federação da Agricultura Orgânica.
Inmetro	Instituto Nacional de Normatização e Metrologia
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.
NSE	Nova Sociologia Econômica
OAC	Organismo de Verificação da Conformidade Orgânica.
OCS	Organização de Controle Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas.
RS	Rio Grande do Sul
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação
SCO	Sistema de Conformidade Orgânica.
SisOrg	Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica.
SPG	Sistema Participativo de Garantia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 APORTE TEÓRICO – EM DIREÇÃO A UMA TEORIA DAS JUSTIFICAÇÕES	18
1.2 APORTE METODOLÓGICO – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ANÁLISE.....	22
1.3 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	25
SELOS, CONVENÇÕES E JUSTIFICAÇÕES	27
2.1 A QUALIDADE COMO PROCESSO: O APORTE CONVENCIONALISTA	30
2.2 RISCO, CONFIANÇA E CERTIFICAÇÕES.....	36
2.3 SINGULAR, ÚNICO E AUTÊNTICO – QUAL A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO?	50
2.4 CONCLUSÃO.....	54
REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA E SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGs)	57
3.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	61
3.2 ALTERNATIVAS AO PADRÃO MODERNO DE AGRICULTURA	67
3.2.1 Agroecologia - Aspectos conceituais	73
3.3 ARTICULAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA: REDE TA/SUL E REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	78
3.3.1 “Uma identidade que se constrói em rede”	81
3.4 A REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGs).....	88
3.4 CONCLUSÃO.....	96
CRÍTICAS E JUSTIFICAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA NO ÂMBITO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA	98
4.1 A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA	99
4.2 MOMENTOS CRÍTICOS – A CRÍTICA EM TORNO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E DA AGRICULTURA ORGÂNICA <i>CONVENCIONALIZADA</i>	125
4.3 CONVERSÃO AGROECOLÓGICA: FORJANDO UMA NOVA GRAMÁTICA?	134
4.3.1 Indicadores do mundo agroecológico	139
4.4 CONCLUSÃO.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	175
ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS NÚCLEOS DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA	182
ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AGRICULTORES PARTICIPANTES DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA	184
ANEXO C – CATEGORIZAÇÕES FEITAS ATRAVÉS DO RQDA	186
ANEXO D – FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO	188

INTRODUÇÃO

O advento da segunda revolução agrícola do mundo moderno, no início do século XX, é marcado, principalmente, pela mecanização e motorização dos sistemas produtivos, juntamente com a introdução da quimificação na produção através dos adubos e fertilizantes. Após a Segunda Guerra Mundial, os novos modelos produtivos já haviam alcançado os países desenvolvidos e começavam a se espalhar pelos países em desenvolvimento, aumentando cada vez mais a produtividade agrícola¹. Eles promoveram uma intensa padronização das práticas agrícolas traduzidas na promessa de que o aumento da produção acabaria com a fome e ofereceria alimentação farta e barata para as populações.

Apesar dos robustos ganhos econômicos desse período não serem comparáveis a de nenhum outro momento histórico, é necessário considerar algumas de suas consequências, pois os avanços não aconteceram sem a perpetuação das desigualdades econômicas, sociais e de trabalho, o acentuamento da pobreza, o encurralamento dos pequenos produtores, a poluição e a degradação ambiental. De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), não por outras razões, após políticas governamentais dirigidas ao desenvolvimento agrícola, surgem àquelas destinadas a corrigir seus impactos.

Se preocupações efetivas com estas questões passam a compor as agendas governamentais a partir dos anos 1980 e 1990, já nas primeiras décadas do século XX é possível visualizar o delineamento de alternativas produtivas que se colocam na contramão dos processos de modernização agrícola questionando sua incapacidade de alimentar adequadamente a população e produzir sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente. Muitos intelectuais² buscaram soluções para esses problemas através de alternativas que

¹ Conforme advertem Mazoyer e Roudart (2010), no início do século XX, boa parte dos estabelecimentos agrícolas não adotou os novos modelos de produção de maneira imediata, assim o cultivo manual não desaparece completamente. A especialização da produção ocorreu aos poucos e variava de acordo com os produtos cultivados.

² Segundo Ehlers (1996) e Paulus (1999) alguns desses intelectuais são Rudolf Steiner filósofo e educador suíço, atuante na década de 1920 e considerado o pai da agricultura biodinâmica e fundador da antroposofia, o biólogo suíço Hans Müller, cujos estudos na década de 1930 contribuíram para a formação da agricultura biológica, e o agrônomo inglês Albert Howard, cujo trabalho *Um testamento agrícola*, de 1941, deu origem a agricultura orgânica. Além destes, pode-se destacar ainda Masanobu Fukuoka, biólogo francês, considerado o pai da agricultura natural. Paulus (1999) enfatiza que embora essas propostas de agricultura alternativa estejam associadas ao nome de seus fundadores, deve-se lembrar de que estes não foram os únicos a propô-las ou praticá-las. Exemplo disso é que a adubação orgânica é uma prática milenar em países como Índia e China, e também praticada pelos povos nativos da América, África e Oceania. O mérito dos intelectuais citados, no entanto, foi o de sistematizar e fundamentar teoricamente essas experiências.

tornassem possível o desenvolvimento de um modelo agrícola ecológico, que respeitasse o limite biológico dos ecossistemas.

Daí surgem as chamadas *agriculturas alternativas ou sustentáveis*³. Em 1940 é formada, na Nova Zelândia, a primeira associação de agricultura orgânica. Alguns anos depois, a agricultura biodinâmica começa a ser implantada nos Estados Unidos e já se visualiza, em vários países, diversas produções denominadas “orgânicas”. Na década seguinte, a agricultura orgânica experimenta sua expansão em relação ao público consumidor, principalmente pela publicação do livro *A Primavera Silenciosa* (1964), de Rachel Carson, que trouxe a tona o debate sobre os agroquímicos, colocando as consequências destes para o meio ambiente e a saúde humana no centro das discussões.

Mas é na década de 1970 que a agricultura orgânica expande-se consideravelmente, juntamente com os sistemas de conformidade orgânica e o Movimento Internacional da Federação da Agricultura Orgânica (IFOAM)⁴. A expansão da agricultura orgânica e de redes alternativas de produção e consumo pode responder tanto a estratégias de reconexão de produtores e consumidores, como de reconhecimento ou valorização da agricultura familiar e seus saberes, seus modos de fazer. Juntamente com a expansão do número de produtores, aumenta a exigência por certificações para a produção orgânica. No Brasil, o Censo Agropecuário de 2006 mapeou 90.497 produtores orgânicos sendo que destes 5.106 eram certificados por entidades credenciadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Atualmente, os dados do Cadastro Nacional da Produção Orgânica apontam 11.608 produtores certificados, ou seja, em menos de dez anos dobrou o número de produtores que procuraram certificar sua produção.

No âmbito internacional, a regulação da produção orgânica ganha corpo já na década de 1970, por iniciativa da IFOAM⁵, e com o passar do tempo surgem preocupações relativas à certificação dos produtos, considerada uma das prioridades do movimento orgânico na década

³ Que abrangem a agricultura biodinâmica, biológica, orgânica, natural, permacultura e agroecologia (EHLERS, 1996).

⁴ A Federação Internacional de Movimento da Agricultura Orgânica (IFOAM) criada em 1972 na França. Atualmente está presente em 118 países e conta com, aproximadamente, 800 associados. Seu objetivo é agrupar associações da agricultura orgânica e estabelecer normas, válidas internacionalmente, para a agricultura e certificação orgânica a partir do método de certificação por terceira parte. Link para acesso: <http://www.ifoam.org/>

⁵ Salienta-se que antes da IFOAM alguns dispositivos já haviam sido criados para estabelecer padrões de conformidade no campo da alimentação como o *Codex Alimentarius*, criado em 1962 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O *Codex* teve como objetivos defender a saúde e os interesses do público consumidor, bem como encorajar um comércio mais justo de alimentos, através da instituição e normas para definição e identificação de produtos, definição de tipicidade e padrões do processo produtivo, bem como a justificação para a escolha desses padrões (MEDAETS; FONSECA, 2005).

de 1980. De acordo com Radomsky (2015), a emergência das certificações está associada à intensificação do comércio mundial e a revalorização das culturas e economias locais, neste sentido, pode responder tanto a abertura de novos nichos de mercados, agindo enquanto dispositivo de confiança, como aos processos de reconhecimento de grupos sociais. Assim, considera-se que a certificação constitui-se como “uma forma de selecionar produtos e produtores, criar barreiras técnicas e de mercado, verificar conformidades e a autenticidade dos processos de produção” (Ibid., p. 19).

Martucelli (2010) considera que essas mudanças estejam associadas a fenômenos mais amplos que remontam a processos de *singularização* característicos das sociedades contemporâneas. Estes teriam impulsionado algumas transformações como as ocorridas ao nível dos sistemas produtivos. Para o autor, após um período de padronização produtiva, marcado, principalmente, pela introdução do sistema de produção fordista, as sociedades contemporâneas adotam a tendência de personalização dos bens de consumo. Neste sentido, por volta da década de 1970, se visualiza um esforço para inserir variáveis qualitativas aos processos de mercantilização acentuando consideravelmente a heterogeneidade e aspectos estéticos dos produtos, o que tem reflexo na atribuição da qualidade dos bens, pois esta guinada está relacionada a um novo formato de concepção da qualidade que não pode mais ser compreendida como uma série de atributos inerentes aos bens.

Para Harvey (2011), uma possível ênfase da qualidade estaria associada a mudanças mais amplas que estariam acontecendo desde a década de 1970, atingindo as práticas culturais e político-econômicas, no entanto, elas não apontariam para uma ordem social inteiramente nova, mas remeteriam a transformações superficiais quando comparadas as regras básicas de acumulação do sistema capitalista. O novo modo de regulação enseja a emergência de um regime de acumulação flexível onde as *economias de escalas* deram lugar à manufatura de diversos bens em pequenos lotes, as *economias de escopo*, em que a exploração de nichos de mercado especializados tornou-se fundamental para a sobrevivência num mercado econômico em reestruturação. Harvey (2011) salienta que o advento da acumulação flexível foi acompanhado de mudanças nas práticas de consumo que, rompendo a estabilidade assegurada pelo regime de acumulação fordista, passaram a valorizar uma estética voltada para a diferença, a efemeridade, a moda, etc., a produção volta-se, neste sentido, para a demanda e não para a oferta. A ênfase em uma dimensão ‘qualitativa’ na produção de mercadorias, só se tornaria possível, portanto, a partir de uma reação aos estilos modernistas e a construção qualitativa dos lugares e dos objetos, tornando-se a imagem (o signo) mais importante que a própria mercadoria.

Segundo Karpik (2007) o constante aumento da diferenciação dos produtos permite o desenvolvimento de uma *economia das singularidades* que se refere a todos aqueles bens e/ou serviços que são incomuns, únicos, portanto, singulares, o que envolve a proliferação dos critérios de excelência. Assim, a produção de massa dá lugar a sistemas produtivos especificados em diferentes linhas, constantemente renovadas, apoiadas na identificação da variedade dos gostos dos consumidores.

Ao apresentar a economia das singularidades, Karpik (2007) indica que a incerteza com relação à qualidade dos bens e/ou serviços leva à necessidade de se fundarem relações de confiança. Neste sentido, mobilizam-se dispositivos de julgamento que dão aos consumidores conhecimento sobre a singularidade do produto, como os selos. Os selos ou certificações de produtos podem ser entendidos como dispositivos de confiança que servem de referência à ação. É a confiança nestes dispositivos que institui um mercado fundado na singularidade dos produtos.

Salienta-se que o aparato legal para a produção e certificação orgânica implantado no Brasil (através da Instrução Normativa 07/1999 do então Ministério da Agricultura e Abastecimento), foi influenciado pelo modelo europeu, pelo qual se postula que a produção orgânica deva passar por um processo de auditoria realizada por terceiros, ou seja, empresas certificadoras que atestam a qualidade e autenticidade orgânica de um produto. Esse modelo de certificação é conhecido como *certificação por auditoria* ou *terceira parte*.

Mas antes mesmo da legislação brasileira ganhar corpo, associações e ONGs que trabalhavam dentro do escopo das tecnologias alternativas e da agroecologia já desenvolviam uma certificação própria, considerada mais horizontal e de cunho participativo. Quando o estado brasileiro passou a regulamentar a produção orgânica, não reconhecendo estas organizações como organismos certificadores, mobilizou-se uma crítica em torno da certificação por terceira parte. Na busca pelo reconhecimento da chamada *certificação participativa*, alguns conflitos entre grupos de interesse são travados na esfera pública dando origem ao Decreto 6.323/2007 que tem como novidade a instituição do sistema participativo de qualidade orgânica que torna legítima a atuação dos organismos participativos. Neste sentido, o estado brasileiro passa a reconhecer como organismos de reconhecimento da produção orgânica tanto os Sistemas de Conformidade Orgânica, quanto os Sistemas Participativos de Garantia⁶.

⁶ Tomando o caso brasileiro, Grisa e Schneider (2015) apontam que a proliferação de selos e certificações insere-se no contexto da chamada “terceira geração” de políticas públicas para a agricultura familiar, qual seja a construção de um referencial para a construção de mercados para a segurança alimentar e

Assim, passam a vigorar no país dois sistemas de certificação legalmente reconhecidos⁷. Na certificação por terceira parte a avaliação ocorre por uma organização, pública ou privada, independente daquela destinada a produção que se busca verificar. A utilização de um órgão independente se dá pela necessidade de que o mesmo não esteja envolvido nos processos produtivo e comercial, neste sentido, a confiança na qualidade do produto é intermediada pelo organismo certificador. Já na certificação participativa a produção é reconhecida por um processo de credibilidade construído junto ao consumidor e na relação com outros produtores, um controle que ocorre constantemente.

O que se pretende com esse tipo de iniciativa [certificação participativa] é estabelecer um sistema de certificação que não dependa exclusivamente do exame realizado por um técnico ou auditor externo, e onde seja dada aos produtores a oportunidade de participar de um processo cujo resultado lhes afeta diretamente. A aplicação deste sistema prevê, como o próprio nome indica, que os atores envolvidos assumam um compromisso tácito e pleno com os princípios da produção ecológica, assim como um papel ativo na supervisão de todas as etapas do processo (CALDAS *et all*, 2012, p. 457).

A emergência das certificações para a agricultura orgânica no padrão por auditoria ou terceira parte, rendeu boas experiências no contexto europeu e norte-americano. No entanto, a maioria dos pequenos agricultores ficou a margem desse processo, pois além das agências de certificações cobrarem altos custos, não havia diálogo com os agricultores e entendia-se que esses sistemas não se adequavam à agricultura familiar, principalmente nos países menos desenvolvidos. É nesse contexto que surgem os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), cada um deles adaptados a realidade dos diferentes locais onde nascem, nesse sentido, com diferentes modos de funcionamento, mas com objetivos muito próximos: promover um processo de certificação pautado na confiança, na transparência e no diálogo de saberes (CEPAGRO, 2013).

A *Nature et Progrès*, iniciativa de origem francesa, é considerada um dos SPGs pioneiros, operando desde 1972 com um “padrão” orgânico e procedimentos de certificação próprios (que inclui revisão pelos pares e participação dos consumidores), mas não possui permissão para utilizar nos seus produtos a terminologia "orgânico" devido aos requisitos da

sustentabilidade ambiental, que tem como singularidade, em relação às políticas anteriores, a participação de organizações da sociedade civil. Além da criação de mercados institucionais, surgem iniciativas de “agregação de valor”, categoria na qual as certificações se inserem.

⁷ A Lei 10.831 de 2003 torna facultativa a certificação para os produtores que comercializem de maneira direta: “No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento” (BRASIL, 2003).

certificação por terceira parte regulamentada pela União Europeia. O selo *Nature et Progrès* é, porém, reconhecido por muitos consumidores orgânicos.

Segundo a IFOAM, atualmente, o Brasil e a Índia são os países com o maior número de SPGs em operação, dezessete no total, seguidos pela África do Sul e Tailândia. Além destes, algumas importantes iniciativas de SPGs se encontram na América do Norte, principalmente Estados Unidos, América Latina, França e Nova Zelândia, e experimentam diferentes graus de institucionalização. Ainda de acordo com a IFOAM, a Índia é o país com o maior número de produtores certificados por SPGs (21240), seguida pela Bolívia (5560) e Uganda (5058). O Brasil ocupa o quinto lugar com 2171 produtores⁸.

Tomando o selo de certificação da Rede de Agroecologia Ecovida como objeto de estudo e tendo como universo empírico o contexto de produção e certificação de produtos ecológicos, no âmbito dos agricultores envolvidos com a referida Rede no estado do Rio Grande do Sul (BR), o interesse principal desta pesquisa é compreender as gramáticas de ação dos atores envolvidos com a agricultura ecológica a partir da análise do processo de certificação de produtos conhecido como *participativo*.

Compreendo que a construção dos selos de certificação se insira neste contexto que é um espaço social de luta pela imposição e predominância de um significado, de um sentido comum acerca de um bem, a saber, a “qualidade”, pois a construção de um mecanismo de reconhecimento de produtos envolve, não apenas aspectos técnicos, mas também a integração de instituições, de objetos e da dimensão ideológica em torno de uma concepção valorativa ampla. Em consonância com Karpik (2007), considero que cada sistema de certificação está atrelado a uma lógica singular de funcionamento, mobilizando diferentes princípios que justificam a prática dos indivíduos com ele envolvidos.

A apreensão sociológica destes fenômenos torna-se relevante na medida em que busca demonstrar que selos não são meros dispositivos de mercado, ou seja, qual é o seu caráter simbólico e de que maneira diferentes formatos de certificação informam diferentes construções e concepções de qualidade, considerando que o selo “não certifica apenas um produto, uma forma de produzir, mas chancela e coloca em relevo uma rede de indivíduos e organizações que partilham determinados valores e ‘uma visão de mundo’” (SCHNEIDER, 2015).

1.1 APORTE TEÓRICO – EM DIREÇÃO A UMA TEORIA DAS JUSTIFICAÇÕES

⁸ Para maiores informações acessar: <http://www.ifoam.bio/en/value-chain/participatory-guarantee-systems-pgs>

O processo de transição para a agricultura ecológica envolve uma mudança na forma de se relacionar com o meio-ambiente e com a sociedade o que permite compreendê-la como espaço de atividades socioculturais constituindo-se como um *modo de vida*. Conforme aponta Radomsky (2009), “agricultores ecológicos não apenas produzem de maneira diferente de agricultores convencionais, eles constituem também outras formas de entendimento sobre a natureza e os cultivos. [...] suas práticas os conduzem a diferentes justificativas e conceituações de seu trabalho” (p. 97).

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que os atores econômicos não são seres autômatos que respondem a estímulos ambientais, os mercados são formações específicas, enraizadas, socialmente construídas. Considera-se também que a *convergência* de valores é o que permite a coordenação dos mercados, ou seja, é necessário que os atores acordem em relação a princípios normativos que se traduzam em imperativos de justificação. A partir desta perspectiva, proponho-me a analisar as práticas da agricultura orgânica a partir dos princípios normativos que mobiliza e que permitem a coordenação de um mercado ecológico. Para tal tomo como aporte teórico a sociologia pragmática francesa, principalmente os estudos de Boltanski e Thévenot (1991) em torno da teoria da justificação.

Para este âmbito teórico é fundamental o reconhecimento de diferentes regimes de ação, bem como a *competência* dos atores para agir em torno do bem comum que representam e de se mover entre eles, passando de um regime para o outro. Os indivíduos são capazes de mobilizar certo *regime*⁹ (ágape, ajustamento/*justesse*, justiça/justificação e violência) de acordo com a situação em que estão envolvidos, capacidade constantemente presente em operações de julgamento e qualificação de pessoas e objetos, como as situações em que críticas são operadas. Essas situações exigem princípios de equivalência, ou seja, referências comuns às quais os indivíduos se reportam para estabelecer acordos (regimes de paz) ou desacordos (regimes de justiça). São esses princípios que definem a especificidade de cada regime. Na presente proposta de pesquisa, preocupo-me com a ideia de *Justiça/Justificação*, caracterizado como um regime de disputa, que tem por característica principal a ideia de justificação, pois a disputa por justiça pressupõe que as críticas sejam justificadas.

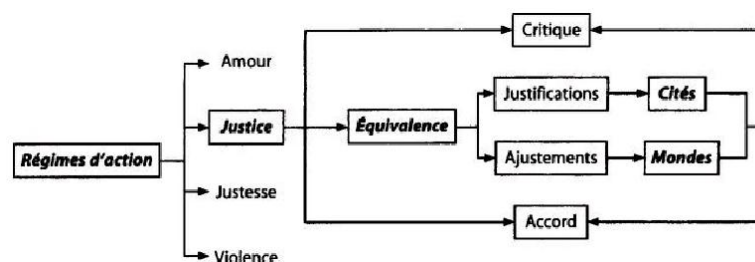
De acordo com Boltanski e Thévenot (1991), gramáticas, ou *cités*, correspondem a arranjos sociais compostos por um *espírito*, ordens de grandeza ou de legitimação, princípios

⁹ Nachi (2006) lembra que o termo *regime* é utilizado por Luc Boltanski para demarcar características específicas de um discurso, ação ou estados. Como pressupõe a existência de regras relacionadas às operações de interação da vida social, o termo está subjacente a ideia de gramática, considerada como um sistema de disposições e expectativas normativas.

normativos que orientam as ações dos indivíduos caracterizados por uma lógica de dessingularização e generalização. Ou seja, consideradas as situações particulares nas quais os julgamentos e avaliações são constituídos, procura-se desindexar, desvincular essas tomadas de posição do contexto de sua produção e emergência. Noutras palavras, trata-se de um procedimento de generalização das formas de justificação acionadas para suportar a afirmação e defesa de uma posição, de um argumento, de uma interpretação ou de uma avaliação que busca relacionar um julgamento a uma ideia de bem comum relacionada, por seu turno, a uma dada hierarquia de valor ou ordem de legitimação¹⁰.

Para Boltanski e Thévenot (1991) a constituição de uma *cit * depende da forma o de uma comunidade, onde as pessoas det m uma identidade comum, e da existência de ordem dentro desta comunidade. Uma *cit * deve se voltar para a constru o de um bem comum, neste sentido, a pluralidade de defini es de bens comuns existentes aponta, conseqüentemente, para uma pluralidade de *cit s* ou gramáticas. Inicialmente os autores identificam seis modelos de *cit s*: inspirada, doméstica, opinião, cívica, industrial e mercantil (Idem). As *cit s* são constituídas por mundos que cont m os objetos e dispositivos necessários para o enfretamento de provas em situa es de disputas por justiça, ou seja,   através deles que os princípios de justiça, as ideias acerca de um bem comum são transformadas em a es concretas e coordenadas. Considerando formas de justifica o e recursos discursivos (argumenta o) e os objetos e dispositivos, o mundo comum   uma extensão da *cit *, enquanto esta   a referência do outro (NACHI, 2006).

Figura 1 – A estrutura do regime de justiça/justifica o.



Fonte: NACHI (2006).

Para Boltanski e Thévenot (1991) diferentes *cit s* vivem em constante conflito, pois uma tenta a todo o momento impor sobre a outra suas representa es, valores e modos de

¹⁰ De acordo com Marques (2013) “esta sociologia se funda no desenvolvimento de um quadro analítico susceptível notadamente de situar em ordens de princípios normativos de mundo social justo a constru o cognitiva particular que cada ator realiza visando enfrentar seus problemas” (p. 23).

coordenação, ou seja, a ordem institucionalizada é contestada e instala-se um contexto de disputa em torno de novos princípios, acordos, qualificações e equivalências. Esse processo está estritamente relacionado com a capacidade reflexiva dos atores que empreendem a crítica, considera-se assim que a “exigência de justificação está indissociavelmente ligada à possibilidade de crítica. A justificação é necessária para respaldar a crítica quando ela denuncia o caráter injusto de uma situação” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 56).

Portanto, a justificação pressupõe a existência de crítica. A crítica ao aparato justificativo de uma instituição faz com que a mesma mobilize-se a fim de manter-se socialmente legítima, ou seja, o reestabelecimento da coordenação depende do esforço dos atores para justificar seus discursos e práticas em referência a um princípio comum e legítimo. Ao mesmo tempo, o grupo “contestador” busca a todo o momento introduzir novos valores e justificativas, almejando instaurar uma nova gramática de justificação. A conveniência da justificação ou da crítica se dá em relação a determinadas *épreuves* (provas)¹¹ fundamentadas na realidade, nas experiências dos atores ou em dimensões simbólicas e obtém sucesso na medida em que ocorre o processo de *de-singularização*: associação de um caso único a conjuntos coletivos¹².

Os autores advertem, no entanto, que todos os atores tem capacidade crítica, mas nem todas estas críticas terão força suficiente para desestabilizar os princípios normativos aos quais se dirigem. Assim, muitas vezes, o movimento de contestação é apropriado pelo sistema sem que isso se torne uma ameaça, pelo contrário, pode servir de incremento para a justificação dessa ordem, agindo assim a crítica aponta para a necessidade de reformar o aparato institucional, ao invés de desconstruí-lo, portanto, acaba reforçando-o.

Compreendo que a construção dos selos, através de um processo de certificação por auditoria ou participativo, se insira neste contexto que é espaço social de luta pela imposição e predominância de um significado, de um sentido comum acerca de um bem, a saber, a “qualidade”. Segundo Nachi (2006), o ponto de partida para a construção de gramáticas é a análise de diferentes tipos de argumentações que as pessoas utilizam em situações de controvérsias e que as levam a convergir para acordos. O pressuposto é de que nestas situações os atores devem justificar, explicar, afirmar e esclarecer suas posições e pontos de

¹¹ De acordo com Nachi (2006), *épreuves* (provas) fazem referência a ordens de grandeza e representam a capacidade dos atores para agir, qualificar, julgar ou justificar uma ação. Neste sentido, definem critérios de generalidade a partir dos quais, em uma situação específica, os atores podem decidir pelo que é legítimo e chegar a acordos.

¹² O fracasso ou o sucesso da crítica associa-se, portanto, a sua capacidade de generalização. É esta referência a um bem comum que permite o estabelecimento de princípios de equivalência que aproximam os indivíduos singulares em torno de uma causa comum (MARQUES, 2013).

vista fazendo com que seus argumentos sejam aceitáveis pelos demais através da mobilização de valores morais e princípios de justiça ajustáveis a cada situação, ou seja, *justificações*.

A partir desta perspectiva, proponho-me a pensar as práticas de agricultura ecológica a partir dos princípios normativos que mobiliza e que permitem a coordenação de um mercado ecológico, neste sentido, *quais são as gramáticas que permeiam o agir dos atores envolvidos com a agricultura ecológica?* Assim, considerando que a construção de um mecanismo de reconhecimento de produtos envolve, não apenas aspectos técnicos, mas também a integração de instituições, de objetos e da dimensão ideológica em torno de uma concepção valorativa ampla, admito que a abordagem da sociologia pragmática francesa, pelo aporte das *gramáticas* de ação, possa ser frutífera para compreender quais princípios a agricultura ecológica mobiliza através da adoção de selos de certificação de produtos obtidos por vieses participativos.

Desta maneira, assim como Werneck (2008), busca-se “trabalhar em um modelo que contemple o social como um sistema de competências morais” (p. 47), levando em consideração que competência é a capacidade de agir dos atores, capacidade “para julgamento de princípios e coordenação das ações para se ajustar às situações e participar de operações dentro de um regime” (Idem), ou seja, dentro de um conjunto discursivo, de ações e estados, qual seja uma gramática.

1.2 APORTE METODOLÓGICO – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E ANÁLISE

O interesse principal desta pesquisa é compreender as gramáticas de ação dos atores envolvidos com a agricultura ecológica a partir da análise do processo de certificação de produtos conhecido como *participativo*, tomando como universo empírico os agricultores envolvidos com a Rede de Agroecologia Ecovida no Rio grande do Sul (BR). Neste sentido, os *objetivos específicos* são:

1. Descrever o processo de certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, o contexto e as razões que mobilizam sua constituição, a forma como está caracterizado, a legislação pertinente e a crítica que opera em torno da certificação por terceira parte;
2. Compreender e descrever as hierarquias valorativas que subjazem a agricultura ecológica, enfatizando, além da sua justificação, a dimensão da crítica que opera

em relação à agricultura convencional e a agricultura orgânica *convencionalizada*¹³;

Com esses objetivos, busca-se elucidar qual a gramática está por trás desse selo de certificação e que implicações essa certificação participativa tem para os agricultores com ela envolvidos. A agroecologia constitui o universo geral desta pesquisa e o universo da análise (população) é constituído pela Rede de Agroecologia Ecovida. A Rede atua nos três estados da região Sul do Brasil e também no estado de São Paulo. A amostra operacional deste trabalho é composta por agricultores pertencentes à Rede de Agroecologia Ecovida através do Núcleo Vale Rio do Pardo, Núcleo Sul e Núcleo Litoral-Solidário localizados no Rio Grande do Sul (Figura 2). O Núcleo Vale do Rio Pardo é composto pelas cidades de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Venâncio Aires, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul, e integrado por, aproximadamente, 25 famílias de agricultores. O Núcleo Sul é composto por sete cidades, entre elas Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul e Morro Redondo, e integrado, aproximadamente, por 147 famílias de agricultores. O Núcleo Litoral-Solidário é composto pelas cidades de Osório, Maquiné, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara e Torres, sendo que, aproximadamente, 200 famílias estão integradas ao Núcleo.

Figura 2 – Abrangência de atuação dos Núcleos selecionados para o estudo, de acordo com as Mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul (BR).

¹³ Denomina-se aqui de *agricultura orgânica convencionalizada* algumas práticas emanadas do que Caporal e Costabeber (2004) entendem por “Dupla Revolução Verde”: a incorporação de elementos ambientalistas aos processos agrícolas convencionais que para os autores qualifica-se como um processo de recauchutagem das práticas convencionais sem a intenção de questioná-las, “neste sentido, temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecológicas, como a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico em busca de lucro imediato, como vem ocorrendo com os chamados ‘alimentos corporgânicos’. [...] Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos ‘alternativos’, ‘ecológicos’ ou ‘orgânicos’ não necessariamente será uma *agricultura ecológica* em sentido mais amplo” (Idem, p. 9 – 10).



Fonte: Elaboração Própria.

Para a condução da pesquisa foram utilizadas entrevistas em profundidade e semiestruturadas com agricultores e outros membros (coordenadores e técnicos) da Rede de Agroecologia Ecovida bem como pesquisa documental, através da análise de documentos da Rede e materiais legais, como aqueles que incidem propriamente sobre a regulação da produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil. Foram realizadas 17 entrevistas com agricultores e três com técnicos/coordenadores da Rede. Para o tratamento dos dados foi utilizado o programa RQDA (*R Package for qualitative data analysis*)¹⁴ (HUANG, 2012) e para sua análise foram adotados os procedimentos de análise do discurso e de conteúdo.

Com relação ao perfil dos agricultores entrevistados, a maioria é do sexo masculino, tem, pelo menos, 45 anos, e se definem como agricultores. Com relação à escolaridade, a maioria encontra-se na faixa do primeiro grau, incompleto ou completo, sendo que três agricultores informaram possuir ensino superior. Com relação às suas propriedades, estas se caracterizam por serem pequenas propriedades familiares, considerando que a maioria se encontra na faixa de até 20 hectares. A produção, em geral, hortaliças, frutas e produção animal, é comercializada em feiras e com as cooperativas da região dos agricultores, considerando-se também que alguns participam de mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, e fazem entrega direta a grupos de consumidores¹⁵. Esses agricultores se aproximaram da Rede de Agroecologia Ecovida através do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ou do Centro Ecológico, entidades que já trabalhavam com a promoção da agroecologia antes da formação da Rede. Tanto o CAPA quanto o Centro Ecológico foram responsáveis por integrar os agricultores a Rede, bem como apresentar-lhes a certificação participativa. Os

¹⁴ Disponível para download em: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>

¹⁵ Conforme mencionado pelos agricultores, prioriza-se o autoconsumo, neste sentido, o que se destina à venda é o excedente da produção.

agricultores consideram que o trabalho desenvolvido pela Rede de Agroecologia Ecovida é importante por oferecer um modelo de certificação com custo baixo, menos burocrático e que lhe abre mercados que seriam inacessíveis sem a certificação, considerando que não teriam como arcar com os custos de uma certificação por terceira parte. Além disso, a Rede é vista como um importante espaço de articulação entre as lideranças e entidades que trabalham com agroecologia bem como uma oportunidade dos agricultores trocarem experiências e conhecimento.

1.3 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

Além da introdução e conclusão, esta dissertação está organizada em três capítulos. O *primeiro capítulo* é dedicado a apresentar questões centrais para o contexto das certificações. Nesse sentido, tomando-se a sociologia econômica e a economia das convenções como suporte, parte-se da caracterização do conceito de qualidade e da sua relação com o advento dos selos de certificação. Em seguida, dedica-se um espaço para a discussão em torno da noção de risco e da sua relevância para a emergência dos processos de certificação. Por fim, discute-se a pertinência dos selos em relação as noções de singularidade e autenticidade. Nesse sentido, o objetivo principal do capítulo é elucidar o contexto de emergência das certificações, enfatizando-se o caso dos selos ecológicos, sua capacidade de atuar como dispositivos de confiança e julgamento.

O objetivo do *segundo capítulo* é explanar sobre o contexto de emergência da produção orgânica, principalmente no Brasil, e sobre alguns dos principais atores que contribuíram para a sua constituição. Neste sentido, retomam-se os processos de modernização agrícola que ganharam curso e se intensificaram a partir da segunda metade do século XX no país, bem como as reações que se seguiram a adoção desse modelo, dando fôlego para a promoção de redes alternativas de produção e consumo. No decorrer do capítulo, dá-se atenção especial para o movimento que se forma em torno da promoção da agroecologia no Brasil através, principalmente, da atuação da Rede TA Sul e, posteriormente da Rede de Agroecologia Ecovida. Por fim, apresenta-se a discussão em torno da certificação de produtos orgânicos, levando-se em conta seu contexto de surgimento na Europa e as implicações que esse modelo teve para a realidade brasileira.

O *terceiro e último capítulo* é dedicado à apresentação dos dados coletados durante o trabalho de campo desta pesquisa buscando responder ao problema levantado. Nesse sentido, além de trazer alguns dados sobre a certificação da produção orgânica no Brasil, apresenta-se

uma descrição da certificação participativa que abarca seu histórico, a forma como se organiza no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, desdobramentos legais, o contexto de disputas em torno do reconhecimento de modelos alternativos de certificação e a crítica que opera em torno da certificação por terceira parte. Enfatiza-se o entrelaçamento entre a gramática agroecológica e o selo de certificação adotado pela Rede de Agroecologia Ecovida. Posteriormente, expõe-se a justificação em torno da agricultura ecológica, considerando o espaço de crítica em torno da agricultura convencional e a agricultura orgânica convencionalizada, e a descrição e análise do *mundo agroecológico*.

SELOS, CONVENÇÕES E JUSTIFICAÇÕES

A sociologia, desde seus primórdios, toma a economia como um fenômeno social passível de análise. Encontram-se pesquisas sobre o campo econômico nos clássicos das ciências sociais¹⁶ e, pode-se dizer que o tema tem um papel protagonista em grande parte dos trabalhos sociológicos, principalmente no campo macroeconômico. Neste sentido, compreende-se que para a Sociologia Econômica a economia é parte da vida social. A opinião contrária, no entanto, prevaleceu por muito tempo não só entre sociólogos, mas também entre os economistas, para quem a economia constitui-se como uma esfera autônoma dos valores morais ou ideologias sociais. Através de um mapeamento é possível encontrar este debate em diversos trabalhos desenvolvidos a partir do século XIX.

Entre os trabalhos sociológicos as controvérsias são também mapeáveis, no entanto, em suas análises, três pontos em comum podem ser encontrados (GRANOVETTER; SWEDBERGER, 1992): que uma ação econômica (I) é uma forma de ação social que (II) está situada socialmente e que (III) as instituições econômicas são construções sociais produzidas através de um processo histórico e social. Segundo Abramovay (2004) a partir da década de 1980 começam a surgir trabalhos, na América do norte, que encaram os mercados “como formas de coordenação social”. Esses estudos inauguraram a Nova Sociologia Econômica (NSE) que busca questionar algumas formulações da economia neoclássica na explicação dos comportamentos econômicos. Se para estes a ação econômica constituiu-se como uma ação racional, instrumental e estratégica (em consonância com a Teoria da Escolha Racional¹⁷), os sociólogos consideram que o comportamento econômico está atrelado ao contexto social, seja este determinante (teorias da estrutura) ou condicionante/motivador (teorias da ação).

Num clássico trabalho, *A Grande Transformação*, Polanyi (1980) aponta que é falha a compreensão dos mercados como organismos autoreguláveis, formados por indivíduos autômatos orientados por cálculos constantes de custo/benefício que os levam a busca das maiores vantagens. Segundo o autor, nas sociedades primitivas as trocas econômicas eram orientadas pelos princípios da reciprocidade e da redistribuição, neste sentido, as trocas não estavam orientadas necessariamente para a busca de maiores vantagens econômicas, mas para

¹⁶ Marx, (1867); Durkheim (1893); Weber (1920a, 1920b).

¹⁷ A partir dessa toma-se como princípio que os indivíduos buscam desenvolver estratégias que os levem a maximizar seus resultados. Esta ideia permite pensar que os comportamentos são recorrentes e, portanto, previsíveis. É uma espécie de racionalidade instrumental (visa meios e fins) e estratégica (pois o agente leva em consideração a ação e reação dos outros) (PIRES, 2007).

a constiuição de relações calcadas em cooperação e confiança, ou seja, o mercado poderia configurar uma rede social.

Segundo Dumont (2010) a ideologia econômica, formada pelo tripé indivíduo, igualdade e autonomia nada mais é que um aparato moral construído socialmente. Assim, a ideia de uma ação independente de valores sociais é por si mesma, uma construção da sociedade¹⁸. A NSE entende que os atores econômicos não são seres autômatos que respondem a estímulos ambientais, os mercados são formações específicas, enraizadas, socialmente construídas¹⁹. No que tange a esta questão Sen (1999) nos traz um exemplo interessante quando questiona as teorias do “auto interesse”. Utilizando como exemplo o caso do mercado japonês, reconhecido como um complexo de ações auto-interessadas baseadas em resultados esperados, o autor nos diz que

o êxito de um mercado livre nada nos diz sobre que *motivação* está por trás da ação dos agentes econômicos em uma economia deste tipo. De fato, no caso japonês, existem eloquentes provas empíricas de que afastamentos sistemáticos do comportamento auto interessado em direção ao dever, à lealdade e à boa vontade têm desempenhado um papel importante no êxito da indústria. O que Michio Morishima [...] denomina “o *éthos* japonês” (SEN, 1999, p. 34, grifos do autor).

As análises da nova sociologia econômica buscam incidir sobre as teorias da economia neoclássica, ou da escolha racional, buscando enfatizar a dimensão subjetiva do comportamento econômico. Nesse contexto, a abordagem da economia das convenções torna-se frutífera no desenvolvimento de novas abordagens que superem as concepções da economia clássica, na medida em que permite uma análise flexível onde diversas abordagens possam estar integradas.

A economia das convenções pode ser compreendida a partir de duas abordagens principais: a americana e a francesa. A primeira, privilegia o entendimento da convenções

¹⁸ Para Dumont (2000), essa construção se dá com Adam Smith ao diferenciar a ação econômica das demais como um tipo específico de comportamento *amoral*. Em *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1999), Smith teria tornado o egoísmo um atributo ético quando se refere ao agir econômico. Assim, *A Teoria dos Sentimentos Morais* antecede *A Riqueza das Nações* (1996) porque Smith necessitou antes “criar” um aparato ideológico que concedesse sustentação às suas proposições.

¹⁹ No âmbito da economia, Sen (1999) é um dos principais autores contemporâneos a questionar o “economicismo”, neste sentido, uma de suas críticas recai sobre a separação entre ética e economia: “gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos” (Ibid., p. 25). Neste sentido, o autor enfatiza que as ações econômicas são racionais, sejam elas ligadas a maximização do auto interesse ou relacionadas a uma consciência interna, ou seja, uma correspondência entre o que se deseja obter e a forma da obtenção, “a verdadeira questão é se existe ou não uma pluralidade de motivações ou se unicamente o auto interesse rege os seres humanos” (Ibid., p. 35), assim “torna-se possível reconhecer o fato inquestionável de que a condição de agente de uma pessoa pode muito bem orientar-se para considerações que não são abrangidas – ou pelo menos não são *totalmente* abrangidas – por seu próprio bem-estar” (Ibid., p. 57, grifo do autor).

como uma forma de coordenação, ou seja, tem o potencial de resolver situações coletivas em que as decisões individuais seriam um problema. Considerando que os indivíduos são livres e racionais, a opção por uma convenção social é feita quando a solução individual torna-se onerosa. A abordagem francesa, por outro lado, não privilegia o indivíduo, mas o contexto social, é neste que busca a explicação para os comportamentos individuais. Nesta as convenções são entendidas como regras comuns que correspondem às ações dos atores.

Neste trabalho, privilegio a abordagem francesa, representada principalmente pelos trabalhos relacionados à “economia das grandezas” que, associada a abordagem convencionalista, demonstra que diversos sistemas de justificação apontam para uma pluralidade de sistemas de coordenação econômica. Neste sentido, considerar o mercado como produto de convenções significa que este se ampara em um conjunto normativo moralmente engajado, ou seja, os atores compartilham de uma visão de mundo que orienta suas práticas. Essa *convergência* de valores é o que permite o estabelecimento de acordos, normas e regras que permitem a coordenação dos mercados. As operações acordadas de qualificação permitem que a realidade se torne inteligível para os indivíduos, pois orientam suas ações e compreensão de mundo, e a conduta das trocas sociais²⁰.

Objetivando a estabilidade do mercado e a redução das incertezas, os indivíduos criam dispositivos convencionais, como os mecanismos de reconhecimento de produtos, os selos de certificação. Radomsky (2015) identifica quatro matrizes interpretativas que explicam a razão para o uso dos selos. Para a primeira delas os selos são considerados instrumentos de mercado utilizados para aperfeiçoar a concorrência e as informações nas transações comerciais. Nesse sentido, a certificação é vista como um dispositivo que contribui para a eficácia dos mercados. A segunda matriz, denominada “política de certificação”, concorda com o pressuposto de que as certificações são dispositivos que informam aos consumidores a reputação de um bem, no entanto, enfatizam que essa informação é estratégica na medida em que essas construções estão permeadas de relações de poder. Ou seja, não se deve depositar nos selos confiança absoluta porque “existe uma dimensão estratégica de vender e de incentivar tradições, especialmente no caso dos produtos ecológicos e do comércio justo” (Ibid. p. 33) que é mediada pelo uso das certificações.

A ideia que a certificação representa uma (re)conexão com a autenticidade é a compreensão representada pela terceira matriz interpretativa. Considera-se que, conforme aumentam as distâncias físicas entre produtores e consumidores os selos teriam o poder de

²⁰ É também importante considerar que as convenções não são fixas e que esta abordagem considera os indivíduos como seres autônomos, porém integrados em um corpo social no qual espelham suas ações.

aproximá-los simbolicamente. Pratt (2007), por exemplo, considera que os movimentos alternativos, ao buscarem reestabelecer os vínculos entre produção e consumo, atribuiriam ao alimento uma história que foi perdida pela agricultura moderna. Essa história é, de acordo com o autor, construída sobre uma visão romântica do local, do tradicional e do autêntico. Considerando que para o autor a noção de autenticidade envolve (I) o local e (II) o modo de produção do alimento, os selos seriam responsáveis por autenticar um produto como ecológico, por exemplo, expondo dessa forma onde e de que modo foi produzido. Por fim, a última matriz enfatiza que os selos não são reduzidos a atributos específicos, mas respondem a múltiplas funções. Assim, as certificações são capazes de construir mercados, ou de garantir uma parcela dele para os produtores certificados, ou promover políticas públicas de conversão agroecológica a partir do mercado.

Esse capítulo é dedicado à apresentação das questões centrais para o contexto das certificações. Nesse sentido, tomando-se a sociologia econômica e a economia das convenções como suporte, parte-se da caracterização do conceito de qualidade e da sua relação com o advento dos selos de certificação. Dedicar-se um espaço, em seguida, para a discussão em torno da noção de risco e da sua relevância para a emergência dos processos de certificação. Por fim, discute-se a pertinência dos selos em relação às noções de singularidade e autenticidade. Nesse sentido, o objetivo principal do capítulo é elucidar o contexto de emergência das certificações, enfatizando-se o caso dos selos ecológicos, sua capacidade de atuar como dispositivos de confiança e julgamento.

2.1 A QUALIDADE COMO PROCESSO: O APORTE CONVENCIONALISTA

Na teoria econômica, a qualidade dos produtos é percebida como algo intrínseco aos bens. Com o advento da revolução industrial ela se torna passível de mensuração e quantificação. Ou seja, a qualidade poderia ser *medida* pelo peso, textura, odor, sabor ou aparência. Com o advento da produção em massa, o setor agroalimentar passa a desenvolver uma série de atributos físico-químicos responsáveis por distinguir os alimentos com base em índices de mensuração como sabor, acidez, cor, aroma, entre outros. Assim, utilizam-se diversas baterias de testes laboratoriais e atestados técnicos para avaliar a qualidade dos alimentos.

Segundo Martucelli (2010), após um período de padronização produtiva, marcado, principalmente, pela predominância do modelo de produção industrial fordista, as sociedades contemporâneas adotam a tendência de personalização dos bens de consumo. Neste sentido,

por volta da década de 1970, se visualiza um esforço para inserir variáveis qualitativas aos processos de mercantilização acentuando consideravelmente a heterogeneidade e aspectos estéticos dos produtos, o que tem reflexo na atribuição da qualidade dos bens, pois esta guinada está relacionada a um novo formato de concepção da qualidade que não pode mais ser compreendida como uma série de atributos inerentes aos bens.

O constante aumento da diferenciação dos produtos permite o desenvolvimento de uma economia das singularidades (KARPIK, 2007). O que não se pode deixar de considerar é que, para a teoria econômica clássica, o senso de oportunidade é componente intrínseco a ação econômica. Nesse sentido, as trocas econômicas estão submetidas ao risco de que um agente “tire vantagem” do outro, o que pode abalar a coordenação de um mercado. No caso de bens singulares, uma assimetria de informações entre produtores/vendedores e consumidores, pode favorecer um senso de oportunidade da parte dos primeiros, por exemplo, cobrando preços absurdos por produtos “únicos” ou produzindo cópias e as comercializando como originais²¹.

Desta constatação, e considerando o processo de singularização descrito por Martucelli (2010)²², toma curso o desenvolvimento de arranjos institucionais que permitem a redução dessas incertezas. Conforme Niederle (2011), para diversos nichos de produção, como é o caso da indústria vinícola, se desenvolvem alguns sistemas de certificação como o padrão ISO (*International Organization for Standardization*) e o método APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

A qualidade, no entanto, ainda é percebida como algo intrínseco aos bens, mensurável e palpável. Esses esquemas de certificação eram mecanismos de informação, que informavam ao consumidor que aquele produto tinha determinado padrão de qualidade. A partir dos anos

²¹ O estudo de Akerlof (1970 apud NIEDERLE, 2011), por exemplo, demonstrou que a dinâmica do mercado é afetada pela dissimetria de informações entre vendedores e consumidores, considerando que os primeiros dispõem de mais conhecimento que os últimos. Com isso, alguns produtos tornam-se valorizados ao passo que outros se desvalorizam sobrando, portanto, nos estoques dos estabelecimentos.

²² Martucelli (2010) considera que o processo de *singularização* é característico das sociedades contemporâneas. Esse processo seria impulsionado por três transformações principais. A primeira delas no plano institucional, aponta para intervenções cada vez mais personalizadas, neste sentido, ao contrário da organização racional e burocrática instituída pela modernidade, os aspectos organizacionais contemporâneos se voltam para as singularidades individuais. Além disso, a singularização também alcança o plano das relações sociais, na medida em que as identidades voltam-se cada vez mais para o plano individual. Assim, o diferente é exacerbado, a afirmação identitária mobilizada por certos grupos dá lugar às identidades plurais que buscam livrar-se das identidades únicas orientadas por uma comunidade, pela etnia, idade ou sexo, e afirmar aspectos singulares. Por fim, Martucelli (2010) faz referência às transformações ocorridas ao nível dos sistemas produtivos, conforme mencionado na introdução deste trabalho, por volta da década de 1970, se visualiza um esforço para inserir variáveis qualitativas aos processos de mercantilização acentuando consideravelmente a heterogeneidade e aspectos estéticos dos produtos, o que tem reflexo na atribuição da qualidade dos bens, pois esta guinada está relacionada a um novo formato de concepção da qualidade que não pode mais ser compreendida como uma série de atributos inerentes aos bens.

1980, no entanto, esse padrão começa a ser rompido, e novos estudos na área econômica e sociológica também começam a questioná-lo, principalmente partir da abordagem sociológica da economia das convenções.

Considerar o mercado como produto de convenções significa percebê-lo como amparado em um conjunto normativo moralmente engajado, ou seja, os atores compartilham de uma visão de mundo que orienta suas práticas. As operações acordadas de qualificação são, portanto, o que permitem que a realidade se torne inteligível para os indivíduos, pois elas orientam suas ações e compreensão de mundo.

Para Boltanski e Thévenot (1991), essas operações podem ser entendidas como princípios de equivalência que permitem a conduta das trocas sociais, neste sentido a manutenção de um mercado depende de um acordo coletivo sobre suas normas, cálculos, preços, etc. De acordo com os autores, os indivíduos criariam dispositivos convencionais objetivando a estabilidade do mercado através da redução das incertezas. Esta é, por exemplo, uma das funções dos mecanismos de reconhecimento de produtos, como os selos.

Neste sentido, a definição da qualidade perpassa um processo de classificação das mercadorias. Conforme mencionado, segundo Karpik (2007) o constante aumento da diferenciação dos produtos permite o desenvolvimento da economia das singularidades²³. Isso envolve a criação de critérios de excelência e a produção de massa dá lugar a sistemas produtivos especificados em diferentes linhas, constantemente renovadas, apoiadas na identificação da variedade dos gostos dos consumidores.

Martucelli (2010) considera que essas mudanças estejam associadas a fenômenos mais amplos que remontam a processos de *singularização* característicos das sociedades contemporâneas, que, como visto, teriam impulsionado algumas transformações como as ocorridas ao nível dos sistemas produtivos. Desta forma, caracterizar um produto como de “alta” ou “baixa” qualidade torna-se algo cada vez mais complexo na medida em que novas variáveis, como aspectos sociais e culturais, são adicionadas a esta análise.

Para Harvey (2011), a crise do regime de acumulação fordista de 1973 desembocou num período de rápidas mudanças, fluidez e incertezas em contraste com o período de

²³ Para Karpik (2007), a modernização, conforme descrita por Max Weber, está atrelada ao processo de racionalização o que, na esfera da economia, pode ser visível com a passagem da ênfase qualitativa para quantitativa dos bens e serviços, ou seja, com o desenvolvimento do mercado há a perda das singularidades (o que está relacionado ao *desencantamento* do mundo). No entanto, o mercado das singularidades nunca deixou de existir por completo, no atual momento, onde a insegurança e a incerteza prevalecem, os bens e/ou serviços precisam se munir de garantias que atestem a sua singularidade.

expansão do fordismo²⁴ marcado por um conjunto de práticas padronizadas e disciplinadoras que extrapolavam o contexto produtivo e do trabalho, atingindo também outras esferas sociais. Neste sentido, considerar a introdução desses novos aspectos qualitativos, como a demanda por produtos autênticos, naturais, artesanais, enquanto uma mudança no modo de regulação do sistema pode ser incerto na medida em que não se visualiza claramente se estas transformações são mudanças transitórias e efêmeras ou mudanças de natureza mais fundamental. O autor considera que os contrastes entre o momento atual e o contexto do pós segunda guerra são significativos “para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação ‘flexível’ uma reveladora maneira de caracterizar a história recente” (Ibid., p. 119).

Harvey (2011) considera que é o próprio caráter rígido do fordismo, que presumia a produção em massa e o crescimento estável em um mercado de consumo constante, que o torna incapaz de contornar as contradições do sistema, exigindo o desenvolvimento de novos regimes de produção,

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (Ibid., p. 137 – 140).

²⁴ Em linhas gerais, o modo de produção industrial fordista pode ser caracterizado como um sistema produtivo apoiado em longas jornadas de trabalho rotinizado que exigiam poucas habilidades manuais e intelectuais. A organização, o ritmo e o controle da produção não eram concedidos aos trabalhadores, objetiva-se a produção em massa visando o consumo massificado (HARVEY, 2011). Para a Escola da Regulação, que subsidia teoricamente as discussões em torno do fordismo como regime de acumulação capitalista, o conceito de fordismo representa um modelo de desenvolvimento que contempla **três** aspectos distintos: a) um **paradigma tecnológico e modelo de organização industrial**: tratam-se dos princípios de organização da produção e gestão do trabalho (aquí as técnicas industriais desenvolvidas nas duas primeiras décadas do século XX por Henry Ford constituem a base do modelo); b) um **regime de acumulação**: tratam-se dos princípios macroeconômicos que descrevem a compatibilidade entre as normas de produção e o consumo em um longo período (por exemplo: nas economias capitalistas avançadas até o início dos anos 70 a produção em massa de produtos estandarizados era escoada sem problemas em um mercado de consumo em massa. A crise de acumulação que se agudiza no início dos anos 70 demandará a alteração da base técnica de produção. O principal recurso técnico acionado para promover essa mudança será baseado no chamado modelo japonês de produção: onohísmo, toyotismo, *just-in time*, etc. que tornará possível a produção em massa de produtos customizados. Não obstante, é importante salientar que estamos tratando de estratégias capitalistas de gestão de produção e enquanto estratégias, elas sempre adaptar-se-ão aos seus contextos reprodutivos, ou seja, embora o fordismo não seja mais o modelo de desenvolvimento industrial predominante em grande parte das economias centrais, ele continua hegemônico no principal parque industrial do planeta, qual seja: a China; e, c) um **modo de regulação**: tratam-se das normas institucionalizadas que regulam as relações entre Estado e mercado, entre capital e trabalho, como por exemplo: maior estabilidade ou maior flexibilidade dos contratos trabalhistas, existência ou não de mecanismos de proteção da força de trabalho, escopo dos direitos trabalhistas, férias remuneradas, definição de regras para aposentadoria, regulação da relação entre capitais privados, existência ou não de normas contra a formação de oligopólios e monopólios privados, etc. (BOYER, 1990).

O novo modo de regulação é caracterizado como de *acumulação flexível* onde as *economias de escalas* deram lugar as *economias de escopo* em que a exploração de nichos de mercado especializados tornou-se fundamental para a sobrevivência num mercado econômico em reestruturação. A introdução de novos aspectos qualitativos, da demanda pela autenticidade, só se tornaria possível a partir de uma reação aos estilos modernistas e a construção qualitativa dos lugares e dos objetos, tornando-se a imagem (o signo) mais importante que a própria mercadoria²⁵.

Segundo Bourdieu (2002), o componente simbólico das mercadorias tem papel fundamental no processo produtivo e nas relações que se estabelecem entre produtores e consumidores. O autor considera que as propriedades dos produtos informam o *ser social* do consumidor, os sistemas de classificação que põe em jogo e objetiva através dos bens materiais, o que possibilita seu mapeamento dentro de um espaço social. Neste sentido, a “virada da qualidade” informa novas disposições acionadas pelos consumidores, assim, a escolha por produtos ecológicos, por exemplo, não está relacionada apenas a aspectos técnicos, opta-se por um modo de produção qualificado como tradicional, artesanal ou ecológico porque isto se traduz em garantias, não apenas da qualidade técnica, mas também de autenticidade simbólica. Assim, as propriedades desses produtos são definidas levando-se em consideração tanto suas características objetivas (técnicas) quanto os esquemas estéticos e éticos informados pelas estruturas de percepção e apreciação dos consumidores. Para Bourdieu (2002) esta combinação de aspectos é que permite a definição da verdadeira demanda de um produto,

las seducciones o restricciones económicas que llevan a las decisiones de compra observadas sólo se instauran como tales en la relación entre cierto estado de la oferta propuesta por el campo de producción cierto estado de las exigencias inscritas en las disposiciones de los compradores, así llevados a contribuir a las coacciones que padecen (Ibid., p. 38).

É importante considerar que Bourdieu (2002) identifica essas relações considerando elementos ligados à classe social, pois a importância dos aspectos técnicos dos produtos, em

²⁵ Harvey (2011) menciona Baudrillard (1981 apud HARVEY, 2011), para argumentar como as imagens teriam se tornado mercadorias. É através das imagens que sociedades individualistas e transitórias apresentam nostalgia em relação a valores comuns, como a romantização do rural, do tradicional. A produção da imagem de um produto ecológico, por exemplo, remetido ao “natural, tradicional, artesanal”, constitui-se como um projeto sofisticado na medida em que é necessário conservar a estabilidade da imagem, ou da qualidade, enquanto o produto, por outro lado, é dinâmico. A imagem de um produto está relacionada com a construção do seu reconhecimento, prestígio, confiabilidade, qualidade, entre outras, é por esta razão que Harvey (2011) considera que “símbolos de riqueza, de posição, de fama e de poder, assim como de classe, sempre tiveram importância na sociedade burguesa, mas é provável que nunca tanto quanto hoje” (Ibid., p. 261).

detrimento dos simbólicos cresce à medida que se desce na hierarquia social, neste sentido, a opção por produtos artesanais, tradicionais, ecológicos, relaciona-se não apenas ao gosto, mas também a classe social dos indivíduos, isto porque, como problematizado por Bourdieu (2007), as próprias definições de gostos individuais associam-se as disposições de classe. Desta forma, o autor pontua que a organização de uma produção voltada para o tradicional ou o artesanal, só obtém sucesso na medida em que os consumidores aceitam pagar o preço considerado “justo” para esses produtos, o que pressupõe a convergência entre as propriedades desses e as expectativas daqueles.

Não fosse a forte carga simbólica investida nestes produtos, os agricultores familiares que adotam sistemas de produção orgânicos e ecológicos não sobreviveriam no mercado levando-se em consideração o volume de capital econômico dos grandes produtores rurais e das grandes multinacionais que comandam a produção industrializada de alimentos. A produção destes alimentos se situaria, portanto, a meio caminho entre a produção singular, como das obras de arte, em que a produtividade é baixa consagrando-se mais sua dimensão simbólica que técnica, e entre a produção de bens materiais em que a carga simbólica é muito baixa, preponderando-se os elementos objetivos da produção, como é o caso do petróleo apontado por Bourdieu (2002). Para o autor, essas mercadorias se perpetuam em *micromercados de base local* em que os elementos objetivos dos produtos e sua carga simbólica são balanceados pelos consumidores no momento de adquiri-los.

Assim, compreende-se que a busca pelo autêntico também acontece a nível institucional, pois as organizações econômicas necessitam se adequar a estas emergentes expectativas que tendem a valorizar aspectos qualitativos da produção, pois um campo de produção está inscrito em normas especificadas segundo as propriedades características dos produtos²⁶ (BOURDIEU, 2002). Uma das estratégias adotadas para reestruturar a coordenação dos mercados é através da adoção de mecanismos de reconhecimento dos produtos, como os selos de qualidade, considerados como “mecanismos de reputação”, pois informam as expectativas dos consumidores, como a de um produto orgânico, ecológico ou

²⁶ Bourdieu (2002) considera que o campo de forças econômicas se constitui em relação às estratégias definidas pelos produtores, neste sentido, se não interagir com o campo, o comportamento dos consumidores estaria reduzido aos seus efeitos. Se a força de um agente depende das suas cartas de triunfo, então para considerar que a oferta se molda em relação à demanda é necessário apreciar as estratégias de mercado acionadas pelos consumidores, considerando seus fatores de êxito e fracasso, que podem assegurar-lhes vantagens nas trocas econômicas. Neste sentido, é necessário considerar o volume e a estrutura dos capitais que dispõem nas relações que estabelecem com os produtores no campo econômico (Idem). Conforme Bourdieu (2002), os estilos de vida são fatores que contribuem para as transformações das relações de força no campo, como a entrada de uma economia da qualidade, eles permitem a implantação de nichos e mercados singulares.

artesanal. Os selos são responsáveis, portanto, por sustentar um sistema simbólico coerente entre o mercado e os consumidores.

Reconhecendo o caráter holista da qualidade, para a abordagem convencionalista um produto adquire “qualidades” quando mobiliza imagens mentais proporcionadas pelos espaços onde circula. São as convenções socialmente construídas, portanto, que permitem que os atores acordem sobre a qualidade de um produto. A estabilização de novos atributos qualitativos, referentes ao artesanal, natural e ecológico, por exemplo, permite o estabelecimento de princípios de equivalência que possibilitam as trocas econômicas, mas ao mesmo tempo apontam para a redefinição da percepção sobre qualidade.

Para Debuissou-Quellier e Neuville (2003), os julgamentos são produzidos e mobilizados anteriormente à troca, são formas de concordâncias morais que a antecedem. Neste sentido, redefinir a qualidade envolve um processo de negociação entre os atores sociais que recorrem a determinados valores, ou ordens de legitimação, para justificar suas avaliações.

Em resumo, segundo Cerdan (2008 apud NIEDERLE, 2011), a evolução da percepção acerca da qualidade envolve quatro fases: (I) a qualidade do alimento (características inerentes ao produto); (II) a percepção da qualidade do alimento (incorporação de elementos subjetivos relacionado às preferências individuais dos consumidores); (III) a construção social da qualidade (qualidade vista como resultado de negociações em um processo de construção social); e (IV) o julgamento coletivo (a qualidade deriva de diferentes dispositivos de julgamento acionados pelos atores)²⁷.

Deve-se considerar que a crescente industrialização dos alimentos amplificou e gerou novas incertezas sobre os produtos em razão do aumento do número de intermediários entre produtor e consumidor final, além do aumento da probabilidade de ocorrerem erros durante o processo produtivo ou da fabricação não seguir as normativas legais sanitárias, de alterações no gosto e no odor, e de artigos ou embalagens defeituosas. Essa insegurança em torno do mercado alimentar fez com que se delineassem normas para assegurar a segurança alimentar aos consumidores. Diante disso torna-se necessário considerar que tipos de dispositivos de confiança os indivíduos desenvolvem para assegurar a qualidade do produto e reduzir a insegurança em torno de um risco alimentar?

2.2 RISCO, CONFIANÇA E CERTIFICAÇÕES

²⁷ É importante informar que uma das etapas não substitui outra, elas coexistem e procuram impor sua percepção aos indivíduos estando mais ou menos presentes de acordo com a situação (NIEDERLE, 2011).

O processo de industrialização que marcou o sistema agrícola moderno a partir das primeiras décadas do século XX tem como uma de suas características principais o uso de agroquímicos e outras técnicas de melhoramento genético desenvolvidas com o objetivo de aumentar a produtividade na agropecuária. Este “aparelhamento”, no entanto, trouxe consequências que abrangem as esferas econômica, ambiental e social. Para Lamine (2008), os produtos ecológicos são uma resposta possível a este universo de incerteza em torno dos alimentos, a adoção de sistemas de produção ecológicos apontaria para a segurança em torno dos riscos alimentares.

O advento da ciência, além do controle sobre a natureza, impõe o aumento constante de riscos, principalmente quando estes podem originar desastres, graves acidentes ou quando não há consenso sobre quais riscos realmente são possíveis. É por isso que Giddens (1991, 1997, 2007) qualifica a modernidade como uma época de riscos fabricados. Ao contrário dos riscos naturais, externos, característicos das sociedades tradicionais, os riscos modernos seriam produzidos pelo advento da ciência e da tecnologia²⁸.

Estudos sobre o risco vêm se tornando frequentes nas Ciências Sociais desde a década de 1980. O trabalho inaugural de Beck (1998), por exemplo, é motivado por transformações sociais acarretadas pelo desastre de Chernobyl, a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo real, fenômenos que, para o autor, dão origem a sociedade do risco, a passagem da *modernização simples* para a *modernização reflexiva*. A modernização reflexiva representa a passagem da sociedade industrial para a sociedade do risco através de uma reconfiguração histórica, sendo o aumento da proporção dos riscos uma de suas características principais: a sociedade perde cada vez mais o controle sobre eles, a ideia de controlabilidade, segurança e certeza, tão fundamental à sociedade industrial, entra em colapso.

Um aspecto interessante levantado por Beck (1998) diz respeito ao caráter *democrático* dos riscos. Para ele, as diferenças de classes são também perceptíveis na análise do risco: eles atingem os menos favorecidos economicamente, aqueles que necessitam expor-se a eles para sobreviver, salienta-se, no entanto, que eles podem afetar e prejudicar aqueles que os produzem ou que deles se beneficiam, é o *efeito Boomerang*. Desta forma, se estaria diante de um novo conflito social que não pode mais ser explicado pelo conceito clássico de

²⁸ Neste aspecto existiriam dois tipos de riscos, os externos e os fabricados. Os primeiros são todos aqueles que *vêm de fora*, com tal regularidade e frequência que se tornam previsíveis e reguláveis. Considerando a intervenção humana sobre a natureza, cada vez menos se pode referir a riscos externos, sendo mais apropriado considerá-los como riscos fabricados, ou seja, aqueles criados pelo progresso e desenvolvimento humano, “refere-se a novos ambientes de risco para os quais a história tem a oferecer-nos pouquíssima experiência prévia” (GIDDENS, 2000, p. 143).

luta de classes, já que, ao contrário da sociedade industrial, onde a posse da propriedade privada demarcava os ‘incluídos e os excluídos’, na sociedade do risco as ameaças são não excludentes, elas são democráticas. As questões de distribuição de renda saem, portanto, do palco principal da discussão sobre o capitalismo: é o efeito elevador – a sociedade ultrapassa o nível de preocupações com o consumo de bens, “sobe um andar”. Importante, lembrar, no entanto que as desigualdades perduram, mas a sociedade passa a tratá-la de uma forma diferente dando maiores atenções ao risco. A lógica da competição das mercadorias carrega consigo a lógica da competição de um conhecimento prévio sobre o risco.

Para Luhmann (2005b), de alguma forma, a sociedade sempre esteve preocupada com o futuro. Neste sentido, a criação de incertezas e a forma de gerenciá-las, podem ser encaradas como um dos traços da racionalidade das sociedades modernas. O gerenciamento das situações de incerteza é, no entanto, diferente nas sociedades consideradas tradicionais. O autor aponta que nestas o futuro estava “entregue aos deuses”, ou seja, a segurança das decisões estava confiada ao plano divino ou espiritual, assim a incerteza escapa ao escopo do parecer individual, lançada para fatores exteriores.

Neste sentido, Luhmann (2005b) compreende que ainda não seria possível falar em risco, mas em perigo. O autor define risco em diferenciação a noção de perigo: o primeiro refere-se a danos cujas causas os indivíduos não controlam; o risco aponta para danos controláveis, ou seja, decorrentes das próprias ações dos indivíduos, por isso o risco pressupõe consciência.

This distinction presupposes [...] that uncertainty exists in relation to future loss. There are then two possibilities. The potential loss is either regarded as a consequence of the decision, that is to say, it is attributed to the decision. We then speak of risk [...]. Or the possible loss is considered to have been caused externally, that is to say, it is attributed to the environment. In this case we speak of danger (LUHMANN, 2005b, p. 21 – 22).

A noção de risco só irá aparecer, segundo o autor, na passagem da Idade Média para a modernidade, mais especificamente, no contexto das grandes navegações marítimas e na expansão comercial. De maneira geral, Luhmann (2005) considera que a palavra ‘risco’ passa a ser utilizada para designar aquelas situações em que se é possível alcançar alguma vantagem, mas para tal deve-se arriscar alguma coisa. Neste sentido, é uma ação que envolve arrependimentos se a vantagem desejada não for alcançada, a ideia por trás do risco traz implícita a noção de cálculo das desvantagens, assim o objetivo é que os arrependimentos

sejam reduzidos ao máximo possível, pois, de alguma forma, já estavam previstos e, possivelmente, também se delineou alguma forma de gerenciá-los.

Disso depreende-se que o aparecimento da noção de risco tem relação com o advento da racionalidade. Para Luhmann (2005b), o cálculo das incertezas seria uma ação racional, renunciar ao risco, portanto, seria renunciar a racionalidade. O advento do desenvolvimento científico e tecnológico torna ampla a apreensão dos riscos devido às possibilidades que os cálculos científicos oferecem. O cálculo probabilístico aponta para certa ‘segurança’, busca-se evitar o erro, neste sentido, as antigas crenças no divino deram lugar a fé nas previsões científicas.

Luhmann (2005b) associa o perigo às sociedades tradicionais porque estas estavam expostas a fatores de insegurança que eram exteriores ao seu domínio, as sociedades modernas por outro lado, fabricam incertezas. Como visto, isso é um traço da sua racionalidade, ao fabricar situações, portanto, criam riscos e formas de gerenciá-los. Ao contrário do perigo, o risco pressupõe a possibilidade de escolher entre algumas alternativas. Quanto a isso o autor considera que juntamente com o crescimento da possibilidade de previsão dos cenários futuros, cresce o número de variáveis a serem consideradas nas alternativas de escolha, neste sentido, isso reflete uma característica paradoxal da ciência porque sua previsibilidade é incerta. Desta maneira, a ideia de que maior conhecimento leva a segurança é falha.

Giddens (2007) considera que para as sociedades tradicionais o que chamamos de risco era a vontade dos deuses, a sorte ou o destino, assim considera-se que não conviviam com o risco porque não viviam para o futuro, neste sentido, não estabeleciam cálculos entre suas ações e consequências futuras. Elas viviam, sobretudo, sobre o regime do perigo. Perigosas são as situações que se depreendem da realidade que se conhece e da qual é possível prever situações, mas não seus desdobramentos. O risco, por outro lado, está associado ao controle de uma situação.

Viver sob o risco é, para Giddens (2000) um dos traços marcantes das sociedades modernas, que reflete um modo de vida marcado pelo fim da natureza e da tradição²⁹. Se a tradição não pode mais orientar as ações, conviver com o risco passa a ser um aspecto

²⁹ Giddens (2000) se apoia em Beck (1998) para afirmar que todos vivem numa sociedade do risco. O autor explica o advento da sociedade do risco a partir de dois fenômenos: o fim da natureza e o fim da tradição. Com relação ao primeiro, diz-se que a intervenção humana no meio-ambiente é tamanha que existem poucos espaços naturais não tocados pelo homem. Enquanto por muito tempo preocupou-se com o que a natureza poderia fazer com os indivíduos, hoje a preocupação gira em torno do que estes podem fazer com a natureza. Já o fim da tradição aponta para um modo de vida que desconsidera a noção de destino: o indivíduo não está mais pré-determinado a papéis sociais, desgarra-se das imposições das tradições.

rotineiro. Se o desenvolvimento científico e tecnológico fabrica riscos, isso quer dizer que a ciência, anteriormente compreendida como o artefato que reduzia incertezas, vem na contramão também as produzindo.

Mas como determinar que uma situação seja ou não de risco? A perspectiva culturalista do risco representada por Douglas e Wildavsky (2012) compreende que o risco é socialmente construído. Neste sentido, o risco tem uma carga simbólica e cultural, a principal tese dos culturalistas é que os indivíduos aceitam alguns riscos e ignoram outros por razões sociais, condicionantes sociais que agem como coercitivos na seleção dos riscos. Desta maneira, o aquecimento global, por exemplo, torna-se um risco somente a partir do momento em que a sociedade volta-se para a questão ambiental.

Assim, não existe uma forma correta de definir um risco, nem existe um risco “certo”, estes são socialmente construídos e, por isso, invocam um olhar relativista. A classificação dos riscos e seu enfrentamento requer um acordo social prévio, ele “deveria ser entendido como um produto conjunto do *conhecimento* que se tem do futuro e um *consenso* quanto às perspectivas mais desejadas” (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 5, grifo dos autores).

No que diz respeito às relações entre risco, sociedade e ciência, uma questão que se torna relevante é a relação entre leigos e peritos: se seguirmos a formação tradicional do pensamento moderno, a ciência se apresenta como o aparato social legitimado para indicar que tipo de situação deve ser considerado como de risco. Partindo de um ponto de vista objetivista, seria irracional discordar do discurso científico. A questão que se apresenta, porém, é mais complexa. Cada vez mais ciência e tecnologia aproximam-se de nossas vidas e quanto mais esta relação se estreita, mais ela é questionada, a dúvida recai sobre a legitimidade da ciência para determinar o modo como às pessoas podem agir. É o que podemos depreender do conceito de modernidade reflexiva, utilizado por Giddens (1991, 1997, 2007) e Beck (1997, 1998). A noção de modernidade reflexiva torna-se importante para que se possa compreender os contornos que o conceito de risco assume atualmente, isto porque o risco se intensifica no curso dos processos de modernização.

Para Beck (1998) os riscos são fruto do próprio progresso científico-tecnológico da humanidade. Neste sentido, na modernidade reflexiva a ciência ganha um novo papel, longe de ser uma instituição que detém a ‘verdade’, ela adquire a função de construir a consciência sobre os riscos, agindo como um meio de legitimação e reconhecimento destes. Assim, como Beck (1998), Douglas e Wildavsky (2012) questionam a ideia de racionalização da ciência ao afirmar que os cientistas “agem como qualquer mortal” já que a percepção dos riscos é social: “alguns conchaves científicos parecem mais conchaves políticos” (Ibid., p. 59). Isso aponta

novamente para a ideia dos atores de que a percepção do risco é social, o que aproxima, de certa maneira, conhecimento perito e leigo: a aceitabilidade dos fatos apontados pelo primeiro necessita de um consenso a ser assumido pelo último.

No entanto, se as instituições sociais, como a própria ciência, não mais dão conta do controle dos riscos, a sociedade se organiza para combatê-los. Os movimentos sociais levam o risco para esferas até então consideradas apolíticas, um processo descrito por Beck (1998) como *subpolítica*: a política sai do estado e transborda para outras esferas. Os estudos sobre riscos que eram restritos às subáreas da ciência passaram a constituírem-se em temas políticos problemáticos com repercussão nas agendas de políticas públicas e nos comportamentos culturais. As instituições convertem-se em foco de produção e legitimação de perigos controláveis: a sociedade questiona os efeitos colaterais do risco, há uma crise no consenso do progresso e na abstração da ciência e dos efeitos indesejáveis de sua produção.

Para Beck (1997) isso representa um processo de incremento de *reflexividade*, o segundo estágio do processo do risco, a auto confrontação da sociedade industrial. Nesse sentido, a reflexividade deve ser encarada como a própria libertação de qualquer sistema especialista, incluindo aí a crítica a eles. A ideia de reflexividade e sociedade do risco estão associadas, pois a primeira se desenvolve na medida em que os perigos da sociedade industrial passam a compor a pauta de debates políticos. A ideia é que os efeitos da sociedade do risco sejam auto confrontados, a sociedade é tema e problema para si mesma.

Para Giddens (1991), por outro lado, a reflexividade consiste na revisão das práticas sociais que não podem mais ser sancionadas ou legitimadas pela tradição, isso implica num exame à luz das informações mais atuais de que os indivíduos dispõem. Parafraseando Popper, Giddens (1991, p. 40) indica que “toda ciência repousa sobre areia movediça” o que aponta para o caráter inseguro e incerto dos achados científicos. Segundo o autor a reflexividade está atrelada a mudanças nas relações de confiança que passa dos compromissos com rosto para os sem rosto, ou seja, a confiança passa a ser depositada em sistemas abstratos. A reflexividade se constrói na medida em que o indivíduo se liberta dos sistemas especialistas dominantes, assim, sistemas peritos e leigos passam a disputar a confiança dos indivíduos.

O encontro entre peritos e leigos se dá pelo que Giddens (1991) denomina *pontos de acesso*. Se “a natureza das instituições modernas está intimamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente a confiança em sistemas peritos” (Ibid., p. 77) e se essa relação não se traduz em segurança, mas em cálculos sobre as vantagens e desvantagens em assumir riscos, um desencontro em determinado ponto de acesso pode ser crucial para a relação estabelecida entre leigos e um sistema perito. Se a fidelidade no sistema

é rompida questionamentos são abertos. O questionamento do saber estabelecido relaciona-se a ideia de *reflexividade*. A reflexividade estaria associada a um processo de autoconhecimento: os indivíduos questionam o saber científico e, desta forma, o alteram produzindo novos questionamentos a partir de suas próprias bases cognitivas.

No entanto, para os dois autores em tela, a reflexividade objetiva reduzir a insegurança. Mas, se em Giddens, essa minimização se dá pela confiança nos sistemas abstratos (nas fichas simbólicas e sistemas peritos) devido ao processo de desencaxe, em Beck estes sistemas são um obstáculo à segurança, é necessário romper com eles, promover uma transformação social, a fim de que se atinja um estado de segurança³⁰.

Se a ideia de reflexividade aponta para o envolvimento social com questões como a do risco, seja por meio da pluralidade de sistemas peritos ou do rompimento com estes, de alguma forma se fala do questionamento sobre a supremacia do conhecimento perito. A dúvida recai sobre a legitimidade da ciência para determinar o modo como às pessoas devem agir. No que diz respeito aos riscos, além do questionamento da hegemonia científica, deve-se considerar a capacidade que a sociedade tem de denunciar uma situação, ou de se envolver no processo de construção de um risco. A expressão pública de uma injustiça pode ser o impulso para que se proceda a uma denúncia. Refere-se, portanto, a *capacidade crítica*: todos os atores sociais dispõem de capacidades críticas e fazem uso das mesmas de forma permanente (BOLTANSKI, 1990).

Dentro desta perspectiva, Chateauraynaud e Torny (2013), consideram que o alerta de um perigo está imbricado em um processo de legitimação dos atores e de seus argumentos. Neste sentido, duas lógicas principais se digladiam na definição dos riscos: de um lado a ciência com suas técnicas e instrumentos que permitem medições e previsões; de outro as escolhas da sociedade, as preferências normativas negociadas e renegociadas em função dos diversos interesses e visões de mundo dos indivíduos.

Para os autores, um agente que decide lançar um alerta de risco supõe-se estar autorizado socialmente para isso, ser publicamente reconhecido e especialmente qualificado, ou seja, um especialista *profissional* do risco. No entanto, o alerta não é constatado apenas por atos técnicos, ele envolve também a experiência perceptiva, já que o próprio conceito de risco é concebido por Chateauraynaud e Torny (2013) como um espaço de cálculo que supõe a existência de um repertório de memória coletiva. Neste sentido, poder-se-ia depreender que

³⁰ Para Lash (1997), essas divergências conceituais refletem as diferentes preocupações dos autores, o primeiro com a ordem e o segundo com a mudança. Giddens, apoiado na tradição de Durkheim enfatizaria o estabelecimento da harmonia social, enquanto Beck, apegado aos pressupostos marxianos, sublinha a ideia de conflito.

qualquer indivíduo poderia estar apto para lançar um alerta. Apesar da assimetria de competências com um profissional, um indivíduo leigo pode lançar um alerta por razões adversas a constatações científicas, como pânico e culpa. O senso de perigo do ator tem como base sua percepção de mundo, seu objetivo é mobilizar instâncias superiores capazes de agir e informar o público sobre um potencial risco ou catástrofe.

Mas para “obter sucesso”, o anúncio de um alerta de risco depende de uma prova formal que supõe um espaço de cálculo através de operações de verificação e que seja capaz de estabelecer um acordo entre os atores envolvidos. Com efeito, Chateauraynaud e Torny (2013) apresentam uma tipologia das provas envoltas no processo de convicção sobre os alertas: autenticação, testemunho, verificação, reunião, enquete estatística e formação de probabilidades, experimentação e demonstração. Segundo os autores, estes modelos são decisivos na produção de pontos de inflexão e na validação dos alertas.

Mais do que se apoiar nestas provas, o sucesso de um alerta de risco suscita a “extrapolação”, deve provocar a imaginação dos agentes, atrair sua atenção, provocando pânico e a constatação de uma anormalidade. Neste aspecto um ator tem papel importante, a mídia. Para Chateauraynaud e Torny (2013) a mobilização social de um alerta de risco faz com que a informação sofra um processo de dessectorialização. Ela convoca um público que não dispõe de autoridade, nem qualificações no tratamento dos alertas, se sustenta na base de uma desconfiança. Muitas vezes a mobilização social tem como protagonistas, além da mídia, grupos de interesse coletivo, que se mobilizam em prol de uma causa pública. Caso exemplificativo é o de ONGs ambientalistas que tem como um dos seus objetivos tornar públicas ações de degradação ambiental que podem ter consequências ambientais graves.

Chateauraynaud e Torny (2013) fazem referência a dois modelos de gerenciamento dos riscos: o princípio da precaução ou previsão e a política de vigilância. No primeiro caso, o alerta é lançado com a aplicação de regras e normas de avaliação, faz-se referência, portanto, a um dispositivo de investigação institucionalizado, ou seja, aponta para a lógica técnica do conhecimento científico. A vigilância, por outro lado, não supõe regras específicas e formais, mas a capacidade perceptiva dos indivíduos. Ao invés de prever com base em cálculos, um estado de atenção está ligado à ideia de “vigília” de um fenômeno e suas consequências possíveis.

Enquanto a precaução aponta para o cálculo estatístico, ou seja, para a estimativa matemática dos riscos, trabalhando com a previsão de cenários possíveis, a vigilância aponta para a formação de novos espaços normativos o que significa que os agentes receptores de um alerta de risco são capazes de agir diante da presença de um risco por métodos não científicos.

Nesse sentido, a política de vigilância pressupõe um espaço de debate e julgamentos em que o espaço de cálculo do perigo é constantemente construído. O alerta de risco permite uma participação contínua, permitindo aos diferentes indivíduos a redistribuição de suas capacidades de *expertise*.

Para Lamine (2008), no contexto dos riscos alimentares, a apreensão do risco provoca um desequilíbrio nas dimensões *expert*, axiológica e sensorial do indivíduo. A dimensão sensorial torna-se menos presente, então reforça a dimensão *expert* (o indivíduo passa a exigir selos, certificações, informação sobre a composição do produto e possíveis riscos, tabela nutricional, etc.), e, se necessário, a dimensão axiológica que se relaciona a opção por um determinado local de comercialização porque ali os produtores são conhecidos ou porque se busca um alimento ecológico, por exemplo. A dimensão *expert* é composta pelos conhecimentos que o indivíduo acumula ao longo da vida, a dimensão axiológica pelas relações sociais que experimenta e a sensorial pelas experiências sensoriais anteriores. Como forma de reduzir a possível exposição a um risco, o indivíduo faz a escolha de um alimento, portanto, a partir da “reflexividade rotineira” que combina suas experiências sensoriais, um exame instrumental com base em conhecimentos mais objetivos e suas relações interpessoais.

Mas a desconfiança, em processos, produtores ou produtos, também é uma forma de medida preventiva que atenua os riscos. Luhmann (2005a) compreende que a confiança é um dos eixos básicos da vida social, através dela os indivíduos podem entender e reduzir as complexidades da vida social, ou seja, a confiança é entendida como um mecanismo de redução das complexidades. No âmbito dos riscos ela tem uma função importante já que a ausência total de confiança nas situações ou processos em que os indivíduos tomam parte tornaria sua vida social impossível, todos viveriam com medo e temores paralisantes.

Nesse sentido, a confiança em sistemas de certificação de produtos, por exemplo, aponta para um aumento da tolerância em relação as incertezas no campo dos riscos alimentares, confia-se em um selo, na reputação de um produtor ou do organismo que emite a certificação. De acordo com Luhmann (2005a), quando a confiança se estabelece novas formas de comportamento são possíveis, podendo acumular-se na forma de capital de confiança.

Para Simmel (2004), a confiança é uma espécie de “antecipação moral” que se refere a julgamentos socialmente estabelecidos aos quais os indivíduos se voltam a fim de estabilizar condições de risco e incerteza. Neste sentido, o autor compreende que a confiança é elemento fundamental para as relações sociais na medida em que na sua ausência as sociedades correriam o risco de se desintegrarem, ela é primordial para a construção e solidificação da

coesão social. O autor salienta, no entanto, que mesmo servindo para estabilizar o risco, a confiança pressupõe a incerteza, pois se temos total (ou nenhum) conhecimento sobre uma situação não há confiança. Neste sentido, ela varia de acordo com as informações e as experiências que se dispõe.

Ao contrário das sociedades primitivas, onde os indivíduos dispunham de um pequeno número de relações e fatos sobre os quais tinham controle mais amplo, Simmel (2004) compreende que nas sociedades modernas diversos aspectos da vida social são indagáveis, ou seja, impõe-se que o indivíduo apenas confie neles já que a especialização crescente permite que os indivíduos tenham conhecimento profundo de poucas coisas. A vida moderna seria, neste sentido, uma “economia de crédito” na qual os indivíduos circulam confiando uns nos outros e mantendo a esperança de não serem enganados. Neste sentido, se a vida social é marcada pela falta de conhecimento total sobre seus elementos, o estabelecimento de relações sociais se torna possível na medida em que se desenvolve certa “fé” nos atores que controlam estes elementos. Essa fé, traduzida nas relações de confiança, é o que permite o estabelecimento de interações sociais no dia a dia, sem ela ou os indivíduos se entregam a pura ignorância ou ficam a espera de complementar os elementos que faltam de maneira a obter segurança total para agir, o que pode vir a não ocorrer.

Assim, contextualizando o tema em torna da vida econômica, Simmel (2004) compreende que a confiança é entendida como um princípio de ordem que suspende a incerteza e permite a continuidade das trocas econômicas. Neste sentido, a passagem de uma economia monetária (material) para uma economia de crédito (abstrata) somente foi possível pelas relações de confiança já estabelecidas, vide o fato que a validade de um papel-moeda depende a confiança que se tem nele.

Para Giddens (1991) ao contrário das sociedades tradicionais, onde as relações sociais estavam calcadas em interações locais, nas sociedades modernas há um processo de desencaixe destas no tempo e no espaço através das *fichas simbólicas* e dos *sistemas peritos*, também chamados de sistemas abstratos. O desencaixe é uma espécie de “compromisso sem rosto”.

Fichas simbólicas são meios de intercâmbio que circulam sem referência aos indivíduos que lidam com eles. O dinheiro é o exemplo mais clássico, pois possibilita transações entre pessoas separadas temporal e espacialmente. Selos de qualidade de produtos também podem ser entendidos como fichas simbólicas, pois informam aos consumidores quem fabrica um produto, sem que tenham que conhecer o fabricante, possibilita a troca entre pessoas localizadas em tempo e espaço diferentes.

Os sistemas peritos organizam áreas da vida social, são comandados por centros de excelência técnica, como a ciência. O conhecimento perito fornece uma garantia. Toma-se um exemplo básico: fumar pode causar câncer. Quando alguém deixa de fumar por acreditar nesta premissa está confiando num sistema perito de qual matéria não tem conhecimento profundo. Os sistemas peritos criam áreas de confiança, ou seja, amenizam a probabilidade das consequências de um risco já que, retornando ao exemplo, se uma pessoa não fuma afasta grande possibilidade de ter câncer.

Os sistemas peritos, assim como as fichas simbólicas, constituem um sistema de desengajamento porque afastam as relações sociais da interação, são abstratos. Sua legitimidade reside no desequilíbrio entre o seu conhecimento e o do público leigo, neste sentido este último necessita confiar no primeiro. É por esta razão que os mecanismos de desengajamento precisam se fundamentar na confiança que pode ser definida como a “crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos” (GIDDENS, 1991, p. 36).

Por esta razão Giddens (1991) compreende que confiança e risco estão entrelaçados, a crença na ciência, por exemplo, reside no fato dela ser capaz de reduzir os perigos aos quais se pode estar exposto. Se nas sociedades tradicionais nada se poderia fazer com relação ao perigo de uma inundação decorrente de grandes volumes de chuva, para mencionar o exemplo anterior, na modernidade a ciência e a tecnologia podem dar uma resposta para esse risco, minimizando suas consequências. A ingestão de uma dose de remédios, por exemplo, significa assumir o risco de uma intoxicação, mas a confiança num sistema perito, na medicina, esse risco torna-se aceitável, na medida em que se confia na dose indicada pelo médico. A neutralização do perigo, então, indica uma situação de segurança.

Diante disso, os selos de certificação de produtos podem ser considerados como dispositivos que estabelecem padrões de referência que orientam o consumidor no que tange a qualidade dos produtos, ou seja, dispositivos de confiança e qualidade. O selo representa essa gama de valores que justificam a ação dos consumidores, neste sentido, há um acordo entre produtor e consumidor que se expressa através do reconhecimento do selo. De acordo com Allaire (2004), os selos de certificação de produtos são mecanismos de coordenação das trocas econômicas, pois levando em conta as expectativas dos consumidores e a reputação dos produtores, permitem um sistema simbólico coerente que permite, por sua vez, que as trocas econômicas ocorram.

Marsden (2004), ao analisar as cadeias curtas de abastecimento conclui que elas são de três tipos: vendas diretas (*face-to-face*), vendas por proximidade e vendas estendidas. Nas

vendas diretas os consumidores compram diretamente dos produtores, a autenticidade e confiança no produto são construídas na interação entre eles. Nas vendas por proximidade já se nota a presença de um intermediário, por exemplo, com a atuação de uma cooperativa que comercializa os produtos dos seus associados. Os produtos são vendidos na região de produção e os consumidores, frequentemente, tem conhecimento sobre essa localidade. Por fim, as vendas estendidas são categorias de alcance comercial mais amplo, as relações são estendidas no tempo e no espaço. Os produtos são, geralmente, comercializados fora da região de produção para consumidores que não conhecem a localidade de origem dos mesmos. Como visto, a confiança pressupõe a incerteza, um intermediário entre saber e não saber. Neste sentido, como os consumidores poderiam estabelecer relações de confiança com produtos dos quais não conhecem procedência? No caso de produtos ecológicos ou orgânicos, como confiar na autenticidade do produto quando não se conhece o produtor ou as condições da produção?

Para Marsden (2004), o estabelecimento da confiança pressupõe convenções e códigos mediadores que permitem a interação à distância entre produtores e consumidores. As etiquetas e selos de certificação são os dispositivos que transmitem as informações sobre a reputação dos produtores, o que permite aos consumidores diferenciar as mercadorias a que tem acesso. Os selos especificam as normas de produção dos produtos, assim a autenticidade não se funda em relações de confiança primárias, mas através dos rótulos e etiquetas que representam o controle e certificação da produção feita por órgãos externos.

Boström e Klintman (2008) apontam que os selos são instrumentos de avaliação introduzidos no mercado para informar os consumidores sobre questões ambientais. Segundo os autores, como os consumidores não tem conhecimento sobre as circunstâncias que envolvem o produto e sua produção, confiam naqueles que o tem. Convencer-se de que um produto é ecológico, artesanal ou saudável, envolve a confiança nos rótulos e nos indivíduos responsáveis pela certificação. Os autores identificam três diferentes formas de envolvimento dos consumidores com as certificações de produtos. A *confiança simples* está baseada no entendimento do selo enquanto instrumento para reduzir sua possibilidade de erro, ou seja, a certificação é fonte de informação. A *introspecção*, que aponta para diversos sistemas de certificação, refere-se à apresentação de pontos de vista diferentes a partir dos quais os consumidores formulam julgamentos e fazem suas escolhas. Por fim, a *influência* que aponta para o envolvimento dos consumidores no processo de certificação, ou seja, uma certificação *participativa*, que incentiva os consumidores a sair de uma situação de passividade.

Para Lamine (2008) a construção da confiança em torno dos alimentos se dá pela diversidade de pontos de apoio aos quais os indivíduos têm acesso e que os leva a formular seus julgamentos. Para tal, o consumidor leva em conta tanto a reputação do produtor, como a credibilidade destes três diferentes pontos de apoio: o *sensorial* corresponde a pontos de apoio não codificados e diretamente acessíveis como o gosto do alimento, o aspecto visual, o aroma, etc; o *relacional* também aponta para pontos não codificados, mas associados a relações interpessoais, a confiança se constrói, portanto, na relação com os produtores ou intermediários; por fim, os pontos institucionais são codificados e fornecidos por um dispositivo, como um selo de certificação, diretamente acessível pelo consumidor. De acordo com Lamine (2008), num contexto de alargada distância entre produtores e consumidores, esses dispositivos operam como “relocadores” garantindo as expectativas dos consumidores em torno de um circuito específico de produção, distribuição, regulação e certificação.

Para Marsden (2004), esses selos expressam duas categorias de qualidade: a primeira relaciona os atributos físicos do produto ao local de produção representada, por exemplo, pelos produtos regionais, tradicionais, “coloniais”. A certificação informa a origem do produto, por isso denominada selo de Indicação Geográfica; a segunda associa a produção e o consumo a um processo ecológico, a opção por esta produção representa uma preocupação pública com o meio ambiente, neste sentido, faz referência a produtos oriundos das chamadas agriculturas alternativas (orgânica, ecológica). Segundo o autor, neste último grupo enquadram-se os produtos ditos “naturais” que expressam certa romantização sobre o rural.

Assim, os selos se voltam, geralmente, para vincular um produto a dado território ou a dado processo (produção). Boström e Klintman (2008), também enfatizam este caráter denominando-o como diferenciação simbólica,

“[...] the label symbolizes that a particular product has a quality – in a positive or negative sense – that equivalent products (or substitutes) lack. The symbol says implicitly that this product is *different* from other products, often discursively signalled as ‘conventional products’” (Ibid., p. 29).

De acordo com Debusson-Quellier (2012), os primeiros selos ecológicos teriam surgido na Alemanha no final de década de 1970. As primeiras entidades envolvidas com as certificações são entes privados, mas a partir da década de 1990 uma segunda geração de certificadoras nasce da união entre empresas e grupos de militantes, com apoio das autoridades públicas em alguns casos. A partir de então, os selos não estão mais restritos a um país ou região, o objetivo é que os produtos ecológicos tenham alcance internacional,

passando a circular no comércio internacional. Os selos FSC (*Forest Stewardship Council*) e MSC (*Marine Stewardship Council*) são dois dos principais exemplos dessa tentativa.

Boström e Klintman (2008) apontam que estes selos são instrumentos de avaliação introduzidos no mercado para informar os consumidores sobre questões ambientais, neste sentido, os autores consideram que a certificação de produtos é um assunto político, não apenas por parte dos consumidores, mas também dos produtores que, ao optarem por estes sistemas produtivos, estão agindo politicamente. Assim, consideram que os selos ecológicos são parte do recente cenário político que tem sido incorporado com manifestações “anti” e “pró-consumo”, “green labelling can be seen as a policy instrument or as a particular kind of information [...] These are both adequate views, because labelling is about steering actors (policy instruments) and informing about buying options (information)” (Ibid., p. 27).

Os autores caracterizam os selos, ao mesmo tempo, como uma espécie de “padrão ecológico”, uma regra voluntária baseada em determinados princípios e critérios. É voluntária porque, em contraste com as leis institucionais, os indivíduos as seguem e, portanto, compram produtos ecológicos certificados, por iniciativa própria. Os selos representam, portanto, a materialização destes princípios, são marcadores que os simbolizam.

Radomsky (2015) compreende que a proliferação dos selos de certificação tem relação com o que Strathern (2000 apud RADOMSKY, 2015) denomina “culturas de auditoria”. Segundo o autor, os processos de auditoria apontariam um momento de desconfiança vivido pelas sociedades contemporâneas, neste sentido, é como se alguns produtos necessitam de um selo para atestar que eles se enquadram nos padrões e normas. No caso da agricultura, o autor enfatiza que a utilização de selos para os produtos orgânicos é um dilema constante para muitos agricultores que buscam diferenciar seus produtos dos convencionais cuja produção é a base de utilização de agrotóxicos. Considerando que as diferenças entre os dois produtos não são facilmente identificadas pelo aroma, aspecto físico ou sabor dos produtos, os produtos orgânicos podem ser compreendidos como bens de crença, na medida em que o consumidor confia que ele seja capaz de satisfazer suas necessidades mesmo antes de experimentá-lo. Assim, a certificação vem sendo utilizada como um processo “que tem sido justificado para que a confiança nestes produtos se torne menos passível de engano e cujo selo é o operador que exerce eficácia de tentar remover as dúvidas dos consumidores” (Ibid., p. 32).

Nesse sentido, os selos podem ser compreendidos como operadores de eficácia na medida em que resignificam os objetos agregando-lhes valor. É importante considerar que essa eficácia está amparada em uma agência ou uma organização que tem autoridade, qualidades peculiares e reconhecida perante a sociedade. Este é o caso da Rede de

Agroecologia Ecológica, conforme será visto. Conclui-se, neste sentido, que a utilização de selos de certificação de produtos é uma forma de distinguir os aspectos da qualidade de um produto. A certificação de produtos funciona, portanto, como um mecanismo de que atesta a origem, a forma e o local de produção. Em outras palavras, um selo diferencia um produto do outro, atestando sua singularidade e autenticidade.

2.3 SINGULAR, ÚNICO E AUTÊNTICO – QUAL A GRAMÁTICA POR TRÁS DO SELO?

Conforme mencionado, a emergência dos selos de certificação tem relação com mudanças no processo de acumulação capitalista que sai de um modelo rígido e padronizado para um modelo mais flexível e personalizado, a partir da década de 1960. Para Boltanski e Chiapello (2009), essas mudanças foram a forma encontrada pelo sistema para responder as críticas ao processo de padronização das mercadorias através do que os autores denominam de mercantilização da diferença, “o ato de transformar em ‘produtos’ [...] bens e práticas que – em outro estado – ficavam antes fora da esfera do mercado” (Ibid., p. 445).

O objetivo dos empresários era responder a crítica dando a impressão que o surgimento de “bens singulares e autênticos” levava a redução da massificação. Conforme apontado, a mercantilização das diferenças tinha como objetivo capitalizar o não capital, por isso a autenticidade deveria ser buscada fora da esfera da mercadoria, nos “filões de autenticidade”, portanto autêntico é o bem não comercial, que tem valor de uso (o que o torna singular) maior que seu valor de troca (o que o torna genérico), e com o qual o consumidor desenvolve uma relação particular. Mesmo que o seu valor não seja comercial, os produtos singulares precisam produzir lucro, em outras palavras, fazer girar a roda capitalista, por isso torna-se objeto de cálculos, transações e contratos. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), um bem passa por diversas “operações de produção” através das quais se tornará um produto. Depois de tornado produto, um bem passa por diversas outras operações a fim de ter a sua circulação controlada e se tornar uma real fonte de lucro.

Os bens comerciais chamados de "naturais" ou "autênticos" apresentam caráter paradoxal porque, ao mesmo tempo que circulam de maneira estritamente comercial, para ganharem destaque e justificarem seu preço (muitas vezes até em circuitos de grande distribuição), precisam apresentar-se com aspectos que façam referência a um estado anterior das relações comerciais, em que o comprador estava diretamente diante de um artesão, que era ao mesmo tempo fabricante e comerciante, numa praça de mercado. *Esses objetos são um suporte privilegiado da suspeita*, pois é difícil saber se eles se distinguem dos produtos padronizados unicamente na apresentação

(acondicionamento) e nos argumentos de venda (publicidade), ou se também se distinguem deles por propriedades substanciais que derivariam de modos diferentes de fabricação (Ibid., p. 449, grifo meu).

Por serem objetos de um suporte privilegiado de suspeitas que os autores consideram que esses bens abrem uma era de suspeitas em torno dos produtos “singulares e autênticos”. Nesse sentido, como saber se um bem era realmente autêntico, fruto da inspiração e da espontaneidade, ou produzido com a intenção de tornar-se mercadoria? Para responder as novas críticas, o sistema capitalista trabalhou na modificação da noção de autenticidade. Nesse sentido, autêntico não é mais um bem singular, produzido espontaneamente, sem fins comerciais, mas sim o bem original, em contraposição ao bem inautêntico, uma cópia fabricada com a intenção de reproduzir a diferença para fins comerciais. Mais do que um produto autêntico, é autêntica a intenção daquele que o produz.

Em vez de girar em torno da problemática da massificação, que dominara a primeira metade do século XX, a forma assumida atualmente pela crítica à inautenticidade retoma a outra tradição na qual se enraíza a denúncia do artificial em oposição ao espontâneo, do mecânico em oposição ao vivo, do sincero em oposição ao estratégico e, conseqüentemente, da emoção verdadeira, que surge de modo não intencional, em oposição à sua imitação simulada: o questionamento do "espetáculo" (Ibid., p. 452).

Isso não elimina, no entanto, as suspeitas em torno da singularidade dos bens: como certificar-se de que aquele bem é autêntico? De acordo com Karpik (2007), a emergência da economia das singularidades, indica que a incerteza com relação à qualidade dos bens e/ou serviços leva à necessidade de se fundarem relações de confiança. Neste sentido, mobilizam-se dispositivos de julgamento que dão aos consumidores conhecimento sobre a singularidade do produto. Eles servem de referência à ação e podem se desdobrar em dispositivos pessoais (relações de confiança direta entre produtor e consumidor) e impessoais onde a qualidade é atestada por um mecanismo de certificação e a confiança depende da reputação do *intermediário de confiança*, aquele que emite o selo (KHODYAKOV, 2007)³¹. A confiança nestes dispositivos é o que mantém o mercado das singularidades ao qual os produtos orgânicos e ecológicos se vinculam.

No caso em questão, os selos ou certificações de produtos podem ser entendidos como um dispositivo de julgamento que só ganha credibilidade a partir das relações de confiança nas quais estão ancorados. É a confiança nestes dispositivos que mantém o mercado das

³¹ Segundo Niederle e Almeida (2013), os consumidores cofiam em *intermediários culturais* que asseguram a qualidade do produto e o modo como o mesmo é produzido. Por exemplo, estes elementos culturais são importantes porque os produtos da Rede de Agroecologia Ecológica circulem na sua rede, neste sentido, os produtos de um núcleo são vendidos em outros e o selo assegura sua autenticidade.

singularidades. Para Karpik (2007), um produto é singular quando existe base de diferenciação suficiente entre outro produto. Essas “bases de diferenciação” portam certas características dos produtos, suas particularidades expressas por uma embalagem, um rótulo ou um selo de certificação, elas informam aos consumidores a reputação do produtor e da mercadoria.

De acordo com Bessy e Chateauraynaud (2014), os selos podem ser compreendidos como signos de distinção associados a um produto com o objeto de criar um elo entre esse produto e o seu fabricante ou suas características essenciais. O selo funciona como a representação gráfica de uma marca que tem a função de proteger os produtos contra as cópias, as imitações, definindo a natureza, a qualidade e a origem de um produto.

Karpik (2007) considera que a singularização se constrói tanto por um processo de transformações sócio históricas, como por processos de interpretações simbólicas que transformam produtos idênticos em produtos incomparáveis. A transformação da qualificação dos produtos são efeitos de mudanças nos gostos e nos valores simbólicos dos consumidores, nesse sentido, a qualidade é construída com uma ruptura radical sobre a aparência *objetiva* do real. A metamorfose dos produtos é consequência de um processo de interação coletiva que integra os julgamentos particulares, as estratégias dos produtores, os pontos de vista sobre os dispositivos e as interpretações dos consumidores.

Essa compreensão combina com o entendimento de Callon *et all.* (2002) que caracteriza um produto como um processo e um bem como um estado, um resultado, ou seja, um momento de um processo que está em constante renovação. Com isso os autores enfatizam que o processo que qualificação e singularização dos produtos é constante, na medida em que todos são produtos, mas que em determinados momentos e/ou contextos se tornam bens (*goods*) a partir da combinação de uma série de características que os tornam singulares, “defining a good means positioning it in a space of goods, in a system of differences and similarities, of distinct yet connected categories” (Ibid., p. 198)³².

Esse processo de singularização pode ser reconhecido como uma espécie de *almiquia social* denominada por Bourdieu e Delsaut (2008) de transubstanciação simbólica, ou seja, os produtos são transformados (tornado singulares) sem que suas bases materiais sofram modificações. Esse é o caso apresentado pelos autores quando mencionam a assinatura dos

³² Considerando a importância do processo de qualificação-requalificação para o andamento dos mercados, para os autores, a singularidade de um produto deve ser considerada uma importante variável na análise dos produtos, assim como o preço, porque ela também influencia a política de oferta e demanda na medida em que pode formar um nicho de mercado atraindo consumidores, como é o caso dos produtos orgânicos que experimentam uma busca cada vez mais frequente. Percebe-se, portanto, que para os autores a singularidade dos produtos é caráter basilar da economia das qualidades.

costureiros de grifes reconhecidas. A assinatura tem uma eficácia “quase mágica”, pois é capaz de diferenciar duas vestimentas iguais dando a uma delas o *status* de grife. Essa “alquimia” é possível porque o costureiro opera a energia do campo em questão a partir de crenças coletivas que legitimam o seu ato e conferem poder a sua assinatura.

No caso dos produtos ecológicos, Radomsky (2015) considera que nada diferencia um produto certificado de um não certificado, no entanto a circulação dos alimentos ecológicos não certificados depende da formação de relações de confiança, relações essas que os selos buscam isentar. Nesse sentido, os selos operam “um processo de *transferência* e de *subtração simbólica*” (Ibid., p. 100, grifos do autor) conferindo aos produtos ecológicos algo que os outros não têm.

E quem opera esse processo, ou seja, quem submete os objetos a provas para verificar sua autenticidade são os *experts*. Para Bessy e Chateauraynaud (2014) existem dois tipos de *experts*. O primeiro é considerado um profissional que domina procedimentos especializados, a eficácia do dispositivo de autenticação (um selo, por exemplo) é assegurada na medida em que o mundo do *expert* corresponde às representações dadas pelo dispositivo. No segundo caso, o *expert* é aquele dotado de conhecimento específico e a eficácia do dispositivo está amparada no seu caráter local e relacionada com as propriedades de cada contexto, tornando difíceis generalizações ou a adoção de procedimentos rotineiros para avaliar a autenticidade.

Para proceder a essa avaliação, o *expert* deve ser capaz de enfrentar quatro provas: a qualificação do objeto, explorar a rede em seu entorno, proceder a um exame instrumental dos seus materiais e levar em conta a experiência sensorial. Conforme será visto no terceiro capítulo, a questão da expertise é muito cara a certificação participativa, isto porque ela questiona a legitimidade de um auditor externo à propriedade (certificação por auditoria – *expert* do tipo 1) para avaliar a conformidade orgânica de uma propriedade. Os defensores da certificação participativa acreditam que apenas indivíduos envolvidos com aquela atividade podem fazer tal avaliação, por essa razão a certificação participativa tem caráter maleável e apresenta diferentes formas de atuação, dependendo do contexto onde se aplica (*expert* tipo 2).

Além disso, na certificação participativa a experiência sensorial é muito valorizada, pois o conhecimento tácito, adquirido pelos agricultores na experiência, funciona como uma forma de atestado: “c’est tout l’expérience du sujet qui est engagée dans le corps à corps avec l’objet et, partant, au lieu d’enfermer dans la ‘subjectivité’, ouvre sur une pluralité d’expériences possibles” (Ibid., p. 299).

Diante disso, enfatizo que a mobilização por uma certificação participativa se dá em formato de contestação à certificação por terceira parte. Neste sentido, a certificação participativa é mais que outro modo de certificar, é um modo diferenciado que mobiliza princípios e práticas que marcam estas diferenças. Por essa razão considero que existe uma *gramática por trás do selo*, ou seja, existe um modo de vida, justificações que este selo representa. Concordo com Radomsky (2009) ao considerar que o selo trás para frente o trabalho que está por trás dele, aquele realizado pelos agricultores integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida, e que é caráter da singularidade e autenticidade dos produtos.

2.4 CONCLUSÃO

Este capítulo teve como principal objetivo apresentar as questões centrais concernentes para a discussão sobre as certificações. Buscou-se elucidar o contexto de emergência das certificações, enfatizando-se o caso dos selos ecológicos, sua capacidade de atuar como dispositivos de confiança e julgamento. Nesse sentido, tomando-se a sociologia econômica e a economia das convenções como suporte, partiu-se da caracterização do conceito de qualidade e da sua relação com o advento dos selos de certificação. A partir da apresentação feita foi possível perceber que, a partir da década de 1970, as sociedades contemporâneas adotam a tendência de personalização dos bens de consumo. Neste sentido, variáveis qualitativas são inseridas aos processos de mercantilização acentuando consideravelmente a heterogeneidade e aspectos estéticos dos produtos, o que tem reflexo na atribuição da qualidade dos bens, pois esta já não é mais compreendida como uma série de atributos inerentes aos bens.

No entanto, a demanda por novas variáveis qualitativas, abre caminho para alguns questionamentos: de que forma os consumidores podem se certificar que o produto adquirido carrega os aspectos qualitativos que desejam, ou seja, responde a sua demanda de qualidade? É para dar conta da redução desse contexto de incertezas que tomam curso alguns arranjos institucionais, como os selos de certificação. A certificação cumpre a importante função de reduzir as assimetrias entre produtores e consumidores minimizando o risco da compra de um produto falsificado, na medida em que o selo atesta a origem e modo de produção de uma mercadoria e informa ao consumidor se aquele produto atende as suas expectativas. Mas além das questões relacionadas à demanda por autenticidade, os enlaces entre risco e certificações também envolve o contexto de crescente industrialização dos alimentos que teria amplificado e gerado novas incertezas sobre a procedência dos produtos. Essa insegurança em torno do

mercado alimentar faz com que se delineiem normas para assegurar a segurança alimentar aos consumidores. Diante disso torna-se necessário considerar que tipos de dispositivos de confiança os indivíduos desenvolvem para assegurar a qualidade do produto e reduzir a insegurança em torno de um risco alimentar.

É para estas questões que a segunda parte deste capítulo foi dedicada, discutindo-se, inicialmente, a temática do risco a partir de Beck (1997, 1998), Giddens (1991, 1997, 2000, 2007), Luhmann (2005b), Doulgas e Wildavsky (2012) e Chateauraynaud e Torny (2013). Nas discussões em torno do risco e das certificações, uma das questões que merece destaque maior é a que envolve a confiança. Os enlaces entre risco e confiança foram discutidos a partir de autores como Giddens (1991, 1997, 2000, 2007), Luhmann (2005a) e Simmel (2004), buscando-se destacar que os selos de certificação de produtos podem ser considerados como dispositivos que estabelecem padrões de referência que orientam o consumidor no que tange a qualidade dos produtos, ou seja, dispositivos de confiança e qualidade que reduzem as incertezas, uma espécie de *neutralização do risco*. O selo representa essa gama de valores que justificam a ação dos consumidores, neste sentido, há um acordo entre produtor e consumidor que se expressa através do reconhecimento do selo.

A utilização de selos de certificação de produtos pode ser compreendida, então, como uma forma de distinguir os aspectos da qualidade de um produto. Em outras palavras, um selo diferencia um produto do outro, atestando sua singularidade e autenticidade. A parte final do capítulo é dedicada a estas questões, ou seja, a pertinência dos selos em relação às noções de singularidade e autenticidade. Como visto, a formação de uma economia das singularidades abre uma era de suspeitas em torno destes produtos considerados “singulares e autênticos”. Assim, mobilizam-se dispositivos de julgamento que dão aos consumidores conhecimento sobre a singularidade do produto, como os selos de certificação.

Conforme apresentado neste capítulo, a singularização dos produtos pode ser compreendida como uma espécie de alquimia social onde os produtos são transformados, tornados singulares, sem que suas bases materiais sofram modificações. Considero que esta alquimia seja operada através da atuação de indivíduos que Bessy e Chateauraynaud (2014) caracterizam como *experts*. De acordo com os atores existem dois tipos de *experts*, o primeiro é considerado um profissional que domina procedimentos especializados, neste caso, a eficácia da certificação é assegurada na medida em que o mundo do *expert* corresponde às representações dadas pelo dispositivo. No segundo caso, o *expert* é aquele dotado de conhecimento específico e a eficácia do dispositivo está relacionada com as propriedades de

cada contexto, tornando difíceis generalizações ou a adoção de procedimentos rotineiros para avaliar a autenticidade.

Enfatizo ainda a discussão relacionada à *expertise* porque ela vem à tona quando consideramos a certificação participativa e a crítica que opera em relação à certificação por terceira parte: a certificação participativa tem caráter maleável e apresenta diferentes formas de atuação, dependendo do contexto onde se aplica (*expert* tipo 2). Além disso, na certificação participativa a experiência sensorial é muito valorizada, pois o conhecimento adquirido pelos agricultores na experiência funciona como uma forma de atestado, uma espécie de diploma que lhes habilitação para o trabalho que realizam.

É por esta razão que enfatizo que a mobilização por uma certificação participativa se dá em formato de contestação à certificação por terceira parte. Neste sentido, considero que a certificação participativa é um modo diferenciado de certificar, mobilizando diferentes princípios e práticas. Por essa razão considero que existe uma *gramática por trás do selo*, ou seja, existe um modo de vida, justificações que este selo representa, ou seja, o selo trás para frente o trabalho que está por trás dele, aquele realizado pelos agricultores integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida, e que é caráter da singularidade e autenticidade dos produtos.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGs)

O controle sobre as plantas e os animais, através do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, alterou a forma de relacionamento entre o homem e o seu meio. Com o passar do tempo, as sociedades desenvolveram técnicas cada vez mais sofisticadas de intervenção sobre a natureza, sendo possível, em alguns desses momentos, falar em “revoluções agrícolas”.

Segundo Mazoyer e Roudart (2010), a partir do século XVII, com o advento da revolução industrial e do processo de urbanização, é possível perceber uma aproximação entre plantio agrícola e produção industrial: além da agricultura passar a fornecer insumos para a indústria, esta passa a produzir maquinários destinados à agricultura que foram responsáveis, naquele momento, por duplicar a produtividade do trabalho, se espalhando rapidamente por Estados Unidos, Europa e suas colônias. Os autores compreendem que essas mudanças permitiram a passagem, no início do século XX, para a chamada “segunda revolução agrícola” do mundo moderno marcada, principalmente, pela mecanização e quimificação dos sistemas produtivos, conhecida também como *modernização agrícola* ou *agricultura convencional*. Esse processo torna-se mais intenso após a Segunda Guerra Mundial, quando os novos padrões de produção agrícola alcançam os países do norte e começam a se espalhar pelos demais.

No entanto, estes avanços técnicos não aconteceram sem a perpetuação de desigualdades econômicas, sociais e de trabalho, do acentuamento da pobreza, do encurralamento dos pequenos produtores, da poluição e da degradação ambiental. Não por outras razões, preocupações efetivas com estas questões passam a compor as agendas governamentais a partir dos anos 1960, porém, já no início do século XX é possível visualizar o delineamento de alternativas produtivas que se colocam na contramão dos processos de modernização agrícola questionando sua capacidade de alimentar adequadamente a população e produzir sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente³³ (REED; HOLT, 2006).

Muitos intelectuais ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural começaram a buscar soluções para esses problemas. Em suas pesquisas buscavam compreender a possibilidade de desenvolver uma produção agrícola que fosse ecológica, respeitando o limite biológico dos ecossistemas. Segundo Reed e Holt (2006), é possível observar dois grupos

³³ Ehlers (1996) considera essas ideias como “movimentos contestatórios” ou “rebeldes” ao contestarem as práticas da agricultura moderna. O trabalho de Steiner e Howard, entre outros (como Müller e Fukuoka, percussores da agricultura biológica e natural, respectivamente), foi de sintetizar teoricamente os fundamentos das chamadas agriculturas alternativas ou sustentáveis.

profissionais típicos: aqueles que davam a “agricultura alternativa” um caráter místico, como o alemão Rudolf Steiner, precursor agricultura biodinâmica³⁴, e aqueles que buscavam tratá-la de acordo com os cânones científicos tradicionais, como Albert Howard, responsável pelo surgimento da *agricultura orgânica* na Inglaterra na década de 1940³⁵.

Em 1940 é formada, na Nova Zelândia, a primeira associação orgânica e, logo depois, já se visualiza, em vários países, diversas unidades produtivas denominadas “orgânicas”. Na década seguinte, a agricultura orgânica experimenta sua expansão em relação ao público consumidor quando uma série de materiais é produzida e divulgada com o objetivo de torná-la conhecida (REED; HOLT, 2006). Na década de 1970 a agricultura orgânica expande-se consideravelmente, juntamente com os sistemas de conformidade orgânica, os selos de certificação dos produtos e o Movimento Internacional da Federação da Agricultura Orgânica (IFOAM), impulsionada tanto pelo movimento ambientalista com pelo dos consumidores.

Segundo dados da IFOAM (2015), referentes ao ano de 2013, 43 milhões de hectares no mundo são dedicados à produção orgânica, números que vem crescendo se comparados ao ano de 1999, quando apenas 11 milhões de hectares eram ocupados por sistemas produtivos orgânicos. No entanto, estes números são pouco expressivos se comparados à produção agrícola mundial, pois representam 0,98% do total produtivo. A Austrália é o país com o maior número de hectares “orgânicos” (17,2 milhões), enquanto as Ilhas Malvinas possui a maior porcentagem de produção orgânica em relação à produção agrícola total (36,3%).

Os dados informam um número total de 2 milhões de produtores orgânicos espalhados pelo mundo, sendo que Índia, Uganda e México são os países com o maior número de produtores, respondendo, juntos, pela metade dos produtores orgânicos a nível mundial. O mercado de produtos orgânicos envolve em torno de 72 bilhões de dólares e teve um crescimento expressivo, considerando-se que em 1999 esse montante era de 15 bilhões. Em relação ao consumo de orgânicos per capita, este ficou em 10,5 dólares, mas é muito expressivo nos países europeus, como a Suíça onde o consumo per capita de produtos orgânicos chegou a 210 euros em 2013. Em torno de 170 países mantém sistemas de certificação da produção orgânica, mas apenas a 82 são regulamentados pelos estados.

³⁴ A agricultura idealizada por Steiner busca integrar homem e natureza, superando as relações técnicas e produtivistas, ele enfatiza questões cosmológicas que envolvem as plantas e animais.

³⁵ Para Howard, a sustentabilidade da agricultura depende da boa fertilidade dos solos, dando-se especial atenção à atuação dos microrganismos no solo e à produção vegetal e animal integradas. Ele foi um severo crítico de Liebig e Rothamsted, responsáveis pelas pesquisas na área agroquímica que defendiam a tese de que as plantas se nutriam por substâncias químicas e que o aumento dessas substâncias (via fertilizantes químicos) se traduzia em incremento da produtividade agrícola.

Na América Latina há, aproximadamente, 300 mil produtores espalhados por seis milhões e meio de hectares, principalmente na Argentina (3,2 milhões de hectares), Uruguai (0,9 milhões de hectares) e Brasil (0,7 milhões de hectares). A maior parte desta área é dedicada a prados e pastagens permanentes e plantações agrícolas como culturas permanentes de frutas cítricas, café, cacau, sementes, etc. (representando 26% da produção mundial), plantas nativas (8,1% da produção mundial) e colmeias (18% da produção mundial). Na tabela a seguir (Tabela 1) que seleciona algumas culturas específicas, pode-se perceber que a América Latina é líder na produção de café e cacau orgânicos, bem como de frutas tropicais e subtropicais, e tem participação expressiva na produção de frutas cítricas e de vegetais.

Quadro 1 – Culturas selecionadas na agricultura orgânica em 2013.

CULTURAS	ÁFRICA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA DO SUL	ÁSIA	EUROPA	OCEANIA	TOTAL
Cereais	6.531	624.649	37.738	793.568	1.844.578	2.724	3.309.788
Frutas Cítricas	9.283	7.528	15.048	11.891	37.347	480	81.577
Cacau	23.063		204.601			31	227.695
Café	194.544		445.178	67.598		18.308	725.627
Frutas (Temperadas)	8.314	19.321	5.617	39.922	138.566	1.282	213.023
Frutas (Tropicais e Subtropicais)	19.899	6.717	117.782	39.894	24.494	455	209.240
Oleaginosas	125.861	103.657	34.523	325.126	190.419	217	779.803
Azeitonas	125.350		4.985	2.203	478.445	470	611.452
Cultura animal	2.020	47.753	611	18.725	226.947	18	296.073
Vegetais	5.986	63.214	62.732	66.899	105.123	1.388	305.342

Dados apresentados em hectares ocupados. Fonte: IFOAM (2015).

O Brasil é considerado o principal mercado de produtos orgânicos da América Latina, considerando a produção e o consumo (FLORES, 2015). Além de recursos alocados na assistência técnica e extensão rural à produção orgânica, o país mantém iniciativas promissoras de inserção da produção orgânica nos mercados através de programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, em 2013, o Brasil lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) – Plano Brasil Agroecológico – o qual assume como principais metas o fortalecimento das redes de produção e comercialização agroecológicas, o aumento da oferta de assistência técnica e extensão rural, do acesso aos recursos naturais e o fortalecimento das compras governamentais de produtos ecológicos.

Estes são importantes suportes para incrementar a produção orgânica no país que, em 2006, era representada por mais de 90.000 produtores, de acordo com dados do Censo Agropecuário (BRASIL, 2006). Os estabelecimentos ocupados por esses produtores representam 1,8% dos estabelecimentos agropecuários do país e são de pequeno porte, de até 10 hectares (52% dos estabelecimentos) e se dedicam, principalmente a lavouras temporárias e a pecuária. A horticultura e a floricultura são as produções orgânicas com maior representatividade na produção agrícola nacional (4,49%). Cabe ainda considerar que em torno de 60% da produção orgânica feita no Brasil é exportada para a União europeia, Estados Unidos e Japão, além de outros 30 países. Além disso, o número de produtores orgânicos aumentou 51,7% em janeiro de 2015 e o número de unidades produtivas orgânicas teve um acréscimo de 32%, levando-se em conta o mesmo período do ano anterior, conforme dados do MAPA (BRASIL, 2015).

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que a produção orgânica, mesmo que pouco expressiva em relação à agricultura convencional vem crescendo nos últimos tempos. O objetivo deste capítulo é explanar sobre o contexto de emergência da produção orgânica, principalmente no Brasil, e sobre alguns dos principais atores que contribuíram para a sua constituição. Neste sentido, a primeira sessão é dedicada a uma retomada sobre os processos de modernização agrícola que ganharam curso e se intensificaram a partir da segunda metade do século XX. Num segundo momento, dedico-me as reações que se seguiram as suas consequências socioambientais e que deram fôlego para a promoção de redes alternativas de produção e consumo e valorização da pequena produção familiar de base ecológica.

Na terceira sessão dá-se atenção especial para o movimento que se forma em torno da promoção da agroecologia no Brasil através, principalmente, da atuação da Rede TA Sul, pois é dela que se origina a Rede de Agroecologia Ecovida, tomada como *locus* desse trabalho. Constitui parte desta sessão a caracterização da Rede de Agroecologia Ecovida: sua história, organização e estruturação, bem como o contexto que deu suporte para a emergência da certificação participativa no sul do Brasil.

Salienta-se que o aparato legal para a produção e certificação orgânica implantado no Brasil foi influenciado pelo modelo europeu, pelo qual se postula que a produção orgânica deva passar por um processo de auditoria realizada por terceiros, ou seja, empresas certificadoras que atestam a qualidade e autenticidade orgânica de um produto. Esse modelo de certificação é conhecido como *certificação por auditoria* ou *terceira parte*. Mas antes mesmo da legislação brasileira ganhar corpo, associações e ONGs que trabalhavam dentro do

escopo das tecnologias alternativas e da agroecologia já desenvolviam uma certificação própria, considerada mais horizontal e de cunho participativo. Quando o estado brasileiro passou a regulamentar a produção orgânica, não reconhecendo estas organizações como organismos certificadores, mobilizou-se uma crítica em torno da certificação por terceira parte. No final deste capítulo, apresenta-se a discussão em torno da certificação de produtos orgânicos, levando-se em conta seu contexto de surgimento na Europa e as implicações que esse modelo teve para a realidade brasileira.

3.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A expansão da agricultura é marcada pelo desenvolvimento de diversos modelos produtivos que, ao longo do tempo, implicaram em novas formas de organização social e novas relações entre homem e natureza. A cada novo ciclo do desenvolvimento agrícola o homem aumenta seu poder de domínio sobre a natureza com a finalidade de garantir uma produção rentável e regular. Mazoyer e Roudart (2010) consideram que, entre todas as revoluções agrícolas, nenhuma obteve ganhos de produtividade tão representativos quanto à propagada pelos pacotes tecnológicos da chamada *agricultura moderna* que se espalha de maneira maciça por grande parte dos países industrializados após a II Guerra Mundial.

Essa agricultura moderna, também conhecida como convencional, é compreendida no âmbito deste trabalho como um modo de organização da agricultura marcado pela adoção de tecnologias industriais para o manejo agrícola e que se configura em meados do século XX, mas cujas origens remontam ao final do século XIX e início do século XX (SCHMITT, 2001). Isto porque os processos de modernização da agricultura são influenciados pelos avanços científicos na área da química e da biologia, no final do século XIX, que vieram a compor um projeto político em torno da modernização, este legitimado pela promessa do aumento da intensificação e escalas de produção.

Os estudos aos quais me refiro são representados, principalmente, pelos trabalhos de Justus von Liebig (1803 – 1873) e Johann Gregor Mendel (1822 – 1884) (EHLERS, 1994). As pesquisas de Liebig mostraram que a nutrição das plantas se dá pelas substâncias químicas presentes no solo, desconsiderando-se a função da matéria orgânica neste processo. Neste sentido, o aumento da produtividade agrícola teria relação direta com o nível de substâncias químicas presentes no solo. Com base nessas ideias, impulsionou-se a adubação nos processos produtivos agrícolas, abrindo-se um importante mercado para os “fertilizantes artificiais” que

ganhavam cada vez mais espaço e colocavam como “antiquadas” as técnicas tradicionais de fertilização orgânica.

Mendel, por outro lado, tem sua importância reconhecida como o “pai” da ciência genética. Seus estudos sobre a hereditariedade demonstraram que as características dos organismos são determinadas por genes que se unem durante a formação de gametas. De acordo com Ehlers (1994), estes experimentos facilitaram a seleção de características das plantas, como resistência e produtividade, e foram adotadas por empresas que iniciaram a produção e sementes selecionadas e melhoradas geneticamente. Estas práticas de hibridação permitiram, já no início do século XX, um controle maior sobre a produção e maiores ganhos de produtividade.

Segundo Ehlers (1994), denomina-se *apropriacionismo* a realização de processos essencialmente agrícolas pelo setor industrial³⁶. Mas além da apropriação química e biológica, há também uma apropriação mecânico-motora através da adoção de um maquinário agrícola que permitiu a redução ou eliminação da força motora animal, bem como a redução da mão-de-obra humana³⁷.

As duas grandes guerras também colaboraram para o processo de modernização agrícola ao impulsionarem o desenvolvimento de algumas tecnologias. Muitos compostos químicos produzidos para serem utilizados como material bélico foram transformados em pesticidas, inseticidas e biocidas, os conhecidos agrotóxicos. Com o advento da hibridação e do melhoramento genético multiplicaram-se o número de pragas e doenças que atacavam os cultivos, neste sentido, apresenta-se uma demanda crescente pelos agrotóxicos e defensivos agrícolas³⁸.

³⁶ Esse *apropriacionismo* também pode ser visto em relação à produção animal: forragens e rações deixam de ser produzidas na própria propriedade para serem adquiridas pelas indústrias que passam a fabricá-las. A pecuária tem ao seu dispor uma gama de vacinas, antibióticos e outros derivados farmacêuticos que passam a auxiliar no controle da produção, o aumento do confinamento e o melhoramento genético passam a ser fundamentais para o aumento dos ganhos na produção animal.

³⁷ Kageyama *et al.* (1996) diferenciam os conceitos de modernização agrícola, industrialização da agricultura e formação de complexos agroindustriais. Para os autores, a modernização da agricultura diz respeito à mudança das bases técnicas produtivas que transforma a produção “camponesa” em uma agricultura intensiva e mecanizada. Já a industrialização da agricultura passa pela ideia de que esta se transforma num ramo da indústria, ou seja, atua como uma fábrica. O que os autores salientam é que o processo de modernização culmina na industrialização agrícola a partir de três transformações básicas: nas relações de trabalho, na mecanização do processo produtivo e na internalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, que no Brasil ganha corpo através das medidas de substituição das importações.

³⁸ De acordo com Ehlers (1994) o 2,4-D e o 2,4,5-T são dois destes exemplos: foram desenvolvidos pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, mas acabaram não sendo utilizados, com o fim da guerra o material retornou aos EUA. Alguns anos depois, foram lançados como insumos agrícolas e, mais tarde, durante a Guerra do Vietnã, o 2,4,5-T, conhecido como agente laranja, foi despejado sobre plantações e aldeias do Vietnã causando, além da destruição do *habitat* natural, enfermidades, malformações congênicas, câncer e síndromes neurológicas.

Estes avanços do setor agrícola-industrial e das pesquisas científicas culminaram, no início da década de 1970, em pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde. Esta se fundamentava em um conjunto mais homogêneo de práticas, por isso agrupadas em pacotes, de variedades vegetais selecionadas, geneticamente modificadas, exigentes de fertilizantes químicos e agrotóxicos, sistemas de irrigação e moto-mecanização. Segundo Ehlers (1994), a Revolução Verde viabilizou as condições necessárias para a produção em larga escala em sistemas de monocultura.

Em relação à produtividade agrícola, a Revolução Verde alcançou altos níveis de rentabilidade dobrando a produção alimentar e aumentando em 40% a disponibilidade de alimentos por habitante, o que parecia indicar que estes pacotes resolveriam o problema da fome mundial. Diante desse sucesso e apoiada por órgãos governamentais, pela comunidade agrônoma e pelas empresas produtoras de insumos agrícolas, a Revolução Verde foi se espalhando por diversos países.

No entanto, consequências socioambientais decorrentes desse modelo começaram a tornam-se visíveis. Schmitt (2001) resume os efeitos da agricultura moderna como a artificialização dos processos agrícolas, com a adoção de características industriais, o aumento da produtividade agrícola e do trabalho, a concentração de capitais e recursos nas mãos de poucos agentes, a especialização agrícola em torno de produtos específicos e sua homogeneização, a descontextualização em relação o conhecimento agrícola e o seu *lócus* de aplicação, o distanciamento entre produtores e consumidores, entre local de produção e consumo, com o aumento cada vez mais significativo de intermediários, e, por fim, a expansão da dicotomia entre homem e natureza.

Além dos itens citados, pode-se também mencionar o aumento do custo de produção, já que esse modelo de agricultura é cada vez mais dependente do meio externo. Enquanto, tradicionalmente, os agricultores produziam seus insumos, agora passam a compra-los das indústrias que os fabricam, o que aumenta os custos produtivos. Também se deve considerar que o incremento tecnológico da produção vegetal e animal trouxeram, além dos ganhos econômicos, o aumento da concentração de hormônios e substâncias tóxicas nos alimentos, como também decorrências ambientais originadas da concentração de efluentes em confinamentos animais ou da concentração das substâncias químicas e tóxicas que penetravam no solo, através do plantio agrícola, ou eram despejadas nos cursos d'água, acabando por degradar estas áreas. A intensificação de uma produção intensiva e baseada na monocultura e na especialização genética também se torna responsável pela erosão e perda da

fertilidade dos solos e pela delapidação da biodiversidade e do patrimônio genético (EHLERS, 1994).

É por estas razões que, já na década de 1960, é possível visualizar o desenvolvimento de críticas relacionadas aos processos de modernização agrícola. Um exemplo importante é a publicação em 1962 do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, trabalho onde se ressalta os riscos por trás da utilização de agrotóxicos na produção de alimentos e a necessidade de se desenvolver iniciativas alternativas que causem menor impacto ao meio ambiente e a saúde humana. As denúncias de Carson tornaram-se inquietantes não apenas para a comunidade científica, mas também para a opinião pública. Nos Estados Unidos, órgãos governamentais sentiram-se instigados pela questão e isto culminou na criação da Agência Ambiental Americana (EPA) que se tornou responsável por banir ou restringir o uso de diversos insumos agrícolas por causarem efeitos nocivos ao meio ambiente e a saúde humana.

O relatório do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo, ambos datados de 1972, o relatório Brundtland, de 1987, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, são as ações mais importantes onde a temática da agricultura é abordada em relação aos seus impactos para o homem e o meio ambiente: o desenvolvimento rural e a agricultura sustentável passam a ser considerados como objetivos a serem alcançados visando o desenvolvimento sustentável³⁹.

Este contexto impulsiona o que Buttel (1995, apud COSTABEBER, 1998) denomina a “segunda transição agroecológica do século XX”, que se refere a um período de politização ecológica da agricultura onde os movimentos sociais passam a exercer influência crescente sobre as políticas agrárias, em contraposição à primeira – a Revolução Verde. Segundo o autor, esta transição é resultado do esgotamento das tecnologias agrícolas modernas, dando início a um processo de “ecologização” em que a busca e construção de novas formas de desenvolvimento, menos agressivas ao meio ambiente e socialmente justas, são tomadas como fundamentais para alcançar altos níveis de “sustentabilidade”.

Com relação a isso, considero que dois movimentos tenham grande importância para a emergência e proliferação das preocupações socioambientais decorrentes do processo de modernização agrícola: o movimento ambientalista e dos consumidores. Segundo Thomas

³⁹ De acordo com o Relatório Brundtland – *Nosso futuro comum* (1988), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele “que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

(2010) com a Revolução industrial e a intensificação da urbanização, os então habitantes das cidades, confrontados com as rápidas transformações que acarretam o seu modo de vida, principalmente no que diz respeito as suas relações com a natureza, relutam em aceitar essas mudanças. Desenvolve-se, de certa forma, uma espécie de “romantização do rural” que acabará originando, posteriormente, associações de cunho ambientalista⁴⁰.

Estas primeiras associações, de cunho conservacionista e preservacionista, dão lugar a uma nova orientação durante o século XX. O *novo ambientalismo* (TAVOLARO, 1998), questiona o modo de vida das *sociedade industriais*, como o aumento da população, da poluição e da desigualdade social. No final dos anos 1960, visualiza-se uma nova “onda ambiental” marcada por um criticismo cultural que ataca o instável materialismo e o consumo excessivo. Nasce uma nova consciência ecológica que tem ligação com a formação de redes alternativas de produção e consumo, pois o movimento ambientalista passa a atuar também no incentivo a formas alternativas de agricultura menos prejudiciais e degradantes ao meio ambiente e as sociedades.

Em relação ao movimento dos consumidores, Pratt (2007) identifica que o *movimento alternativo* objetivou dar um novo significado às práticas alimentares ao buscar reestabelecer as conexões entre produção e consumo. O movimento parte do pressuposto de que o padrão moderno de produção de alimentos, associado à agricultura industrializada, separou o produtor do consumidor, introduzindo diversos intermediários entre eles. O movimento alternativo desejava recuperar a “história da comida”, marcada por um discurso romântico em torno do local, do tradicional e do autêntico.

Segundo Pratt (2007), no plano cultural, os movimentos alternativos definem-se em oposição aos complexos agroindustriais: a *junk food* produzida pelo *agrobusiness* separa o produtor do consumidor sendo que este desconhece a procedência dos produtos. É neste sentido que os indivíduos passam a se engajar na *reconexão* entre produção e consumo, um movimento de contraste entre os alimentos “adulterados”, oriundos da agricultura convencional, e os alimentos “autênticos” ou “genuínos”, inseridos em redes de alimentação alternativas e locais.

Para Fonte e Papadopoulos (2010 apud CRUZ, 2012), estes movimentos são fruto de *estratégias de reconexão* em países que passaram por processos de erosão das relações

⁴⁰ Tomando como *corpus empírico* a sociedade inglesa, o autor buscou compreender como emergiram novas sensibilidades em relação à natureza durante os anos 1500 e 1800. No início do século XIX já se delineava um forte questionamento sobre as visões antropocêntricas e a posição de dominação que os indivíduos assumiam diante da natureza. A afinidade estabelecida com os animais que levou ao início das dietas vegetarianas, por exemplo, é um dos aspectos de mudanças amplas que contribuíram para criar novas sensibilidades em relação ao mundo natural.

sociais, neste sentido, enfocam tanto questões macroestruturais (relacionadas ao modelo de produção agrícola) quanto questões micro estruturais, como a erupção dos escândalos alimentares no final do século XX. Ao engajarem-se nessa reconexão, produziram novos conceitos de qualidade dos alimentos, adicionando a estas questões sobre autenticidade e territorialidade, bem como um aparato estético ligado aos impactos ambientais, sociais e culturais relacionados às escolhas dos consumidores.

Segundo Debuissou-Quellier (2012), os consumidores passaram a frequentar estes espaços alternativos de comercialização por uma pluralidade de causas como a compra de produtos “saudáveis”, a valorização da agricultura familiar camponesa e sustentável, a valorização dos produtos locais e o desenvolvimento da economia local. Andrews (2008) destaca que no campo alimentar, o consumerismo⁴¹ demandou práticas de produção sustentáveis, com o incremento das produções orgânicas e da pequena produção familiar, principalmente nos países em desenvolvimento, a defesa de um tratamento mais humanizado aos animais, a crítica aos alimentos geneticamente modificados e o incentivo da produção local. Desta forma, o movimento dos consumidores passa a atuar em torno da contestação dos sistemas agrícolas modernos, tornando essas redes alternativas o terreno mais propício para o processo de reconexão entre produção e consumo.

Mais do que mudanças em relação aos sistemas de produção, alguns movimentos de consumidores pautaram por mudanças culturais, que incidissem sobre o modo de vida contemporâneo. Um exemplo é o movimento *Slow Food* que faz menção, segundo Andrews (2008), a uma filosofia particular delineada por diferentes tradições culturais e defende um modo de vida alternativo. Surgido na década de 1980 na Itália, por iniciativa de intelectuais e artistas ligados a esquerda italiana, o *Slow Food* tem como um dos seus principais focos a contestação da globalização e da *Fast Life* e apresenta propostas de mudanças políticas que incidem sobre os valores e o modo de vida contemporâneo. O *Slow Food* defende a construção de uma nova sociedade, a redescoberta dos modos de vida rural e da vida comunitária. Ele está, claramente, associado à defesa e valorização do “local”, por esta razão, acabou tomando parte em várias iniciativas de agricultura ecológica.

⁴¹ O consumerismo é comumente conhecido como *consumo político*: os indivíduos expressam sua cidadania através de ações não institucionais, como o consumo, “it represents actions by people who make choices among producers and products with the goal of changing objectionable institutional or market practices” (MICHELETTI, 2003, p. 2). Compartilhando do entendimento de Micheletti (2003), Andrews (2008) encara o consumerismo como uma nova forma de participação política onde se torna evidente a construção de novas identidades, a articulação de diferentes modos de vida e o questionamento dos alicerces da sociedade contemporânea, “these consumers can be described as new political actors, able to influence public debate, through ‘symbolic campaigns’, networks and protests” (Ibid., p. 87).

Do exposto compreende-se que o surgimento e o desenvolvimento das redes alternativas de produção e consumo na Europa estão apoiados na ideia de reconexão e de romantização do rural. Neste sentido, busca-se revalorizar os ingredientes naturais produzidos pelas comunidades rurais e o *Slow Food* é um dos protagonistas desse movimento da busca pelos sabores perdidos, enquanto o movimento ambientalista dedica-se a reconstrução das sociabilidades entre homem e natureza.

Segundo Cruz (2012), o movimento em torno da recuperação da tradição, como a idealização do rural, busca oferecer certo conforto a uma vida contemporânea marcada pela insegurança, neste sentido, busca-se a adoção de estilos de vida que remetam a um tempo onde os riscos não eram fabricados e imprevisíveis. A busca do conforto no campo se desdobra também no conforto alimentar, já que a adoção de um padrão alimentar ‘alternativo’ também prima por uma alimentação mais segura e de qualidade. E esses alimentos são associados há um período onde estes tinham uma produção *caseira* e remetiam ao *natural*.

No entanto, se no contexto europeu a constituição de redes alternativas de produção e consumo responde a necessidade de reconexão entre produtores e consumidores, no Brasil elas se consolidam a partir da década 1980 não criando novas relações, mas como estratégia de valorização da pequena produção rural, visto que os processos de modernização da agricultura impactaram tanto no modo de produção familiar quanto nas suas redes de comercialização. É aos desdobramentos da modernização agrícola no Brasil e as alternativas que se seguem a este modelo que a próxima sessão é dedicada.

3.2 ALTERNATIVAS AO PADRÃO MODERNO DE AGRICULTURA

Os pacotes da modernização agrícola atingem o Brasil de maneira intensa a partir da década de 1960 com a promessa de direcioná-lo ao crescimento econômico e de resolver o problema da fome e do subdesenvolvimento ao sanar as lacunas tecnológicas que o distanciava dos países centrais. Como a estrutura agrária brasileira era considerada ineficiente e arcaica, a adoção de pacotes agrícolas modernos intencionava transformar o país em uma “grande celeiro” autossuficiente na produção de alimentos e grande exportador de matérias-primas.

De acordo com Luzi (2007) para garantir a consolidação das estratégias modernizadoras, o estado brasileiro implantou políticas e programas como a criação de instituições de pesquisa e extensão, fundamentais na geração e difusão das tecnologias, e o

estabelecimento de um sistema de crédito rural que se tornou o principal instrumento na viabilização da modernização agrícola.

Para Ehlers (1994) fazia parte do projeto governamental a manutenção da atual estrutura agrária, baseada em latifúndios, na monocultura e na produção patronal. As grandes propriedades eram consideradas mais eficientes e adequadas para o processo de modernização que as propriedades familiares. Para Petersen e Almeida (2006), esse projeto tinha por objetivo a modernização do latifúndio com a finalidade de assegurar que os grandes empresários agrícolas continuassem como protagonistas do desenvolvimento rural no Brasil, “a expressão ‘modernização conservadora’ foi cunhada exatamente pelo fato de que essas transformações permitiram a continuidade e mesmo a exacerbação do perfil concentrado de distribuição fundiária no país” (Ibid., p. 8).

O termo modernização conservadora foi utilizado pela primeira vez por Barrington Moore (2002) com a finalidade de analisar as revoluções burguesas ocorridas na Alemanha e Japão na passagem de uma economia pré-industrial para uma economia industrial e capitalista. O objetivo do autor era compreender como o pacto político entre as elites dominantes conduziu estes países para regimes políticos autocráticos e totalitários, ao contrário de países como França, Inglaterra e Estados Unidos onde as revoluções burguesas teriam sido responsáveis pela destruição das estruturas econômicas, políticas e sociais do antigo regime.

Compreende-se, assim, que o que aconteceu na Alemanha e no Japão foi uma modernização conservadora no sentido em que a revolução “veio de cima”, ou seja, as elites pré-industriais (proprietários rurais) não foram totalmente expulsas do centro de decisões políticas desses Estados nacionais. O que se visualiza é a formação de um pacto entre burgueses e proprietários rurais que teve como objetivo construir conjuntamente uma sociedade capitalista onde os proprietários rurais se mantivessem enraizados nas decisões políticas desses países. Estarem marcadas pelos interesses dos grandes proprietários rurais traz para essas sociedades algumas consequências como a criação e obstáculos para outras classes sociais no acesso democrático a terra (MOORE JR., 2002).

Ao analisarem a realidade brasileira, alguns autores perceberam que o conceito de modernização conservadora poderia ser utilizado para compreender as estratégias de modernização agrícola que vieram a ser implantadas no país. Azevêdo (1982), por exemplo, enfatiza aspectos sociais e políticos do processo de modernização agrícola brasileiro destacando que as relações políticas e econômicas estabelecidas entre os proprietários rurais e a burguesia não representam mudanças profundas nas relações políticas do Estado nacional,

pois não implicam antagonismos entre a *nova e velha classe dominante*. Para o autor, as elites rurais permaneceram presas à estrutura política nacional, determinando o desenvolvimento do país que, no que tange a questão agrária, teve como principais objetivos a manutenção do monopólio da terra e dos privilégios da oligarquia rural. Para o autor essa modernização ocorreu à custa da exclusão de *setores subalternos* do campo, bem como da expropriação dos camponeses e da sua proletarização.

Neste sentido, a modernização agrícola acabou por excluir a maioria dos pequenos produtores, já que estes não conseguiam atingir as escalas produtivas mínimas e não detinham suficiente capital econômico para adquirir os pacotes tecnológicos oferecidos. Isso acabou por endossar as estruturais barreiras econômicas e sociais existentes. O pequeno produtor rural mesmo sem acesso a modernização agrícola deveria submeter-se às novas lógicas produtivas para sobreviver no mercado agrícola. É posto, assim, numa situação de desvantagem o que aumentou seu nível de marginalização e encurralamento produtivo e comercial. Essa é uma das razões que impulsionou o movimento de êxodo rural que se intensificou durante as décadas que se seguiram à introdução destes pacotes tecnológicos, já que os trabalhadores rurais perderam espaço para os novos implementos agrícolas.

Além dos impactos sociais, são também visíveis consequências ambientais, como as apresentadas na sessão anterior. Cabe-se dar atenção especial ao uso dos agrotóxicos que passaram a ser utilizados em doses excessivas e com pouco controle. Segundo Ehlers (1994), na década de 1970 as contaminações dos recursos hídricos, dos solos e dos alimentos tornaram-se frequentes. Mesmo com consequências ambientais a agricultura convencional proporcionou aumentos consideráveis na produção agropecuária do Brasil. Mas no final da década de 1970, este modelo começa a dar sinais de esgotamento. A crise econômica do início dos anos 80 e o desequilíbrio das contas públicas acabaram com o sistema de crédito que dava suporte ao desenvolvimento da agricultura convencional no país.

Apesar disso, não houve uma queda considerável da produção agrícola, porém abriu-se espaço para o questionamento destes pacotes, já que seus impactos começavam a ganhar contornos mais evidentes. Com os incentivos reduzidos, muitos produtores começam a se interessar por técnicas de conservação do solo, controle biológico das pragas e outras práticas consideradas *alternativas* (EHLERS, 1994).

Pádua (1987) observa que desde o período colonial brasileiro alguns críticos pensaram a relação homem-natureza no Brasil almejando a construção de um projeto alternativo para o país que desse conta do desenvolvimento econômico e da preservação da natureza. A partir da década de 1920, autores como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré

e Gilberto Freyre protagonizaram a tradição crítica do pensamento brasileiro em relação à temática da natureza. No entanto, o entusiasmo desenvolvimentista do pós-século II foi responsável por atenuar o debate sobre estas questões no país. Após décadas de obscurecimento, o debate sobre a preservação da natureza e o desenvolvimento econômico reemerge com plenitude nos anos 1980 porque o processo de modernização econômica e industrial adotado intensificou a degradação do meio ambiente, era necessário pensar em novas formas de organizações socioeconômicas que dessem conta dos problemas ecológicos emergentes.

É diante deste contexto que Viola (1987) assinala o surgimento do movimento ecológico no Brasil. Fundada em 1971, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) é a primeira associação ecologista do Brasil e da América Latina, mas é em 1974 que surgem e se difundem outras associações nas principais cidades do Sul-Sudeste, por isso o autor considera o ano de 1974 como o início do movimento ecológico no Brasil⁴².

Segundo Viola (1987), nesta primeira fase, o movimento ecológico dividia-se em dois submovimentos: os de denúncia da degradação ambiental, no meio urbano, e as comunidades alternativas rurais. As lutas ecologistas urbanas implicavam, geralmente, no confronto com os impactos dos “projetos de desenvolvimento”, como instalações industriais poluidoras, degradação de áreas de preservação ecológica ou áreas urbanas de considerável valor histórico e especulação imobiliária. Para Viola (1987) essas ações não foram “eficazes”, mas “significativas”, pois levaram ao aumento da percepção social sobre as questões ecológicas (ecologização da mentalidade). As comunidades alternativas rurais, por outro lado, tem como proposta um novo estilo de vida contrário ao urbano, associado ao individualismo. Elas são constituídas desde a década de 1970 por jovens oriundos das regiões metropolitanas do centro-sul do país influenciados pelo movimento da contracultura norte americana.

A partir do final da década de 1970, o movimento ecológico entra numa fase de transição e se observa uma aproximação entre o ecologismo urbano e as comunidades alternativas rurais: “de um lado diminuía o fundamentalismo que bloqueava o diálogo com a vida urbana, de outro emergia o problema da criação de uma economia alternativa nas cidades e para isto devia recorrer-se a experiência dos que tinham resolvido esse problema no campo” (VIOLA, 1987, p. 98). São exemplos dessas experiências a Estância Demétria e a COOLMEIA. A primeira foi criada em 1972, no interior do Estado de São Paulo e segue os

⁴² Viola (1987) considera que antes da década de 1970 já haviam algumas personalidades envolvidas com a temática da ecologia que agiam de forma individualizada. Alguns destes ativistas se reuniram na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, no Rio de Janeiro em 1958, constituindo o que o autor denomina “pré-história do ecologismo brasileiro”.

princípios da agricultura biodinâmica. Ela foi instituída para atender a demanda de moradores da região metropolitana de São Paulo interessados em produtos orgânicos. A cooperativa COOLMEIA foi fundada em 1978 na cidade de Porto Alegre (RS) por jovens que procuravam alimentos alternativos, como não os encontravam decidiram produzi-los.

Diante do debate e aprovação da legislação em torno da produção e comercialização de agrotóxicos⁴³, o movimento ecológico urbano atentou para as experiências de agricultura alternativa que vinham se constituindo nestas comunidades rurais, passando a valorizar seus produtos. Assim, as críticas ao modelo produtivo adotado pelo Brasil para promover a modernização agrícola contribuiu para as discussões em torno de vias alternativas capazes de dar respostas a estes impactos.

Luzzi (2007) aponta que, no Brasil, as críticas pioneiras ao processo de modernização agrícola são tecidas por intelectuais e algumas categorias de profissionais que, através do seu trabalho, denunciaram os impactos da agricultura moderna e contribuíram para a luta contra os agrotóxicos e para o avanço da proposição de uma agricultura ecológica⁴⁴, iniciando um movimento em torno da *agricultura alternativa*. Neste momento, a categoria profissional dos engenheiros agrônomos foi a que mais teve destaque: a categoria foi precursora de um ponto de vista crítico sobre a modernização agrícola, bem como da promoção de iniciativas de produção alternativa, postura assumida em 1979 durante o XIº Congresso Brasileiro de Agronomia. Foi por iniciativa da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) que começou a ser realizado, a partir de 1981, o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA).

No primeiro encontro, realizado em Curitiba (PR), em 1981, a grande maioria dos participantes eram engenheiros agrônomos, portanto, os debates técnicos predominaram com destaque para as consequências da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, as contaminações por agrotóxicos, a degradação e erosão do solo, o aumento do número de pragas agrícolas e as tecnologias alternativas. Neste período as iniciativas de produção

⁴³ A mobilização em torno de uma agricultura alternativa teria levado ao debate em torno da regulamentação do uso de agrotóxicos. Em 1977, o estado do Rio Grande do Sul lançou uma normativa com o objetivo de regulamentar o uso de agrotóxicos, mas foi em 1982 que o estado aprovou a primeira lei estadual de agrotóxicos, atitude pioneira no país. Somente alguns anos mais tarde, em 1989, o estado brasileiro tomou parte nesta questão, aprovou a lei federal dos agrotóxicos (Lei 7.802).

⁴⁴ Luzzi (2007) destaca a publicação e três livros que contribuíram para despertar na população a preocupação com questões ambientais, neste sentido, tornaram-se referência no cenário brasileiro: “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”, de José Lutzenberger, lançado em 1976; “Pragas, praguicidas e crise ambiental”, lançado em 1979 e de autoria de Adilson Paschoal; e a obra de Ana Maria Primavesi, “O manejo ecológico do solo”, de 1980. No meio acadêmico, estas publicações foram mal recebidas e por vezes rechaçadas, principalmente pelos profissionais convictos do sucesso do padrão agrícola moderno.

alternativa eram ainda de pouco número, assim as experiências apresentadas durante estes encontros eram ainda bastante teóricas, baseadas nas pesquisas que vinham sendo realizadas.

No segundo encontro, realizado em 1984 na cidade de Petrópolis (RJ), o foco das preocupações ainda era a degradação do meio ambiente e o alto índice de componentes tóxicos encontrados nos alimentos. Mas no IIIº EBAA, realizado em Cuiabá (MS), o foco das questões eminentemente técnicas, dá lugar as discussões acerca das questões sociais. Emerge a preocupação com a melhora das condições de vida e com a exploração da mão-de-obra. Com o escopo de questões sociais ampliado, o IIIº EBAA permitiu que os movimentos sociais também tomassem parte nestas reivindicações. Assim, as críticas vão se deslocando cada vez mais do processo de modernização agrícola para questões mais gerais relacionadas à conjuntura nacional como a dominação das multinacionais, impactos causados pelos grandes projetos de desenvolvimento, o pagamento da dívida externa, o apoio às greves e a defesa da reforma agrária (LUZZI, 2007).

Cabe mencionar que, durante o IIIº Encontro é possível visualizar uma maior participação de estudantes de agronomia, entusiastas pelo tema, e de agricultores, interessados nas tecnologias alternativas. Além disso, são convidadas ao debate lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), bem como profissionais com formação na área das ciências sociais e economia.

Em 1989, na cidade de Porto Alegre (RS), foi realizado o IVº EBAA que ficou marcado pelo forte dissenso observado entre os variados grupos que constituíam o encontro o que ocasionou o fim destes. Durante o início da década de 1990, a FEAB tentou organizar o quinto encontro, que seria realizado na cidade de São Paulo (SP), mas com o afastamento Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) da organização do evento, devido aos desentendimentos, a FEAB não conseguiu articular alianças para dar continuidade aos encontros, além disso, a FASE e as ONGs envolvidas passavam por uma redefinição, começando a articular suas ações de maneira regional, conforme será visto adiante.

Apesar disso, o movimento organizado em torno da proposta da agricultura alternativa teve importância na denúncia dos impactos ambientais, econômicos e sociais causados pelo processo de modernização da agricultura. As críticas mobilizadas extrapolaram a temática ambiental, voltando-se para o encurralamento do pequeno produtor que se encontrava em uma situação de exploração e miséria, bem como para os impactos causados a população humana de maneira mais geral, pela contaminação por agrotóxicos, por exemplo. Conforme Pinheiro

(1986), em contraste a uma agricultura intensiva, moderna, tecnicamente expressiva, a agricultura ecológica não é um retorno ao passado, às formas tradicionais de produzir, ela seria uma *retorno ao futuro*,

Utiliza-se dos conhecimentos acumulados pelo homem durante milhões de anos em que habita este planeta e que nos foram legados pelas sucessivas civilizações. [...] A agricultura denominada “colonial” era biológica, econômica e politicamente equilibrada [...]” (Ibid., p. 34).

As propostas agrícolas “alternativas” tornam-se um movimento de resistência em favor da manutenção da produção agrícola familiar, de uma identidade e de um modo de vida. De acordo com Brandenburg (1997) isso permite que estes indivíduos assegurem sua condição de agricultores, mantenham-se no campo e desenvolvam uma percepção crítica em relação aos rumos que o desenvolvimento agrícola então tomava no país. É por esta razão que enfatizo que no Brasil a constituição de redes alternativas de produção e consumo não responde a necessidade de reconexão entre produtores e consumidores, elas se consolidam como estratégia de valorização da pequena produção rural impactada pelos processos de modernização da agricultura.

3.2.1 Agroecologia: Aspectos conceituais

Conforme visto, das críticas ao processo de modernização da agricultura brasileira emerge a discussão, e o delineamento, sobre tecnologias alternativas para a produção rural. Da agricultura alternativa assiste-se, a partir do final da década de 1980, a transição para a produção ecológica a partir do arranjo teórico metodológico da agroecologia. Para Petersen (2013), a agroecologia resulta de um enfoque científico dado na aglutinação entre a agronomia e a ecologia, ela surge, portanto, da fusão entre o estudo dos sistemas agrícolas e do desejo de aplicar a perspectiva ecológica para estes sistemas com a finalidade de solucionar problemas técnicos e ambientais gerados pela modernização agrícola. O enfoque agroecológico tem como fundamento o manejo de agroecossistemas diversificados nos quais seus componentes e subsistemas são promovidos em relação de sintonia, gerando altos níveis de resiliência ecológica. Assim, seu traço mais característico é a ênfase nas interações estimuladas entre as diferentes espécies que compõem o agroecossistema potencializando os ciclos naturais para atuarem em favor do desempenho dos cultivos e das criações (Idem)⁴⁵.

⁴⁵ Para Almeida (2002), a agroecologia ainda é superficialmente definida, isto porque depende da “posição” do agente que o faz, por isso pode ser compreendida como ciência, prática, movimento social, ou ainda, todos estes ao mesmo tempo. De maneira geral, a definição de agroecologia incorpora ideias ambientais e sociais

Para Costabeber (1998), as principais características da agroecologia seriam a policultura, a integração da produção vegetal e animal, a redução do uso de agroquímicos sintéticos, a adoção de plantações rotativas e a reciclagem dos resíduos agrícolas que contribuiriam para o incremento da biodiversidade que, por sua vez, se constituiria como elemento chave para o desenho de novos sistemas agrários. Ela define-se como a aplicação dos preceitos ecológicos ao desenho e gestão dos agroecossistemas, lançando mão de um enfoque multidisciplinar e sistêmico que adota o agroecossistema como unidade de análise (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a proposta da agroecologia seria proporcionar as bases científicas da transição de uma agricultura convencional para as alternativas de base sustentável, através da pesquisa e introdução de novos conceitos, princípios e métodos. Neste sentido, constituiu-se mais como um enfoque teórico que uma prática, pois busca proporcionar as bases científicas para o desenvolvimento da agricultura alternativa partindo do pressuposto de que o delineamento de sistemas de produção sustentáveis passa pela compreensão sobre o funcionamento dos ecossistemas e pela valorização dos conhecimentos tradicionais e locais⁴⁶. Assim, seria mais correto, portanto, considerar a agroecologia como uma disciplina e a agricultura ecológica, ou de base ecológica, como a aplicação prática de seus princípios.

Brandenburg (2002) entende por agricultura ecológica aquela que abarca modelos produtivos alternativos ao padrão agroindustrial. Seus fundamentos teriam sido inseridos no Brasil pelos imigrantes europeus, ressaltando-se também a contribuição dos povos indígenas acerca das práticas produtivas que tinham relação direta com os ecossistemas. No entanto, é somente na década de 1970 que este novo formato produtivo surge de maneira organizada, como uma via alternativa à modernização agrícola (Idem). A agricultura ecológica tomaria corpo com os agricultores familiares impactados pela expropriação da política agrícola, neste sentido, irá representar uma opção de sobrevivência para estes agricultores. Assim,

que implicam num conjunto de componentes sobre a sociedade a agricultura que extrapolam os limites da produção. Neste sentido, faz-se referência a elementos que vão além do manejo e técnicas produtivas, deve dar conta dos elementos biológicos, técnicos, culturais e socioeconômicos (Idem). Apesar dos esforços conceituais, o autor considera que, do ponto de vista metodológico, ainda não foi possível operacionalizar o conceito de “agroecologia”.

⁴⁶ Costabeber (1998) entende que a adoção dos preceitos agroecológicos não aponta para um retorno a agricultura “primitiva”, mas para a ressignificação das atuais tecnologias que poderiam contribuir para a geração de novos conhecimentos e desenvolvimento de uma agricultura de base ecológica. Qualquer via de transição para a agricultura ecológica tem como características principais a incorporação do progresso técnico e o processo de ecologização da agricultura, neste sentido, o avanço da agroecologia não pode ser entendido como o desejo de entrave ao avanço científico e tecnológico (Idem).

no Brasil, embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de organização da produção, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social (Ibid., p. 12).

Para Caporal e Costabeber (2004), a terminologia “agricultura ecológica” também busca distinguir as práticas alternativas dos modelos agrícolas modernos e daqueles emanados da chamada “Dupla Revolução Verde”, a incorporação de elementos ambientalistas aos processos agrícolas convencionais, que para os autores qualifica-se como um processo de recauchutagem desse modelo produtivo. Ao mesmo tempo, a caracterização de uma agricultura ecológica também visa diferenciá-la de alguns estilos de agricultura alternativa que assim se denominam por, a título de exemplo, não utilizarem agroquímicos no processo produtivo.

Neste sentido, temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecologizadas, como a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico em busca de lucro imediato, como vêm ocorrendo com os chamados “alimentos corporgânicos”. [...] Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma *agricultura ecológica* em sentido mais amplo (Idem, p. 9 – 10).

O processo de introdução dessas novas práticas é denominado de *transição agroecológica* ou *ecologização da agricultura*, e ocorre, segundo Gliessman (2007 *apud* PETERSEN, 2013), a partir de três níveis, todos incidindo sobre a produção: (I) a redução do consumo de insumos ambientalmente danosos, (II) a substituição de práticas convencionais por alternativas e (III) o redesenho dos agroecossistemas com base em processos ecológicos. Mais recentemente o autor adicionou a estes um quarto nível, o da mudança ética e de valores, neste sentido, reporta-se a uma transição direcionada a adoção de uma cultura da sustentabilidade (Idem). Nesta perspectiva, a transição para a agroecologia não é feita apenas com mudanças nas formas de produção e manejo, mas envolve a participação de toda a sociedade na mudança do padrão alimentar.

Para Costabeber (1998) a transição para a agricultura ecológica seria um processo dinâmico e interminável que implicaria uma maior racionalidade produtiva com base nas especificidades de cada agroecossistema bem como a adoção de novas atitudes e valores em relação ao manejo dos recursos naturais e a conservação ambiental. Segundo o autor, deve-se considerar que o processo de transição é multidimensional, pois considera os aspectos econômicos, sociais e ambientais da adoção dos fundamentos agroecológicos. Este enfoque seria necessário para ampliar o escopo conceitual da agricultura compreendendo-a não somente como um espaço de transações econômicas, mas também de atividades socioculturais

e interações ambientais, bem como para melhor compreenderem-se as razões que levam os atores sociais a engajar-se com estas práticas: eles movem-se *economicamente* em decorrência do estancamento e marginalização econômica, *socialmente* pela exclusão social e perda da qualidade de vida e *ambientalmente* pela deteriorização do meio-ambiente e perda da capacidade produtiva dos agroecossistemas (Idem).

Por isto mesmo, quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004 p. 13).

As possibilidades de transição para a agroecologia não se relacionariam, portanto, apenas ao rompimento com o paradigma científico tradicional, ela se encoraria “nas práticas inventivas de agricultores e agricultoras em suas lutas cotidianas pela sobrevivência diante de contextos cada vez mais hostis e nos movimentos e organizações que militam em defesa de mundos rurais democráticos e sustentáveis” (PETERSEN, 2013, p. 98). É por esta razão que a agroecologia pode ser vista como uma ciência, uma prática e um movimento social. Como ciência, ela se firma de maneira crítica a agricultura industrial fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de modelos produtivos alternativos e sustentáveis. Enquanto prática, ela se expressa em formas de valorização dos ecossistemas que resignificam a agricultura. Por fim, enquanto movimento social, a agroecologia mobiliza os atores envolvidos com a sua construção para as questões relativas à justiça social, a segurança e soberania alimentar, a economia solidária e ecológica entre outras (Idem).

Nesta perspectiva, Almeida (2002) considera que a agroecologia tenha surgido como promessa de renovação política, técnica e social, mas, ao mesmo tempo, o autor problematiza acerca da sua capacidade de provocar um agir conflitual, de estimular novas formas de agricultura e de relações sociais. Para ele, a agroecologia não constitui um movimento social, pois não é possível visualizar uma ação organizada contra o poder de adversários que tomam as rédeas do desenvolvimento agrícola. Neste sentido, diante do atual contexto sociopolítico, o autor visualiza três cenários possíveis para a agroecologia: (I) a institucionalização da sua marginalização, pois, as iniciativas agroecológicas limitar-se-iam aos pequenos agricultores familiares com dificuldades financeiras e moradores de regiões carentes de recursos materiais e técnicos, (II) a “ecologização” da agricultura moderna através da incorporação de elementos ambientalistas aos processos agrícolas convencionais, que se caracteriza como um processo de recauchutagem desse modelo produtivo e que aos olhos do autor parece ser o cenário mais plausível a médio e longo prazo. Por fim, o terceiro cenário, que se desdobra com a

agroecologia enquanto concreta alternativa global e técnico-científica, uma construção paradigmática que enfrentará dificuldades de afirmação, “o cenário no horizonte próximo é aquele da agroecologia interiorizada no plano societal, não afetando fundamentalmente a estrutura da(s) agricultura(s) e sociedade(s)” (Ibid., p. 38).

Para Petersen e Almeida (2006), a construção do “movimento agroecológico” no Brasil depende de quatro fatores principais. O primeiro deles é a construção de uma identidade, considerada pelos autores como condição fundamental para que o movimento obtenha expressão nacional. Essa identidade deveria levar em conta todas as múltiplas identidades que os “atores agroecológicos” se auto atribuem, sendo seu fator integrador a defesa compartilhada de um projeto transformador para o desenvolvimento rural. Num segundo momento é necessário que a sociedade brasileira incorpore-se a construção de uma consciência crítica aos impactos do modelo de desenvolvimento rural hegemônico no país.

Por fim, para que as iniciativas agroecológicas ultrapassem o estado de experiências isoladas e pouco visíveis é necessária uma reorientação e reestruturação do estado e das políticas públicas de desenvolvimento rural. Para Petersen e Almeida (2006), a participação dos entes governamentais na construção de iniciativas sustentáveis é ainda superficial, suas ações ainda estão amplamente voltadas para o incentivo do modelo industrial de produção agrícola. Em 2012, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (Decreto 7.794/2012), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que tem por objetivo ampliar e efetivar as ações de desenvolvimento rural sustentável a fim de alcançar uma produção de alimentos mais saudáveis e a conservação os recursos naturais.

O primeiro ciclo do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) – o Plano Brasil Agroecológico, que vigora de 2013 até 2015 – assume como principais metas o fortalecimento das redes de produção e comercialização agroecológicas, o aumento da oferta de assistência técnica e extensão rural, do acesso aos recursos naturais e o fortalecimento das compras governamentais de produtos ecológicos. O investimento inicial do plano é de R\$ 8,8 bilhões, com ações articuladas em dez ministérios em torno de mais de 100 iniciativas organizadas em quatro eixos estratégicos: produção, uso e conservação dos recursos naturais, conhecimento e consumo. Os produtores de base ecológica também tem conseguido escoar sua produção através de outros programas desenvolvidos pelo MDA como

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁷.

Ao fim da exploração conceitual sobre a agroecologia, convém destacar que esse conceito é construído dentro de um campo de lutas e disputas políticas. Os atores atuantes na agroecologia, sejam eles governamentais ou não, digladiam-se na construção do discurso agroecológico e nos sentidos que as práticas devem tomar. Muito provavelmente, a compreensão que os indivíduos têm acerca da agroecologia se constrói em relação às organizações aos quais se vinculam. Em relação a isso, convém lembrar que o presente trabalho tem como foco as justificações produzidas pelos indivíduos envolvidos com a agroecologia no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, que será apresentada a seguir.

3.3 ARTICULAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA: REDE TA/SUL E REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA

No início da década de 1990 as associações civis e organizações não governamentais envolvidas com agricultura alternativa começaram a se aproximar dos entes governamentais⁴⁸. Além destes, a profusão das iniciativas de agricultura alternativa contou com o protagonismo das pastorais da Igreja Católica, dos setores progressistas da Igreja Luterana, dos sindicatos e movimentos sociais rurais e do Projeto Tecnologias Alternativas, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), conforme será visto adiante.

No caso das ONGs latino-americanas atuantes na temática do desenvolvimento, Stein (1989 apud DIAS, 2004), sustenta que estas se dividem em duas categorias: aquelas que, atuando muito próximas dos entes governamentais, mantêm e reproduzem as estruturas vigentes e aquelas denominadas “ONGs críticas”, preocupadas com o questionamento e transformação das estruturas sociais desfavoráveis à emancipação dos indivíduos. Descentes da capacidade de atuação do estado junto às populações marginalizadas, o segundo grupo de

⁴⁷ Para maiores informações acessar: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/programas>

⁴⁸ Essa aproximação se explica pelo processo de democratização por qual passou a sociedade brasileira durante a década de 1980. De acordo com Lüchmann (2002) o processo de democratização quebra a polaridade Estado/sociedade através da criação de um sistema partidário plural e da criação de novos espaços instrucionais, como os conselhos e fóruns. Nesse sentido, a sociedade civil passa a participar da elaboração e deliberação de políticas sociais. De acordo com Dias (2004) até esse momento, as associações civis viam o Estado como um ente que elaborava e implementava políticas públicas voltadas para o interesse das classes dominantes, o que acaba por marginalizar outros setores diante das políticas sociais. Nesse sentido, essas associações passaram a trabalhar de maneira autônoma ao Estado e aos partidos políticos. É somente com o processo de democratização que essas organizações passam a ver o Estado como um possível parceiro para a condução de suas atividades e para dar visibilidade aos projetos que vinham realizando. Segundo Dias (2004) a aproximação entre o poder público e as associações civis culminou no marco legal que regulamenta a atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI).

ONGs atuou na construção de propostas alternativas que pudessem atender as demandas da sociedade.

Num primeiro momento, esses atores se opunham às iniciativas governamentais e agiam na tentativa de subverter a lógica perversa dos processos decisórios que desconsideram as especificidades e as reivindicações daqueles grupos locais destituídos da possibilidade de participação mais bem qualificada nos processos políticos (DIAS, 2004, p. 23). Juntamente com os movimentos sociais, as ONGs contribuíram na publicização da mobilização de vários atores que reagiam as estruturas sociais e propunham novos modelos desenvolvimento. O incentivo à adoção de tecnologias alternativas para a agricultura é um exemplo disso. Diante da necessidade de criar alternativas para pequenos produtores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio de Janeiro, e a FASE iniciaram um trabalho de assessoria técnica aos assentamentos de reforma agrária em localidades onde os agricultores estavam prestes a abandonar suas propriedades para irem à busca de melhor qualidade de vida nas cidades.

Segundo Dias (2004), a FASE foi uma das primeiras ONGs brasileiras a intervir na temática do desenvolvimento rural. Quando do início de suas atividades no nordeste brasileiro em parceria com setores da igreja católica, na década de 1960, a federação não objetivava a promoção de tecnologias alternativas para a agricultura, mas o fomento da autonomia dos pequenos produtores tornando-os capazes de encaminhar suas próprias demandas para as autoridades governamentais, livrando-se da subordinação dos interesses patronais. A prioridade da FASE era, portanto, a formação política destes indivíduos.

A FASE passou a orientar suas ações para as tecnologias alternativas com o aparecimento desta demanda no final dos anos 1970. Durante o trabalho desenvolvido junto às comunidades rurais, os assessores da federação perceberam que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores eram muito complexas, seria necessário buscar alternativas que viabilizassem a pequena produção e que se compatibilizassem com a realidade daqueles produtores através da adoção de tecnologias de baixo custo que permitissem o aumento da produtividade, da renda e da melhoria das condições de vida.

Em 1981, os assessores da FASE, juntamente com membros da CPT, formularam um projeto técnico, o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), para levantar as tecnologias alternativas então disponíveis. Mas foi junto aos agricultores, no resgate de suas experiências, que os assessores do PTA/FASE foram apresentados a um campo fecundo de informações. De acordo com Luzzi (2007), o conjunto de informações acumuladas via relatos de pesquisa e experiência, permitiram a realização de um seminário, em 1983, para a discussão da viabilidade de adoção de tecnologias alternativas. Durante o encontro, o PTA/FASE decidiu

acompanhar e monitorar experiências com tecnologias alternativas que vinham sendo realizadas no país e nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Paraíba, com o objetivo de avaliá-las de maneira comparativa às tecnologias convencionais, bem como produzir, junto às comunidades envolvidas, materiais de divulgação sobre os projetos⁴⁹.

Mas o projeto alçou apenas êxitos parciais, devido as grandes disparidades socioeconômicas das experiências acompanhadas, a formulação de uma proposta tecnológica alternativa de abrangência nacional, que oferecesse soluções gerais aos pequenos produtores, seria um trabalho muito árduo. No final da década de 1980, o PTA se desmembrou da FASE, devido ao crescimento obtido pelo projeto e a necessidade de sua descentralização, criando-se então a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS/PTA) fundada em 1990. Esta passou a organizar a Rede PTA formada por várias organizações não governamentais atuantes em todo o país na execução direta de programas e projetos de desenvolvimento local.

No sul do país, a Rede TA/SUL era composta por organizações como o Centro Ecológico, na época denominado Centro de Agricultura Ecológica (CAE), fundado em 1985 na cidade de Ipê (RS), o (Centro de Tecnologias Alternativas Populares CETAP), fundada em 1986, em Passo Fundo/RS, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), fundado em 1990 no Estado de Santa Catarina, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), entidade fundada e mantida pela Igreja Luterana do Brasil (IECLB), o Centro Vianei de Educação Popular, fundada no início dos anos 80, em Lajes/SC, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), fundada em 1966, com sede em Francisco Beltrão, a RURECO, fundada em 1986 e atuante no centro-sul do Paraná, e a AS-PTA.

É importante salientar que a aproximação da Rede PTA com experiências de agricultura alternativa que vinham ocorrendo na América Latina resultou na introdução de termo “Agroecologia” no Brasil e na criação do Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), em 1989, que tinha por objetivo difundir os princípios agroecológicos e estimular a pesquisa e a troca de informações sobre

⁴⁹ De maneira geral, a atuação da PTA/FASE se deu através da criação de Redes de Intercâmbio e dos Centros de Tecnologia Alternativa (CTAs). Enquanto as Redes tinham por objetivo facilitar o intercâmbio de informações sobre a agricultura alternativa, os Centros atuavam de maneira complementar a estas, buscando soluções e desenvolvendo tecnologias voltadas à realidade dos agricultores, funcionavam como espaços de pesquisa e experimentação de tecnologias. Além de centros de pesquisa, os CTAs também eram espaços de formação e capacitação para os produtores, técnicos e assessores com o objetivo de que estes se tornassem multiplicadores destas experiências.

tecnologias alternativas. Por assumir um caráter científico, o termo “agroecologia” diferencia-se do “alternativo”, pois além de contribuir com críticas ao sistema agrícola moderno, constitui-se como um arcabouço conceitual e metodológico que serve como base para a proposição de uma agricultura alternativa. Outro ponto de diferenciação é que se antes se buscava aplicar uma tecnologia alternativa de maneira isolada, com a adoção da noção de agroecologia a visão sistêmica passa a ser predominante, ou seja, almeja-se uma intervenção mais complexa que dê conta de toda a unidade produtiva.

A agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave [...] de “tecnologia alternativa”, muito em voga no período de meados da década de 70 até o final da década de 80. Ela parece ampliar a percepção que se deve ter do agrícola, do rural e da sociedade. Mesmo sendo pensada, primeiramente, para tratar do “agro”, a agroecologia, através de uma intervenção mais localizada, tem bem presente a visão macro, ou “sistêmica”, ou até mesmo “planetária” [...]. E, nesse ponto, parece ter evoluído em relação à tecnologia (agricultura) alternativa (ALMEIDA, 2002, p.7).

Alguns anos mais tarde surge novamente a necessidade de reestruturação e ampliação do PTA. Mas como a ideia não logrou êxito, as instituições integrantes da Rede PTA decidem estabelecer alianças com outros atores envolvidos com experiências agroecológicas no Brasil. No que se refere à Rede TA/Sul, essas entidades espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, integram-se com associações e organizações de agricultores e consumidores e passam a formar a Rede de Agroecologia Ecovida.

3.3.1 “Uma identidade que se constrói em rede”

A Rede de Agroecologia Ecovida é uma articulação instituída em 1998, sendo formada por associações de consumidores e produtores, técnicos e outras organizações de assistência, conforme Laércio Meirelles, agrônomo e integrante da Rede:

[...] a gente sempre costuma dizer que a gente Ecovida existe antes de existir. Então é muito importante, pra entender a Rede, sacar que ela é uma articulação. Você só articula o que já existe, a Rede Ecovida não cria, a Rede Ecovida junta, então ela articulou neste momento atores que promoviam, que trabalhavam, que assessoravam agroecologia no sul do país.

Estes atores são representados, principalmente, pela Rede TA-Sul, atuante na região sul do Brasil desde a década de 1980, que foi extinta com o surgimento da Rede de Agroecologia Ecovida. Como o integrante da Rede pontua, ela não substituiu, mas sim *transcendeu* a Rede TA-Sul, “a Rede não nasce em 98. Nesta data inicia-se um *novo formato*

organizacional de um movimento agroecológico no Sul do Brasil” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 11, grifo meu).

As então organizações formadoras da Rede TA/Sul tinham como foco apresentar aos pequenos agricultores familiares tecnologias alternativas aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, auxiliando-os na transição para a agricultura alternativa. No entanto, na década de 1990, essas organizações passam a lidar com a imposição de certificação para os produtos, que passa a ser obrigatória a partir da Instrução Normativa 07/1999 do então Ministério da Agricultura e Abastecimento. Algumas instituições como a ASSESSOAR e a COOLMEIA já vinham realizando uma certificação de caráter mais horizontal e participativo, em contraposição ao modelo por terceira parte adotado pelo estado brasileiro.

Por ter um custo financeiro alto para os pequenos produtores, a certificação por terceira parte torna-se um problema para a continuidade destas pequenas produções agroecológicas. É por essa razão que as organizações envolvidas irão, num primeiro momento, posicionar-se contra a exigência de certificação, considerando que a qualidade do produto é estabelecida pelas relações diretas entre produtores e consumidores e não por verificações tomadas a cabo por terceiros.

Em 1998, cria-se no estado de Santa Catarina um projeto de normatização e certificação da produção orgânica no estado. Mas como a proposta não foi discutida com as organizações e agricultores envolvidos, esses indivíduos reagem contra esse projeto e organizam na Região do Contestado em seminário para debater essas questões. Decide-se pela criação de uma articulação que tomasse a frente na proposta. Essa articulação é a Rede de Agroecologia Ecovida que foi instituída naquele mesmo ano, em um novo seminário, também em Santa Catarina, mas chamando-se *Rede Ecovida de Certificação Participativa*.

Com a divulgação da proposta, outras organizações envolvidas com a Rede TA/Sul passam a se interessar pelo debate e já em 1999 realiza-se o primeiro encontro ampliado da Rede onde se delibera pela sua ampliação para os três estados do sul do Brasil. Em 2000, durante o segundo encontro ampliado, a Rede começa a definir uma ampliação das suas perspectivas, ou seja, não se deseja restringir sua atuação em torno da certificação, mas quer construir-se como espaço de promoção e articulação da agroecologia no sul da Brasil. É por essa razão que passa a se chamar *Rede de Agroecologia Ecovida*, tendo a certificação como um de seus objetivos. Nesse momento se definem os princípios, pressupostos e objetivos da Rede que, conforme será visto, não se limitam as questões da certificação.

*A Rede surgiu com o nome “Rede Ecovida de Certificação Participativa. Dois ou três anos depois ela mudou para Rede de Agroecologia Ecovida. **Porque essa mudança?** Pelo entendimento de que o nome estava reduzindo nossa perspectiva. Nós nunca existimos somente pela certificação, só que a certificação sempre nos diferenciou, então o primeiro nome que surgiu foi esse. Logo depois o pessoal começou a achar que o nome estava simplificando demais em relação ao que a gente fazia, então a gente mudou. [...] o selo não é o foco, não é o mais importante, mas a gente também acha que a criação do selo, da marca/selo, [...] essa marca/selo também é um elemento interessante de criação de identidade, por isso a gente dá uma certa importância a isso (Laércio Meirelles, agrônomo e integrante da Rede Ecovida).*

Segundo a Rede de Agroecologia Ecovida (2007), “a forma de organização em rede também é inovadora e segue os princípios da própria vida, onde tudo está interligado, cumprindo papéis e funções” (p. 6). Para a Rede, atuar em rede é a possibilidade de ultrapassar as divisas entre estados e países, unindo agentes que partilham de uma identidade comum. Além disso, nessa organização em rede a gestão é descentralizada e participativa, não há hierarquias, todos os processos e pessoas são fundamentais, mesmo que ocupando papéis e funções distintas.

Essa articulação em rede é construída em torno de uma identidade comum. Salienta-se que para a Rede a definição que adota sobre a agroecologia é um conceito ainda em construção, mas pode-se dizer que a considera como “uma ciência embasada em uma nova consciência, fundamentada em uma visão sistêmica, e que reestabelece a relação humana na natureza” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 30). Neste sentido, a agroecologia é vista não apenas como um modo de produção, mas como “uma luta política que mostra na prática que é possível viver de outra forma” (Ibid., p. 33). A organização em rede funda-se na construção de uma identidade onde se partilha uma nova compreensão sobre a natureza e a vida e onde se luta por uma nova sociedade, embasada em novos valores, conforme será visto no terceiro capítulo deste trabalho.

A Rede tem como missão “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 14, grifo meu). A Rede busca, entre outros objetivos, desenvolver e multiplicar as experiências baseadas na agroecologia e ter uma marca/selo que expressem esse comprometimento, tendo como alguns de seus princípios a contribuição na construção da sustentabilidade junto ao desenvolvimento, tomando a agroecologia como base para esta sustentabilidade; articulação organizada em rede; preservação das particularidades locais e regionais; fortalecimento das relações de economia popular e solidária; priorização da comercialização direta e oposição a qualquer forma de exploração e opressão.

Figura 3 – Marca da Rede de Agroecologia Ecovida.



Fonte: *Site* da Rede de Agroecologia Ecovida.

Figura 4 – Selo de certificação de produtos utilizado pela Rede de Agroecologia Ecovida.



Fonte: *Google* Imagens.

Ainda em 2000, decide-se pela estruturação de um formato descentralizado de organização da Rede através dos Núcleos Regionais. Atualmente a Rede está estruturada em 26 núcleos regionais aos quais estão vinculados grupos de famílias que formam associações e/ou cooperativas de produtores ou consumidores (Figuras 5 e 6). Esses grupos e núcleos vão se consolidando e procurando outros grupos ou núcleos para manifestarem seu interesse em integrar a Rede⁵⁰. Os núcleos regionais são o principal espaço organizacional e funcional da Rede. A criação de um novo núcleo “deve ser acompanhada por outros Núcleos, discutido em plenária e aprovado no Encontro Ampliado da Rede Ecovida, por pelo menos 2/3 dos delegados presentes” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 21).

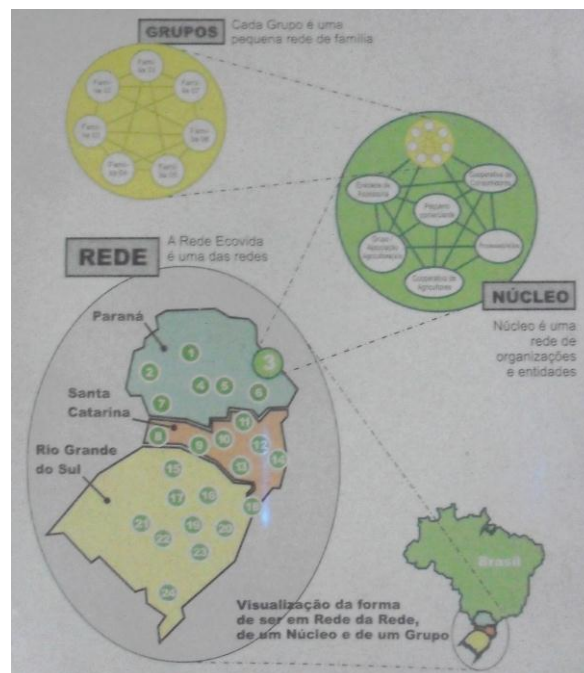
Figura 5 – Distribuição dos Núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia.

⁵⁰ No *site* da Rede é possível encontrar a listagem de todos os Núcleos Regionais: <http://www.ecovida.org.br/>



Fonte: Site da Rede de Agroecologia Ecológica.

Figura 6 – Forma de ser em rede da Rede, de um Núcleo e de um Grupo.



Fonte: Rede de Agroecologia Ecológica (2007).

Os Núcleos são formados por dois representantes de cada grupo de uma região e tem como instâncias a Coordenação, o Conselho/Comissão de Ética⁵¹, a Tesouraria e a Secretaria. Os Núcleos Regionais podem criar outros cargos/conselhos de acordo com as suas

⁵¹ “Grupo de pessoas responsável diretamente pelo processo de Certificação Participativa em cada Núcleo Regional. Cada Núcleo possui autonomia para definir a estrutura do Conselho de Ética. Sugere-se a presença de agricultor, técnico e consumidor na sua composição” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2004, p. 40).

necessidades e devem definir uma entidade responsável pela sua organização inicial, esta deve se constituir como referência para contatos e trocas de informações. Muitas dessas entidades são aquelas organizações não governamentais que compunham a Rede TA/Sul, com o fim da Rede elas organizaram a estruturação e formação de núcleos regionais nas suas regiões de atuação.

Para dar continuidade ao seu funcionamento, os núcleos devem manter, pelo menos, dois encontros anuais, bem como um regimento interno. São os núcleos regionais que garantem o processo de certificação, adotando uma dinâmica própria de acordo com cada localidade.

O núcleo tem certa liberdade de fazer algumas coisas locais. E até porque questões de distância também, então cada região tem um núcleo, onde têm algumas produções diferentes, cada região tem o seu tipo de produção. E também possibilita que tenha certa autonomia, seguindo as normas da Rede, mas o núcleo pode decidir mais rapidamente não precisa ser levado para o Conselho da Rede. Tem um Conselho do núcleo onde esse Conselho se reúne a cada dois meses e são conversadas todas as questões a respeito do núcleo e a partir de então se não se chega a um acordo então é encaminhado para a Rede. Mas o núcleo tem essa função de trabalhar mais próximo dos agricultores e ser esse meio termo de conseguir algumas coisas mais rápidas e também fazer essa ponte com a Rede Ecovida (Representante do Núcleo Sul).

Além dos grupos de agricultores e consumidores (organização de base – primeiro espaço de organização da Rede) e dos Núcleos Regionais (que articulam as organizações de base e são a principal unidade funcional da organização), a Rede Ecovida ainda conta com outros cinco espaços organizativos e de articulação. A *coordenação* tem caráter operacional, sendo responsável por organizar as atividades rotineiras da Rede. Os *Grupos de Trabalho* são criados quando surge uma demanda específica, por exemplo, grupo de trabalho da juventude, de gênero, etc. A *Plenária dos Núcleos Estaduais* são encontros realizados com o objetivo de aprofundar as questões relativas à Rede nos estados.

A *Plenária dos Núcleos da Rede* é uma instância deliberativa composta por representantes dos núcleos regionais onde se aprofundam temas relacionados aos núcleos e se fazem os encaminhamentos necessários. Somente quando não há consenso sobre as questões deliberadas é que estas são levadas para deliberação na Assembleia geral. A *Assembleia Geral* é realizada durante os *Encontros Ampliados*, espaço de troca de experiências e tomada de decisões de caráter mais amplo dentro da Rede. Na assembleia ocorre a homologação de novos núcleos, a eleição da coordenação geral e se decide sobre as questões das plenárias dos núcleos. Atualmente, os encontros e as assembleias ocorrem a cada dois anos.

A importância desses espaços de trocas de experiências, bem como a importância da Rede Ecovida de Agroecologia é percebida pelos próprios agricultores:

O espaço da Rede é importante que os agricultores participem justamente pra você não estar num espaço somente técnico [...] eu acho muito importante para o agricultor trazer a Rede como um movimento, e como surgiu, porque é um movimento de base, é um movimento da agricultura, não é um movimento de técnica, de capacitação, é um movimento da base, um movimento social dos agricultores (Agricultor Nelson).

É muito importante as oficinas, as palestras, trocas de experiências com outros produtores, isso tudo é importante para a agricultura orgânica. [...] a Ecovida é mais do que uma empresa que certifica, é uma rede que une as pessoas de vários estados. Já tem um bom tempo que ela vem fazendo isso e eu acho que é essa união das pessoas que faz com que ela seja forte (Agricultor Sérgio).

Ali é o momento de tu adquirir mais conhecimento e vai repassar o pouco que a gente sabe, trocar experiências, sempre participei. (Agricultor Pedro).

No terceiro encontro ampliado, realizado em 2001 no Paraná, a Rede Ecovida começou a discutir as normas internas para a transição agroecológica. Essas definições passam a ser importantes porque a exigência de certificação passa a ser uma imposição para a comercialização indireta de produtos orgânicos, como as realizadas em lojas de cooperativas ou supermercados. Dessas discussões originou-se o documento “Normas Simplificadas da Rede de Agroecologia Ecovida” e os formulários de certificação das propriedades, que em 2004 foram publicados num formato de caderno, “Caderno de Formação: Certificação participativa de produtos ecológicos”, que traz além de orientações sobre a produção, também orientações quanto ao uso do selo, a rotina das visitas nas propriedades e os princípios da certificação participativa no âmbito da Rede.

Conforme visto, a Rede de Agroecologia Ecovida ampliou seus objetivos para além da certificação, no entanto, é necessário considerar que a metodologia participativa de certificação é um diferencial de inovação da Rede, pois ao mesmo tempo em que existe um rigor e uma burocracia por trás da certificação participativa, já que existem procedimentos e normas que devem ser cumpridos, busca-se a todo o momento tornar este processo cada vez mais local, adaptado as realidades de cada lugar, ancorado em relações comunitárias que produzem confiança e solidariedade entre os envolvidos.

Desta forma, a certificação participativa é um modo diferenciado de certificar que mobiliza princípios e práticas que marcam estas diferenças. Ao contrário da certificação por auditoria que certifica produtos, a certificação participativa certifica *modos de ser*. Estas

questões serão aprofundadas a partir do próximo capítulo, bem como a crítica que se desenvolve em torno da certificação por terceira parte.

3.4 A REGULAMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGs)

A regulamentação da produção orgânica, pioneira na União Europeia, é mobilizada, principalmente, pelos correntes escândalos alimentares⁵² que o continente presenciou. Neste sentido, o processo de constituição das redes alternativas de produção e consumo na Europa se deu como forma de vigilância instaurada socialmente em torno das questões do risco alimentar, como analisam Chateauraynaud e Torny (2013). Expandem-se, juntamente com estas redes, os sistemas de conformidade orgânica e os mecanismos de certificação de produtos que tem por objetivo reduzir as incertezas do público consumidor frente a um produto orgânico: como ter certeza de que o alimento atende as especificações técnicas que orientam os sistemas produtivos ecológicos?

É importante considerar que as auditorias de qualidades e as avaliações de conformidade não são fenômenos restritos ao circuito alimentar ou ao âmbito da produção orgânica. A ISO é a referência internacional de padrões, estes definidos como acordos que contém especificações técnicas precisas para serem seguidas como regras, guias ou definições com a finalidade de assegurar que materiais, produtos, processos ou serviços se adequem a seus propósitos (MEDAETS; FONSECA, 2005). As avaliações de conformidade são as atividades destinadas à verificar se estes padrões estão sendo respeitados, seja por meio de testes, declarações, inspeções, processos de acreditação ou certificação.

No caso da produção orgânica, os sistemas de conformidade são instrumentos que geram credibilidade a esses produtos⁵³. De acordo com o Decreto 6.323/2007, certificação orgânica é o “ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá

⁵² De acordo com Moro (2011), a década de 1980 marcou o continente europeu com a erupção de diversos escândalos alimentares, dos quais a *encefalopatia espongiforme bovina*, a “doença da vaca louca”, talvez seja o mais conhecido. Esses acontecimentos teriam aberto espaço para um contexto de inseguranças e dúvidas em relação à capacidade de previsão e controle sobre incidentes envolvendo a segurança alimentar. Segundo Moro (2011), isso teria impulsionado mudanças nos hábitos alimentares de muitos indivíduos o que teria favorecido a inserção de produtos orgânicos na dieta de muitas famílias, pois estes eram considerados mais seguros e saudáveis, livres de contaminações.

⁵³ De acordo com Medaets e Fonseca (2005), “um Sistema de Garantia da Qualidade é o resultado da aplicação objetiva de técnicas de avaliação da conformidade e de mecanismos de conformidade social visando verificar o cumprimento dos requisitos de diferentes produtos de qualidade diferenciada (orgânicos, de território, etc.). Incluem a certificação por auditoria individual e em grupo, a Certificação Participativa e outros mecanismos de avaliação da conformidade como a declaração de conformidade do produtor” (p. 22).

garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânicas vigentes” (BRASIL, 2007). Neste sentido, a certificação envolve um conjunto de análises e observações objetivando verificar a conformidade orgânica de um produto e assim, permitir o uso de um selo orgânico ou ecológico. Esta avaliação fica a cargo de entidades destinadas para este fim, no Brasil são denominadas Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OACs).

No âmbito internacional, a regulação da produção orgânica ganha corpo na década de 1970, por iniciativa da IFOAM e com o passar do tempo surgem as preocupações com a certificação dos produtos: “a necessidade da criação de um sistema de verificação unificado, confiável e, preferencialmente, mundial para o comércio internacional de alimentos orgânicos era uma das mais urgentes prioridades da IFOAM e do movimento orgânico internacional no final da década de 80” (MEDAETS; FONSECA, 2005, p. 64).

De acordo com Medaets e Fonseca (2005) as primeiras iniciativas de estabelecimento de padrões para a produção orgânica tiveram origem na iniciativa privada, o movimento biodinâmico, através do símbolo *Demeter*, é, provavelmente, o pioneiro em termos de auto regulação: os primeiros manuais de cultivo teriam sido lançados em 1928 na Alemanha, se espalhando por outros países a partir de então. Em 1967 a *Soil Association*, com sede na Grã Bretanha, também passou a estabelecer padrões técnicos com o objetivo de proteger os consumidores de possíveis oportunistas. Mas é na década de 1970 que o movimento em torno das certificações começa a se expandir consideravelmente com o aparecimento dos primeiros selos orgânicos, como o da *Nature et Progrès*, na França em 1972, e da *Bioland*, na Alemanha em 1978⁵⁴.

Como é possível perceber, essas regulamentações iniciaram na Europa na década de 1970 e 1980, mas se tornaram mais concretas a partir das regulamentações da Comunidade dos Estados Europeus (CEE) em 1990, principalmente através da Diretriz 2.092/92 que envolve o estabelecimento de padrões produtivos, regras de controle e qualidade com base em certificações por auditoria externa, e controle dos organismos certificadores por sistemas de acreditação. Esse documento torna-se balizador para a comercialização de produtos orgânicos, sendo assim, para que outros países pudessem exportar produtos para a Europa deveriam se conformar a estas normas. Neste sentido, o aparato legal implantado no Brasil que tem como modelo aqueles desenvolvidos nos Estados Unidos e Europa, postula que a produção orgânica

⁵⁴ Apesar da experiência da *Nature et Progrès*, seu selo não é oficialmente reconhecido pelo estado Francês, mas foi o primeiro país europeu a introduzir um selo oficial de Agricultura Biológica em 1980.

deva passar por um processo de auditoria realizada por terceiros, ou seja, empresas certificadoras, que atestarão a qualidade e autenticidade do produto enquanto orgânico.

A auditoria por terceira parte atua mediante a avaliação de conformidade, ou seja, avalia se os requerimentos específicos para a produção orgânica estão sendo cumpridos. Neste sentido, considerando que os consumidores não podem auto verificar a conformidade do produto, as certificações de conformidade são indispensáveis para o público consumidor, elas atestam se o produto atende às suas expectativas (MEDAETS; FONSECA, 2005). É importante ressaltar que esta modalidade de avaliação ocorre por uma organização, pública ou privada, independente daquela destinada a produção que se busca verificar, a utilização de um órgão independente se dá pela necessidade de que o mesmo não esteja envolvido nos processos produtivo e comercial. A confiança na qualidade do produto é intermediada pelo organismo certificador.

É por meio da função de certificação que a qualidade percebida pelo consumidor é assegurada. O documento de certificação emitido por terceira-parte atesta, mediante a aplicação de instrumentos como testes, ensaios e outros, que os requisitos exigidos pelo mercado e constantes nas normas e regulamentos foram atendidos (Ibid., p. 17).

No Brasil, o Sistema Nacional de Metrologia e o Conselho Nacional de Metrologia (Conmetro), instituídos em 1973, estabelecem os parâmetros de certificações de conformidade do país sendo o Instituto Nacional de Normatização e Metrologia (Inmetro) o órgão responsável pela Marca Nacional de Conformidade para produtos. Em 1992 instituiu-se, por intermédio do Conmetro, o Sistema Brasileiro de Certificação (SBC) e o Comitê Brasileiro de Certificação (CBC) objetivando a promoção, articulação e consolidação dos esforços no âmbito das certificações. Em 2001, o CBC foi substituído pelo Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC) que tem o Inmetro como organismo acreditador, é no seu entorno que está estruturada a grande maioria do aparato de normalização e avaliação de conformidade. Mas dentro do SBC, além das avaliações capitaneadas pelo Inmetro, se desenvolve em paralelo o sistema de acreditação e certificação de produtos orgânicos por parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MEDAETS; FONSECA, 2005).

No Brasil, até a década de 1990 a necessidade de regulamentação da produção orgânica tinha resposta na atuação de associações de agricultores, ONGs, cooperativas de consumidores e técnicos que estavam atentos as normas estabelecidas no âmbito internacional. Segundo Medaets e Fonseca (2005), no final da década de 1980 iniciam-se no país tentativas de exportação, principalmente para a Alemanha, de cacau e açúcar orgânico.

Diante disso, os países importadores passam a pressionar o Brasil para que adote um modelo de certificação legalmente reconhecido. A Diretriz 2.092, que trata da comercialização de alimentos orgânicos nos países membros, promulgada pela União Europeia em 1992, aumenta as exigências para que países como o Brasil continuassem exportando produtos orgânicos para a Europa.

Diante da pressão, cria-se o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) em 1995, com representantes das ONGs atuantes em torno da produção orgânica naquele momento. As questões debatidas durante os dois anos de atuação do comitê giravam em torno da necessidade de se regulamentar a certificação de produtos orgânicos e qual modelo de certificação deveria ser adotado. Muitos dos representantes dessas ONGs eram contra a certificação em decorrência das pressões de mercado, mas com o passar do tempo aceitaram a ideia de uma certificação participativa, levada a cabo pelos seus técnicos e agricultores integrantes.

No âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, por exemplo, segundo Laércio Meirelles, agrônomo e integrante da Rede, a ideia da certificação chegou com um grupo de alemães que traziam ideias e contavam a experiência das certificações que estavam em curso na Europa na década de 1990. Neste momento, a Feira da cooperativa COOLMEIA⁵⁵, hoje extinta, mas ainda reconhecida pela sua atuação em relação à agricultura ecológica, já existia há dois anos sem nenhuma cobrança com relação a certificação por parte do público consumidor. A ideia de uma certificação por terceira parte soou estranha aos agricultores que se posicionaram contra essa metodologia e contra a própria ideia de certificação. Esse posicionamento, no entanto, levaria o grupo a certo desconforto, pois transmitiam a imagem de que tinham “medo” da certificação, ou seja, de que estariam receosos sobre uma possível verificação da sua produção.

[...] nós eramos contrários a esse método, mas não tínhamos medo. Então a gente começou a falar que nós certificávamos com uma metodologia diferente, aí perguntavam qual a metodologia e nós dizíamos: participativa. [...] o encontro entre produtor e consumidor era que produzia credibilidade para o produto, nós mesmos [...] eu tenho esse selo, de 1992, “Certificação Participativa Agricultor/Consumidor”, ele é o primeiro, a partir daí esse negócio foi crescendo [...] nesse embrião, nesse paralelo, o mundo da agricultura orgânica foi se constituindo no Brasil e trouxe essa ideia da certificação [...] surgiu essa história da certificação participativa, se consolidou. O pessoal de Santa Catarina teve problemas com a certificação lá, aí bancaram a ideia da Ecovida por isso ela nasceu lá. Então foi desse universo: Feira da COOLMEIA, Rio Grande do Sul,

⁵⁵ Segundo Viola (1987) a cooperativa advém de uma comunidade urbano-rural que atuava em feiras e restaurantes na região metropolitana de Porto Alegre, se organizava em torno dos princípios do cooperativismo auto gestionários e seus membros eram muito ativos no movimento ecológico gaúcho.

Santa Carina, Paraná, através da Rede TA Sul, essa ideia se espalhando e depois a necessidade de criação da Rede Ecovida [...]. Em 2001, 2002, isso começou a ser levado para o país, e eu levava pro MAELA (Movimento da Agricultura Ecológica da América Latina e Caribe). Eu levava pra fora desde 1995 e isso foi criando um zumzumzum (Laércio Meirelles, Agrônomo e integrante da Rede Ecovida).

A ideia de uma certificação participativa, no entanto, não agrada a todos. No âmbito do CNPOrg é possível perceber, então, o delineamento de dois grupos: os partidários da certificação por auditoria e os partidários da certificação participativa. Dessas divergências nascem novos conflitos que culminam, em 1996, em projetos de lei não construídos com a participação de todas as ONGs então atuantes no comitê. Em 1997 começam a se definir as normas técnicas para a produção orgânica e em 1999 o Ministério da Agricultura e do Abastecimento⁵⁶ publicou a Portaria 505/1998, para apreciação da sociedade, dando origem no ano seguinte na Instrução Normativa 07/1999.

A Normativa é o primeiro aparato legal a fazer menção à agricultura orgânica no Brasil, o objetivo do documento é “estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal” (BRASIL, 1999), considerando a demanda crescente por esses produtos no país, “obtidos por sistemas ecológicos, biológicos, biodinâmico e agroecológico”. Percebe-se que a normativa considera que produtos orgânicos advenham de sistemas produtivos com denominações diversas, mas que adotem tecnologias racionais para o uso dos recursos naturais, bem como respeitem a integridade cultural.

De acordo com a normativa citada, os objetivos dos sistemas de produção orgânica são a auto sustentação, a maximização dos benefícios sociais e minimização do uso de energias não renováveis, a eliminação do uso de insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados, radiações ionizantes, a preservação da natureza e dos seres humanos e a transparência no processo de produção orgânica para ofertar produtos saudáveis e com alto valor nutricional, preservar e ampliar a biodiversidade, conservar as condições físico-químicas do solo e fomentar integrações efetivas entre produtores e consumidores. Diante destas considerações, somente será reconhecido como orgânico o produto que atender a estas especificações considerando que o período para conversão (a partir do qual um cultivo passa a ser considerado como orgânico) varia de, pelo menos, doze a dezoito meses.

A Instrução Normativa 07/99 não só delimita as condições para considerar um sistema produtivo como orgânico, mas também as condições do seu controle de qualidade. De acordo

⁵⁶ Atualmente denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

com a normativa, “a certificação e o controle da qualidade orgânica serão realizados por instituições certificadoras credenciadas nacionalmente pelo Órgão Colegiado Nacional, devendo cada instituição certificadora manter o registro atualizado dos produtores e dos produtos que ficam sob sua responsabilidade, pois somente seria considerado orgânico o produto que fosse certificado” (BRASIL, 1999). Ao adotar o modelo de reconhecimento de produtos por certificação por terceira parte, o Estado brasileiro assume a posição de não reconhecer como orgânica a produção oriunda de um sistema produtivo não certificado, como aquela feita por pequenos produtores rurais que comercializam em feiras locais.

Durante a realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em 2002, foi proposta a retomada das discussões sobre a regulamentação da produção orgânica com foco em um processo coletivo e amplo, criou-se, então, um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar possíveis reformulações na legislação em curso, o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO). A partir das articulações do GAO, elabora-se uma minuta de projeto de lei submetida ao 2º Encontro Nacional do Grupo de Agricultura Orgânica, a partir do qual se obtém certo consenso no entorno dessas questões.

Daf resulta a Lei 10.831, instituída em 2003 e conhecida como a Lei dos Orgânicos. A Lei se assemelha muito a IN 07/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, porém traz algumas novidades. Além dos objetivos já citados na Normativa, a Lei inclui no seu rol a busca pela “sustentabilidade econômica e ecológica”, além disso amplia a lista de finalidades de um sistema produtivo orgânico adicionando a estas a “reciclagem de resíduos de origem orgânica”, a orientação produtiva através de “sistemas agrícolas organizados localmente” e o incentivo “a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos” (BRASIL, 2003). Também existe a previsão das sanções administrativas cabíveis no caso de infrações que incluem advertência, multa, suspensão da comercialização, inutilização do produto e suspensão ou cancelamento da certificação ou autorização para comercialização.

A Lei dos Orgânicos também prevê que a certificação da produção orgânica deve ser feita por “organismo reconhecido oficialmente”, ressaltando-se que, até a promulgação da presente lei, apenas as empresas certificadoras eram reconhecidas pelo estado brasileiro. A lei de 2003 traz, no entanto, um avanço, pois passa a tornar facultativa a certificação para os produtores que comercializem de maneira direta:

No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa,

uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003).

Além da comercialização em feiras locais o Brasil é um dos países pioneiros na chamada certificação participativa. Antes mesmo da promulgação da Lei dos Orgânicos, ou da publicação da Instrução normativa 07/99, associações e ONGs ligadas ao meio rural e que trabalhavam dentro do escopo das tecnologias alternativas e da agroecologia, já desenvolviam uma certificação própria, considerada mais horizontal e de cunho participativo. Mesmo considerando a existência de dois diferentes modos de certificação, para que o Brasil pudesse colocar seus produtos no mercado internacional foi necessário obedecer às exigências dos países do Norte. Apesar da importância da Lei dos Orgânicos para a produção orgânica no país a mesma reconhece como modelo de certificação apenas aquele desenvolvido por terceira parte. Quando o Estado brasileiro passou a regulamentar a produção orgânica, não reconhecendo estas organizações como organismos certificadores mobilizou-se uma crítica em torno da certificação por terceira parte, porque além de este processo ser financeiramente custoso aos pequenos produtores, atua enquanto um desdobramento do mercado, ou seja, a certificação por auditoria não questiona a agricultura moderna, mas adapta-se a ela⁵⁷.

Na busca pelo reconhecimento legal da certificação participativa, alguns conflitos são travados na esfera pública. As pressões dos grupos de interesse dão origem ao Decreto 6.323/2007 que regulamenta a Lei Federal 10.831/2003. O Decreto cria o Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), composto por entidades da administração pública, bem como organismos de avaliação da conformidade orgânica (OACs) credenciados pelo MAPA. As OACs são pessoas jurídicas responsáveis por verificar a conformidade da produção orgânica, de acordo com os regulamentos técnicos, fornecendo a certificação e a permissão para uso do selo de conformidade orgânica.

Uma das principais novidades deste Decreto é instituir o sistema participativo de qualidade orgânica que reconhece e torna legítima a atuação dos organismos participativos, como a Rede de Agroecologia Ecovida, que avaliam a conformidade da produção orgânica ou ecológica. Neste sentido, o estado brasileiro passa a reconhecer como organismos de reconhecimento tanto os Sistemas de Conformidade Orgânica (SCO), quanto os Sistemas Participativos de Garantia (SPG).

⁵⁷ Fonseca e Feliconio (2000 apud BYÉ; SCHMIDT, 2001) sinalizam a existência de duas concepções ideológicas conflitivas em torno da produção orgânica. De um lado as ONGs envolvidas com o movimento por uma agricultura alternativa, de outro os que aproximam a agricultura orgânica dos organismos de desenvolvimento empresariais.

Em 2009, foram publicadas duas importantes instruções normativas do MAPA com considerável importância para o reconhecimento de produtos orgânicos e ecológicos no Brasil: a normativa 19/2009, que aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica, e a normativa 50/2009, que institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelece os requisitos para a sua utilização. A partir da normativa 50/2009 somente os produtos oriundos de propriedades controladas por organismos de avaliação da conformidade orgânica registrados junto ao MAPA podem utilizar o selo. O sistema de avaliação da conformidade orgânica a qual se vincula o produto (certificação por terceira parte ou participativa) é informado na chamada área de respiro (Figura 7).

Figura 7 – Selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.



Fonte: MAPA.

À esquerda o selo referente à certificação participativa e à direita o selo referente à certificação por terceira parte.

Se no contexto europeu e norte-americano a certificação de produtos ecológicos surge num contexto de proliferação dos escândalos alimentares, cumprindo os selos uma importante função ao informar os consumidores sobre os aspectos relacionados à qualidade de um produto, no Brasil a questão ganha contornos diferentes. O Brasil integra o escopo de regiões onde a modernização da agricultura não foi homogênea e as relações entre produtores e consumidores não se tornaram tão distanciadas, assim o fenômeno das redes alternativas de produção e consumo ganha corpo de maneira diferente: elas apontam para o reconhecimento de práticas e conhecimentos tradicionais, neste sentido, é uma resposta ao processo de modernização, a partir da valorização da produção tradicional (CRUZ, 2012), num movimento de reconhecimento apontando para a valorização de alguns alimentos e grupos sociais.

Neste sentido, o debate dos entes envolvidos com a agricultura ecológica, quando da implantação e regulamentação da produção orgânica no Brasil, ia ao sentido de garantir o reconhecimento da agroecologia. Diante de um não reconhecimento do Estado, as ONGs e associações mobilizam-se em torno da defesa dos interesses dos agricultores e um dos

resultados deste movimento foi à criação, em 1998, da Rede de Agroecologia Ecovida, atuando inicialmente no estado de Santa Catarina, que visa, entre outros objetivos, desenvolver e multiplicar as experiências baseadas na agroecologia e ter um selo que expresse esse comprometimento. Este selo advém de um processo de certificação participativa forjado numa relação de confiança entre produtores e consumidores que se posiciona de forma crítica ao modelo de certificação por terceira parte. O próximo capítulo é dedicado à caracterização dessa certificação e a gramática de ação que está por trás desse selo ecológico.

3.5 CONCLUSÃO

O objetivo deste capítulo foi explicar sobre o contexto de emergência da produção orgânica, principalmente no Brasil, e sobre alguns dos principais atores que contribuíram para a sua constituição. Neste sentido, a primeira sessão foi dedicada a uma retomada sobre os processos de modernização agrícola que ganharam curso e se intensificaram a partir da segunda metade do século XX. Além de caracterizar o processo de modernização agrícola, buscou-se enfatizar algumas de suas consequências ambientais, econômicas e sociais bem como as primeiras ações de contestação desse modelo de produção, como aquelas impulsionadas, principalmente pelo movimento ambiental e dos consumidores.

Considerando que os processos de modernização da agricultura impactaram tanto no modo de produção familiar quanto nas suas redes de comercialização, a segunda parte do capítulo foi dedicada às reações que se seguiram as suas consequências socioambientais e que deram fôlego para a promoção de redes alternativas de produção e consumo e valorização da pequena produção familiar de base ecológica. Nesta sessão buscou-se enfatizar o percurso seguido pela agroecologia no Brasil, desde a formação das primeiras comunidades rurais, passando pelos principais órgãos que apoiaram e promoveram as iniciativas de agricultura alternativas, os espaços de encontros e discussões que se formaram, até o movimento que se forma em torno da promoção da agroecologia no Brasil.

A terceira parte do capítulo é dedicada à caracterização deste movimento, principalmente no que concerne a atuação da Rede TA Sul, pois é dela que se origina a Rede de Agroecologia Ecovida. Constitui parte desta sessão a caracterização da Rede de Agroecologia Ecovida: sua história, organização e estruturação, bem como o contexto que deu suporte para a emergência da certificação participativa no sul do Brasil. Por fim, apresenta-se a discussão em torno da certificação de produtos orgânicos, levando-se em conta seu contexto de surgimento na Europa e as implicações que esse modelo teve para a realidade brasileira.

Neste sentido, buscou-se um retrospecto sobre as principais normativas europeias que tiveram influência no Brasil e sobre a evolução da legislação brasileira em torno da produção orgânica, desde a primeira normativa, lançada em 1999, até as mais recentes, de 2009.

CRÍTICAS E JUSTIFICAÇÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO ECOLÓGICA NO ÂMBITO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA

Conforme mencionado na introdução do trabalho, compreende-se que o processo de transição para a agricultura ecológica envolve uma mudança na forma de se relacionar com o meio-ambiente e com a sociedade o que permite compreendê-la como espaço de atividades socioculturais constituindo-se como um *modo de vida*. Além disso, considerando a literatura revisada, entende-se que os selos de certificação de produtos, mais especificamente os selos ecológicos, agem como operadores de eficácia agregando valor a produtos e processos (RADOMSKY, 2015), ao mesmo tempo, o modo de vida dos agricultores ecológicos concede aos produtos aspectos singulares, referentes à identidade desses grupos. Essa concessão pode ocorrer através da adoção de um selo de certificação que materializa nos alimentos o modo de vida do grupo.

Conforme mencionado na introdução, preocupo-me com o modo de vida desses agricultores ecológicos, mais especificamente com as gramáticas em torno da agricultura ecológica, com as justificações que informam as ações destes indivíduos. Para responder a estas questões coletaram-se dados junto a agricultores envolvidos com a Rede de Agroecologia Ecovida e com técnico-coordenadores dos Núcleos Regionais da Rede por meio de entrevistas semiestruturadas. Também foram utilizados dados levantados junto a órgãos federais, bem como materiais de divulgação da Rede de Agroecologia Ecovida e a legislação brasileira e gaúcha no que tange a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos.

A primeira parte do capítulo é dedicada à *descrição do processo de certificação participativa* desenvolvido no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida. Além de trazer alguns dados sobre a certificação da produção orgânica no Brasil, neste item apresenta-se o histórico da certificação participativa, a forma como está organizada, desdobramentos legais, o contexto de disputas em torno do reconhecimento de modelos alternativos de certificação e a crítica que opera em torno da certificação por terceira parte. Enfatiza-se também que a certificação participativa é fruto do compromisso entre diferentes *cités* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), por isso é feita uma exposição dessas relações que dão origem a esse compromisso. Por fim, considera-se que a certificação participativa seja um formato de certificação que certifica processos e não produtos, ou seja, certifica um modo de ser. Leva-se a frente, por essa razão, a compreensão de que existe uma gramática por trás dessa certificação, por trás desse selo.

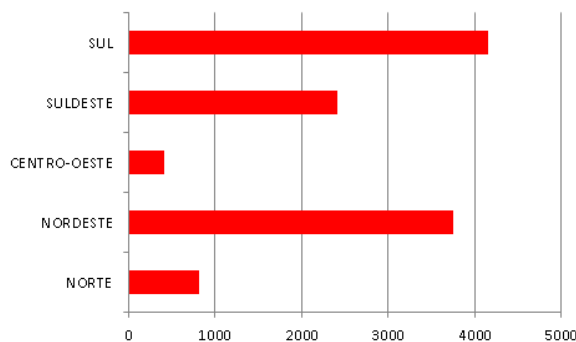
Conforme mencionado, a preocupação fundamental deste trabalho é com o desdobramento deste modo de ser, dessas gramáticas por trás da certificação participativa. Por essa razão, a segunda e a terceira parte do capítulo estão dedicadas à exposição da justificação em torno da agricultura ecológica. Considerando que toda justificação pressupõe um espaço de crítica, a exposição parte da crítica feita pela agroecologia em relação à agricultura convencional e a agricultura orgânica convencionalizada. Evidencia-se a formação de uma crítica estética e social que servem de apoio para a formação do aparato justificativo da agroecologia.

Por fim, os esforços são dedicados à descrição e análise do *mundo agroecológico*. Para tal, enfatiza-se a importância da conversão para o surgimento dessa nova gramática, já que os agricultores se convertem de convencionais para ecológicos. Essa conversão envolve, mais do que a adoção de um novo modo de produção, uma conversão moral, a adoção de um novo modo de vida. É a partir desse processo de conversão que os agricultores ascendem ao estado de grandeza dentro desse mundo, tendo a agroecologia como um modo de vida e o cuidado como seu princípio superior comum.

4.1 A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

No Brasil, o MAPA é o órgão responsável por manter o cadastro nacional de produtores orgânicos e dos OACs. Das oito empresas certificadoras que estão cadastradas atualmente, nenhum delas tem sede ou filial no Rio Grande do Sul, no entanto, das dezessete organizações de sistemas participativos, três estão no estado. No Brasil, são 11.608 agricultores cadastrados, a região sul é a que apresenta o maior número de produtores, seguida pela região nordeste (Gráfico 1). A maior parte dos produtores concentra-se no estado do Rio Grande do Sul, seguido do Paraná e de São Paulo (Gráfico 2).

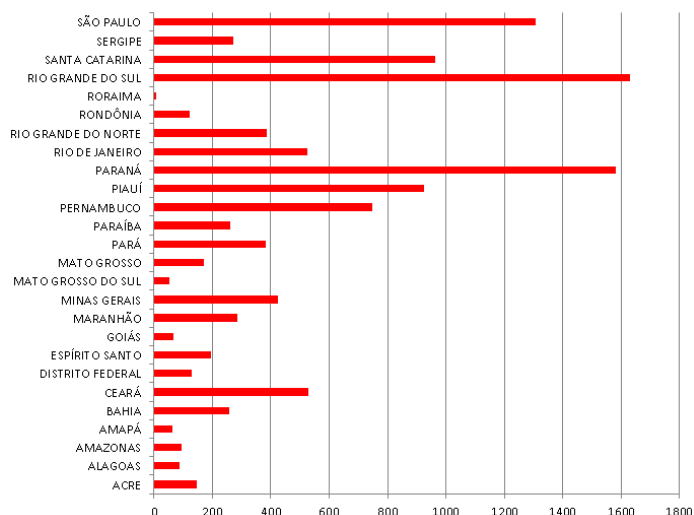
Gráfico 1 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por região.



Fonte: Cadastro Nacional da Produção orgânica/MAPA.

Elaboração própria.

Gráfico 2 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por unidade da federação.



Fonte: Cadastro Nacional da Produção orgânica/MAPA.

Elaboração própria.

O grande número de produtores concentrados nas regiões nordeste e sul se reflete na distribuição de feiras orgânicas e ecológicas, mais proeminentes nessas regiões, conforme pode ser observado pelo Mapa das Feiras Orgânicas idealizada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) em 2009 (Figura 8)⁵⁸.

⁵⁸ De acordo com o IDEC, algumas pesquisas apontam que o consumo de alimentos orgânicos e ecológicos seria maior se esses fossem mais baratos e houvesse mais canais de comercialização, como feiras. Um levantamento feito em 2010 verificou que o preço desses alimentos era superior em supermercados, mas acessível nas feiras locais, neste sentido, com a intenção de fomentar o comércio nestes espaços alternativos, o IDEC desenvolveu um mapa demarcando as feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil, além de produtores, associações, cooperativas e grupos de consumo. O instituto acredita que com esta iniciativa ficará mais fácil para os consumidores encontrarem alimentos orgânicos ou ecológicos. Para mais informações acessar: <http://feirasorganicas.idec.org.br/>

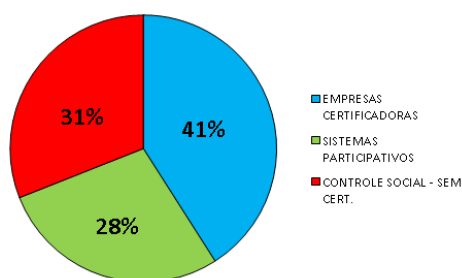
Figura 8 – Mapa das Feiras Orgânicas no Brasil.



Fonte: IDEC.

Dos produtores cadastrados junto ao MAPA, 4.755 são certificados por auditoria externa, ou terceira parte, 3.259 por sistemas participativos e 3.638 por controle social sem certificação, ou seja, no âmbito nacional, a maior parte dos produtores são certificados por empresas, seguidos por aqueles que não têm certificação e os que a obtêm de maneira participativa, então em menor número (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por modalidade de certificação.



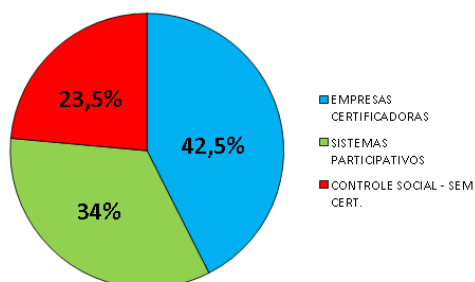
Fonte: Cadastro Nacional da Produção Orgânica/MAPA.

Elaboração própria.

No Rio Grande do Sul há 1.630 produtores cadastrados, representando em torno de 14% do montante nacional. No estado 693 produtores são certificados por empresas, 384 não possuem certificação, e 553 tem sua produção verificada por organismos participativos, ou

seja, em torno de 34% da produção orgânico-ecológica do Rio Grande do Sul é certificada de maneira participativa (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição dos produtores orgânicos no Rio Grande do Sul por modalidade de certificação.

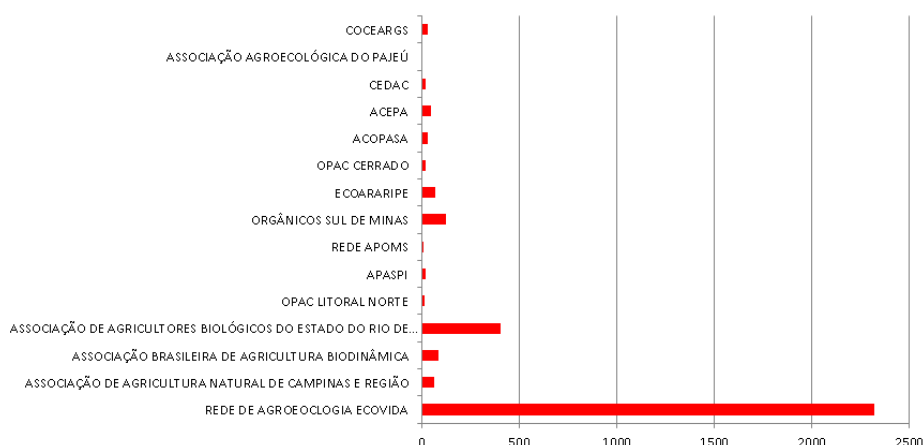


Fonte: Cadastro Nacional da Produção Orgânica/MAPA.

Elaboração própria.

Da certificação participativa do estado, 92,5% é realizada pela Rede de Agroecologia Ecovida. Conforme pode ser observado no gráfico a seguir (Gráfico 5), dos 3.259 produtores brasileiros certificados de maneira participativa, em torno de 71% obtém sua certificação pela Rede de Agroecologia Ecovida, nos estados da região sul do Brasil e no estado de São Paulo.

Gráfico 5 – Distribuição dos produtores orgânicos no Brasil por organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica.



Fonte: Cadastro Nacional da Produção Orgânica/MAPA.

Elaboração própria.

A certificação participativa é forjada na relação de proximidade entre produtor e consumidor, ao invés de passar por uma auditoria realizada por terceiros, a produção é reconhecida por um processo de credibilidade construído junto ao consumidor e na relação com outros produtores, um controle que ocorre constantemente. Desta forma, a qualidade do produto passa a ser tomada como um valor socialmente compartilhado. Conforme a Rede de Agroecologia Ecovida (2004, p. 9),

na certificação participativa - a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento dos agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores.

A certificação participativa realizada pela Rede Ecovida pode ser definida como um processo de geração de credibilidade em rede realizado de forma descentralizada, respeitando as características locais, que visa aprimorar a agroecologia e assegurar a qualidade dos seus produtos através da participação, aproximação e compromisso entre os agricultores, os técnicos e os consumidores. [...] está alicerçada no processo de interação e controle social (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 38).

Quais são as principais características da certificação participativa? Eu acho que a principal delas é considerar a revisão de pares como condição suficiente pra gerar credibilidade, essa é a principal, é o coração da certificação participativa, um agricultor visitando o outro, os agricultores se visitando, isso é condição suficiente, as outras vem agregadas, verificação de fora, consumidor participando, tudo isso é agregação, mas o que gera credibilidade é a revisão de pares, pra mim essa é a característica, é o coração dos SPGs (Representante do Núcleo Litoral-Solidário).

A certificação participativa é, antes de tudo, um instrumento pedagógico para motivar e articular os diversos atores. [...] Essa metodologia estimula a integração entre agricultores (as) e consumidores (as) e a organização social em uma lógica de rede, na qual a relação que se estabelece é horizontal e de interdependência (não favorecendo hierarquias). A certificação participativa na agroecologia parte de relações de confiança (IBASE, 2011, p. 17).

O que se pretende com esse tipo de iniciativa é estabelecer um sistema de certificação que não dependa exclusivamente do exame realizado por um técnico ou auditor externo, e onde seja dada aos produtores a oportunidade de participar de um processo cujo resultado lhes afeta diretamente. A aplicação deste sistema prevê, como o próprio nome indica, que os atores envolvidos assumam um compromisso tácito e pleno com os princípios da produção ecológica, assim como um papel ativo na supervisão de todas as etapas do processo (CALDAS *et al.*, 2012, p. 457).

Segundo a Rede de Agroecologia Ecovida (2007), são princípios da certificação participativa a organização em rede, a transparência, a adequação à pequena produção familiar, a confiança, o olhar externo, o processo pedagógico, a descentralização, a participação e a organização de base. Para obter o selo, no entanto, os produtores devem passar por um processo *rígido e específico* (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA,

2004)⁵⁹. O primeiro passo é integrar-se à rede, através de um Núcleo Regional⁶⁰ e solicitar a certificação a este núcleo. Para tal, é necessário que antes disso, os agricultores estejam vinculados a um grupo de trabalho, como uma cooperativa ou associação. Esta solicitação é encaminhada ao Conselho de Ética do núcleo, avaliada por seus membros e seguida por uma visita às propriedades do grupo que terá como resultado uma avaliação positiva ou negativa em relação ao pedido para integrar-se à Rede⁶¹. Se o resultado for positivo, o Núcleo autoriza o uso do selo da Rede de Agroecologia Ecovida.

Continuamente, a produção dos grupos vinculados à Rede é monitorada e avaliada, havendo também a previsão de sanções para aqueles que deixem de se enquadrar nas regras da organização. Segundo os relatos coletados, as sanções são dadas de acordo com a gravidade dos fatos. Em geral, quando um problema é identificado solicita-se que, num primeiro momento o produtor adeque-se à legislação referente aos orgânicos e as normas da Rede, durante este período o agricultor tem a sua certificação suspensa o que o impossibilita de comercializar seu produto como orgânico, período que pode variar de seis meses a um ano. Após este período, se não houver adequações o produtor será excluído da Rede e do grupo que integra. Salienta-se que todas estas decisões são tomadas junto aos Núcleos durante as reuniões e que, devido ao caráter participativo da certificação, um único produtor, ao cometer uma fraude, pode prejudicar a imagem de um grupo inteiro, questões estas que serão mais bem desenvolvidas adiante.

O uso do selo também não é indiscriminado: deve haver um cálculo do número de selos que serão utilizados em dado período, com base na perspectiva de produção e comercialização. Além disso, o rótulo emitido pelo produtor deve ser encaminhado à Rede para que seja aprovado ou não de maneira que se preserve a arte original do selo da Ecovida. Também existem regras para o uso de *banners*, faixas e da logomarca da Rede de Agroecologia Ecovida. A obtenção do selo da Rede de Agroecologia Ecovida está

⁵⁹ Apesar da maioria dos agricultores entrevistados concordarem com essa assertiva e enfatizarem que deve haver rigidez para que todos os envolvidos ajam da forma correta, alguns agricultores relativizam essa ideia por entenderem que o processo não é rígido na medida em que o agricultor não está cumprido com normas, mas fazendo algo que sempre faz, ou seja, algo relacionado ao seu modo de vida: *“Rígido pra quem não quer se entregar, não quer trabalhar certo, aí nós que trabalhamos certo é um caderno normal, o jeito que a gente tem que ir de manhã, de tarde e de noite tirar leite é um processo que tem que ser todo dia trabalhar na propriedade, acho que tem que ser uma coisa certa, não é achar que hoje eu posso botar alguma coisa, amanhã eu não posso botar nada, tem que ter uma visão e ponto, é essa e deu”* (Agricultor Otávio).

⁶⁰ No site da Rede de Agroecologia Ecovida é possível encontrar a listagem de todos os Núcleos Regionais: <http://www.ecovida.org.br/>

⁶¹ No Roteiro Orientador das visitas dos Conselhos de Ética são avaliados aspectos referentes à produção vegetal, à produção animal, às áreas destinadas ao depósito de insumos e ferramentas, às áreas destinadas às agroindústrias, ao manejo da vegetação nativa e proteção das águas, ao manejo do lixo, à visão de agroecologia da família e às relações de trabalho (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2004). Estes aspectos são avaliados de acordo com as normas e procedimentos da Rede de Agroecologia Ecovida.

condicionada, portanto, a um monitoramento constante, seja pelos pares (outros produtores), seja pelos consumidores, que atestam a qualidade do produto.

Dos agricultores entrevistados, alguns estão certificados há mais tempo, cinco ou seis anos, enquanto outros estão há bem menos tempo, menos de dois anos, mas a média geral de tempo de certificação é de dois a três anos. Para a maioria, a opção pela certificação é devido às imposições legais que exigem a certificação para que os produtores possam inserir seus produtos em qualquer mercado indireto (supermercados, cooperativas, mercados institucionais, entre outros). Além disso, alguns apontam que a certificação é uma forma de comprovação de que a propriedade é ecológica, buscando coibir fraudes por parte de alguns produtores convencionais que vendem seu produto como ecológico, dando, assim, um respaldo para os consumidores. A maioria dos agricultores não considera que a certificação tenha possibilitado um aumento nas suas rendas, mas possibilitou a entrada em novos mercados, antes inacessíveis devido à falta da certificação.

Esses agricultores conheceram a Rede de Agroecologia Ecovida através do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) ou do Centro Ecológico⁶², entidades integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida e que já trabalhavam junto a estes agricultores quando iniciaram as discussões sobre a certificação de orgânicos. A maior parte dos agricultores optou pela certificação participativa devido ao seu baixo custo, mas também fazem referências a outros aspectos como o de ser um formato inclusivo e autônomo, já que o agricultor sente-se parte do processo, e a troca de experiências, possibilitada pelas visitas em diferentes propriedades onde os agricultores tomam contato com diferentes realidades, além de permitir relações mais próximas e comunitárias, já que se necessita de constante contato entre os membros de cada grupo. Desta forma, um “sempre ajuda o outro” e relações fortes de confiança são estabelecidas. Ou seja, se está diante de um modelo de certificação que além de participativo é também solidário. Quanto a isso o trecho de uma entrevista pode ser esclarecedor:

*[...] então a gente tá muito nisso, são pessoas assistidas [...] então é mais fácil, as famílias uma ajuda a cuidar que a outra não caia no desejo. [...] **Qual a sua opinião sobre o formato participativo de certificação adotado pela Rede Ecovida?** Ele cria a consciência nas pessoas de ser honesto consigo mesmo, então com as outras pessoas, com os clientes, com os colegas, ajuda o outro a não cair fora da perspectiva do orgânico (Agricultor Emerson).*

⁶² O CAPA é, atualmente, a entidade responsável pelos Núcleos Vale do Rio Pardo e Sul, enquanto o Centro Ecológico responde pelo Núcleo Litoral Solidário.

Neste sentido, o caráter participativo da certificação é evidenciado como algo positivo pelos agricultores, pois além de possibilitar a troca de experiências também aponta para uma espécie de cuidado e solidariedade entre eles. É assim, inclusive, apontado como um dos benefícios desta certificação, no entanto, é também visto como um dos seus custos, já que o formato exige o deslocamento de suas propriedades para as visitas, bem como para o cumprimento das reuniões dos grupos, o que implica em despender um período de tempo que poderia estar sendo utilizado para a condução das atividades na propriedade.

A certificação participativa é compreendida pelos agricultores entrevistados como um processo coletivo e participativo que tem a importante função de incluir o agricultor no processo de verificação, permitindo que este desenvolva sua autonomia. Além disso, é considerada como um importante espaço para trocas de conhecimentos e experiências entre esses agricultores, ao contrário da certificação por terceira parte que é compreendida como um processo individual, onde o agricultor não tem contato com os demais, trabalha sozinho. Ademais, ela seria inviável para a agricultura familiar uma vez que seus custos financeiros são muito elevados, ao contrário da certificação participativa que tem como custo a própria premissa da participação.

A certificação por auditoria estaria mais voltada para a construção de um *marketing* sobre a ideia do produto orgânico, a busca do lucro seria, então, uma característica marcante desta modalidade de certificação, assim como da agricultura convencional e da agricultura orgânica convencionalizada, conforme será visto adiante. Além disso, compartilhariam a compreensão dos produtos orgânicos como uma mercadoria, um produto, ao contrário dos agroecologistas que veem seus produtos como alimentos.

Nesse sentido, é importante destacar que a certificação participativa é vista como um modelo que certifica processos, ao contrário da certificação por auditoria, que certifica produtos.

É muito bom. No começo a gente pensou “Bah, vai ser só uma burocracia”, mas é um negócio muito construtivo, um negócio que fortalece os núcleos. Ele é muito rico nesse processo de tu conhecer outras realidades, trocar experiências, não se sentir sozinho, ver que tem mais gente. Porque o pior de tudo é tu estar fazendo uma coisa diferente, que é importante, e tu te sentir sozinho nesse processo. Aí como é um processo coletivo isso se torna muito rico, tanto por motivação quanto por troca de conhecimentos (Agricultor Nelson).

O custo é a gente sair da nossa propriedade para as reuniões e fazer as visitas nas outras propriedades, mas isso eu acho que não é um custo tão alto, é um custo que se retorna com a experiência que a gente tá vivendo ali (Agricultor Sérgio).

[...] mas é uma forma da gente crescer junto, crescer no grupo. Se eu vou na propriedade de outro agricultor orgânico, eu aprendo, ele aprende, essa troca de

informação, o ganho está nisso. Ela tem custos essa certificação, mas a gente acredita que a questão do aprendizado, essa informação que consigo passar pra ele em uma visita, isso aí não tem preço. O ganho está nisso, nesse modelo (Agricultor Francisco).

É importante que o próprio agricultor vai estar declarando ali o que, as informações são dele, são próprias dele, ele mesmo vai colocar no papel. Muitas vezes a gente ajuda, mas a grande maioria é o próprio agricultor que vai colocar no papel, então ele se sente parte do processo, se sente integrado ao processo de certificação. Assim como também nas visitas e comissão de ética ele vai estar visitando, depois ele vai estar recebendo a visita, então esse agricultor se sente parte desse processo de certificação (Representante do Núcleo Sul).

Se a necessidade de certificação é vista por esses agricultores como uma espécie de “imposição” legal, um formato participativo permite, no entanto, que estes agricultores tornem-se parte do processo, troquem experiências e construam uma verdadeira rede de indivíduos envolvidos com a agroecologia. É por esta razão que certifica processos, *modos de fazer, modos de ser* e não produtos. Esse aspecto pode ser mais bem compreendido quando se pergunta aos agricultores o que acontece quando, no momento das visitas nas propriedades, detecta-se uma fraude. Neste caso, a certificação é num primeiro momento suspensa e é dado ao agricultor um período para que faça as adequações necessárias, ou seja, ele não perde a certificação de um produto, mas de toda a sua produção, e por certo período de tempo não pode comercializar seu produto como orgânico ou ecológico. Além disso, o objetivo da “suspensão” é que o agricultor faça as adaptações necessárias e não seja *expulso*, já que o objetivo da Rede é integrar os agricultores ao processo agroecológico e não excluí-los dele. No caso de não haver o cumprimento das medidas exigidas, o agricultor pode ser desligado do grupo que integra e da Rede.

Quando questionados sobre o formato participativo de certificação desenvolvido pela Rede de Agroecologia Ecovida, os agricultores enfatizam a importância de este processo ser realizado por agricultores e não por técnicos (certificação por auditoria), pois segundo eles, estes não tem competência suficiente para avaliar se a produção é ecológica. Conforme já assinalado, essa distinção aponta para os dois tipos de *experts* definidos por Bessy e Chateauraynaud (2014): o auditor de uma certificadora é considerado um profissional que não pertence ao contexto que estará avaliando, aplica procedimentos rotineiros e parte de generalizações para verificar se uma propriedade é ou não orgânica; o agricultor que vistoria uma propriedade em grupo a partir da certificação participativa é dotado de conhecimentos específicos sobre aquela produção e sua avaliação é contextualizada com cada realidade que vistoria (caráter local).

Neste sentido, pode-se perceber que a questão da *expertise* é muito cara à certificação participativa, isto porque ela questiona a legitimidade de um auditor externo (certificação por auditoria – *expert* do tipo 1) para avaliar a conformidade orgânica de uma propriedade. Os defensores da certificação participativa acreditam que apenas indivíduos envolvidos com aquela atividade podem fazer tal avaliação, por essa razão a certificação participativa tem caráter maleável e apresenta diferentes formas de atuação, dependendo do contexto onde se aplica (*expert* tipo 2).

Conforme pode ser observado nas falas expostas abaixo, na certificação participativa a experiência sensorial é muito valorizada, pois o conhecimento tácito, adquirido pelos agricultores na experiência, funciona como uma forma de atestado.

Quem conhece o meio é que sabe avaliar ele. [...] porque a prática te leva a ter uma capacidade de avaliação. E a questão de você ser um produtor e não um avaliador ela cai porque se você tem consciência e está produzindo orgânicos, você não quer que alguém use o selo que você usa com produtos que não é orgânico. Se você deixar ele fazer isso você está estragando uma marca que é sua [...] você paga ali aquela taxa, você entra num grupo e você usa uma marca, então você deixar um outro produtor usar essa marca de forma irregular, você tá se auto prejudicando [...] Porque um auditor, um auditor assim, ele pode vim assim olhar, avaliar, mas se ele não tiver ética profissional ele só responde pela ética profissional dele, porque se acontecer qualquer fraude a única prejudicada é a marca. Porque o auditor pode até ser preso, responder processo e tudo, mas assim é muito mais complicado, muito mais difícil você prejudicar um auditor usando uma marca ilegalmente do que você prejudicar um produtor, o produtor é prejudicado diretamente (Agricultor Leonardo).

[...] tu tem que pagar bem mais caro e eles vem olham e deu, acho que eles não vêm participar, olhar todo mês. Também não sei como é que eles fazem pra controlar o resto do ano, é uma dúvida que até eu estaria interessado em saber. Porque se eles vem só uma vez pra olhar durante o ano, aí não é certificação nenhuma. Eu acho que tem que ficar de olho todos os meses que nem nossos grupos (Agricultor Otávio).

[...] se tu vai lá olhar o que o outro tá fazendo tu vê logo se o outro tá fazendo uma trambicagem, tá fazendo sacanagem, tá dizendo que é uma coisa e na prática é outra [...] Se tu pegar uma certificação privada é simplesmente um agrônomo, um técnico, vem um dia um cara, faz uma visita, tu pode subornar ele [...] Pode meter um suborno nele ou tu pode fazer uma fachada para ele, no dia que ele vem e depois deu, nunca mais. [...] tu construiu um processo num coletivo, num grupo, se um começa a fazer uma trambicagem o outro já vai ver e vai cortar porque o nome dele tá em jogo também (Agricultor Éder).

É possível perceber que a noção de autenticidade dos produtos ecológicos se constrói com a adoção de um processo de certificação participativa onde os produtores são considerados capazes de avaliar a conformidade orgânica da produção. A certificação participativa (processo) cumpre a função tanto de diferenciar um produto ecológico de um

convencional como de diferenciá-lo daquele produzido nos moldes da agricultura orgânica convencionalizada.

A crítica à certificação por terceira parte se dirige, portanto, a lógica industrial, mercantil e da opinião. Boltanski e Thévenot (1991) pensaram a *city* industrial a partir dos trabalhos de Saint-Simon. Esta cidade seria a analogia de uma *máquina* cujas partes (órgãos) cumpririam diferentes funções. Aqui a grandeza é estabelecida com base na eficácia, nesse sentido, grandes são aqueles que conseguem dominar as técnicas, ferramentas e objetos que lhe são próprios. É claro que, de certa forma, a própria adoção de um processo de certificação, mesmo que participativo, remete a adoção de padrões industriais, pois a certificação remete a uma forma de medida, um teste realizado para “comprovar” se os produtos são realmente ecológicos.

Para Sylvander (1997), a partir de 1980, com o aumento da demanda por produtos ecológicos e o aparecimento de frequentes *fraudes*, gera-se um contexto de incerteza sobre a qualidade da produção orgânica o que impulsiona o aparecimento de dispositivos regulamentares, como os selos de certificação, o que representaria a passagem da agricultura ecológica de uma lógica doméstica/inspirada (onde a qualidade remete a identidade dos produtos/produtos singulares) para a lógica industrial. O autor considera que estas mudanças tenham três consequências principais: a marginalização das redes tradicionais de agricultura orgânica e o enfraquecimento dos seus princípios fundadores; sua industrialização (adoção de métodos industriais para resolver conflitos); e a criação de um nicho de mercado que obriga a padronização dos produtos. Além disso, a agricultura ecológica estaria reduzida a dimensões técnicas e verificação de procedimentos.

Esta é a crítica que a lógica doméstica lança à lógica industrial, e que também se visualiza na crítica feita em torno da certificação por terceira parte: critica-se a adoção de técnicas produtivistas que rompem com os laços comunitários, e também se opera uma crítica à adoção crescente de diplomas e certificados, em contraposição a legitimidade do conhecimento tácito, adquirido na experiência. No caso da agroecologia, ela não passa de uma lógica doméstica para a industrial, mas busca associar as duas através da adoção de uma certificação participativa, e no caso da Rede de Agroecologia Ecovida ainda é possível perceber a interação destas com o mundo cívico. Na busca de um equilíbrio entre estas lógicas, Sylvander (1997) sugere a formação de instituições coletivas com a finalidade de estabelecer as regras de qualidade (industrial) e o incentivo à constituição de relações entre os indivíduos envolvidos (doméstica). Essa parece ser a intenção da certificação participativa desenvolvida pela Rede de Agroecologia Ecovida.

A *cit  mercantil* foi pensada por Boltanski e Thévenot (1991) a partir de *A Riqueza das Na es*, de Adam Smith. A cidade mercantil tem como fundamento a existência de um mercado estável onde os indivíduos se relacionam entre si, sujeitos aos seus interesses pessoais, concorrendo para a aquisi o de bens. Aqui as pessoas vinculam-se umas as outras pelo intercâmbio de mercadorias e o estado de grandeza está relacionado   aquisi o de riquezas:   grande aquele que mais acumula, ou tem capacidade para tal. As críticas feitas   certifica o por terceira parte em rela o   *cit  mercantil* tem como fundamento a “busca do lucro”, o entendimento do alimento como uma mercadoria e os custos elevados desse processo. Nesse sentido, a certifica o por auditoria   criticada porque estende as rela es de mercado, corrompendo as rela es domésticas e pervertendo pelos interesses as rela es de confiança estabelecidas entre produtores e consumidores.

Por fim, traça-se uma crítica a *cit * por opinião em razão de se considerar a certifica o por terceira parte como um modelo voltado para o *marketing* e a cria o de um nicho de mercado em torno dos produtos orgânicos. Essa cidade foi pensada a partir de *O Leviatã*, de Thomas Hobbes, nela a grandeza dos indivíduos depende da opinião e reconhecimento dos outros, independentemente da forma como vê a si próprio. São grandes, portanto, aqueles que têm boa reputa o ou fama. Nesse sentido, considera-se que certifica o por terceira parte está preocupada com a cria o de nichos de mercados, por isso a preocupa o com a etiquetagem dos produtos, focando assim na cria o de um mercado fechado por barreiras (pela certifica o) que definem quem está habilitado para fazer parte dele, quem tem ou não boa reputa o.

A forma como estas críticas se delineiam   mais bem visualizada com a exposi o da fala de um dos agricultores entrevistados:

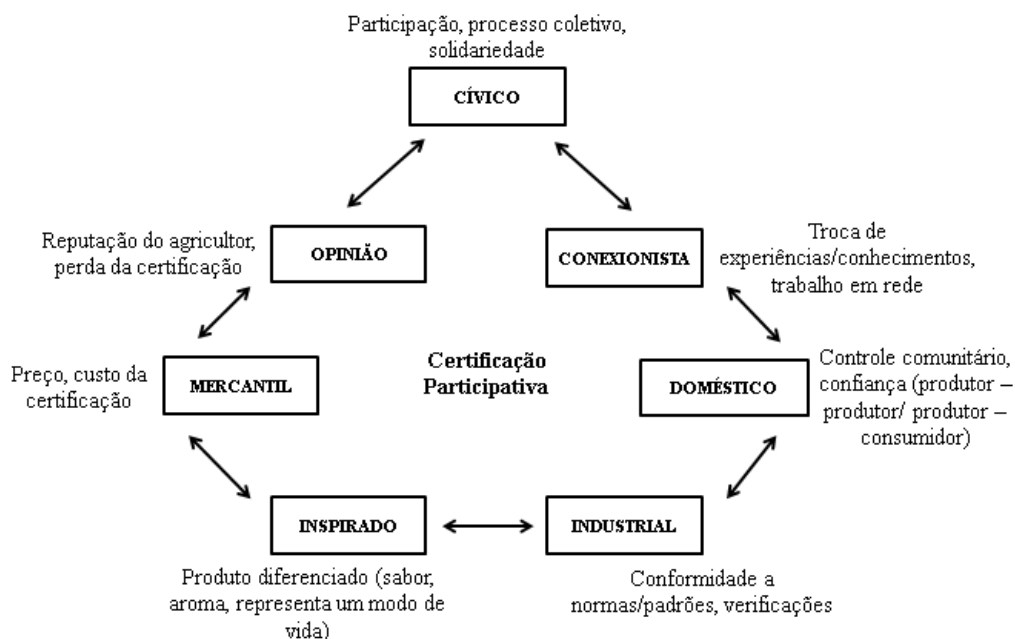
Qual a diferença entre a certifica o participativa e os outros formatos de certifica o?   a rela o do agricultor com a agricultura orgânica. Porque na certifica o por auditoria, o que eu vi em propriedades certificadas por auditoria, a rela o com a agricultura orgânica   como se fosse um agronegócio orgânico. A rela o   comercial, como   o agronegócio, só muda os insumos,   um modelo produtivo que muda. E aquelas hortaliças, justamente pela certifica o, ele vai vender pra quem tem poder aquisitivo maior. As pessoas que vem aqui são pessoas normais, que moram nesse bairro, não são pessoas que tem um alto poder aquisitivo, mas elas também têm direito a uma alimenta o mais saudável. Só que os agricultores, ou os chamados “empreendedores”, que atuam na questão da certifica o por auditoria, têm essa rela o do alimento como um produto, como um negócio que ele vai tentar maximizar o máximo possível os lucros. Aí esses produtos não vão estar disponíveis pra pessoas não tão favorecidas socialmente e economicamente, vai ser mais pra pessoas com alto poder aquisitivo,   um negócio mais frio (Agricultor Nelson).

A crítica operada em torno da certificação por auditoria opõe, portanto, duas lógicas diferentes: uma racionalidade instrumental ou estratégica *versus* uma racionalidade construída sobre valores, fundada na ideia de autenticidade. Neste sentido, como afirma Sauborin (2009, p. 269)

[...] são valores éticos que garantem a legitimidade e autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e origem. As empresas capitalistas identificaram esses valores éticos para transformá-los em serviços mercantis mediante a verificação das normas de qualidade. Mas, na verdade, para os produtos agroalimentares distribuídos em cadeias curtas ou rastreados, a sanção é, antes de mais nada, aquela do consumidor, e a garantia é muitas vezes inerente ao processo de produção em si.

No entanto, a certificação participativa não opera uma ruptura profunda com esses mundos. Ela é capaz de operar um compromisso entre eles. A existência de princípios qualitativos diferentes em um mesmo aparato justificativo é possível desde que haja *compromisso* entre essas grandezas, seja pela suspensão dos objetos de conflito, seja pela emergência de um novo princípio valorativo que só se torna legítimo quando todos os outros estão presentes, como é o caso da *cité* por projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). No caso da certificação participativa, compreende-se que o compromisso está fundado na suspensão dos objetos em conflito entre as diferentes lógicas. Para a exemplificação desse compromisso (Figura 9), toma-se como modelo o esquema desenvolvido por Niederle (2011) para demonstrar o compromisso estabelecido por diferentes mundos em torno da indicação geográfica dos vinhos.

Figura 9 – Compromisso de diferentes mundos em torno da certificação participativa.



Fonte: Elaboração própria

Partindo de Zelizer (2009), pode-se pensar que um compromisso forjado entre diferentes lógicas em torno da certificação participativa contraria tanto a teoria das esferas separadas (opõe dois domínios distintos: racionalidade e solidariedade), quanto à dos mundos hostis (quando diferentes esferas entram em contato, como a do mercado e da solidariedade, uma contamina a outra, de forma que as duas saem corrompidas). O que importa aqui é pensar que essas diferentes lógicas não são dicotômicas, mas que podem combinar-se de múltiplas formas forjando, assim, diferentes compromissos.

Cabe destacar que Zelizer enfatiza (2009) que os próprios atores invocam a teoria das esferas separadas ou dos mundos hostis para justificar fronteiras políticas, sociais e morais. Nesse sentido, conforme será visto adiante, o fato de muitos agricultores ecológicos tentarem retirar de suas justificações a esfera mercantil e industrial, por exemplo, aproximando-as dos agricultores convencionais e da agricultura orgânica convencionalizada, isso não significa que essas lógicas não operem neste mundo. O que está em jogo é a construção de uma fronteira que delimite quem pertence ou não ao mundo da agricultura ecológica.

Conforme mencionado, existe uma crítica em torno da certificação por terceira parte que tem relação com o mundo industrial, no entanto, a própria ideia de certificação informa uma preocupação com conformidade técnicas, verificações e testes de qualidade, seja esta certificação por auditoria ou participativa. Neste sentido, a certificação participativa tem características do mundo industrial considerando-se que, para ser certificada, a produção deve

atentar à legislação em vigor, bem como as normativas da Rede de Agroecologia Ecovida. Isso inclui, por exemplo, a construção de barreiras, o manejo correto do lixo, quais insumos podem ser utilizados, entre outras normas. Caso essas normas não estejam sendo cumpridas, no momento das verificações (teste), os agricultores serão notificados, suspensos ou afastados da Rede.

E tem que ser rígido, a gente sempre colocou o produto a disposição de análise (Agricultora Ana).

A gente observa o plano de manejo, o caderno de campo do proprietário se está com as anotações em dia. Se a família participa das reuniões do grupo que ela pertence, e a propriedade se está em conformidade com as leis da agricultura orgânica, da Rede Ecovida. [...] às vezes tinha que ter até mais rigidez, é o que se pede, a lei pede aquilo a gente tem que trabalhar dentro daquelas normas, não adianta (Agricultor Sérgio).

[...] tu tem que ver num todo, como está a família, como ela está se relacionando com a propriedade, inclusive da casa, como está. Se a gente entende que está tudo, que está tendo cuidado com o meio ambiente, com o destino do lixo. Como está essa relação com os animais, como trata os animais, o destino dos resíduos orgânicos pra onde vai e na própria localização da propriedade, o que tem acontecido de dificuldade é problemas dos vizinhos que não é ecológico. Então a gente tem que ter esse cuidado, a distância que está dos vizinhos que não é agroecológico, tem todo esse cuidado aí (Agricultor Francisco).

Eu acho que essa rigidez existe. Você é colocado a todo momento nas reuniões que você assinando, construindo esse processo você está sujeito e abrindo sua propriedade para uma posterior fiscalização. Então essa coisa está bem clara para todo produtor (Agricultor Leonardo).

[...] tem toda uma organização e documentos que tu tem que ter. Tu tem que pegar as notas dos produtos orgânicos que você adquire, tem que estar tudo organizado. Eles pedem relatórios das coisas que tu faz durante o dia, ali tem que constar o manejo na horta, nas agro florestas. No meu caso, na cana “hoje eu fui cortar, hoje eu rocei no meio da cana, hoje eu fiz aquilo”, então isso a gente anota e a hora que a fiscalização passar a gente tem que ter tudo organizado, tudo a mão (Agricultor Emerson).

Do ponto de vista do mundo mercantil, a certificação participativa também tem vínculos com este mundo, na medida em que deve ser uma certificação de baixo valor para que os agricultores familiares possam ter acesso a ela.

O cara participa, então devido a isso que não tem aquele valor tão grande né, tão assim alto né, pra certificar (Agricultor Ivan).

Pelo custo e eu também penso que essa é a maneira mais correta né, porque na auditoria tu vai ter que contratar uma empresa, novamente deixa teu ganho a eles. É por produto, que não dá garantia nenhuma desse produto ser agroecológico ou não. E o custo operacional disso é impossível pra agricultura familiar, pro agronegócio, latifúndio aí eu acho que a auditoria tá legal, mas para a agricultura familiar é completamente inviável (Agricultor Luiz).

[...] uma certificadora particular e privada é inviável, sairia muito caro, tu teria que produzir assim, para pequenas propriedades, um produto muito nobre, com muito valor agregado pra isso retornar. Porque, por exemplo, assim, o arroz não é um produto com alto valor agregado, é um produto do dia a dia assim, da mesa, então, que nem o arroz, o feijão, o pão, as farinhas. Não é tu produzir assim um café, uma coisa assim que tu vai, um chocolate, uma coisa nobre, porque daí assim tu vai, produziria numa escala menor e com alto valor agregado aí até tu conseguiria pagar uma certificadora privada, caríssima (Agricultor Éder).

Apesar da certificação por terceira parte ser criticada por reduzir o processo de certificação a uma questão de *marketing*, buscando criar uma “aura”, uma reputação em torno daqueles produtos, o mundo da opinião também tem relações com a certificação participativa, mas por outro viés. Fala-se neste caso da reputação do agricultor frente ao seu grupo, frente à Rede e aos consumidores. A reputação torna-se algo importante nesta modalidade de certificação porque todo o processo ocorre na base da confiança: o produtor A confia que o produtor B está produzindo de maneira ecológica, então o produtor A atesta essa produção e coloca a sua reputação em jogo ao certificar que o produtor B é ecológico. O consumidor, por sua vez, confia que esse processo é legítimo e que os produtos oferecidos são ecológicos. Quando um produtor comete uma fraude ele coloca em jogo não apenas a sua reputação, mas a reputação de todo o grupo, em alguns casos, todo o grupo é punido porque era a sua obrigação “fiscalizar” continuamente a produção desse agricultor.

Esse tratamento pode ser compreendido como algo rígido porque quando um agricultor comete uma fraude ele não está deixando de produzir de maneira ecológica, ele está mascarando o modo de vida de vários agricultores e colocando-os à prova também. A reprodução e continuidade das redes de produção e consumo ecológicos só obtém sucesso na medida em que os agricultores mantêm sua reputação e esses laços de confiança. Quando um laço é rompido toda a rede é exposta e, portanto, o trabalho de todos pode ser comprometido.

Na verdade a gente dá o nosso nome pra garantir que o outro também trabalha certo (Agricultor Otávio).

A gente sai prejudicado. Lá no nosso grupo é assim, se uma pessoa estiver errada, o grupo todo é prejudicado, por isso que um fiscaliza o outro para que não aconteça o pior (Agricultor Gilberto).

Da forma que nós somos certificados, se alguém cometer alguma infração vai afetar a todos, com certeza. Nossa marca, vamos dizer assim, ela vai ser jogada fora e nós vamos nos comprometer, com certeza vai dar problema (Agricultor Francisco).

[...] é um grupo e esse grupo são no mínimo cinco famílias, se ele rompeu ali ele praticamente criou um problema pra ele, interno no grupo, porque ele se torna uma pessoa complicada pra esse rol de amizade, relação entre eles. Ele fica numa situação constrangedora perante os demais, até num dos grupos que eu fui que aconteceu isso, eu saí de lá meio entristecido vendo que aquilo ali, ele estava se tornando uma pessoa não quista naquele grupo (Agricultor Luiz).

[...] se eu visse alguma irregularidade eu dizia “não, olha você não pode ser orgânico porque você está usando, ou você está fazendo isso que não é da sua prática”. Porque se eu autorizar isso eu vou estar me auto prejudicando, porque no momento que um auditor do governo ou de qualquer outra instituição vir e comprovar uma fraude [...] você vai estar estragando a sua marca, você que autorizou a pessoa a usar a marca indevidamente, é totalmente pessoal. (Agricultor Leonardo).

Como é possível perceber, essa necessidade de fiscalização constante é possibilitada pela proximidade que os agricultores têm, já que trabalham em grupo. Nesse sentido, as semelhanças entre a certificação participativa e o mundo doméstico apontam para o controle comunitário operado neste tipo de certificação, além dessas redes de confiança direta que são estabelecidas entre os produtores e entre produtores e consumidores.

Com relação ao mundo inspirado, a certificação participativa guarda relações com esse mundo a partir do entendimento de que certifica produtos diferenciados, seja porque possuem gosto ou aroma singular, seja porque remetem a um modo de produção singular que remete, por sua vez, a um modo de vida.

[...] mas eu não trabalho com mercadoria, na minha concepção, eu trabalho com alimento, eu vendo alimento, eu não vendo mercadoria. Então esse também é um diferencial do orgânico, porque o convencional é uma mercadoria, bota veneno, é pra fazer dinheiro [...] mas aquilo que eu vendo é um alimento, é um produto que é mais saudável, tá livre de contaminação, eu acho que esse é o além, o diferencial (Agricultor Pedro).

O produto convencional não tem muito gosto, ele é muito aguado. O produto orgânico tu sente no gosto que é mais doce, é mais suculento (Agricultor Otávio).

É porque o nosso produto, eu não sei se é isso, talvez por essa relação que a gente conquistou, o nosso produto ele traz essa informação, esse diferencial [...] Ir além eu acho que é traçar esse vínculo com o consumidor e mostrar como ele é, construído, o conceito que a gente tem do meio e dos produtos que a gente produz (Agricultor Francisco).

A diferença que eu enxergo aqui é que tu vê que é um produto cheio de vida e um produto convencional tu olha uma banana vai comer não tem gosto nenhum, não tem sabor. A própria verdura também, o orgânico tem bem mais sabor (Agricultor Osmar).

A certificação participativa guarda relações com o mundo cívico devido ao próprio caráter participativo deste formato de certificação, de ser um processo calcado na solidariedade entre os agricultores e de ter caráter coletivo. Conforme será visto, do ponto de vista do mundo agroecológico, o processo de produção deve ser coletivo, inclusivo e solidário, por essa razão que a agroecologia é o *locus* mais adequado para a constituição de

processos de certificação participativos, pois é devido ao caráter de proximidade que lhe é próprio que essa participação é possível.

Conforme apontado, o caráter participativo da certificação é visto como positivo pelos agricultores, pois além de incluí-los no processo de certificação, permite a troca de conhecimentos e confere legitimidade a produção ecológica, já que a noção de autenticidade é construída sobre o controle da produção que ocorre constantemente.

[...] porque esses integrantes envolvidos e esse olhar externo ela passa um controle bastante severo e orientador, porque é pleno, é constante essa relação (Agricultor Luiz).

[...] tudo que tu vai fazer se tu fizer sozinho, isolado, tu vai sucumbir, quando tu constrói os processos no coletivo, que tu vê que vai fazer outras pessoas fazer também, isso agrega então é um ponto positivo desse processo de certificação (Agricultor Éder).

[...] a gente não se sente excluído, é participativa realmente, a gente mesmo que faz a certificação com o auxílio do CAPA, da Rede Ecovida, a gente mesmo consegue fazer essa certificação e também tornar esse espaço uma importante fonte de troca de conhecimentos e realidades, conhecer realidades diferentes (Agricultor Nelson).

É essa troca de conhecimentos, esse trabalho realizado em rede, que aproxima, por fim, a certificação participativa da lógica conexcionista. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009) na *cité* por projetos o principal objetivo é o estabelecimento de relações, a criação de elos entre pessoas e dispositivos, ou seja, a formação de redes. Nessa cidadela⁶³, enfatiza-se a instauração de relações duradouras entre os parceiros (como entre produtores ou entre produtores e consumidores) e valoriza-se o estabelecimento de relações de interdependência e confiança duradouras. Assim, compreende-se que o trabalho realizado na certificação participativa tem relação direta com a cidadela por projetos, na medida em que a troca de experiências é um dos componentes principais desse processo, conforme pode ser percebido pelas falas expostas ao longo do trabalho.

⁶³ Durante o decorrer do trabalho o termo *cité* será, em alguns momentos, traduzido por “cidadela”, seguindo a opção de tradução feita por Corrêa (2010). O autor prefere a utilização do termo “cidadela” ao invés de “cidade”, porque a noção de *cité* tem relação maior com o sentido que a palavra expressa do que propriamente com o seu significado. É por essa razão que, por exemplo, na tradução feita da obra *De la justification* (1991) para a língua inglesa (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006), a palavra *cité* foi traduzida por *World* e não por *city*, o que indica o desejo de se privilegiar o sentido em detrimento da tradução literal. Nesse sentido, na tradução para a língua portuguesa, a palavra cidadela, e não cidade, torna-se mais adequada, considerando as definições do dicionário Aurélio e Houaiss, respectivamente, para cidadela, “lugar de onde pode se estabelecer uma fortaleza”, e “qualquer centro ou reduto que congrega os partidários mais fervorosos de uma causa, de uma doutrina etc.”, o autor considera que estas definições estão melhor ajustadas a proposta teórica de Boltanski e Thévenot (1991), “quando se pensa em *Cité*, deve se pensar menos na Cidade antiga e no que, pelo logos, alcança-se o conhecimento do justo ou do injusto, e mais em uma fortaleza moral com base na qual se podem assentar suas pretensões de justiça e pleitear por um reconhecimento de legitimidade de uma reivindicação” (Ibid., p. 592).

Cabe por fim, evidenciar que o trabalho realizado em rede é também ponto fundamental da certificação participativa e da relação desta com a cidadela por projetos. Como lembra Radomsky (2015) é devido as articulações locais e em rede que os agricultores ecológicos adquirem força política que permite a criação de dispositivos de mercado, como a certificação participativa, que lhes permite acessar determinadas políticas públicas, como os mercados institucionais, assegurando-lhes uma parcela do mercado.

É importante, nós participamos agora esse ano do encontro nacional da Rede né, no Paraná, foi importante também porque quando tu promove esses eventos onde as pessoas se conhecem, trocam as ideias, trocas opiniões, são essas coisas que fazem os processos coletivos funcionar (Agricultor Éder).

Qual a importância destes espaços? A gente troca muita ideia, traz coisas novas, até sementes, homeopatia (Agricultor Ivan).

O sistema participativo mobiliza os pequenos produtores a se organizarem. Acreditamos que todos que fazem parte desta rede têm o poder de definir quando um produto é de fato produto, dizer o que está bom e o que precisa melhorar. Cada um pode contribuir de alguma maneira, por isso não colocamos hierarquia. Somos uma rede, e fazemos questão de não ter sede ou telefone. Também partimos do princípio da confiança. Não é que um vai lá ver o que o outro pode estar fazendo de errado, mas vai ajudar a resolver os problemas e legitimar o trabalho de um agricultor, assim como ele vai legitimar o seu. Mas sem compadrio. Esse risco evitamos com regras claras (há um roteiro de perguntas pré-estabelecido para as visitas, por exemplo) e olhares externos. Além dos produtores, temos na rede técnicos e consumidores que participam do processo de certificação, inclusive das visitas às propriedades. É um trabalho colaborativo. A biologia moderna falava em darwinismo social, só os mais fortes sobrevivem. Hoje é: *só quem está conectado sobrevive* (MEIRELLES, 2012, grifo meu).

De acordo com a apresentação feita até o momento, conclui-se que a certificação participativa é também uma certificação solidária que não visa “habilitar” os agricultores para o mercado, mas articular redes de produção e comercialização agroecológicas fundadas em relações de confiança. Neste sentido, podemos compreendê-la como uma *nova tecnologia social* que forja novas formas de organização e credibilidade entre aqueles que participam deste processo. Essa credibilidade, conforme mencionado, é construída na “revisão de pares”, ou seja, no controle contínuo que um agricultor tem sobre o outro, seja dentro de um grupo ou quando acontecem as visitas entre grupos, o chamado “olhar externo”.

A revisão de pares, exatamente isso, é o contrário da certificação por terceira parte que diz que não pode vocês mesmos se certificarem, tem que eu vir de fora porque eu sou idôneo, sou neutro e vou verificar se vocês fazem o que dizem que fazem, nós dizemos “Não, os pares se visitando mutuamente geram um tipo de controle que é tão ou mais eficiente que esses por terceira parte” (Laércio Meirelles, Agrônomo e integrante da Rede Ecovida).

É exatamente por ser um controle comunitário, rotineiro, que é *tão ou mais eficiente*, como alguns agricultores informaram, a certificação participativa é um controle constante, ao contrário da certificação por auditoria onde a vistoria é mais esporádica. Exemplo disso é o que fora apresentado em relação ao aparecimento de uma fraude: devido ao caráter participativo da certificação (todos devem fiscalizar todos), um único produtor, ao cometer uma fraude, pode prejudicar, além da sua reputação, a imagem de um grupo inteiro ou da própria Rede. Por essa razão, a certificação participativa é considerada rígida, pois uma falha desse tipo pode prejudicar o trabalho de muitas pessoas, por isso os agricultores realizariam um trabalho sério, na medida em que se deixarem de informar alguma irregularidade estarão se auto prejudicando.

Mas, além disso, essa credibilidade também é construída sobre a ideia de que um auditor externo, que desconhece a realidade daquela região e daquelas propriedades, não tem a *expertise* necessária para qualificar se um produto é ou não ecológico, não só por não fazer parte do processo, mas também porque a certificação participativa está interessada num processo mais amplo. Isto quer dizer que não se certificam os produtos, mas sim as propriedades, por isso quando ocorrem às visitas leva-se se em conta um rol de atributos que extrapolam a simples apresentação do produto final e suas qualidades intrínsecas.

*[...] então não pode ser um equipamento de comercialização, não pode ser a distância geográfica, o perfil do consumidor que vai determinar a credibilidade ecológica do produto, porque o que determina isso é a **maneira** como ele foi produzido (Representante do Núcleo Litoral-Solidário).*

Os dados apresentados até o momento permitem constatar que as certificações não são apenas dispositivos de coordenação de mercados. Como visto, a proliferação das certificações de produtos é fruto de um contexto de *singularização* (MARTUCELLI, 2010) das sociedades contemporâneas. No nível dos sistemas produtivos, a singularização se traduziu na personalização dos bens de consumo, ou seja, passam a se introduzir variáveis qualitativas no processo de mercantilização. Harvey (2011) caracteriza esse processo como de *acumulação flexível*, que tem como uma de suas características mudanças nas práticas de consumo a partir da valorização de uma estética voltada para a diferença, para o efêmero.

Boltanski e Chiapello (2009) identificam essas mudanças no modo de produção são fruto das críticas estéticas lançadas ao modo de acumulação capitalista. Essas críticas incidiam sobre a padronização e massificação dos produtos que tornavam os seres uniformes, em resumo, mercadorias. Os autores consideram que entre o fim da década de 1960 e o início da década seguinte o sistema começa a incorporar essas críticas através da mercantilização da

diferença, ou seja, passa a se mercantilizar “produtos” que antes estavam fora da esfera do mercado, como é o caso dos valores ou da identidade de um grupo. O mercado passa a ver nessas diferenças um novo e promissor nicho de mercado, embora esse processo se irradie somente no fim do século XX.

A proliferação dessa mercantilização, no entanto, abre espaço para dúvidas sobre a autenticidade desses produtos. O caso dos produtos ecológicos é utilizado pelos autores para ilustrar essa situação: com a demanda crescente por produtos ecológicos e com o sucesso desse novo nicho de mercado, de que forma os consumidores podem assegurar-se que o produto oferecido é autêntico, em outras palavras, é ecológico, orgânico? Esse dilema é compreendido, nos termos de Giddens (1991), como uma disputa entre o conhecimento leigo e o perito: os consumidores (leigos) não têm ferramentas para determinar a autenticidade ou não dos produtos. As certificações foram uma forma encontrada para assegurar esta autenticidade, ela funciona como um intermediário entre o conhecimento perito (auditores) e o leigo (consumidores).

Considera-se que os selos de certificação representam a gama de valores que justificam a ação dos consumidores, neste sentido, há um acordo entre produtor e consumidor que se expressa através do reconhecimento do selo. As etiquetas e selos de certificação são os dispositivos que transmitem as informações sobre a reputação dos produtores, o que permite aos consumidores diferenciar as mercadorias a que tem acesso (MARSDEN, 2004), o que pode ser corroborado pelo que dizem alguns agricultores quando questionados sobre a necessidade de certificar a sua produção:

Acho que é mais porque tem picaretagem, tem gente que se aproveita, [...] tu vai pegar os outros produtores, todo mundo é ecológico, mas não fazem nem ideia de como é que se produz (Agricultor Otávio).

[...] então um dia eu peguei e tirei de dentro da camionete e apresentei o certificado pra uma senhora que estava comprando, então eu disse “quando a senhora passar na rua pergunta se tem certificação”. Porque ali no caso o pessoal usa um pouco de marketing, o pessoal diz “é ecológico, é quase ecológico, não botei nada, só um adubinho” (Agricultor Pedro).

[...] mas se tu for ali e perguntar “Ah, é tudo igual o produto?” banana e outras coisas, vai lá na outra feira de baixo, “mas cadê o certificado de vocês?” não tem, né? A gente tem pra mostrar, eles não têm, como vão garantir que aquele produto é ecológico?(Agricultor Osmar).

A relação dos agricultores com a certificação é, no entanto, bastante ambígua: por um lado o selo é considerado essencial, tanto para atestar que a propriedade é ecológica quanto para acessar os mercados institucionais, cooperativas, lojas de produtos orgânicos, entre

outros mercados indiretos. Por outro lado, ele não é considerado como algo crucial para o estabelecimento de relações de confiança entre produtores e consumidores, esta deve ser construída na relação do dia a dia com o consumidor nas feiras locais. Alguns agricultores enfatizam que deveria se lutar pela não necessidade do selo, pois ele é uma ferramenta que afasta os produtores dos consumidores.

Em relação ao primeiro ponto, considera-se que nos mercados indiretos, onde o agricultor não está presente, ou onde essas as relações de confiança direta não estão estabelecidas, o selo tem a função importante de associar o produto a um modo de produção, além de vinculá-lo a uma organização, a Rede de Agroecologia Ecovida, o que traz, deste modo, certa autenticidade para aquele produto, ele atesta que as informações constantes no rótulo são verdadeiras. Apesar de o selo ter, muitas vezes, caráter secundário, pois nas feiras locais o próprio agricultor atesta a autenticidade do produto, nos mercados distantes o selo tem a função de atestado de presença (RADOMSKY, 2015), pois ele cumpre o papel de atestar a autenticidade quando o agricultor não está presente.

[...] o certificado mostra a credibilidade que tem no produto. Se a pessoa apresenta um produto com certificado num mercado, numa feira, com certeza o consumidor vai enxergar com mais bons olhos, porque aquilo está certificado, passou por vistorias, dá uma garantia, né? (Agricultor Sérgio).

[...] o selo é um símbolo, tu vai só ver ele ali, é uma informação [...]. Porque é o símbolo que representa, a pessoa que sabe vai chegar e só pelo processo ele já vai notar que ele tem carregado uma informação, a informação dele (Agricultor Éder).

[...] porque não tem o agricultor lá vendendo, ali ele é usado como uma ferramenta em que as pessoas acreditam no selo, não conhece de onde vem, não conhece o agricultor que produz, mas tem aquele selo em que eles podem acreditar. Pra isso o selo tem essa importância (Agricultor Nelson).

[...] mas a feira de Porto Alegre, lá sim, lá o selo é mais importante, porque eles não conseguem conhecer todo mundo, nem todos conhecem os produtores, não tem tempo pra conversar, [...] a feira de Porto Alegre precisa do selo, mais que nós, o selo não é importante pro nosso mercado que está consolidado aqui, quando é um mercado mais longe eles olham primeiro o selo, tem uma demanda diferente (Agricultor Francisco).

Nesse sentido, o selo é mais do que uma mera formalidade, transferem propriedades aos produtos através dos organismos certificadores (no caso a Rede de Agroecologia Ecovida) e da crença no próprio dispositivo de certificação, o poder dos selos reside, assim, “na condição de transfiguração que agenciam a produtos por meio de aditivos simbólicos” (RADOMSKY, 2015, p. 20). De acordo com Radomsky (2015), através da certificação participativa, a Rede e Agroecologia Ecovida se aproxima e difere-se de outros organismos certificadores, na medida em que quem é certificado também certifica, ou seja, a certificação

participativa é em si um aspecto de singularidade desses produtos. As propriedades materiais que o selo transfere não são apenas aquelas relacionadas ao modo de vida desses agricultores, mas as próprias características desse processo de certificação, que é um dos aspectos da singularização e autenticidade dos produtos ecológicos produzidos no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida.

Por outro lado, os agricultores consideram que a certificação não garante a legitimidade da produção nem a qualidade dos produtos, estas são estabelecidas na relação direta com o consumidor, proporcionada pela comercialização direta nas feiras, e que constrói as relações de confiança que são fundamentais para a persistência desses mercados. O selo agiria, portanto, como um dispositivo de confiança que, assim como a confiança no agricultor, é mais um aspecto de credibilidade daqueles produtos, mas, no entanto, não resume a qualidade ou aquele *modo de vida*.

O nosso consumidor nunca perguntou pelo certificado, ele conhece nossa propriedade, conhece nós, então o dia que der uma coisa, eles preferem comprar de nós mil vezes aqui, porque no dia que der uma coisa eles sabem de quem eles compraram e podem olhar na nossa cara, mas se eles vão no mercado, lá é certificado, mas lá, quem produz isso ninguém se importa (Agricultor Otávio).

[...] o selo só veio coroar, contemplar aquilo que nós estávamos fazendo, [...] essa palavra eu acho chave, confiança, muito mais que uma lei que criou a certificação, a relação de confiança entre produtor e consumidor, [...] aqui nós passamos a amanhã toda ali, conversa, no outro sábado ele vem de novo, cria uma amizade, a relação fica mais próxima, [...] ele vem a somar, ele não traduz, é mais um elemento pra criar credibilidade no nosso produto (Agricultor Francisco).

[...] aí tu vai dizer que um selo vai melhorar um alimento, eu não acredito nisso, a gente lutava pela não necessidade do selo porque ele é mais uma ferramenta que distancia o consumidor do agricultor, ela confia no selo, mas não confia no agricultor. Eu acho que o fato de ter o selo ou não, desde que sendo a forma de produção, a relação da família com a natureza, ser de forma ecológica, [...] não tem necessidade, isso é o que muda entre alguém que faz isso como um estilo de vida e alguém que faz como um negócio, porque se fosse a gente ia estar cheio aqui, cada laranjinha ia ter um selo pra valorizar financeiramente (Agricultor Nelson).

Radomsky (2015), já havia advertido que os agricultores reconhecem que a crença no *modus operandi* do agricultor nunca é dispensável, porque a adoção de um selo de certificação é um processo fácil para quem tem a intenção de burlar o sistema. Como visto, esta crítica aparece em relação à certificação por terceira parte: como as visitas são esporádicas, é possível que fraudes sejam “ocultadas” durante a verificação. Conforme o autor, essa confiança no agricultor tem relação com o fato desses agricultores estarem preocupados, em primeiro lugar, com o consumo familiar, o autoconsumo. Nesse sentido, os consumidores confiam no agricultor porque ele e a sua família consomem aqueles produtos.

De acordo com Radomsky (2015, p. 35) “o que o selo é depende afinal, de como e onde ele circula e opera, que poderes e garantias é capaz de fornecer e que fatores e processos ele tem a capacidade de tornar naturalizados”. É por essa razão que os selos ou certificações de produtos podem ser entendidos como dispositivos de julgamento que só ganham credibilidade a partir das relações de confiança nas quais estão ancorados, ou seja, podem se tornar fundamentais (mercados indiretos) ou dispensáveis (mercados diretos).

Para Karpik (2007), é a confiança nestes dispositivos que mantém o mercado das singularidades, mas como se pode perceber, tomando-se o caso apresentando, a palavra do produtor, sua reputação, também é um dispositivo que permite a continuidade deste mercado. É por essa razão que, apesar de não ser dada uma importância grande para o selo quando se fala nos mercados curtos, de comercialização direta, a certificação participativa pode ser vista como uma singularidade destes produtos ecológicos, isto porque, como já sinalizado, ela é feita por cada um desses agricultores através de um controle que ocorre constantemente e por isso torna o processo legítimo e autêntico. Por essa razão enfatiza-se que esses agricultores vivenciam de maneira ambígua essa relação com a certificação: por um lado ela é fundamental e um caráter da singularidade dessa produção, por outro é vista como dispensável.

Além disso, deve-se considerar a rede de poder que se estabelece em torno das certificações: a existência de diferentes selos (como a certificação participativa e por terceira parte) representam diferentes posições, estratégias e conflitos, como a legitimidade do conhecimento científico *versus* a legitimidade do conhecimento tácito (RADOMSKY, 2015). Diferentes selos têm diferentes poderes na medida em que permitem, por exemplo, o acesso a determinados mercados e a construção de barreiras frente a outros.

Isso relembra a discussão feita por Giddens (1991), em torno dos processos de desencaixe característicos da modernidade. Esses processos refletem o processo de desencaixe espacial e temporal das relações sociais através das fichas simbólicas e sistemas peritos. Como visto, os selos de certificação podem ser compreendidos como fichas simbólicas, pois informam aos consumidores a origem de um produto e a forma como foi produzido sem que esses tenham que conhecer o fabricante, possibilitando assim a troca entre pessoas localizadas em tempo e espaço diferentes. Neste caso, o risco é reduzido na medida em que o consumidor confia na informação do selo e no produto.

No caso dos sistemas peritos, o risco também é reduzido quando os indivíduos depositam confiança nesses sistemas, como a medicina, a engenharia civil ou aeronáutica, por exemplo. O conhecimento perito fornece uma garantia. No caso em tela, o sistema perito

agronômico por trás das certificações deve fornecer a garantia de que os produtos ecológicos são realmente livres de agrotóxicos. Essa garantia é dada por um processo de certificação, neste sentido a redução do risco de contaminação é atenuada na medida em que os consumidores confiam num sistema perito (certificadoras) e numa ficha simbólica (selo). Por serem sistemas abstratos, tanto a legitimidade da certificação quanto do selo residem no desequilíbrio entre o conhecimento que suportam (científico) e o do público leigo, neste sentido o último necessita confiar no primeiro.

No caso que está sendo analisado, clarear a situação a partir dos sistemas de desenhaixes pensados por Giddens (1991) permite desvelar essa rede de poderes que está por trás dos diferentes formatos de certificação que Radomsky (2015) menciona. A disputa não se centra nas capacidades e poderes que um selo pode ter em relação ao outro, mas na capacidade e poder de determinar a autenticidade dos produtos que o conhecimento científico tem em relação ao leigo. Em outras palavras, questiona-se o fato de um aparato de certificação ser considerado mais legítimo que a palavra do agricultor, mesmo que ele seja participativo. O que se percebe neste caso é que a certificação, e o selo, em consequência, são responsáveis por agenciar outras características em determinado produto, seja porque irá permitir a abertura de novos mercados, seja porque o produto passará a ser considerado autêntico.

Um exemplo de como isso acontece é relatado a seguir, por um dos entrevistados dessa pesquisa:

[...] lá em Porto Alegre tem uma OCS⁶⁴ que faz uma baita de uma feira [...] então do outro lado tem um supermercado Zaffari, que vende produto ecológico, mas não pode comprar deles, quer dizer o produto deixou de ser orgânico, isso pra mim é um mau senso danado, eu sempre digo podemos discutir longamente qual o método que garante a OCS, qual método que garante que aquele produto é orgânico se ele gera credibilidade ou não, vamos discutir isso, certificadores vão dizer que não, eu vou dizer que sim, estudos vão dizer que sim, outros vão dizer que não, a hora que a gente decidir que ele gera credibilidade ele gera pra tudo quanto é mercado, não posso decidir que ele gera credibilidade e botar uma barreira de quilômetros ou mecanismos, esses em Porto Alegre eu adoro aqui ele é, atravessou a rua ele deixou de ser, então não pode ser um equipamento de comercialização, não pode ser a distância geográfica, o perfil do consumidor que vai determinar a credibilidade ecológica do produto porque o que determina isso é a maneira como ele foi produzido (Representante do Núcleo Litoral Solidário).

Apesar da certificação não ser considerada crucial para esses agricultores, o relato permite perceber que ela é capaz de agenciar características para esses produtos, permitindo

⁶⁴ Organização de Controle Social. A Lei 10.831 de 2003 torna a certificação facultativa para os agricultores familiares que comercializam seus produtos de forma direta, desde que inseridos em processos próprios de organização e controle social, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. Essa OCS pode ser um grupo, uma associação, uma cooperativa ou consórcio.

que alguns sejam inseridos em determinados mercados. A crítica operada é em relação à ilegitimidade do conhecimento dos agricultores frente ao conhecimento perito responsável pelas certificações. O que a certificação participativa busca é legitimar o conhecimento leigo (dos agricultores) elevando-o ao *status* de conhecimento perito, pois os agricultores certificados são também aqueles que certificam. Esse conhecimento será considerado perito na medida em que for capaz de estabelecer redes de confiança entre produtores e consumidores ao ser considerado responsável por legitimar a autenticidade dos produtos.

Nesse sentido, o que se pode perceber é que esses desdobramentos revelam uma rede de poder entre esses diferentes formatos de certificação pondo em discussão a legitimidade desses diferentes conhecimentos para definir a autenticidade dos produtos. Conforme Radomsky (2015), o processo de certificação é válido porque consegue transmitir a autenticidade dos produtos por meio de um controle, que no caso, é feito pelos próprios agricultores.

Não resta dúvida de que a certificação é um poderoso instrumento para esse fim, ela age na chancela dessa realização, otimizando e autenticando que de fato *aquele agricultor* (identificado) produz a partir de processos naturais e transmite aos produtos parcela de seu jeito de viver (supostamente) em maior integração e equilíbrio com a natureza, isto é, por meio de processos tradicionais de produção (Ibid. p 97 – 98, grifo do autor).

Nesse sentido, mesmo que os agricultores não considerem o selo muito importante ele tem esse poder de agenciamento das propriedades materiais (modo de vida), “além de condensar atributos da agricultura familiar ecológica – um estilo de vida – eles agenciam a mercantilização, concedem reais possibilidades de os alimentos ‘aparecerem’ enquanto ecológicos e pertencentes à determinada categoria social” (Ibid. p. 113). Se a necessidade de certificação é vista por esses agricultores como uma espécie de “imposição”, um formato participativo permite, no entanto, que estes agricultores tornem-se parte do processo, troquem experiências e construam uma verdadeira rede de indivíduos envolvidos com a agroecologia. É por esta razão que se certificam processos, *modos de fazer*, *modos de ser* e não produtos. O que me traz até aqui é o interesse em compreender qual é este *modo de ser* por trás da certificação participativa.

Considerando, portanto, que a certificação participativa certifica um modo de vida, nos próximos itens me debruço sobre as justificações por trás da agricultura ecológica, buscando desvendar esse modo de ser a partir de dois blocos de análise: (I) levando em conta a crítica operada pela agroecologia em relação à agricultura convencional e a operada em relação à

agricultura orgânica convencionalizada; (II) e buscando compreender como se configura essa gramática e seu mundo correspondente, bem como as possíveis relações que teria com outros mundos.

4.2 MOMENTOS CRÍTICOS – A CRÍTICA EM TORNO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL E DA AGRICULTURA ORGÂNICA CONVENCIONALIZADA

De acordo com Boltanski (1990), as sociedades contemporâneas são sociedades críticas, na medida em que todos os atores dispõem de capacidade crítica, ou seja, de proferir uma crítica, as operações críticas e as justificações, necessárias para respondê-las ou preveni-las, são constantemente produzidas⁶⁵. Conforme visto, a ideia de justificação só faz sentido quando há uma operação crítica, pois para proferi-las, ou se defender delas, os indivíduos se apoiam em determinados princípios de justiça, neste sentido, a preocupação com as justificações as quais os indivíduos tomam parte pode não ser uma preocupação que lhes é constante, mas carece de atenção em momentos de crítica. Por essa razão compreende-se que, no caso em tela, pensar a agroecologia em termos de justificação e esforçar-se para delinear sua gramática só faz sentido a partir do momento em que se volta para as operações críticas que a envolvem, seja com relação a uma agricultura convencional ou uma agricultura orgânica convencionalizada.

De igual maneira, é pela existência de princípios de justificação que a crítica pode ser sustentada e alcançar legitimidade, sem estar associada a estes princípios, que transcendem uma situação específica, uma crítica corre o risco de não solidificar suas pretensões, tornando-se uma manobra ligada a interesses particulares ou uma ilusão sem fundamento. É somente com essa exigência de generalização, possibilitada pelos imperativos de justificação, que a crítica obtém sucesso, esse aparato normativo é tanto importante para apoiar uma justificação como enquanto ponto de apoio crítico que permite o estabelecimento de uma denúncia.

Estas ordens de justificação estão atreladas, por sua vez, a existência de *cités*, ou gramáticas. Conforme visto, Boltanski e Thévenot (1991) consideram que essas gramáticas são plurais, ou seja, podem existir diversas *cités*, e os indivíduos são dotados da capacidade de agir e se mover entre estes vários mundos. Neste sentido, considerando que cada um destes mundos está submetido a determinadas provas (*épreuves*), e que tem como um dos axiomas principais a ideia de bem comum, ou seja, toda gramática está orientada para um bem comum

⁶⁵ A crítica é aqui entendida como “a manifestação da não aceitação dos actantes de situações por eles observadas” (WERNECK, 2008, p. 47).

que possibilita a formação de acordos legítimos entre os indivíduos, considera-se que a formação da crítica se dá em orientação a esse bem comum e a esses princípios normativos que permitem esclarecimentos e denúncias, seja quando os indivíduos contestam as provas às quais estão submetidos dentro de um desses mundos, seja quando contestam as provas de outros mundos.

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), uma experiência desagradável que suscite a queixa é condição primordial para a formulação de uma crítica. Essa experiência, vivida pelo próprio crítico ou por outrem, denomina-se fonte de *indignação*. Conforme mencionado, a crítica torna-se legítima quando traduz sofrimentos e indignações individuais em referências ao bem comum, isso a diferencia de “espetáculos do sofrimento”, manobras de interesses individuais ou ilusões. Diante desta contestação, os autores advertem que existem dois níveis de expressão da crítica: o nível primário, ligado à esfera das emoções, preparado para inflamar-se a qualquer momento diante de novas indignações, e um nível secundário, mais reflexivo e argumentativo, que faz o movimento de dessingularização, necessário a legitimação das operações críticas.

Diante do nível secundário, a crítica tem a função de mostrar os pontos de apoio morais que faltam ao mundo atacado, a partir das indignações ele incorpora novos dispositivos de justiça que sem a crítica não fariam sentido. No caso do capitalismo, como Boltanski e Chiapello (2009) mostram, quando é obrigado a responder às questões levantadas, incorpora uma parte dos valores pelos quais é criticado. Conforme será visto a seguir, essa é uma das formas que a agricultura convencional utiliza para responder as críticas que lhe são lançadas, quando passa a absorver e incorporar os valores ecológicos.

A crítica é orientada para a prova. Boltanski e Chiapello (2009) entendem que toda prova é uma *prova de força*, uma queda de braço, por exemplo, um acontecimento onde os indivíduos “medem-se” e revelam aquilo que são capazes de fazer. Chamam-se *provas legítimas*, porém, as provas sujeitas a injunções justificativas, ou seja, enquanto na prova de força o resultado aponta para a revelação de poderes traduzidos em graus de força (o indivíduo que ganha a luta é considerado mais forte que o perdedor), nas provas legítimas esses poderes se traduzem em graus de grandeza: a prova revela a existência de uma ordem hierárquica dentro de uma *cidade*. De maneira geral, a noção de prova se refere aos processos de seleção por meio dos quais se efetua a distribuição diferencial das pessoas entre posições dotadas de valor desigual e ao caráter mais justo ou menos justo dessa distribuição (Ibid., p. 66 – 67).

A prova está conectada à crítica porque nos momentos críticos a última recai sobre a primeira, pois a dúvida irá recair sobre o estado de grandeza em questão. Esse é o caso da crítica feita pela agroecologia à agricultura convencional. A crítica recai sobre a ideia do “grande agricultor”, “capitalizado”, com “altos índices de produtividade”, para a agroecologia isso coloca o agricultor em uma situação de dependência que torna o pequeno produtor rural, em relação a esta ordem, pequeno ao invés de grande, pois a sua situação de dependência é cada vez maior. Nesse sentido, quando a prova encerra pretensões de legitimidade, “expõe-se à crítica que desvenda as injustiças suscitadas pela ação das forças ocultas” (Ibid., p. 67).

Diante das provas, a crítica pode corrigi-las ou destruí-las. No primeiro caso, a crítica é *corretiva*, “desvenda aquilo que, nas provas em causa, transgride a justiça e, em especial, as forças que alguns dos protagonistas mobilizam a revelia dos outros, o que lhes angaria uma vantagem imerecida” (Idem). Neste caso, a crítica tem por objetivo “melhorar a justiça da prova”, ou seja, depurá-la para que apenas as forças coerentes com a qualificação da prova sejam aceitáveis. O segundo caso representa uma crítica *radical*, pois o objetivo não é corrigir a prova, mas destruí-la e, em alguns casos, substituí-la por outra.

No primeiro caso, a crítica leva a sério os critérios que a prova deve atender e mostra que sua realização, em certo número de aspectos, se afasta de sua definição ou, digamos, de seu conceito, contribuindo para torná-la mais condizente com as pretensões que ela deveria satisfazer. No segundo caso, o que se contesta é a validade da prova, aquilo que, propriamente, condiciona sua existência. A partir desta segunda posição crítica, a crítica que tem em vista corrigir a prova será muitas vezes criticada como *reformista*, por oposição a uma crítica radical que se tenha afirmado historicamente como *revolucionária* (Ibid., p. 68, grifo dos autores).

Os autores compreendem que a crítica corretiva é de certa forma, uma crítica interna, feita com o objetivo de corrigir imperfeições de um mundo, a crítica radical, por outro lado, é feita em nome de outros princípios, externos àquele mundo. No caso das críticas proferidas pela agroecologia em relação à agricultura convencional, considera-se que esteja dentro do bojo das críticas radicais, pois como será visto se objetiva a destruição da prova e sua substituição por outra, o modo de produção agrícola convencional é negado, sendo considerado legítimo o modo de produção ecológico.

Conforme os autores advertem, para manter-se legítima, as provas não devem apenas ignorar a crítica, devem respondê-la mostrando que a crítica está enganada (no caso da crítica radical) ou enrijecendo o controle sobre a prova e depurando-a de modo que se torne mais condizente com os imperativos de justiça do mundo em questão (no caso da crítica corretiva).

No caso do modo de produção capitalista, Boltanski e Chiapello (2009) apontam que, apesar do sistema ter passado por diversas transformações, sua “natureza” permanece basicamente a mesma, isto quer dizer que as fontes de indignação que compuseram suas críticas continuam as mesmas, sendo estas de quatro ordens: (I) o capitalismo como fonte de desencantamento e inautenticidade (seja das pessoas ou dos objetos); (II) como fonte de opressão (opondo-se a liberdade e a autonomia); (III) como fonte de misérias e desigualdades (principalmente para os trabalhadores); (IV) como fonte de oportunismo e egoísmo (destruidor dos laços sociais e comunitários).

Essas quatro fontes de indignação se dividem em dois formatos de crítica: a crítica estética e a crítica social. A primeira nasce com as elites socioculturais e toma as duas primeiras fontes de indignação como inspiração: invoca a perda de sentido provocada pelo processo de tecnificação, padronização e mercantilização decorrente do modo de agir capitalista que atinge não apenas os seres humanos, mas também a esfera artística. Ela pode ser entendida como uma recusa ao processo de *desencantamento do mundo*. A crítica social, por outro lado, nasce com as vítimas do advento da economia de mercado e baseia-se no questionamento econômico e político do modelo de desenvolvimento adotado, volta-se, então, para as duas últimas fontes de indignação. Inspira-se nos ideais socialistas e marxistas e indigna-se com relação ao egoísmo, a exploração capitalista e a miséria das classes mais pobres.

De maneira geral, pode-se perceber que essas críticas visam atacar dois mundos, o mercantil e o industrial, dos quais o capitalismo retira seus três pilares justificativos fundamentais: o progresso material, a eficácia e a eficiência na satisfação das necessidades e modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais. Nesse sentido,

a ênfase recai ora sobre as dimensões industriais do capitalismo (crítica à padronização dos bens, à técnica, à destruição da natureza e dos modos autênticos de vida, à disciplina numa fábrica e à burocracia) [...] ora sobre suas dimensões mercantis (crítica à dominação impessoal do mercado e à onipotência do dinheiro que cria uma equivalência entre todas as coisas e transforma em mercadoria os seres mais sagrados, as obras de arte e sobretudo os seres humanos, que submete a política ao processo de mercantilização, que se toma objeto de marketing e publicidade como qualquer outro produto (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 72).

Essas críticas são comandadas, principalmente, pelo mundo inspirado e doméstico. Segundo Boltanski e Thévenot (1991), o mundo inspirado critica o mundo mercantil por colocar os agentes em uma situação de servidão, além de mercantilizar a criatividade. O

mundo industrial, por seu lado, é criticado devido a rotina industrial caracterizada pela repetição instrumental. Da parte do mundo doméstico, sua crítica ao mundo mercantil deve-se a extensão do mercado a todas as relações domésticas e comunitárias, pervertendo pelo interesse as relações de confiança.

Remetendo-se ao contexto de desenvolvimento da agricultura ecológica, percebe-se que sua crítica à produção agrícola convencional também transita por elementos estéticos e sociais. Como visto, no Brasil, a proposição de uma agricultura ecológica se deu juntamente com as críticas de intelectuais ao sistema agrícola moderno que se tornaram visíveis a partir da década de 1970. Estas preocupações iniciais estavam orientadas para a degradação do meio ambiente e o alto índice de componentes tóxicos encontrados nos alimentos. Segundo Luzzi (2007) foi no IIIº Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em 1987, que a preocupação com uma produção socialmente justa (crítica social) ganhou foco: emerge a preocupação com a melhora das condições de vida e com a exploração da mão-de-obra, evidenciando-se o sistema de produção moderno como *fonte de opressão*,

as discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde [...] para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento – que era excludente e causava dependência tecnológica aos agricultores, favorecendo apenas uma parcela pequena de grandes e médios produtores que tinham melhores condições financeiras e de infraestrutura (Ibid., p. 24).

Nesse sentido, o que vem a mobilizar a agricultura ecológica é uma preocupação que extrapola a temática ambiental, voltando-se para o encurralamento do pequeno produtor, do camponês, que se encontra em uma situação de exploração e miséria. Do ponto de vista dos entrevistados desta pesquisa, as dimensões críticas estéticas e sociais em torno da agricultura convencional são reforçadas. Com relação à *crítica estética*, tem-se a agricultura convencional, baseada no monocultivo, de custos elevados que submete o agricultor a situação de dependência externa, em contraposição a uma agricultura ecológica, um processo mais autônomo e com base no autoconsumo. Como é possível perceber pelas falas expostas a seguir, o modelo de produção agrícola convencional torna o agricultor dependente do meio externo seja para produzir (tendo que adquirir insumos, fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos, maquinários e etc.) ou consumir, pois a monocultura obriga o produtor a adquirir alimentos de subsistência fora da sua propriedade, seja porque não lhe resta tempo para cultivá-los, seja porque se cultivados estarão contaminados pelos próprios agrotóxicos usados nos outros cultivos. Além disso, os altos custos acarretados por esse modelo de produção tornam esse processo de dependência cada vez mais acentuado, pois o agricultor

entra em um ciclo de altos rendimentos e poucos retornos que o obriga a adquirir cada vez mais equipamentos e insumos e ter menos tempo para cuidar de alimentos de subsistência.

Em contraposição, a agroecologia é apresentada pelos agricultores como uma alternativa que os permite ser autônomos diante do processo produtivo: definir o quanto será produzido, os preços, o tempo dispendido no trabalho, além da redução na dependência do ambiente externo, aquele que não compreende o espaço físico da sua propriedade, pois, por utilizar os recursos naturais e humanos ao seu favor, o agroecologista estaria produzindo a maior parte dos insumos de que necessita⁶⁶.

[...] quando a gente plantava fumo, tu não tem tempo de plantar um pé de alface, essas coisas, tu tem que trabalhar só no fumo, a despesa é muito alta, te obriga. Tu é obrigado a comprar do mercado. [...] O convencional ele tenta produzir o máximo possível, mas na verdade não tem retorno, ele trabalha pra fazer um grande giro na propriedade, mas o que sobra, o lucro dele vai todo pra fora, para os outros. Ele faz só girar dinheiro, mas retorno pra ele não fica (Agricultor Otávio).

[...] é que hoje, o modelo químico que eles colocaram, a pessoa acaba se escravizando sem saber. Tu quer sempre ter mais, tem que plantar mais, eles veem as nossas terras [os vizinhos que são produtores convencionais] assim, eles olham “quanta terra”. E nós temos assim, comparado a eles, pouca terra e não conseguimos, pela pouca mão de obra que nós temos, não conseguimos usar toda e elas. Às vezes com mais área, querendo mais área pra plantar. E é um processo assim que a máquina tira a dignidade do homem, quando tu trabalha esse processo químico tu não tem mais a questão do trabalho como uma essência (Agricultor Éder).

[...] se eu não tenho cenoura eu vendo beterraba, vendo alface na semana que não tem cenoura. Uma diferença assim é que a gente se capitaliza todo semana, uma boa diferença do convencional, porque no convencional tu tem que fazer uma safra e corre o risco de perder aquela safra e ter prejuízo. Já vi muitos agricultores conheci muitos que faliram, vieram pra cidade, tiveram que trocar de atividade por causa desse dilema aí (Agricultor Pedro).

[...] eu acho assim, que nem muitas vezes, o cara produz a coisa e ele mesmo não consome porque não pode comer. Ele sabe que é muito carregado de química, então eu acho que isso é uma coisa assim, desumana pra mim, né? Então se tu não vai consumir tu vai querer que os irmãos coma? (Agricultor Ivan).

Percebe-se que a crítica aparece como referência a uma agricultura convencional como fonte de desencantamento e inautenticidade, pois esse processo de produção insere o agricultor em um processo de padronização que, segundo palavras de um entrevistado, “*tira a dignidade do homem, quando tu trabalha esse processo químico tu não tem mais a questão do trabalho como uma essência*”. Nesse sentido, o agricultor perde a autonomia diante da sua

⁶⁶ De acordo com Radomsky (2015, p. 81) “a autonomia entre os agricultores ecológicos adquire pelo menos três perspectivas: a primeira vinculada ao trabalho da natureza e ao sistema de plantio e criação na propriedade; a segunda, voltada ao controle do tempo de trabalho e lazer; e a terceira, em que a autonomia é identificada com a possibilidade de fazer escolhas e ter gerência sobre sua terra”.

própria produção, é neste ponto que aparece outro elemento da crítica estética: a agricultura convencional como fonte de opressão, colocando o agricultor numa situação de dominação e dependência.

Cabe frisar que a ideia de padronização por trás da agricultura convencional é enfatizada principalmente quando um produto convencional é comparado a um produto ecológico: o primeiro é apontado como uma mercadoria, caracterizado como “sem sabor”, “aguado” ou “de baixa qualidade”, o produto ecológico, em contraposição, é entendido como um alimento, tem sabor, aroma e gosto diferentes, de alta qualidade e foge do domínio da padronização. Além disso, o produto ecológico possui “uma carga de informação maior” que é o próprio processo de produção ecológico que lhe deu origem.

Em relação à crítica social, aponta-se uma agricultura convencional que busca o lucro, em contraposição a uma agricultura ecológica que leva em conta outros fatores como o cuidado (com a saúde – dos produtores e consumidores – e o meio ambiente) e o respeito (pelos produtores, consumidores e o meio ambiente). Em vários momentos os entrevistados enfatizam que ao agricultor convencional é ganancioso e visa apenas o lucro e o aumento da produtividade, sem demonstrar preocupações com os impactos desse modelo produtivo para o meio ambiente ou para a saúde das pessoas.

No meu ponto de vista pessoal, a grande diferença está no lucro, a agricultura convencional procura o lucro, totalmente o lucro, a agricultura orgânica, ecológica ela busca a sustentabilidade, você ter lucro, ter produção, ter consumo, mas de uma forma consciente, não extrapolar, não tentar fazer coisas que para o local não são boas (Agricultor Leonardo).

O agricultor ecológico entra um pouco mais no ritmo na natureza, do meio ambiente, aquela coisa de produzir em quantidade, em escala, ele não enxerga isso, ele quer estar em paz com ele, com o meio ambiente, quer produzir alimentos, oportunizar que outros consumam aquele alimento, mas não naquela ambição da agricultura convencional [...] eu vejo que nós não temos essa ambição, depois de um tempo, não é de um dia para o outro, mas é toda uma vivência que te leva a agir diferente. Eu penso, pra que essa correria toda? Estamos fazendo nosso trabalho, e estamos vivendo bem, dando oportunidade para os outros viver bem, e o convencional não tem isso, não enxerga isso (Agricultor Francisco).

Eu sempre gostei de ter essa relação a mais com a natureza, então tu tem que usar os recursos ao teu favor, porque na verdade a gente usava uma agricultura que é de morte e hoje tu usa uma agricultura que é de vida [...] o pessoal se preocupa com outras coisas de além de só produzir, eu me preocupo com o solo, cuidados com o solo, cuidados com a água, os animais (Agricultor Pedro).

[...] o agricultor familiar agroecológico ele tem uma preocupação maior com o meio ambiente, tanto com a saúde dele, como com a do consumidor, ele é mais consciente, não visa só os lucros, mas também visa um melhor estar tanto ambiental como social das pessoas que estão ao redor dele (Agricultor Nelson).

A crítica social se apresenta, principalmente, atacando a agricultura convencional como fonte do oportunismo e egoísmo, pois torna a busca do lucro a principal preocupação dos agricultores, deixando para trás outras preocupações com o meio ambiente, sua própria saúde e a saúde dos consumidores, por exemplo.

Conforme mencionado, uma das estratégias utilizadas para responder a crítica é a absorção de parte dos valores pelos quais essa crítica é proferida. No caso do capitalismo, conforme apontam Boltanski e Chiapello (2009), seus porta-vozes sentem-se obrigados a justificar-se em nome de um bem comum, sem abandonar os princípios básicos do sistema (acumulação e exigência de lucro). Desta forma, a crítica levada em consideração paga o preço de ver os valores que mobiliza sendo assumidos e postos a serviço da mesma acumulação que critica.

Este é o caso, por exemplo, dos valores “ecológicos”. Boltanski e Chiapello (2009) denominam de “consumismo verde” esse conjunto de valores crítico ao capitalismo e a sociedade de consumo que “valoriza a natureza como espaço do autêntico” (p. 450). Segundo os autores, o consumismo verde começou a se desenvolver a partir da década de 1980 e colocou em risco algumas empresas, pois alguns produtos denunciados pelo movimento ambientalista tiveram uma queda de consumo por serem considerados poluentes ou provocarem riscos a saúde humana. Preocupados com uma possível “ameaça verde”, as empresas passam a integrar nos seus planos de gestão a preocupação ambiental, seja na redução dos índices de poluição, redução e/ou reciclagem de resíduos, ou na produção dos produtos ecológicos e no conseqüente desenvolvimento de um *marketing* em torno destes com ênfase para a proteção ambiental.

O *marketing* ecológico foi uma das principais estratégias utilizadas pelas empresas para contornarem as “ameaças verdes”, nesse sentido respondem a crítica incorporando os valores ecológicos, mas mantendo (e reforçando) os princípios da acumulação e da exigência do lucro porque as pesquisas apontavam que “os consumidores verdes dispunham de um poder aquisitivo e de um nível de instrução acima da média, e que eles estavam dispostos a gastar 25% a mais em produtos menos poluentes ou, no caso dos alimentos, em produtos ‘orgânicos’” (Ibid., p. 451). Desta forma o que antes eram preocupações se tornaram oportunidades virtuosas de exploração de um novo nicho de mercado.

As ações do marketing se desenvolveram em duas direções: a primeira tinha como foco o patrocínio de campanhas de proteção ambiental; a segunda enfatizava novos produtos, menos poluentes e nocivos. No caso da agricultura, Niederle (2014), aponta que em resposta a uma “crítica ecológica” os *impérios alimentares* passam a incorporar os novos valores que

vem sendo lançados pelos movimentos contestatórios, como os da agricultura alternativa. Segundo o autor, uma das formas desta incorporação é através da agricultura orgânica convencionalizada: um processo de apropriação dos valores agroecológicos, reduzindo-os a questão do manejo ecológico dos agroecossistemas. No *Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos* (2004) da Rede de Agroecologia Ecovida encontra-se referências a esta clivagem, entre uma agricultura orgânica e ecológica, que se constrói em relação aos valores que a primeira incorpora:

o conceito de produto ecológico corresponde ao de produto orgânico, porém traz embutido aspectos referentes a equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural; autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros, que *não se restringem* aos aspectos técnico-produtivos (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2004, p. 16, grifo meu).

A crítica remete, portanto, a redução dos valores ecológicos ao manejo da produção e busca fundamentar a indissociabilidade dos vínculos entre os aspectos técnicos, ecológicos e socioculturais que envolvem a produção agroecológica (NIEDERLE, 2014). Daí emerge uma *crítica ética*, que questiona o desencantamento e a inautenticidade dos produtos orgânicos produzidos por um sistema agrícola que não rompe com o modelo convencional. Ou seja, considera-se inautêntica uma produção que não produz uma singularidade, mas reproduz uma diferença com fins comerciais.

Neste caso, reafirma-se uma crítica que ataca as contradições inerentes aos discursos sobre a economia verde, a responsabilidade social, a sustentabilidade ambiental e a domesticação do capitalismo. No centro dessa crítica, parece haver uma tentativa de reconstrução da imagem dos bens alimentares como conjuntos coerentes de valores sociais. O objetivo fundamental é evitar que os bens sejam simplesmente segregados em representações parciais, por meio de dispositivos como selos e certificações, que, valorizando, por exemplo, a qualidade orgânica do alimento, poderiam omitir as condições precárias de trabalho nas quais ele foi produzido; ou, então, indicando o local de origem, poderiam esconder os processos de produção que colocam em risco a reprodução dos recursos naturais (Ibid., p. 166).

Neste aspecto, a agricultura orgânica convencionalizada é criticada por incorporar os princípios ecológicos e reduzi-los a uma questão de *marketing* e por, assim como a agricultura convencional, ser um modelo de produção que procura o lucro e pode gerar degradação ambiental, conforme pode ser visto pelas falas expostas abaixo:

[...] tu pode produzir orgânico assim em escala grande, vamos dizer, um confinamento de porco ou de galinha, confinados em gaiolas, tu pode produzir orgânico, comprando soja orgânica, milho orgânico, mas que relação tu tem? (Agricultor Éder).

[...] a relação com a agricultura orgânica é como se fosse um agronegócio orgânico, a relação é comercial, como é o agronegócio, só muda os insumos. [...]

Se pensar a agricultura orgânica, ela também pode contaminar o meio ambiente, tu usar um exerceo que não passou por uma compostagem correta, usar em doses excessivas e depois uma chuva lavar, levar para o arroio, pode contaminar também, só que a gente tem uma preocupação bem grande quanto a isso, só que isso depende custos, tu ter uma preocupação (Agricultor Nelson).

[...] porque hoje o agronegócio produz alimentos orgânicos, mas não cumpre todas as funções que deveria cumprir, não é simplesmente, nós não somos produtores orgânicos, nós somos produtores ecológicos, é muito mais que ser orgânico, é toda uma relação com o meio ambiente, com as pessoas, com os animais que o produto orgânico não tem, tem cargas de informação junto a esse produto que o alimento orgânico não tem (Agricultor Francisco).

[...] no caso o sistema da lei orgânica, só não bota químico, isso não basta, pode te ruma monocultura extensiva aí e tá legal? Será que tá legal? Que equilíbrio é esse de tu ter lavoura de citrus de mil hectares, não sei se tem, mas digamos, não tem equilíbrio nenhum, mas é orgânico, tá dentro da lei (Agricultor Luiz).

Como é enfatizado em alguns trechos, o produtor orgânico e o produtor ecológico, ou agroecológico, diferenciam-se porque o último busca desenvolver e cultivar uma “relação com o meio ambiente”, nesse sentido toda a sua propriedade, bem como o seu modo de vida, suas crenças, devem estar orientadas para essa relação, sua preocupação inicial deve ser com o meio ambiente, com a sua saúde e com a saúde dos consumidores, em contraposição a uma agricultura orgânica convencionalizada que colocaria o lucro em primeiro lugar, transformando a linguagem ecológica em argumento comercial. Como será visto no item a seguir, para esses agricultores a agroecologia não é vista como um nicho de mercado, mas como um modo de vida, um estilo de vida, e é esse entendimento que abre a possibilidade de pensá-la pelo viés das gramáticas de ação.

4.3 CONVERSÃO AGROECOLÓGICA: FORJANDO UMA NOVA GRAMÁTICA?

Conforme mencionado, o processo de transição para a agricultura ecológica envolve uma mudança na forma de se relacionar com o meio-ambiente e com a sociedade o que permite compreendê-la como espaço de atividades socioculturais constituindo-se como um *modo de vida*, conforme afirmado pelos próprios agricultores. Esse entendimento abre caminho para pensar as práticas de agricultura ecológica pelo viés da teoria da justificação buscando desvendar sua gramática. De acordo com Nachi (2006) uma gramática é um conjunto de restrições e regras que permite aos atores convergir seus julgamentos e ações. Nesse sentido, uma gramática, ou *cité*, tem por função proporcionar aos atores a capacidade de se por no lugar dos outros, de antecipar suas escolhas, reações ou julgamentos.

Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 521),

há probabilidade de formação de uma cidade [gramática] quando um grupo de atores, apoiados num mundo estável de dispositivos e objetos, assiste à consolidação de seu poder, de tal modo que seus membros se sintam em condições de reivindicar um reconhecimento próprio e de prevalecer-se de uma contribuição específica para o bem comum⁶⁷.

Adiante os autores acrescentam que a formação de uma gramática pode ser descrita como a “passagem para um regime de categorização”, ou seja, um processo de regulamentação de novas provas, nesse sentido, considera-se que uma nova gramática é instaurada a partir de determinadas circunstâncias históricas onde aumentam os deslocamentos responsáveis pelas mudanças sociais, como é o caso das preocupações ambientais, sociais e econômicas decorrentes do modo de produção agrícola convencional, conforme apresentado no capítulo anterior.

Para Boltanski e Thévenot (1991) uma *cit *   construída sobre uma ordem de grandeza, orientada para o bem comum, e possui seis axiomas básicos que devem ser respeitados para a sua constitui o. O primeiro (a1)   a ideia de humanidade comum, ou seja, supõe-se que aja uma equivalência fundamental entre os membros dessa ordem, todos pertencendo a mesma humanidade, daí adv m o segundo axioma: todos os indivíduos são semelhantes (princípio da semelhança – a2). Por serem semelhantes, todos podem ter acesso a todos os estados da *cit * (princípio da dignidade – a3), esses estados, por sua vez, são a ordem necessária para a coordena o e justifica o das a o es dentro de uma gramática (a4), essa ordem   expressa por uma escala de magnitudes.

Cabe considerar que existe uma visível tensão entre os dois primeiros axiomas e o terceiro e quarto: ao mesmo tempo em que a *cit * tem como um de seus pressupostos a existência de equivalência e semelhança entre os indivíduos, supõe uma ordem, uma hierarquia entre eles. Dentro de uma gramática, os indivíduos e os objetos são julgados de acordo com um *princípio superior comum*, ou princípio de equivalência, que mede os indivíduos entre si,

na cidade industrial, por exemplo, o princípio superior comum   a eficiência. Ele representa a convenço que constitui a equivalência entre os seres, no sentido em que se pode dizer, por exemplo: “do ponto de vista da eficiência, X equivale a Y”. Do mesmo modo, valendo-se dessa mesma convenço, pode-se dizer que “Z   maior ou menor que X” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 139 – 140).

⁶⁷ Boltanski e Chiapello (2009) apontam que a forma o de gramáticas está relacionada   legitima o de um novo mundo ou as tentativas de tornar mais justo um mundo já existente,   por essa razão que são consideradas tanto operadores de justifica o (na medida em que representam um aparato normativo que justifica a a o dos atores sobre os quais opera), como operadores críticos (a partir dos quais a crítica   elaborada, seja ela radical ou reformista).

Nesse sentido, conforme os autores advertem, a identificação de um princípio de equivalência nos conduz ao estado de grandeza daquela gramática, sendo grande aquele que encarna os valores daquela cidadela, enquanto o estado de pequeno faz referência aquele que tem comportamentos “inadequados” do ponto de vista dos valores da *cité*. O estado de grandeza, ou de magnitude, onde um indivíduo se encontra está subordinado à realização de um prova de magnitude que tem por função identificar se o indivíduo está de acordo com os valores da *cité* apenas em princípio ou também em prática, é ao mesmo tempo, nesse sentido, também uma prova de realidade.

Considerando a existência de ordens de grandeza dentro de um *cité*, o impasse em relação à equivalência e semelhança entre os indivíduos pode ser resolvida por uma fórmula de investimento (a5): ela faz referência ao estado superior e aos sacrifícios necessários para ascender neste estado, nesse sentido, todos os indivíduos são equivalentes e semelhantes, é por opção própria levando em conta a fórmula de investimento que alguns indivíduos dispõem-se a ascender dentro de uma gramática. Outra saída para resolver essa tensão é pelo viés do último axioma: a finalidade de ascensão do indivíduo a estados superiores não está relacionada a um desejo egoísta de se tornar *O grande*, mas tem por finalidade a busca do bem comum (a6). Essa busca é a finalidade de toda *cité*.

No caso da presente pesquisa, considerando que a agroecologia informa diferentes formas de entendimento sobre o meio ambiente, em relação à agricultura convencional, conduzindo a diferentes justificações sobre esse modo de produção, e que pode constituir-se como um modo de vida, ou estilo de vida, compreendo que ela possa ser entendida como uma nova gramática que opõe-se ao mundo industrial e mercantil, característicos da agricultura convencional e da agricultura orgânica convencionalizada.

A forma como a agroecologia é caracterizada pelos agricultores, como um *modo de vida*, uma *forma diferente de se relacionar* com o meio ambiente e com sociedade, uma espécie de *libertação* da dominação imposta pela agricultura convencional, levanta a ideia de que esse processo poderia ser compreendido como uma conversão, no sentido desenvolvido por Gooren (2010): “I define conversion as a comprehensive personal change of religious worldview and identity, based on both self-report and attribution by others. These others obviously include people from the same religious group, but may also include significant others who are not members” (p. 3). O entendimento do autor perpassa a ideia de que a conversão é motivada por fatores de contingência, individuais, culturais, institucionais e sociais, e que o indicador mais promissor em relação à conversão são alterações nos

entendimentos e no discurso dos indivíduos, “converts supposedly engage in ‘biographical reconstruction: reconstructing their past life in accordance with the new universe of discourse and its attendant grammar and vocabulary of motives” (Ibid., p. 44).

Compreende-se, nesse sentido, que o processo de conversão é caracterizado por uma mudança na forma de ver o mundo e na identidade do indivíduo que passa por uma “reconstrução” da sua biografia. Assim, quando os agricultores associam a agroecologia a um *modo de vida* isso quer dizer que ela não é apenas um modo de produção, mas um modo diferente de se relacionar com a natureza e a sociedade, o que pressupõe mudanças na forma “convencional” de enxergar essas mesmas relações, que no caso da agricultura convencional estão calcadas na ideia da busca do lucro. Conforme será visto adiante, a agroecologia, por outro lado, toma a ideia de cuidado como base justificativa de suas práticas.

Retornando ao conceito de gramática anteriormente proposto, pode-se compreender que ao passarem por um processo de conversão em direção a assimilação de uma outra gramática, esses indivíduos passam a se submeter a outro universo de argumentação e justificação e a outras formas de competências específicas. Nesse sentido, a conversão pressupõe tanto um *senso do natural* (reconhecer os objetos do novo mundo e se engajar conforme a sua natureza), quanto do *moral* (reconhecer a natureza da situação e seu princípio correspondente). Conforme será explorado mais adiante, a passagem pelos variados níveis de conversão, definidos por Gooren (2010), ou a passagem da assimilação do senso natural ao senso moral, pode ser um traço importante na definição da ordem dentro da *city*, ou seja, das magnitudes e grandezas dessa gramática.

Quase todos os entrevistados desta pesquisa vêm de famílias de agricultores, que se não trabalharam com produção convencional, seus familiares o fizeram, assim, a maior parte deles relata problemas decorrentes do uso de agrotóxicos, ou “venenos”, principalmente na cultura do fumo. A busca por uma agricultura mais sustentável e livre de agrotóxicos é, portanto, a razão que os levou a procurar a agroecologia. Apresentados à agroecologia através, principalmente de setores da Igreja Católica e Luterana, como as Dioceses, a CPT e o CAPA, a maior parte dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa fez a transição para a produção ecológica há, pelo menos, 15 anos, isso quer dizer que a opção pela agroecologia antecede todo o contexto das certificações e da busca crescente dos consumidores por produtos orgânicos. Com isso quero dizer que a opção que esses indivíduos fizeram quando adotaram a agroecologia extrapola o simples entendimento de uma ação estratégica e instrumental, ou seja, existem fatores não econômicos, ligados a outras ordens de justificação, que explicam essa transição.

Porque optou pela agroecologia? *Uma delas foi porque pra não usar mais agrotóxicos e porque eu adoeci com agrotóxicos, fui parar no hospital, aí eu decidi parar (Agricultor Osmar).*

[...] o meu vô a vida inteira ele produziu fumo com a utilização de agrotóxicos e agora a aposentadoria dele tá sendo bem dura pra família [...] ele tem problema de circulação nas pernas e o sangue não consegue voltar, puxando as impurezas de volta, sabe, as artérias estão entupidadas tudo, as pernas estão sempre inflamadas, então ele passa a pomada pra tirar, então todas essas situações que a gente tá vendo, tanta gente com câncer, então tu assumir um compromisso de responsabilidade também com a pessoa que está consumindo (Agricultor Nelson).

Porque optou pela agroecologia? *Pela saúde, pela vida saudável. Eu, como eu trabalhei no fumo, levei oito anos tomando remédios depressivos [...] a gente trabalhava muito de mãos limpas, sem proteção, sem máscara, essas coisas, não tinha explicação, eu apanhei do veneno e nem ia procurar médico, aguentei, aí depois entrei em depressão por causa dos venenos, então agora com os produtos orgânicos faz anos que eu estou sem remédio. A importância pela saúde, a gente tem várias histórias assim de saúde (Agricultor Antônio).*

[...] e até eu fui condenado pelo médico “se tu quiser continuar vivendo tem que mudar esse teu estilo de trabalhar com agrotóxicos ou então tu vai morrer mais cedo” (Agricultor Pedro).

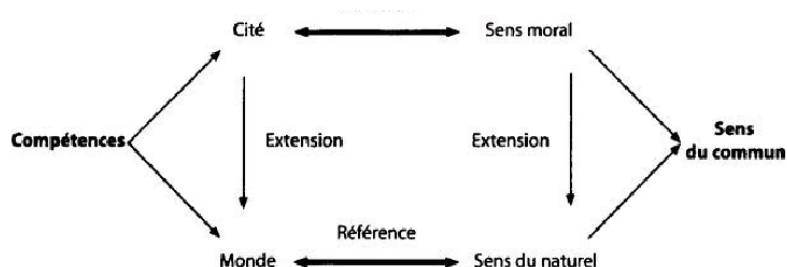
Porque optou pela agroecologia? *Acho que nesse ponto de vista da agricultura sustentável, porque a questão da conservação assim, eu acho que um ponto crucial dentro da preservação é a questão de você não usar agrotóxicos, porque o pessoal fala muito em preservar a mata, preservar a fauna, mas se o pessoal continuar utilizando agrotóxicos essa preservação vai ser inútil, né? (Agricultor Leonardo).*

A compreensão de que existem fatores não econômicos, como pode ser visto pelo relato das entrevistas, ligados a preocupação com a saúde e o meio ambiente, é crucial para que se possa entender a gramática que permeia a agroecologia. Considerando as gramáticas como ordens de grandeza ou legitimação que orientam as ações dos indivíduos, é necessário atentar para o fato de que ela se encontra num nível abstrato como função de generalizar os julgamentos e proporcionar acordos. Mas para que esses julgamentos sejam considerados legítimos e que esses acordos possam se efetivar, é necessário que os indivíduos enfrentem as provas às quais estão expostos, e se essas provas são provas de realidade, faz-se necessário a extensão dessas *cités* ao plano concreto.

Essa forma de extensão é denominada *mundo*. O mundo, enquanto extensão da *cité* contém os objetos e dispositivos (equipamentos de grandeza) que os indivíduos se valem para enfrentar as provas, nesse sentido, sem os mundos, as gramáticas são apenas abstrações superficiais que não se refletem nas ações dos indivíduos. Segundo Nachi (2006), é com a passagem das gramáticas para os mundos que se passa de justificações para ações coordenadas.

Mas as ações só serão efetivamente coordenadas se os indivíduos reconhecerem o *sensio moral* e o *sensio natural*. Isso aponta para a dupla competência que o indivíduo deve ter em reconhecer a natureza da situação e seu princípio correspondente, ou seja, reconhecer a gramática em questão (competência de justificação – *sensio moral*) e reconhecer os objetos do mundo e se engajar conforme a sua natureza (competência de ajuste – *sensio do natural*). O resumo dessas competências pode ser visualizado no esquema representado abaixo (Figura 10):

Figura 10 – As competências pragmáticas: *Sensio moral* e *sensio do natural*.



Fonte: Nachi (2006).

Conforme mencionado, cada mundo tem uma gramática como referência, e cada gramática tem um mundo correspondente. É importante considerar que cada mundo possui indicadores comuns que o identificam como uma construção ideal-típica, com isso quer-se dizer que esses mundos só existem hipoteticamente, são construções feitas para compreender esses imperativos justificativos, pois as situações sociais, em realidade, envolvem diversos mundos e ordens de justificação (NACHI, 2006). Nesse sentido quando me reporto ao mundo agroecológico assumo que não estamos tratando de uma gramática *pura*, mas que concilia consigo outras ordens de justificação e elementos de mundos distintos.

4.3.1 Indicadores do mundo agroecológico

Por possuir existência própria, cada mundo tem um conjunto de características que são próprias do seu meio e que representam a maior parte dos elementos que agrupa. Segundo Boltanski e Thévenot (1991), a partir dos sujeitos, objetos, relações e qualificações circunscritas à ordem natural de um mundo, é possível traçar uma grade de análise dos mundos, a partir de treze indicadores.

O *princípio superior comum* (I) é a condição fundamental para considerar a existência de um mundo. É um princípio de coordenação que permite a formação de equivalências entre as pessoas, é de suma importância, nesse sentido, para o estabelecimento de acordos. É a partir do princípio superior comum que os sujeitos e objetos são julgados e medidos, ou seja, através dele se estabelece o estado de magnitude ou grandeza ao qual pertencem. No caso da agroecologia, o cuidado é o princípio superior desse mundo. Nesse sentido, aqueles que pertencem ao mundo da agroecologia devem estar orientados para a prevenção, seja dos problemas ambientais ou da saúde humana, deve-se agir de maneira responsável pensando em proteger as futuras gerações e o meio ambiente.

Isso perpassa a compreensão sobre uma ética do cuidado que estaria sendo materializada nas práticas desses indivíduos. De acordo com Tronto (1994), o conceito de cuidado (*care*) significa dar importância ou demonstrar interesse com relação a alguma pessoa, grupo, objeto ou mesmo o meio ambiente, o planeta terra, ou a humanidade como um todo⁶⁸. Mais que um simples interesse, a autora enfatiza que o cuidado pressupõe aceitar uma espécie de fardo e agir em razão disso, ou seja, reconhecer a necessidade de alguém ou algo e mobilizar-se para atenuar essa necessidade. Assim, perpassa a ética do cuidado a ideia de que a necessidade dos outros é ponto de partida para a ação de um indivíduo.

Nesse sentido, pensando em uma ética do cuidado, pensa-se em ações que tem como foco as relações e práticas do cuidado, e não as disposições próprias do indivíduo que se engaja nessas ações. O consumidor que procura por produtos orgânicos com a intenção de ter acesso a alimentos mais saudáveis, que foram produzidos com menor agressão ao meio ambiente, pratica o cuidado se a sua ação tem como foco a preocupação com a alimentação da sua família, por exemplo. Mas apesar desse consumo estar contribuindo para a promoção do modelo de produção ecológico, os consumidores não estão agindo de acordo com uma ética do cuidado se não tem essa promoção como foco da sua ação, ou seja, se não consomem produtos orgânicos focalizando as implicações que essa prática tem para os agricultores e para o meio ambiente.

Nesse sentido, por mais que possa ser visto como algo que tem relações apenas com a esfera privada, principalmente no que diz respeito ao âmbito familiar, de acordo com Tronto (1994) o cuidado tem implicações políticas e sociais. Isso quer dizer que o cuidado pode extrapolar o contexto das sociabilidades primárias, indivíduos podem apresentar preocupações com causas que, a primeira vista, lhe são distantes. É o caso, por exemplo, do que apresentado

⁶⁸ Para Zelizer (2010), “as relações de *care* incluem qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto” (p. 380).

em relação à agroecologia: cuidado está orientado para as futuras gerações, para o meio ambiente. Do ponto de vista desta racionalidade axiológica que orienta sua ação, o agricultor ecológico deve estar preocupado, em primeiro lugar, com a soberania e segurança alimentar de sua família e dos consumidores, deve estar preocupado em fornecer alimentos saudáveis advindos de um modelo de produção que não prejudique o meio ambiente, a preocupação com o lucro deve aparecer posteriormente.

É óbvio que a sustentabilidade financeira tem considerável importância para a permanência dos indivíduos na agroecologia, mas conforme mencionado, ações perfiladas por uma ética do cuidado tem as necessidades dos outros como foco. Nesse sentido, devem preocupar-se primeiramente com outras questões, como muitos agricultores apontaram nas entrevistas, a agroecologia é mais um trabalho ideológico. Estas questões podem ser igualmente compreendidas pela ideia de relações bem ajustadas (ZELIZER, 2010). Ou seja, ao invés de se imaginar que o cuidado e os interesses financeiros devem ser afastados, pois se contaminam (mundos hostis), ou que todas as ações de *care* são permanentemente plasmadas por relações financeiras (comércio em toda parte), pode-se pensar que na agroecologia

há uma interação permanente entre o *care* e as considerações econômicas, e que o conjunto só funciona quando os dois estão bem afinados. Por “bem ajustadas” não quero dizer que você ou eu aprovaríamos a negociação ou que o acerto seja adequado e justo. Quero dizer que o ajuste é viável: o aspecto econômico da relação é aceito e assegura a sua continuidade (Ibid., 383)⁶⁹.

Na agroecologia é considerado grande (*estado de grandeza* – II) aquele que a pratica, seja produzindo ou consumindo, orientado pela ideia de cuidado, assume a agroecologia como um modo de vida. No caso dos objetos, são grandes os produtos saudáveis, advindos dessa relação de respeito e cuidado entre os seres. O estado de grandeza aponta a definição do grande dentro de um mundo e, conseqüentemente, para o pequeno (*estado de pequenez* – III): é pequeno aquele não atende as qualidades do grande, mas o fato de não atender a essas características não significa que será excluído de um mundo, pois conforme já visto, qualquer um pode ter acesso ao estado de grandeza. No caso da agricultura ecológica, em contraste aos grandes, orientados pelo cuidado, os pequenos são aqueles que praticam agroecologia orientados pela busca de lucro e compreendem a agroecologia como um modo de produção.

⁶⁹ Para Zelizer (2010), as relações bem ajustadas distinguem-se de outras transações econômicas, como as doações por exemplo. Desta forma, elas devem ser entendidas como a promulgação de um acordo que partilham de uma visão comum, ou seja, no caso que se tem em tela, um acordo entre produtores e consumidores que partilham valores e acordam em relação ao preço justo para a comercialização dos produtos. Assim, essas relações beneficiam as partes e asseguram a continuidade da relação e das próprias redes alternativas de produção e consumo.

Segundo os relatos, a busca do lucro aponta para a noção de egoísmo e rompe com os propósitos da agricultura ecológica, *“a agricultura orgânica e a agricultura biodinâmica são mais que produzir alimentos, quando são feitas pra produzir alimentos ou com fins econômicos perdem um pouco do seu sentido”* (Agricultor Leonardo). Com isso quer-se demonstrar que no mundo agroecológico aqueles que procuram a agroecologia por questões financeiras estão num estado pequeno deste mundo. Esse entendimento também pode ser percebido quando apresentada a crítica feita pela agroecologia à agricultura orgânica convencionalizada, que se encontra no item anterior.

Mas, conforme afirmado, todos são dignos de ascender ao estado de grandeza, no caso da agroecologia, a *dignidade das pessoas* (IV) está associada a sua atitude de respeito diante do meio ambiente e dos consumidores. Essa dignidade está embebida, de certa forma, em *repertórios que concernem aos sujeitos e objetos* (V) pertencentes ao mundo. Esses repertórios são expressos de formas variadas, de acordo com os estados de magnitude aos quais os respectivos sujeitos e objetos se encontram. No caso da agroecologia o repertório dos sujeitos aponta aqueles que consomem os produtos que produzem, dependem pouco do ambiente externo, preocupam-se com o meio ambiente e a sociedade, e os consumidores que consomem produtos orgânicos, bem como aqueles que produzem apenas para a venda, são dependentes do ambiente externo e produzem orgânicos em razão do retorno financeiro. O repertório dos objetos é bastante variado, incluem os produtos produzidos, os utensílios utilizados no plantio (muitas vezes considerados tradicionais), as sementes e os biofertilizantes produzidos dentro da própria propriedade e a certificação dos produtos.

A *fórmula de investimento* (VI) aponta para os sacrifícios aos quais os sujeitos devem se submeter para ascender ao estado de grandeza. No caso em questão, ascender ao estado de grandeza na agroecologia, que aponta para a ideia do cuidado, exige a rejeição do egoísmo, nesse sentido, exige-se que se pense no consumidor e no meio ambiente. Além disso, é importante que a agroecologia seja disseminada para que um maior número de pessoas tenha informações sobre ela e a pratique, assim é fundamental a troca de conhecimentos entre produtores e entre produtores e consumidores. Essas são as condições fundamentais para a ascensão ao estado de grandeza.

A agroecologia é tipo assim um processo de inclusão do ser humano no meio em que ele vive, no meio local, onde ele possa sobreviver e manter a sobrevivência das outras espécies também que é o grande elo da nossa existência. [...] ser um ser inteligente, a gente ganha uma obrigação, estar no local, sobreviver no local e dar condições para que outros seres também sobrevivam nesse local. [...] A agricultura orgânica não, ela tem como base a preservação do meio onde você vive, depois a

sua subsistência e depois, talvez, o lucro ou a venda de produtos. (Agricultor Leonardo).

Quem é o agricultor “agroecológico”? *Eu diria que é o agricultor moderno porque é um agricultor que tem uma cabeça mais voltada para o futuro, que tem preocupação com as gerações que vem a seguir, principalmente em deixar uma terra melhor pra essas gerações, dando uma perspectiva melhor se sucessão familiar [...] o agricultor familiar agroecológico ele tem uma preocupação maior com o meio ambiente, tanto com a saúde dele, como com a do consumidor, ele é mais consciente, não visa só os lucros, mas também visa um melhor estar tanto ambiental como social das pessoas que estão ao redor dele [...] a agroecologia é um estilo de vida, tu não está fazendo aquilo ali só pelo dinheiro, tá fazendo aquilo ali por uma questão de opção de vida, por uma questão de preocupação não só contigo, com a tua família, mas também com o meio, tanto o meio ambiente, os animais que estão ali e também os consumidores que vão comprar teus alimentos. (Agricultor Nelson).*

Eu acho que não é só tu consumir orgânicos, além de tu estar levando um produto saudável pra casa tu está ajudando o meio ambiente, não está prejudicando os micro organismos naquela terra, os pássaros que vem comer os insetos que estão ali presente não estão contaminados, não prejudica o meio ambiente, ajuda a preservar a natureza, as águas (Agricultor Sérgio).

[...] e o agricultor orgânico já tem, ou agroecológico, já tem essa visão de futuro de estar se preocupando com as próximas gerações, de estar deixando alguma coisa para os filhos, que vai marcar eles, de estar se preocupando também com o próximo, pois no momento que tu coloca um alimento saudável dentro de uma universidade, dentro de uma escola, tu está fazendo um trabalho social, tu está te preocupando com o próximo, então é essa a principal diferença, o agricultor tem princípios diferentes, está mais disposto a dialogar (Representante do Núcleo Sul).

Então é aquele cuidado, tempo, respeito a relação entre seres, e com vegetal não deixa de ser diferente (Agricultor Luiz).

O agricultor ecológico entra um pouco mais no ritmo na natureza, do meio ambiente, aquela coisa de produzir em quantidade, em escala, ele não enxerga isso, ele quer estar em paz com ele, com o meio ambiente, quer produzir alimentos, oportunizar que outros consumam aquele alimento, mas não naquela ambição da agricultura convencional (Agricultor Francisco).

O *repertório de grandeza* (VII) é o sétimo indicador. Esse repertório informa a relação entre os grandes e os pequenos dentro de um mundo, especifica o porquê da grandeza de uns, pois contribuem para o bem comum, incluindo aí o estado de pequenez. Nesse sentido, o grande é assim designado porque contribui para o bem comum e também para aqueles que estão no estado de pequenez. De acordo com Nachi (2006), é por respeitarem os grandes que um dia os pequenos podem ascender a este estado.

No caso da agroecologia, só pode-se pensá-la enquanto uma gramática, com um mundo em comum, na medida em que se aceita que aja um princípio superior comum, ou seja, considerando as situações particulares nas quais os julgamentos e avaliações são constituídos, trata-se de desvincular essas tomadas de posição do contexto de sua produção e emergência, trata-se de um procedimento de generalização das formas de justificação acionadas. Essas

justificações, por sua vez, devem estar relacionadas a uma ideia de bem comum. É por essa razão que a prática da agroecologia orientada para o lucro não alcança o patamar da generalização, na medida em que não se busca um bem comum, mas um retorno individual. No caso da agroecologia, se está diante de um aparato justificativo orientado não apenas para a questão da produção de alimentos “limpos” e “sadios”, a produção de um alimento saudável tem relação tanto com a preocupação com o meio ambiente e a saúde humana, quanto com a ideia de justiça social, na medida em que ter acesso a esses alimentos é um direito de todos e a agroecologia é encarada como uma agricultura mais “libertadora”, mais digna e autônoma, por isso entendida não como um modo de produção, mas um modo de vida.

Nesse sentido, a agroecologia busca uma produção ecológica e saudável pautada pela ideia de justiça e solidariedade, esse é o *bem comum* que almeja (a6). Sem adentrar nessas relações de solidariedade, rejeitando o egoísmo (fórmula de investimento), é impossível passar do patamar do pequeno para o grande neste mundo. Retomando a ideia de repertório de grandeza, a busca do bem comum almejada pelos grandes beneficia a todos, inclusive os pequenos, ou seja, mesmo aqueles que praticam a agroecologia orientados para os rendimentos financeiros são beneficiados por essa *ideologia* disseminada pelos grandes, na medida em que vão se formando redes de produção e consumo das quais se beneficiam. Além disso, é por respeitarem essa ideologia que algum dia os pequenos podem ascender ao estado de grandeza.

Um dos representantes da Rede de Agroecologia Ecovida traz na sua fala alguns pontos elucidativos com relação a isso. Quando questionado sobre a agroecologia ser considerada como uma visão de mundo ele aponta que essa forma de compreensão pode ser um pouco “pesada”, pois poderia assustar e afujentar um agricultor interessado na transição:

“vamos pensar o mundo de maneira diferente”, o cara vai pensar tenho que mudar de vida, até de religião [...] mas eu entendo que muita gente vai assumindo essa perspectiva ao longo dos anos, nunca você vai me ouvir se me chamarem pra dar uma palestra de agroecologia, eu nunca vou dizer que a agroecologia é uma filosofia de vida, eu acho pesado, eu acho exagerado, mas pra muita gente passa a ser, e é bacana que passe a ser (Representante do Núcleo Litoral Solidário).

Compreende-se nesse sentido que, aos poucos, os agricultores vão assimilando os princípios da agroecologia e fazendo com que ela deixe de ser um novo modo de produção para tornar-se um modo de vida. Ou seja, passa-se gradualmente do estado de pequeno para o estado de grande. De acordo com Radomsky (2015), ser um agricultor ecológico envolve mudanças nas formas de pensamento, pois para ser um agroecologista não basta obedecer aos

princípios normativos estabelecidos, é necessário mudar a forma de trabalhar e de se relacionar com a natureza, “a menção é de que ganhar dinheiro na agroecologia passaria mais como uma consequência da crença e da vinculação a este mundo do que o inverso – isto é, a conversão como algo que deve passar antes pela mentalidade do agricultor” (Ibid., p. 67).

[...] gosto da ideia de partir da agroecologia, partir da conformação de uma agrossistema sustentável e a partir daí fazer todas as relações, deixa primeiro tirar o veneno aqui, tirar o adubo químico ali, o transgênico, já é muita coisa, tem que ser respeitado isso, depois que fizer isso vamos agregando outros valores seja pela luta dos direitos aos bens de produção, da natureza, os recursos naturais, terra, água, semente, etc., seja uma mudança na postura de vida em relação a gênero, por exemplo, ou em relação aos jovens, uma mudança política de percepção de sociedade, mas acho que isso tem que vir depois, não deve ser cobrado isso nos primeiros momentos (Representante do Núcleo Litoral Solidário).

A ascensão do estado de pequeno ao estado de grande pode ser mais bem apresentada através do conceito de conversão desenvolvido por Gooren (2010), conforme mencionado. O autor define a conversão como a passagem feita pelos membros de uma religião através de níveis, tipos e fases de participação religiosa. Para o autor, a conversão tem cinco fases: *pré-afiliação, filiação, conversão, confissão e desfiliação*. A *pré-afiliação* é utilizada para descrever a visão de mundo de potenciais membros de um grupo religioso em seus primeiros contatos onde irão avaliar se desejam se filiar de maneira formal ao grupo. No caso da agroecologia, essa fase é representada pelos agricultores que desejam fazer a transição para a agricultura ecológica, nesta fase eles avaliam suas concepções de mundo em relação à agroecologia e decidem se querem ou não praticá-la. É nesse sentido que a ideia da agroecologia como uma concepção de mundo, de modo de vida, pode acabar afugentando os agricultores por ser muito pesada e soar como uma imposição.

A *afiliação* se refere à fase em que os indivíduos passam a fazer parte de um grupo religioso, no entanto, aqui os princípios do grupo ainda não são centrais para a vida e a identidade dos indivíduos. Esse é o caso descrito pelo representante entrevistado anteriormente, “*deixa primeiro tirar o veneno aqui, tirar o adubo químico ali, o transgênico*”, ou seja, é um processo de iniciação dentro de prática onde o indivíduo se encontra no estado de pequenez, pois ainda não assimilou os princípios normativos desse novo mundo.

O terceiro momento descrito por Gooren (2010) é a *conversão*: se refere a uma mudança (radical) na cosmovisão religiosa e na identidade do indivíduo. Essa mudança é atestada tanto pelo próprio indivíduo como atribuída por outros, como os participantes do mesmo grupo religioso ou mesmo aqueles que estão de fora. Nesse sentido, a conversão deve

ser aceita e vista pelo próprio sujeito, por seus pares e pelos demais indivíduos que não compartilham dos mesmos princípios. No momento da conversão o indivíduo começa a assimilar fortemente os princípios do grupo e ser reconhecido como um deles, no caso da agroecologia esse é o momento aonde vão se “*agregando outros valores*” e vai se caminhando para assimilação, no caso da agroecologia, da prática como um modo de vida.

A *confissão* é o quarto estágio e representa um alto nível de participação do indivíduo dentro no novo grupo religioso. Compreende-se que esse estágio represente a ascensão ao *estado de grandeza* dentro de um mundo, já que a confissão aponta para um compromisso com uma “*posição missionária*” do indivíduo para com o grupo. No caso em tela, este é o momento que os indivíduos ascendem ao estado de grandeza na agroecologia: aquele que tem a agroecologia como um modo de vida e se sente responsável pela sua disseminação.

A agroecologia é mais do que uma forma de produzir alimentos de maneira ecológica? Pra mim é uma missão.

A agroecologia a gente entende como uma forma de vida, porque ela não é só um estilo de produção, ela é uma escolha de vida, a gente vive agroecologia, a gente não produz agroecologia, é uma forma diferente de ver a vida e de entender as relações que a gente tem tanto com os nossos consumidores como com a gente mesmo, com a família e com a terra (Agricultor Nelson).

*[...] eu acho que é um meio de viver, é uma opção de vida [...] porque se fosse só produzir alimento orgânico, isso é fácil, eu acho que tem outras relações que é cultivada dentro da sociedade, do mundo que a gente vive, que contempla a agroecologia, a gente sempre foi, trabalhou mais em grupo, aprende a dividir mais as coisas, a não ser tão individualista, trabalhar com agroecologia é tudo isso, respeitar mais o meio ambiente, observar mais, eu procuro fazer isso no dia a dia. [...] **Quem é o agricultor “agroecológico”?** Eu vejo, eu acho que é aquele que se desperta um pouco pra esse novo modelo, porque isso aí tu tem que ter uma mudança interna, mudar um pouco, o coração e principalmente a cabeça (Agricultor Pedro).*

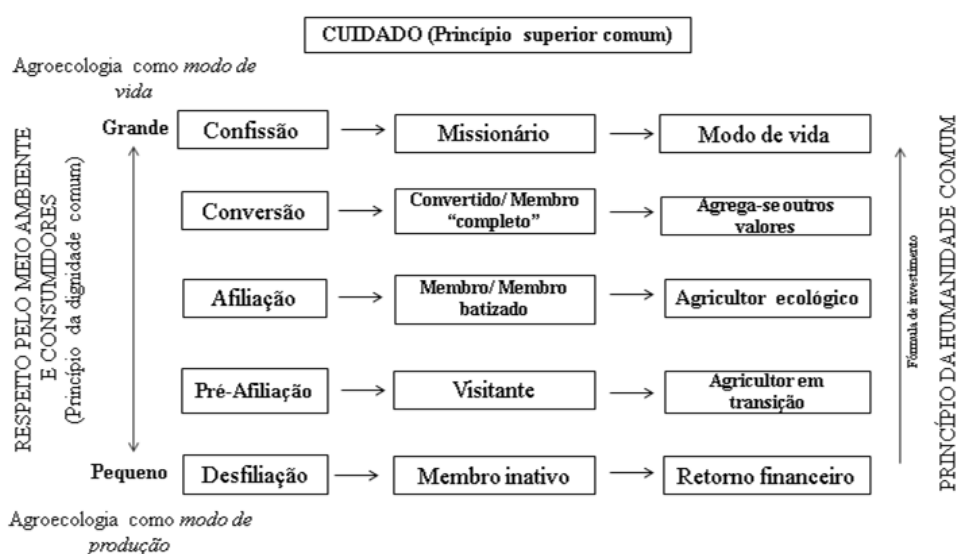
*Agroecologia é um projeto de vida, é um jeito da gente viver [...] eu tenho convicção disso, eu acho que nós sempre tivemos, então ao longo do tempo foi se clareando foi entendendo que de fato é isso, é um projeto de vida [...] **Você pretende que a sua família permaneça trabalhando com agricultura ecológica?** Isso aí é uma coisa que não se considera mais, esse retorno, já foi, não tem volta, é uma cultura que a gente pega pra gente que depois não sai mais, a tua, o teu sonho, tua ambição é buscar mais gente, quer mais gente contigo, quer levar mais gente contigo, tu sabe que é esse o caminho. (Agricultor Francisco).*

Por fim, Gooren (2010) faz referência à *desfiliação*. Segundo o autor, essa categoria agrupa várias formas de relação entre o indivíduo e o grupo religioso em questão. Pode se referir a uma religiosidade pessoal idiossincrática, ou a um ex-membro ou membro “inativo” que ainda se auto identifica como pertencente ao grupo. Um exemplo comum e ilustrativo é a caracterização do “católico não-praticante”. Neste caso, a diferença entre a afiliação e a

desfiliação é muito pequena: no primeiro caso fala-se de um membro ainda não engajado (está adentrando no grupo religioso), no segundo de um membro desengajado (está saindo do grupo religioso ou o ignora comumente). No caso referente a esta pesquisa, não se identificou nenhum indivíduo nessa situação⁷⁰. No entanto, deve-se considerar que no caso que se analisa, o desfiliado é aquele membro que não se encontra em acordo com as regras do grupo, ou ocupa o estado de pequenez de um mundo, neste caso o indivíduo que pratica a agroecologia pensando no retorno financeiro.

Na imagem abaixo (Figura 11), foi desenvolvido um esquema comparativo entre o modelo das *cités/mundos*, de acordo com Nachi (2006), e os níveis individuais de atividade religiosa, conforme Gooren (2010), aplicando-os ao caso do presente estudo, o mundo agroecológico.

Figura 11 – Mundo agroecológico (I).



Elaborado a partir do esquema comparativo entre o modelo das *cités/mundos*, de acordo com Nachi (2006), e os níveis individuais de atividade religiosa, conforme Gooren (2010).

Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, considera-se que a passagem por um processo de conversão compreende a assimilação de outra gramática, os indivíduos passam a se submeter a outro universo

⁷⁰ É importante considerar que Gooren (2010) identifica as categorias apresentadas como níveis dinâmicos da atividade religiosa, ou seja, eles não seguem, necessariamente, a ordem demonstrada durante o processo de conversão. Nesse sentido, pode-se fazer o percurso apresentado, ou passar da afiliação, ou conversão, ou confissão, diretamente para a desfiliação.

justificativo e argumentativo, bem como outras formas de competências. Nesse sentido, a conversão pressupõe tanto o *senso do natural* quanto do *moral*. Assim, a passagem pelos cinco níveis de conversão, definidos por Gooren (2010), ou a passagem da assimilação do senso natural ao senso moral, é considerado um traço importante na definição da ordem dentro da *cit *, ou seja, das magnitudes e grandezas dessa gramática, pois informa a passagem do estado de pequenez para o estado de grandeza, do estado de quem busca na agroecologia um retorno financeiro, encarando-a como um modo de produção, para o estado de quem a compreende como um modo de vida. Para tentar elucidar uma vez mais essa questão, cabe outro trecho da entrevista feita com o representante do Núcleo Litoral-Solidário:

[...] essa ideia de que a partir da mudança da relação com a natureza, outras mudanças vem, gosto muito disso, eu vejo isso [...] o fato de eu não usar mais aquele adubo, produzir o meu próprio adubo, o fato de eu ver um inseto não como um inimigo, mas como alguém que está me indiciando uma falha de manejo, de ver uma planta daninha, como é chamada nas escolas de agronomia, como uma planta indicadora e companheira [...] vão mudando coisas e, eu não estou falando, precisaria de mais estudos, não estou afirmando isso de maneira estatística, mas eu vejo isso acontecer, eu vejo as pessoas mudarem, não sei o quanto, não é pacote, você vai poder ter um cara super bacana na agroecologia e que é um machista terrível em casa, mas ele melhorou a relação dele com os filhos e ele melhorou a relação dele com a igreja [...]. Não é um pacote, mas eu percebo mudanças visíveis [...] vai se vendo a vida com outras dimensões, com outros valores, e nós que trabalhamos com isso, assessoria, temos responsabilidade nisso também, porque agricultura ecológica não é só para ganhar dinheiro, não é só pra acessar mercado, é também por outras coisas, as pessoas vão ouvindo, vão absorvendo, uns já pensavam assim, outros vão começando a pensar (Representante do Núcleo Litoral-Solidário).

Retornando aos indicadores do mundo comum, as *relações naturais entre os seres* (VIII) apontam para a necessidade de sujeitos e objetos acordarem em relação a suas magnitudes, ou seja, estabelecerem entre si princípios de equivalência que permitem a existência de uma gramática. No caso da agroecologia, este indicador encontra sua expressão na interdependência entre os seres, ou seja, no mundo agroecológico não existe uma hierarquia entre o homem e a natureza, existe uma interdependência entre eles, todos dependem de todos para que a produção prospere. Esse indicador tem relação com a *figura harmoniosa da ordem natural* (XI) que reflete a existência de relações naturais entre os seres. De acordo com Nachi (2006), no mundo doméstico, por exemplo, a figura harmoniosa é a família reunida em torno do pai. No caso da agroecologia, a propriedade ecológica é a figura harmoniosa, pois ela expressa essas relações entre os seres que giram em torno da noção do cuidado, ou seja, do princípio superior comum na agroecologia.

A forma como o agricultor gere a sua propriedade tem muito a revelar sobre o estado de magnitude no qual ele se encontra. Isso quer dizer que a conversão para a agroecologia enquanto modo de vida pressupõe mudanças na forma de pensamento que se refletem na forma como esses produtores gerem a sua propriedade. Nesse sentido, a noção de interdependência é fundamental, pois ela sustenta um modo de produção que possibilita ao agricultor produzir com custos baixos e tornar-se autônomo diante da sua produção.

[...] tu faz a tua muda, tu faz a tua semente, tu tem a tua verdura e tu vai vender. Tu faz um ciclo, não precisa comprar coisas que fora, como adubo, veneno, essas coisas, não tem nada. Tu produz na tua propriedade e ali tu tem toda a tua renda que tu gera na tua propriedade (Agricultor Otávio).

A produção orgânica não tem aquele custo elevado, e como nós tu colhe o milho, aí fica silagem, fica o outro pasto para o gado e o gado já se encarrega de adubar ali com as fezes então (Agricultor Ivan).

[...] tudo tem seu meio de uso, não quer dizer que não pode sacrificar o animal para o consumo, mas que ele use ele de uma forma racional dentro do ambiente, que o animal tem essa função dentro, de prestar como um meio de fertilidade e ao mesmo tempo de alimento para o ser humano né, esse compartilhamento que tu faz com os animais tanto com os vegetais também (Agricultor Éder).

[...] ele tem que entender como está a relação ele com a terra, como estão as plantas que estão na terra, os animais que estão circulando por ali, como se dá essa relação, porque é uma troca, entre o homem e a natureza, e se essa relação tiver dificuldade não vai dar certo, o agricultor ecologista tem que enxergar tudo isso (Agricultor Francisco).

Como pode ser percebido pela última fala exposta, a agroecologia “é uma troca entre homem e natureza”, é a uma relação que se estabelece a partir da noção de que os seres são interdependentes e que o homem opera um cuidado em relação à natureza e os demais seres. A assimilação da agroecologia como modo de vida pressupõe, então, uma mudança no modo de entender e se relacionar com a natureza e a sociedade, mas também na forma de gerir a propriedade. É por essa razão que, conforme mencionado, a certificação participativa certifica *processos* e não produtos, ou seja, certifica toda essa compreensão e relacionamento que o agricultor estabelece com a natureza e não apenas um produto em si, livre de agrotóxicos.

Mas todo este aparato justificativo é colocado à prova (*teste modelo – X*). Conforme mencionado, é através de sucessivas provas que os indivíduos ascendem ao estado de grandeza de um mundo. Mas a prova modelo poderia ser considerada como uma prova maior, no sentido em que mede a grandeza do mundo em si. No caso da agroecologia, o teste modelo é representado por uma situação de problemas financeiros, ou por uma necessidade de valorização financeira da produção, e pelo *modo de expressão do julgamento* (XI), ou seja,

pela forma como as pessoas respondem ao teste modelo, que no caso da agroecologia, está relacionada à forma como os indivíduos lidam com essas situações.

Conforme visto, no mundo agroecológico o pequeno é representado por aquele que compreende a agroecologia como um modo de produção e a prática em virtude do retorno financeiro que o nicho de mercado aberto pelos produtos orgânicos proporciona. O grande, por outro lado, é aquele que, rejeitando o egoísmo, se submete a processos de trabalhos coletivos e solidários e compreende a agroecologia como um modo de vida, por isso orientado por uma ética do cuidado. É por essa razão que situações de problemas financeiros ou estratégias de valorização financeira da produção podem ser encaradas como um teste: está “aprovado” no teste aquele que mantém-se firme na convicção da agroecologia como modo de vida.

É um desafio a mais, porque ele se torna mais difícil de produzir, o convencional se tu tem um problema tu vai lá e tem, vai numa agropecuária e compra um fungicida, um herbicida e soluciona o problema, no ecológico vai mais da pessoa, tem que saber um pouco pra poder combater (Agricultor Osmar).

A gente está feliz porque o nosso filho está dando continuidade desse nosso trabalho, ele voltou pra casa e tá continuando porque muitos jovens dizem “não pai, não é assim, tem que usar, tem que matar”, ele não, ele entendeu a virada porque a vizinhança assim, a maioria é químico, químico, tem amigos dele que ficam rindo dele, mas ele diz “eu tenho menos gastos porque não uso adubo, ureia e essas coisas assim” (Agricultor Ivan).

A gente tenta mostrar que a gente pode viver pouco dinheiro, mas mais alegre, com mais saúde, tá com saúde, tá alegre, né? (Agricultor Gilberto).

[...] a EMATER insistia muito pra usar veneno e, não sei porque, isso não me agradou, eu me coloquei contra, eu me neguei na propriedade a passar veneno, eu digo se é pra colher batatinha que eu passo veneno então não se come batatinha, então ficamos só no aipim e desistimos da batatinha que não dava mais sem veneno, hoje eu já estou conseguindo, com o estágio de recuperação do solo, eu já estou conseguindo fazer batatinha de novo. [...] Aí os vizinhos viam eu capinar vários dias seguidos eles queriam me convencer “não, deixa eu fazer uma verga com veneno pra tu te convencer que é mais fácil”, então eu lutei, relutei bastante (Agricultor Emerson).

[...] aqui na feira a gente não usa o selo em si, a gente tá esperando o banner pra indicar que tem feira ecológica, porque tem gente que consome os produtos aqui e nem sabe que é orgânico, a gente não vai falar pra cada um “Olha, é orgânico”, não tem necessidade, isso é o que muda entre alguém que faz isso como um estilo de vida e alguém que faz como um negócio, porque se fosse a gente ia estar cheio aqui, cada laranjinha ia ter um selo pra valorizar financeiramente (Agricultor Nelson).

[...] mas tem as épocas de sazonalidade que não produz, por exemplo, agora o pessoal estava perguntando cadê a ervilha torta, esse ano deu pouco inverno, ela não produz mais então agora só lá pra maio, junho do ano que vem, então aí tu não come. E aí tu substitui por outro produto [...] mas pra voltar ao convencional só se der, assim perder uns parafusos na cabeça, vai ser difícil, se tiver que fazer isso prefiro fazer outra coisa, trabalhar de gari, não é desmerecer eles, mas prefiro fazer outra profissão que voltar a trabalhar com convencional (Agricultor Pedro).

[...] então pra produzir produto fora de época encarece e consumo materiais que são só para o luxo, né? Você tem que gastar mais pra produzir uma coisa que é só para o luxo da pessoa, tipo produzir tomate aqui no Rio Grande do Sul no inverno. É um luxo, é uma coisa que ninguém vai morrer de fome se no inverno a gente tem mandioca, a gente tem alface, a gente tem 'n' produtos que não é o tomate, pra nós isso é um luxo, você consumir tomate no inverno, é um luxo. Então, por isso que se torna uma coisa inviável (Agricultor Leonardo).

O décimo segundo indicador é representado pela *forma de evidência* (XII). A forma de evidência é a forma de conhecimento próprio de cada mundo. No mundo da opinião, por exemplo, o reconhecimento dos seres é atestado pelo seu sucesso, e no mundo industrial a eficácia é atestada por uma medida, na agroecologia o cuidado é atestado através da confiança, isto porque é pelas relações de confiança que se estabelecem entre produtores e consumidores que esse mundo se sustenta, já que, conforme apresentado no primeiro capítulo, a proliferação dos riscos alimentares impactou as redes de produção e consumo estabelecidas e abriu brechas, cada vez mais constantes, em relação aos alimentos. Assim, é somente através de redes de confiança que a agroecologia pode prosperar enquanto um mundo, da mesma forma só o sucesso pode sustentar o mundo da opinião, só a intuição pode sustentar o mundo inspirado, só a participação de todos os seres pode sustentar o mundo conexionista, e assim por diante.

Essa relação de confiança estabelecida é fundamental, pois se os consumidores não confiarem que os produtos oferecidos são realmente ecológicos o mercado não mais se sustentará. Conforme mencionado, essas relações de confiança podem se estabelecer de duas formas, de maneira direta, na própria relação com o produtor, ou de maneira indireta, através de um intermediário, um selo de certificação. Essas relações já foram exploradas na primeira parte deste capítulo, apenas gostaria de enfatizar aqui que a confiança direta tem como fundamento principal o produto final que é apresentado. Nesse sentido, o gosto, o aroma e a textura dos produtos são aspectos levados em conta para definir um produto ecológico e contrapô-lo ao que seria um produto convencional. É pela operação de verificação desses indicadores (gosto, aroma e textura) que os consumidores atestam os produtos e estabelecem relações de confiança com os agricultores.

Por que os consumidores procuram os seus produtos? Porque eles próprios percebem que o gosto é diferente (Agricultor Otávio).

Qual a diferença entre um produto ecológico e um convencional? O sabor diferenciado, você vai até falar de carne, uma galinhada, com uma galinha caipira que é criada assim, não com hormônios, é um sabor diferenciado, já nota o cheirinho na panela (Agricultor Ivan).

É muito essa questão, eles consomem, veem a qualidade que é as nossas hortaliças, elas são frescas, a gente colhe no dia anterior e manda pra feira, são verduras frescas e com aromas e sabores muitos mais pronunciados (Agricultor Nelson).

Ah, a gente percebe direitinho, na feira tem gente que conhece no sabor, experimenta uma alface, tira uma pontinha e já te diz, né? (Agricultor Emerson).

[...] é diferente tu comprar um produto no mercado que tu não sabe nada sobre ele, que tu comprar um produto na feira que o cara diz “eu plantei assim, teve esse problema, deu certo”, ele é um produto diferente, a gente sente isso do consumidor, a relação que a gente tem com o consumidor ele nos dá essa informação, esse conhecimento, “gostei, não gostei, faz assim que é melhor” (Agricultor Francisco).

Por fim, considera-se como momento de *decadência da cité* (XIII) aquele onde a gramática perde o seu sentido na medida em que não mais responde aos seus princípios normativos. No caso do mundo agroecológico, essa situação é expressa pelo momento em que o individualismo passa a imperar, desmanchando o entendimento da agroecologia como modo de vida e deixando de lado a noção de cuidado, para trocá-la pela busca do lucro. A seguir, a Quadro 2 sintetiza os indicadores apresentados.

Quadro 2 – O mundo agroecológico (II).

Princípio superior comum	Cuidado
Estado de grandeza	Sujeitos: Assume a agroecologia como modo de vida; Objetos: Produtos saudios, nutricionalmente ricos - alimentos;
Estado de pequenez	Sujeitos: Assume a agroecologia como modo de produção; Objetos: Produtos considerados mercadorias;
Dignidade das pessoas	Atitude de respeito diante da natureza e da sociedade
Repertórios dos sujeitos e objetos	Sujeitos: Autoconsumo, baixa dependência do ambiente externo à propriedade, consumo de produtos orgânicos, preocupação com a natureza e a sociedade; Produção para a venda, dependência do ambiente externo, produção voltada para o retorno financeiro; Objetos: Produtos ecológicos, utensílios, sementes, bio fertilizantes, certificação;
Fórmula de investimento	Rejeição do egoísmo, disseminar a agroecologia, troca de conhecimentos;
Repertório de grandeza	Agroecologia como modo de vida
Relações naturais entre os seres	Interdependência
Figura harmoniosa da ordem natural	Propriedade ecológica
Teste modelo	Problemas financeiros, necessidade de valorização da produção;
Modo de expressão do julgamento	Coloca o lucro em segundo plano, mantem-se firme às suas convicções;
Forma de evidência	Confiança
Decadência da cité	Individualismo

Elaborado a partir de Boltanski e Thévenot (1991) e Nachi (2006).

Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar essa seção, cabe a discussão sobre a natureza da gramática que está em tela. Conforme mencionado, as *cités* são construções típicas ideais, ou seja, dificilmente encontradas em estado “puro” na realidade. A gramática é também pouco “pura” na medida em que deve-se considerar que a formação de novos mundos, como o mundo agroecológico, advém de compromissos assumidos entre várias gramáticas.

Assim como Boltanski e Chiapello (2009) demonstram, o mundo conexcionista, representativo do terceiro espírito do capitalismo, é fruto de um compromisso entre as seis *cités* definidas por Boltanski e Thévenot (1991). Considero que a gramática agroecológica também seja fruto do compromisso entre diferentes *cités*, quais sejam, a inspirada, a doméstica, a cívica, a mercantil, a por projetos e a ecológica (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; MERMET, 2007). Na gramática agroecológica o compromisso é fruto da integração de diferentes valores, fundando, assim, um novo princípio de justificação. Essa nova gramática agrega valores de mundos distintos e só se torna legítima na medida em que esses valores se apresentam e atuam em conjunto. Esse compromisso é porém contingente, pois pode ser desfeito quando os resultados divergem do esperado ou é feita a introdução de novos valores⁷¹.

A gramática inspirada é caracterizada por Boltanski e Thévenot (1991) a partir da obra *La Cité de Dieu*, de Santo Agostinho. Para a caracterização, Santo Agostinho parte da distinção entre a “cidade de Deus” e a “cidade do mundo”: a primeira não pertence ao mundo terreno, é uma cidade celestial permeada por uma graça que liga o mundo natural ao sobrenatural. A cidade de Deus é baseada no amor ao próximo e na caridade, ao contrário da cidade terrena calcada na vaidade e no orgulho, formas de “aprisionar” o homem, pois os indivíduos verdadeiramente livres são aqueles conscientes e permeados pela graça de Deus. A grandeza dessa cidade repousa sobre a inspiração, o ser inspirado é aquele que renuncia a opinião dos outros, artistas, por exemplo, que se recusam a entregar-se a opinião pública, vendendo suas mercadorias, ou produzindo obras com exclusividade para a venda, enquadradas no desejo do mercado.

A agroecologia toma da *cité* inspirada, principalmente, os ideais de autonomia e liberdade. Conforme mencionado, a crítica feita em torno da agricultura convencional enfatiza

⁷¹ Relembra-se aqui o argumento anteriormente apresentado a partir de Zelizer (2009). A constatação da existência de diferentes lógicas não significa que tenham de serem dicotômicas, elas podem combinar-se de múltiplas formas forjando, assim, diferentes compromissos. Enfatiza-se, no entanto, que os atores envolvidos com essas diferentes lógicas insistem na teoria das esferas separadas ou dos mundos hostis para demarcar fronteiras morais e políticas.

seu caráter dominador em relação ao agricultor, pois ele perde sua autonomia diante da produção e acaba aprisionado no processo de mercado. A agroecologia é entendida como um processo libertador que permite ao agricultor ter autonomia sobre sua produção. Além disso, a agroecologia é entendida como um processo de evolução, de estudos constantes sobre a produção ecológica, ou seja, permite ao mesmo tempo o desenvolvimento da criatividade do agricultor na busca de um processo evolutivo dentro do que ele faz.

[...] quando tu trabalha isso tu tem a liberdade, tu tem a vida, então o que nós temos ali é um processo onde tu leva saúde pra quem vai consumir e ao mesmo tempo pra quem está trabalhando, é um processo digno de igualdade e de liberdade, quando tu trabalha com os químicos tu não tem liberdade, é um processo aprisionado, já vem com um processo de produção industrial de levar as pessoas num processo de dominação (Agricultor Éder).

[...] ele não é escravo do relógio, ele trabalha, claro não pode ficar só dormindo, mas ele é livre, é dono de si, ele faz a hora que quer e faz como quer, se tu trabalha numa empresa tu é mandado, tal hora tem que bater cartão (Agricultor Ivan).

[...] a gente procura estudar, é um processo evolutivo, de aprendizagem, desenvolvimento de variedades, melhoramento de variedades, isso inclui, isso tudo tá dentro da nossa, da questão produtiva nossa, nós temos dentro da biodinâmica isso é bem assim amplo, que a agricultura orgânica é uma questão aberta, é uma questão de estudo direto, você tem que estar melhorando, a diversificação e o melhoramento genético, direto assim numa base orgânica, tudo dentro da natureza você fazer melhoramento, você procurar espécies com mais sabor, variedades com mais vigor, com maior resistência ao calor, com maior resistência ao frio, com maior capacidade de associação com outras espécies, então isso é uma busca direta (Agricultor Leonardo).

Em contraposição à *cité* inspirada, a agroecologia refuta a singularidade, na medida em que enfatiza um processo de produção que deve ser coletivo e agregador. A singularidade é, por outro lado, evidenciada quando se considera que o produto ecológico é singular, pois agrega informações, valores e princípios que os produtos convencionais, ou orgânicos convencionalizados não carregam.

A *cité* doméstica foi pensada a partir de *La Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, de Bossuet. Nessa ordem de legitimação, o estado de grandeza está diretamente relacionado às posições hierárquicas assumidas pelos indivíduos nas suas relações pessoais: são grandes aqueles que possuem uma posição hierárquica alta, exercendo, assim, autoridade sobre os demais. Essa autoridade está calcada pela tradição e pela proximidade, ou seja, as relações pessoais são fundamentais para a construção dos estados de magnitude, princípios de equivalência e acordos. De acordo com Nachi (2006), a exemplificação mais próxima deste modelo de *cité* é a de uma comunidade camponesa

tradicional. No mundo doméstico, as relações comunitárias, de proximidade, são privilegiadas.

Com a gramática doméstica, a agroecologia tem em comum a ênfase nas relações comunitárias e no âmbito local. A agroecologia prima pela agricultura familiar e pelo estabelecimento de vínculos primários, diretos (comercialização direta), com o consumidor, idealizando, assim, a criação de um grande espaço comunitário, de proximidade. Apesar de renunciar a noção de hierarquia, a ênfase nos aspectos comunitários aproxima a agroecologia da lógica doméstica e dessa aproximação advém elementos que compõem a noção de cuidado como princípio superior comum da agroecologia: o cuidado pressupõe que o homem tem responsabilidade com a natureza e a sociedade, mas isso não traduz uma relação hierárquica, mas de interdependência, lógica esta que tem relação com outros mundos, conforme será visto adiante.

[...] porque quando tu trabalha tu tem que trazer as coisas pra um processo local, né, tu trabalha primeiro o ambiente onde tu vive, as relações próximas né, por isso nesse processo quanto mais tu consumir produto produzido na tua região, pelo menos os alimentos básicos, né, tu vai ter uma conexão melhor com o ambiente que tu vive (Agricultor Éder).

[...] muitos tem um terreninho e eles também produzem, às vezes a gente dá umas mudas pra eles, às vezes eles dão umas mudas pra nós, essa troca é muito boa, muito rica. Isso cria um vínculo maior, muito maior do que meramente a entrega de um produto e o recebimento de um dinheiro, cria um vínculo muito maior, os mercados diretos são muito importantes para os agricultores familiares (Agricultor Nelson).

[...] é uma forma de preservar, de cultivar as origens porque muitas coisas passadas nós estamos deixando pra trás, culturas, as pessoas não estão mais tendo aquela cultura de antigamente, da forma de produzir o alimento (Agricultor Sérgio).

Do contrato social, de Rousseau deu origem a *cit * cívica. Nessa *cit *, as rela es são mediadas pela vontade geral. Ou seja, aqui o acesso ao estado de grandeza não depende de uma inspira o, ou da inser o em redes de relacionamentos pessoais, ou da opinião alheia, as vontades humanas devem convergir, os indivíduos devem renunciar a sua individualidade e orientar-se apenas pela vontade coletiva. Nesse sentido, são grandes aqueles que renunciam aos interesses pessoais em favor dos interesses coletivos. De certa forma, a busca do bem comum   pressuposto para todas as cidadelas, mas a singularidade da *cit * pública está em enfatizar o processo coletivo para o alcance deste bem comum, ou seja, o interesse coletivo   superior, por isso as rela es estabelecidas devem ser solidárias, e não hierárquicas, como no mundo doméstico, e o espaço deve ser homogêneo.

É pelo viés do processo coletivo e solidário que a agroecologia compartilha alguns aspectos com a *cit * cívica. Do ponto de vista do mundo agroecológico, o processo de produção deve ser coletivo, inclusivo e solidário. Nesse sentido, a produção deve operar em conjunto com o consumo, a troca de conhecimento e o estabelecimento de relações solidárias são fundamentais. Talvez seja por esse motivo que a agroecologia seja considerada o *lócus* mais adequado para a constituição de processos de certificação *participativos*.

[...] ele tem que ter essa visão de trabalhar em grupo, de trabalhar com a cooperativa, porque ele precisa dos demais para serem forte, para formarem um grupo, pra trabalhar sempre em conjunto, discutir os problemas em conjunto, ter esse além, o além   esse trabalho do agricultor estar trabalhando em conjunto, uns com os outros (Representante do Núcleo Sul).

[...] até na sociedade, aqui na feira   uma coisa muito interessante, troca ideia, troca receita (Agricultor Pedro).

[...] tu não leva uma pessoa pra dentro de um processo que trabalha a agroecologia somente pra ele, aí tu leva s  pro ego, o ego de cada um,   importante, mas ao mesmo tempo tu tem que ter ele no conjunto de todas as pessoas (Agricultor Éder).

A *cit * mercantil foi pensada por Boltanski e Thévenot (1991) a partir de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. A cidadela mercantil tem como fundamento a existência de um mercado estável onde os indivíduos se relacionam entre si, sujeitos aos seus interesses pessoais, concorrendo para a aquisição de bens. Aqui as pessoas vinculam-se umas as outras pelo intercâmbio de mercadorias e o estado de grandeza está relacionado   aquisição de riquezas:   grande aquele que mais acumula, ou tem capacidade para tal. Conforme já fora mencionado, a agroecologia traça críticas em relação   *cit * mercantil a “busca do lucro” como fundamento para a atividade agrícola. No entanto, pode-se perceber que a agroecologia também guarda preocupações mercantis que tem relação com a *cit * em questão. Apesar de rejeitar o individualismo e fazer referência a uma ordem e justificação relacionada a deia de cuidado, a agroecologia apresenta uma preocupação com os custos em torno desse processo produtivo.

Como pode ser observado pelas falas expostas abaixo, a agroecologia   um processo que tem custos menores, quando comparado a agricultura convencional, por isso   mais viável. Além disso, a valorização financeira dos produtos aparece muitas vezes como uma preocupação para os agricultores. No mercado em geral, os produtos orgânicos apresentam preços mais altos que os convencionais, dentro da agroecologia isso   um debate constante, visto que se preza pelo preço justo, ou seja, um produto de valor alto acaba por criar um nicho de mercado, permitindo que poucas pessoas possam ter acesso a ele, algo que contraria a ideia

de que a agroecologia deve chegar ao conhecimento e prática da maioria da população. Mesmo assim, em alguns momentos, a valorização financeira dos produtos orgânicos, e o acesso destes a determinados mercados, também é apontada como um fator que deve ser considerado por esses agricultores na gestão produtiva. Conforme visto, a certificação dos produtos é, muitas vezes, adotada pelos agricultores como forma de valorizar sua produção ou como entrada para alguns mercados.

É bem melhor assim, a gente gasta bem mesmo pra produzir (Agricultor Osmar).

Mas produz igual, com menos custo. [...] Acho que é um produto que deveria até valer bem mais, [...] o preço é melhor que um preço convencional, então eles botam em cima um valorzinho, porque o cara vai consumir um produto que não tá contaminado com química e coisa. (Agricultor Ivan).

[...] e a economia pra produzir, porque tu usa os mesmos recursos que tu mesmo tem, como a gente tem a questão de produção das vacas e coisa, a gente tem exerce em casa, a gente tem uma economia bastante grande na questão dos insumos (Agricultor Nelson).

É muito melhor, tu gasta bem menos, depois que a tua terra tá preparada tu gasta em torno de 40% menos que o convencional, ele tem que comprar os adubos convencionais e tudo, se o tempo não permite que eles tenham uma safra boa então não tem lucro, nem comida eles tem. O adubo orgânico tem uma duração de dois três anos, e o convencional é questão de 60 dias se foi tudo, é muito desgastante, aí vem os venenos também, é tudo muito caro. Eu acho muito complicado trabalhar assim, eu não ia mais conseguir trabalhar com agrotóxicos, agora a gente acostumou, é muito bom e a gente nunca vai mudar mais (Agricultor Antônio).

A *cité* por projetos foi pensada por Boltanski e Chiapello (2009) como representando o terceiro espírito do capitalismo. O termo *projetos* foi retirado de textos de gestão empresarial dos anos 1990 que aludiam a *organisation par projet*: empresa formada por vários projetos que associam, por sua vez, várias pessoas. Esses projetos se sucedem e se substituem recompondo-se de acordo com as necessidades e prioridades das equipes de trabalho. Segundo os autores, essa cidadela baseia-se na atividade de mediação e na formação de redes, ou seja, o objetivo principal dessa *cité* é o estabelecimento de relações, a criação de elos, em resumo, a formação de redes. A atividade representa o estado de magnitude desta cidadela: é grande aquele capaz de gerir novos projetos ou integrar-se satisfatoriamente em projetos em andamento. Mas considerando que esses projetos só existem na medida em que são capazes de formar elos, a atividade por excelência é a inserção em redes e sua exploração em direção ao encontro de outras pessoas ou coisas com as quais é possível gerar novos projetos.

Boltanski e Chiapello (2009) advertem que a cidadela por projetos possui semelhanças com as *cités* definidas por Boltanski e Thévenot (1991), mas possui pontos de singularidade. A cidadela por projetos compartilha com a *cité* inspirada a importância dada à criatividade e a

inovação e a ênfase que recai sobre a singularidade dos seres, no entanto, a diferença da *cit * por projetos está em considerar que o desenvolvimento da criatividade   fruto da quantidade de rela es que as pessoas podem estabelecer e não do trabalho realizado em isolamento. De igual maneira, a agroecologia também enfatiza que o processo de conhecimento   feito em conjunto, na troca de informa es entre agricultores, técnicos e consumidores. Nesse sentido, a “evolui o” do conhecimento agroecológico se d  nessa rela o de troca de conhecimentos, nesse estabelecimento de elo entre seres e dispositivos.

No caso da cidadela mercantil, a *cit * por projetos possui diversos pontos de divergência. Em primeiro lugar, ao contrário da lógica de mercado, a lógica conexcionista não ignora o tempo, ou seja, uma rede de colaboradores pressupõe a instaura o de rela es duradouras entre parceiros que pode se desdobrar em a es conjuntas entre esses dois parceiros, como um produtor e um consumidor. A agroecologia também prima pelo estabelecimento dessas redes duradouras, o caso das cooperativas de consumidores, por exemplo, reflete essas rela es na medida em que essas cooperativas atuam juntamente com os agricultores, pois adquirem seus produtos.   uma a o, portanto, que ocorre em rede na medida em que os produtores fornecem aos consumidores os produtos que desejam e os consumidores, por sua vez, garantem um mercado para esses produtores.

Outro ponto de divergência tem rela o ao anonimato dos mercados: enquanto as rela es mercantis devem ser impessoais e reduzidas a menor distância possível, na lógica conexcionista   valorizada a capacidade de estabelecer rela es de interdependência e confiança duradouras. Enquanto a *cit * mercantil enxerga nessas rela es um entrave para o andamento dos mercados, na cidadela por projetos, rela es desse tipo são vantajosas na medida em que permitem a utiliza o e informa es abertas e minuciosas. Na agroecologia, a confiança   elemento fundamental para o estabelecimento dos mercados, conforme visto. Além disso, preza-se por rela es diretas estabelecidas entre produtores e consumidores, seja porque isto reduz o número de atravessadores, seja porque rela es diretas trazem um acúmulo de troca de informa es e conhecimentos primordiais para a agroecologia.

[...] nosso foco   assim essa rela o direta produtor – consumidor, porque quando o cara produz esses processos o consumidor tem que, quando ele compra, ele tem que entender o processo, o que ele está comprando, não simplesmente s  comprar um produto, ele tem que saber o que está consumindo nem pelo preço que ele tem que pagar, mas pagar pelo que ele está levando e saber o que está comendo. Sen o não tem porque tu fazer um alimento orgânico (Agricultor Éder).

Ainda em relação à cidadela mercantil, enquanto nesta os produtos são desvinculados das pessoas e estabilizados por padrões que garantem sua qualidade, na *city* por projetos os produtos são transformados pelas relações: aqui as transações são capazes de enriquecer ou transformar os produtos. No caso da agroecologia, um dos aspectos levantados pelos agricultores em relação à certificação de produtos é que os selos não são capazes de materializar ou traduzir o trabalho que realizam, esse trabalho só é reconhecido nas relações diretas de troca que ocorrem entre produtores e consumidores e que proporcionam a troca de informações, a visita nas propriedades e o estabelecimento da confiança.

Cada um dos parceiros pode esperar ter acesso à informação que o outro possui, seja passando-lhe informações, seja (caso a relação seja assimétrica) obtendo a informação sem contrapartida, em troca – se assim se pode dizer – da própria conexão; além disso, os menores apresentam aos maiores, espontaneamente, a informação que lhes será útil, para tornarem-se interessantes, ou seja, para serem notados e identificados e para que os maiores vejam interesse em ficar em contato com eles. A informação obtida pela conexão também pode versar sobre os seres entre os quais se estabelece um elo. A relação modifica a informação que cada um dos parceiros possui sobre o outro e, assim, pode modificar a representação que tem dele. É a tal processo evolutivo que se faz referência quando se fala de ganhar (ou perder) a confiança de alguém, o que, por via de consequência, abre ou fecha o acesso a recursos (usos de bens ou de serviços, créditos, reputações) (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009, p. 165 – 166).

É pela ênfase nas relações pessoais, de confiança, que os autores identificam relações entre a *city* por projetos e o mundo doméstico. No entanto, essas semelhanças podem ser apenas aparentes, pois a cidadela doméstica tem formas de controle, punição e gratificação muito diferentes da lógica conexãoista. Nesta última, as relações pessoais não são definidas previamente, de acordo com propriedades atribuídas de acordo com a posição que o indivíduo ocupa na hierarquia familiar ou que a família ocupa na comunidade. Além disso, o controle comunitário é muito forte, nesse sentido, o enraizamento comunitário e a presença local desempenham um papel importante no desenvolvimento das grandezas no mundo doméstico. No entanto, percebe-se que com relação à confiança a agroecologia guarda aproximações tanto com o mundo doméstico, quanto com o mundo conexãoista, a diferença, no entanto, reside no fato de que no mundo agroecológico e na cidadela por projetos os indivíduos são livres para estabelecerem relações com quem desejarem, a própria lógica da rede os incita a criar outros elos, com outras pessoas e dispositivos.

Por fim, a gramática ecológica mostra relações com a *city* verde. Lafaye e Thévenot (1993) propuseram a ideia de uma *city verte* (lógica verde) que tem como enunciado a reconstrução das relações entre homem, sociedade e natureza, para tal, é primordial o respeito à natureza e a sua diversidade, bem como a produção em pequena escala de objetos simples e

reutilizáveis. Aqueles que realizam trocas equilibradas com os outros e com a natureza atingem o topo da hierarquia dentro desta ordem. É possível perceber também duas dimensões: uma espacial, referente ao local, mas com vistas também aos processos globais, e uma temporal de longa duração, levando-se em conta a preocupação com as futuras gerações.

Mermet (2007) fez um trabalho de sistematização dos trabalhos que se seguiram ao de Lafaye e Thévenot (1993) buscando reconstruir, pelo viés da teoria da justificação, a *cité verte*⁷². A autora conclui que o princípio superior comum desta gramática é a ideia de consciência sobre a natureza e seus dons, além do respeito e proteção à mesma. Nesse sentido, o topo do estado de grandeza é assumido pelos sujeitos que respeitam e defendem a natureza, enquanto os pequenos são os que destroem e/ou poluem os espaços naturais. A fórmula de investimento que dá acesso a esses estados se traduz no ato de não negligenciar, renunciar às atividades de altos impactos ambientais e investir nas lutas ecológicas. Na *cité verte*, a dignidade das pessoas está na sua consciência, respeito e esforços feitos em prol do meio ambiente.

Para Pádua (2005), a gramática ecológica tem herança romântica e iluminista⁷³ que tem como um de seus pressupostos fundamentais a valorização da natureza e da variedade de ecossistemas e formas de vida existentes,

a cultura ecologista condena a visão exclusivista e auto referida da existência humana, chamando atenção para a sua interdependência e inter-relação com as outras formas de vida. Trata-se, portanto, de uma visão integrativa e interativa, que enfatiza a unidade aberta e dinâmica do mundo biofísico (Ibid., p. 61).

É também presente o entendimento de que o “progresso” constante pode levar a um futuro catastrófico, neste sentido, as formas econômicas e sociais precisam responder com relações mais sustentáveis. A referência à lógica doméstica é muito presente na ordem ecológica já que, além da dimensão do cuidado, percebe-se uma espécie de valorização da

⁷² Para Almino (1993), foi com o livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, de 1962, que denunciava os malefícios dos agrotóxicos para o meio ambiente e a saúde humana, que o ecologismo alçou ares de movimento político. Enquanto muito dos movimentos nascidos de 1968 amorteceram-se nas décadas seguintes, o movimento ecológico persistiu, o que segundo autor está relacionado a crítica que operava e que ultrapassava a ideia de mudanças comportamentais imediatas, propunha uma revisão do modelo de civilização então adotado e ampliava-se a um rol muito extenso de indivíduos: toda a sociedade. Retomando Boltanski e Thévenot (1991), este caráter de generalização da crítica é aspecto fundamental para sua legitimação e persistência.

⁷³ De acordo com Almino (1993), a reflexão sobre a natureza está presente em Epicuro, e ideias “ecológicas”, no tempo contemporâneo, são visualizadas na obra de Platão. Na tradição judaico-cristã o autor considera que a perspectiva ecológica esteja presente em São Francisco de Assis, para quem o homem encontrava-se no mesmo patamar que outros seres vivos, e não como um ser superior. No mundo moderno, as bases da crítica ecológica remontam ao advento da Revolução Industrial que não modificou apenas relações econômicas, mas teve influência na forma como passa a se entender a ideia de progresso e natureza.

vida comunitária e local, assim, o consumo “vulgar” é criticado, defendendo-se a valorização de “espaços de subjetividade, da arte e da convivência interpessoal como eixos da realização humana” (PÁDUA, 2005), a partir da qual podemos visualizar também a presença de princípios de justiça e solidariedade que circundam esta ordem.

Retornando ao caso da Rede de Agroecologia Ecovida, percebe-se como estes aspectos se manifestam já na sua logomarca que busca demonstrar a “relação inseparável entre natureza e vida, entre ecologia e vida” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2007, p. 26). Ela simboliza a Rede e pode ser utilizada por seus membros em *banners*, faixas, bonés, camisetas e outros materiais de divulgação. A Figura 12 corresponde a logomarca da Rede onde o planeta terra simboliza que se trata de um *movimento planetário* que pensa o *global através da atuação local*, a mão sobre o planeta simboliza a ideia de *proteção*, a planta em germinação localiza o movimento (sul do Brasil) e representa a ideia de que o processo está em construção permanente, por fim, a mão segurando o planeta representa a ideia de *sustentação e conservação* (Ibid., p. 27).

Figura 12 – Logomarca da Rede Ecovida de Agroecologia.



Fonte: Site da Rede Ecovida de Agroecologia.

Qual é a concepção de agroecologia da Rede Ecovida? Essa produção dentro desses princípios de respeito ao meio ambiente e que levam em consideração não só a ecologia daquele espaço, mas leva em consideração também as relações sócio culturais, as relações econômicas, as demandas sociais e demandas por produtos, então essa síntese que tendo conformar um agrossistema a partir do seu entorno seja cultural, social ou econômico (Representante do Núcleo Litorâneo-Solidário).

É um conjunto de todo um envolvimento da natureza, a propriedade equilibrada e tendo a maior parte da sua produção para o consumo. [...] é a terra bem cuidada, plantada com carinho, isso dá uma resposta diferente, isso tem umas energias a mais que a gente não responde, não sabe, mas que existe, existe (Agricultor Luiz).

A gente aprendeu muito, aprendeu muitas coisas melhor, e tem que ter muito carinho porque é muito mais lento, tu não pode botar pressão, as coisas crescem assim natural, é mais demorado, não é de hoje para amanhã, mas é muito bom (Agricultor Antônio).

Quem é o agricultor “agroecológico”? Eu acho que é aquela pessoa que está em paz consigo mesma e tem uma relação com o meio ambiente diferente, ele tem que interagir com o meio ambiente, ele tem que enxergar coisas que o produtor

convencional não enxerga, ele tem que entender como está a relação ele com a terra, como estão as plantas que estão na terra, os animais que estão circulando por ali, como se dá essa relação, porque é uma troca, entre o homem e a natureza, e se essa relação tiver dificuldade não vai dar certo, o agricultor ecologista tem que enxergar tudo isso (Agricultor Francisco).

Um esquema comparativo entre a gramática agroecológica e as demais *cités* anteriormente citadas pode ser encontrada no Anexo B. Em resumo, o que se pode perceber é que o mundo agroecológico tem relação com uma gramática que é fruto do compromisso entre outras *cités*, como a inspirada, a doméstica, a cívica, a mercantil, a por projetos e a ecológica. Como visto no mundo agroecológico, o cuidado é o princípio superior comum, sendo grande neste mundo aquele que adota a agroecologia como modo de vida, rejeitando o egoísmo e se envolvendo em redes solidárias de produção e consumo.

4.4 CONCLUSÃO

Este capítulo teve como objetivo geral a apresentação e análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo desta pesquisa. A primeira seção é dedicada à *descrição do processo de certificação participativa* desenvolvido no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida. Além de apresentar alguns dados sobre a certificação da produção orgânica no Brasil, foi dado enfoque ao contexto de constituição da certificação participativa, como está organizada no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida, quais são seus desdobramentos legais e as disputas que tomaram curso em torno do reconhecimento de modelos participativos de certificação.

A crítica operada em torno da certificação por terceira parte também constituiu aspecto analisado nesta seção. Diante disso, busquei demonstrar que a emergência de uma certificação participativa se dá em forma de crítica a uma certificação por terceira, porém, mesmo que conteste este formato de certificação, é possível perceber que a certificação participativa é fruto do compromisso entre diferentes *cités*, ou seja, mesmo operando uma crítica as lógicas mercantil e industrial, por exemplo, a certificação participativa compartilha com elas alguns de seus aspectos.

Em relação à certificação, gostaria de enfatizar que a pesquisa de campo permitiu compreender que a certificação participativa, ao contrário da certificação por terceira parte, não certifica produtos, mas sim processos, ou seja, *modos de ser*. A partir deste achado, foi possível manter as hipóteses iniciais da pesquisa que apontavam para o entendimento de que existe uma gramática específica por trás desse selo de certificação, uma gramática

agroecológica. Conforme mencionado, a preocupação fundamental deste trabalho é com o desdobramento deste modo de ser, dessas gramáticas por trás da certificação participativa. Por essa razão, a segunda e a terceira seção do capítulo foram dedicadas à exposição da justificação em torno da agricultura ecológica.

A exposição parte da crítica feita pela agroecologia em relação à agricultura convencional e a agricultura orgânica convencionalizada. Nesse sentido, evidencia-se a formação de uma crítica estética e social que servem de apoio para a formação do aparato justificativo da agroecologia. A agricultura convencional é compreendida como um formato de custos elevados que submete o agricultor a situação de dependência externa, em contraposição a uma agricultura ecológica, um processo mais autônomo e com base no autoconsumo. Além disso, na agricultura convencional impera a busca pelo lucro, em contraposição a agricultura ecológica que leva em conta outros fatores como o cuidado (com a saúde – dos produtores e consumidores – e o meio ambiente) e o respeito (pelos produtores, consumidores e o meio ambiente). Por outro lado, a agricultura orgânica convencionalizada é criticada por incorporar os princípios ecológicos e reduzi-los a uma questão de *marketing* e por, assim como a agricultura convencional, ser um modelo de produção que procura o lucro e pode gerar degradação ambiental. Como é apresentado na última seção do trabalho, para os agricultores entrevistados a agroecologia não é vista como um nicho de mercado, mas como um modo de vida, um estilo de vida, e é esse entendimento que abre a possibilidade de pensá-la pelo viés das gramáticas de ação.

Deste modo, os esforços finais do capítulo são dedicados à descrição e análise do *mundo agroecológico*. Para tal, buscou-se enfatizar, num primeiro momento, a ideia de um processo de conversão por trás de uma gramática ecológica, já que os agricultores se convertem de convencionais para ecológicos. Conforme demonstrado, essa conversão envolve não apenas a adoção de um novo modo de produção, mas pressupõe uma conversão moral, ou seja, a adoção de um novo modo de vida, qual seja, o modo de vida agroecológico onde grandes são aqueles que percebem a agroecologia enquanto modo de vida, tendo o cuidado (pelo meio ambiente e com os consumidores) como princípio superior comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto na primeira parte desse estudo, a emergência das certificações está associada ao que Martucelli (2010) denomina processos de *singularização* característicos das sociedades contemporâneas, e também parte de um regime de *acumulação flexível*, de acordo com Harvey (2011). A proliferação das certificações também pode ser compreendida como parte do desenvolvimento da *economia das singularidades* (KARPIK, 2007). Para Boltanski e Chiapello (2009) essas mudanças no modo de produção são respostas às críticas estéticas lançadas sobre a padronização e massificação dos produtos. Os autores consideram que essas críticas são incorporadas através da *mercantilização da diferença*, ou seja, passa a se mercantilizar “produtos” que antes estavam fora da esfera do mercado, como é o caso dos valores ou da identidade de um grupo. O mercado passa a ver nessas diferenças um novo e promissor nicho de mercado.

As quatro perspectivas apresentadas envolvem a noção de que a produção de massa dá lugar a sistemas produtivos especificados em diferentes linhas, constantemente renovadas, apoiadas na identificação da variedade dos gostos dos consumidores. Mas a incerteza com relação à qualidade desses novos bens “singulares” trouxe a necessidade de se fundarem dispositivos de confiança que dão aos consumidores conhecimento sobre a reputação dos produtores e os aspectos de um produto, como o modo e o local de produção. O caso dos produtos ecológicos é utilizado por Boltanski e Chiapello (2009) para ilustrar essa situação: com a demanda crescente por produtos ecológicos e com o sucesso desse novo nicho de mercado, de que forma os consumidores podem assegurar-se que o produto oferecido é autêntico, em outras palavras, é ecológico, orgânico? As certificações foram uma forma encontrada para assegurar esta autenticidade, funcionando como um intermediário entre o conhecimento perito (auditores) e o leigo (consumidores). Os selos ou certificações de produtos podem ser entendidos, portanto, como dispositivos de confiança que servem de referência à ação de produtores e consumidores.

Mas, além disso, os selos têm funções que extrapolam seu uso como dispositivo de mercado. Considera-se que a construção de um mecanismo de reconhecimento de produtos envolve, não apenas aspectos técnicos, mas também a integração de instituições, de objetos e da dimensão ideológica em torno de uma concepção valorativa ampla, nesse sentido, um sistema de certificação está atrelado a uma lógica singular de funcionamento, mobilizando diferentes princípios que justificam a prática dos indivíduos com ele envolvidos. Neste sentido, este trabalho buscou demonstrar que selos não são meros dispositivos de mercado,

que eles têm um caráter simbólico e que diferentes formatos de certificação podem informar diferentes construções e concepções de qualidade.

Conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, no âmbito internacional, as preocupações com a certificação dos produtos orgânicos tornaram-se prioridade a partir da década de 1980. Salienta-se que o aparato legal para a produção e certificação orgânica implantado no Brasil foi influenciado pelas normativas internacionais, principalmente a europeia, pelas quais se postula que a produção orgânica deva passar por um processo de auditoria realizada por terceiros, modelo de certificação conhecido como *certificação por auditoria* ou *terceira parte*. Foi somente em 2007, que o estado brasileiro passou a reconhecer a certificação participativa como um sistema legítimo de certificação de produtos orgânicos, apesar dela já existir a bem mais tempo, a partir da atuação de associações e ONGs que trabalhavam dentro do escopo das tecnologias alternativas e da agroecologia.

Os SPGs, ou certificação participativa, como são comumente chamados, começaram a ser desenvolvidos porque a certificação por auditoria possuía custos muito elevados para os pequenos agricultores familiares, além disso, entendia-se que esses sistemas não se adequavam a agricultura familiar, principalmente nos países menos desenvolvidos. A ideia dos SPGs é que sejam adaptados a realidade dos diferentes locais onde nascem, nesse sentido, com diferentes modos de funcionamento, mas com objetivos muito próximos: um pautado na confiança, na transparência e no diálogo de saberes.

O presente estudo teve como principal objetivo compreender as gramáticas de ação dos atores envolvidos com a agricultura ecológica a partir da análise do processo de certificação de produtos conhecido como *participativo*, tomando como universo empírico os agricultores envolvidos com a Rede de Agroecologia Ecovida no Rio grande do Sul (BR). Para tal, partiu-se da consideração que os selos de certificações de produtos são capazes de transmitir um modo de vida, representar uma gramática de ação, por essa razão do interesse de identificar qual a gramática por trás do selo da Rede de Agroecologia Ecovida.

Considera-se que o processo de transição para a agricultura ecológica envolve uma mudança na forma de se relacionar com o meio-ambiente e com a sociedade o que permite compreendê-la como espaço de atividades socioculturais constituindo-se como um *modo de vida*. Por essa razão elegeu-se como aporte teórico para a análise dos dados a sociologia pragmática elaborada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991). A ideia de *Justiça/Justificação* aponta para um regime de disputa que pressupõe a justificação de críticas suscitadas. Nesse sentido, esse trabalho evidenciou tanto o espaço de crítica mobilizada pela agroecologia e pela certificação por auditoria, bem como as justificações que as envolvem.

A partir desta perspectiva, me propus a pensar as práticas de agricultura ecológica a partir dos princípios normativos que mobiliza e que permitem a coordenação de um mercado ecológico, neste sentido, *quais são as gramáticas que permeiam o agir dos atores envolvidos com a agricultura ecológica?* Para a coleta dos dados, foram utilizadas pesquisa documental e entrevistas com agricultores pertencentes à Rede de Agroecologia Ecovida através do Núcleo Vale Rio do Pardo, Núcleo Sul e Núcleo Litoral-Solidário localizados no Rio Grande do Sul, bem como alguns técnicos e coordenadores desses núcleos.

O primeiro objetivo da pesquisa foi descrever o processo de certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida. Disso foi possível perceber que a certificação participativa nasce em contraposição à certificação por terceira parte e por essa razão mobiliza críticas em relação a ela. A certificação por terceira parte estaria mais voltada para a construção de um nicho de mercado orgânico, a busca do lucro seria, portanto, uma característica marcante desse modelo de certificação, ao contrário da certificação participativa que não visa adequar produtores para o mercado, mas incluí-los no processo de certificação, possibilitando sua entrada em novos canais de comercialização.

Além disso, considera-se que a certificação deva ser feita pelos próprios agricultores e não por técnicos, como na certificação por terceira parte, pois são os agricultores, que vivenciam a agroecologia que tem a *expertise* necessária para avaliar se um produto é ou não ecológico. Nesse sentido, conclui-se que a noção de autenticidade dos produtos ecológicos se constrói com a adoção de um processo de certificação participativo onde os produtores são considerados capazes de avaliar a conformidade orgânica da produção.

Diante disso é importante considerar que a certificação participativa certifica processos e não produtos, ou seja, ela certifica um modo de vida já que o certificado abrange toda a produção, e não apenas um produto, nesse sentido, é necessário que o agricultor vivencie a agroecologia, tenha-a como um modo de vida, para ser certificado. Por essa razão considero que a certificação participativa cumpre a função tanto de diferenciar um produto ecológico de um convencional como de diferenciá-lo daquele produzido nos moldes da agricultura orgânica *convencionalizada*, onde a agroecologia é encarada como um modo de produção e não um modo de vida.

Em resumo, pode-se observar que a crítica operada pela certificação participativa em relação à certificação por terceira parte se dirige às lógicas industrial (critica a adoção de técnicas que rompem com os laços comunitários e à adoção de diplomas e certificados, em contraposição a legitimidade do conhecimento adquirido na experiência), mercantil (critica a adoção da agroecologia como modo de produção, extensão das relações de mercado que

pervertem pelo interesse as relações de confiança estabelecidas entre produtores e consumidores) e de opinião (critica a construção do *marketing* orgânico voltado para a criação de um nicho de mercado).

No entanto, a certificação participativa não opera uma ruptura profunda com esses mundos, ela é capaz de operar um compromisso entre eles. Está-se diante da coexistência de justificativas variadas onde o compromisso em torno da certificação participativa está fundado na suspensão dos objetos em conflito entre as diferentes lógicas: mundo cívico (participação; processo coletivo; solidariedade), mundo doméstico (controle comunitário; confiança entre produtores e entre produtores e consumidores), mundo inspirado (produto com sabor, aroma e textura diferente – singular), mundo da opinião (ênfase na reputação do produtor), mundo industrial (necessidade de conformidade a normas; verificações nas propriedades), mundo mercantil (preocupação com o custo da certificação) e mundo conexcionista (trabalho em rede; troca de conhecimentos).

É importante enfatizar que a troca de experiências e o trabalho realizado em rede são componentes fundamentais da certificação participativa e que tem relação direta com a *citê* por projetos. É por intermédio dessas articulações que os agricultores adquirem força política que lhes permite acessar determinadas políticas públicas, como os mercados institucionais, assegurando-lhes uma parcela do mercado. Nesse sentido, enfatizo novamente que a certificação participativa é também uma certificação solidária que não visa “habilitar” os agricultores para o mercado, mas articular redes de produção e comercialização agroecológicas. Por essa razão é possível compreendê-la como uma *nova tecnologia social* que forja novas formas de organização e credibilidade entre aqueles que participam deste processo.

Ainda cabe salientar que a relação assumida pelos agricultores com a certificação é bastante ambígua, o selo é considerado essencial para atestar que a propriedade é ecológica e assim permitir o acesso a alguns mercados inacessíveis sem a certificação. Ao mesmo tempo ele não é considerado crucial na medida em que esses agricultores não acreditam que o selo possa representar seu modo de vida. Além disso, existe uma crítica por trás da necessidade da certificação, pois ela distanciaria ainda mais produtores e consumidores. Os agricultores consideram que as relações de confiança entre os dois devem ser estabelecidas de forma direta e não através de um intermediário, como um selo.

Levando em conta a forma como esses agricultores enxergam a certificação, ora fundamental, ora dispensável, reafirmo que os selos podem ser entendidos como dispositivos de julgamento que só ganham credibilidade a partir das relações de confiança nas quais estão

ancorados, ou seja, podem se tornar fundamentais (mercados indiretos) ou dispensáveis (mercados diretos), conforme o caso que se tem em tela. Apesar dos agricultores não considerarem o selo tão importante quando se fala nos mercados curtos, de comercialização direta, a certificação participativa pode ser vista como uma singularidade destes produtos ecológicos, porque ela é feita por cada um desses agricultores através de um controle que ocorre constantemente e por isso o processo se torna legítimo e autêntico. Nesse sentido, concluo que a certificação participativa busca legitimar o conhecimento leigo (dos agricultores) elevando-o ao *status* de conhecimento perito. O conhecimento dos agricultores será considerado perito na medida em que for capaz de estabelecer redes de confiança entre produtores e consumidores, ou seja, ter reconhecida socialmente sua capacidade de legitimar a autenticidade dos produtos ecológicos.

Se a necessidade de certificação é vista pelos interlocutores da pesquisa como uma espécie de “imposição”, um formato participativo permite que eles tornem-se parte do processo, troquem experiências e construam uma verdadeira rede de indivíduos envolvidos com a agroecologia. Por isso se certificam processos, *modos de ser* e não produtos. O que me trouxe até aqui foi o interesse em compreender qual é este *modo de ser* por trás da certificação participativa.

Considerando, portanto, que a certificação participativa certifica um modo de vida, o segundo objetivo dessa pesquisa voltou-se para a compreensão e descrição das hierarquias valorativas que subjazem a agricultura ecológica, ou seja, sobre suas justificações, buscando desvendar esse modo de ser a partir de dois blocos de análise: (I) levando em conta a crítica operada pela agroecologia em relação à agricultura convencional e a operada em relação à agricultura orgânica convencionalizada; (II) e buscando compreender como se configura essa gramática e seu mundo correspondente, bem como as possíveis relações que teria com outros mundos.

Em relação à crítica operada pela agroecologia a agricultura convencional, percebe-se que essa crítica transita por elementos estéticos e sociais, conforme Boltanski e Chiapello (2009). A crítica estética tem relação com a ideia de que o modelo de produção agrícola convencional torna o agricultor dependente do meio externo seja para produzir ou consumir. Além disso, os altos custos acarretados por esse modelo de produção tornam esse processo de dependência cada vez mais acentuado, pois o agricultor entra em um ciclo de altos rendimentos e poucos retornos que o obriga a adquirir cada vez mais equipamentos e insumos e ter menos tempo para cuidar de alimentos de subsistência. A crítica é relacionada agricultura convencional como fonte de desencantamento e inautenticidade, pois o agricultor perde a

autonomia diante da sua própria produção, por essa razão a agricultura convencional é também vista como fonte de opressão, colocando o agricultor numa situação de dominação e dependência.

A crítica social relaciona-se a ideia de que a agricultura convencional busca o lucro, em contraposição a uma agricultura ecológica que leva em conta outros fatores como o cuidado e o respeito (saúde dos produtores e dos consumidores e meio ambiente). Enfatiza-se que o agricultor convencional é plasmado pelo primado de uma racionalidade instrumental centrada no incremento da produtividade e da lucratividade, sem demonstrar preocupações com os impactos desse modelo produtivo para o meio ambiente ou com o risco em relação à saúde das pessoas. Nesse sentido, a crítica social se dirige para a agricultura convencional como fonte do oportunismo e egoísmo.

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), quando um aparato justificativo é criticado uma das estratégias utilizadas para responder a crítica é a absorção de parte dos valores pelos quais essa crítica é proferida. Este é o caso, por exemplo, dos valores “ecológicos”. Para os autores quando o *consumismo verde* começou a se desenvolver, algumas empresas se viram obrigadas a integrar nos seus planos de gestão a preocupação ambiental. O *marketing* ecológico foi uma das principais estratégias utilizadas pelas empresas para contornarem as “ameaças verdes”, nesse sentido respondem a crítica incorporando os valores ecológicos, mas mantendo (e reforçando) os princípios da acumulação e da exigência do lucro. Desta forma o que antes eram preocupações se tornaram oportunidades virtuosas de exploração de um novo nicho de mercado.

No contexto agrícola, considera-se que as críticas anteriormente apresentadas são incorporadas pelo que alguns autores denominam de agricultura orgânica *convencionalizada*. Nesse sentido, a agricultura orgânica *convencionalizada* é criticada pela agroecologia por incorporar os princípios ecológicos e reduzi-los a uma questão de *marketing* e por, assim como a agricultura convencional, ser um modelo de produção que procura o lucro e pode gerar degradação ambiental.

Como é evidenciado em vários momentos durante as entrevistas, o produtor orgânico e o produtor ecológico, ou agroecológico, diferenciam-se porque o último busca desenvolver e cultivar uma “relação com o meio ambiente”, em contraposição a uma agricultura orgânica convencionalizada que colocaria o lucro em primeiro lugar, transformando a linguagem ecológica em argumento comercial. Para esses agricultores a agroecologia não é vista como um nicho de mercado, mas como um modo de vida e é esse entendimento que abriu a possibilidade de pensá-la pelo viés de gramáticas de ação.

Considera-se, portanto, que o processo de transição para a agricultura ecológica envolve uma mudança na forma de se relacionar com o meio-ambiente e com a sociedade o que permite compreendê-la como um *modo de vida*, conforme afirmado pelos próprios agricultores. Se a agroecologia informa diferentes formas de entendimento sobre o meio ambiente, conduzindo a diferentes justificações sobre esse modo de produção, constituindo-se como um estilo de vida, compreendo que ela possa ser entendida como uma nova gramática⁷⁴ que opõe-se ao mundo industrial e mercantil, característicos da agricultura convencional e da agricultura orgânica *convencionalizada*.

A forma como a agroecologia é caracterizada pelos agricultores, como um *modo de vida*, uma *forma diferente de se relacionar* com o meio ambiente e com sociedade, uma espécie de *libertação* da dominação imposta pela agricultura convencional, levantou a ideia de que esse processo poderia ser compreendido como uma conversão, no sentido desenvolvido por Gooren (2010). Segundo o autor, o processo de conversão é caracterizado por uma mudança na forma de ver o mundo e na identidade do indivíduo que passa por uma “reconstrução” da sua biografia. Conclui-se que quando os agricultores associam a agroecologia a um *modo de vida* isso quer dizer que ela não é apenas um modo de produção, mas um modo diferente de se relacionar com a natureza e a sociedade, o que pressupõe mudanças na forma “convencional” de enxergar essas mesmas relações.

Considerando que a maior parte dos agricultores entrevistados fez a transição para a produção ecológica há, pelo menos, 15 anos, compreende-se que a opção pela agroecologia antecede todo o contexto das certificações e da busca crescente dos consumidores por produtos orgânicos. Com isso quero dizer que a opção pela agroecologia extrapola o entendimento de que essa possa ser uma ação estratégica e instrumental, ou seja, existem fatores não econômicos, ligados a outras ordens de justificação, que explicam essa transição, quais sejam fatores ligados à preocupação com a saúde e o meio ambiente. A identificação desses fatores foi crucial para que se pudesse entender a gramática que permeia a agroecologia.

Remontando as teorizações feitas por Boltanski e Thévenot (1991) em relação às gramáticas, ou *cités*, é necessário atentar para o fato de que ela se encontra num nível abstrato, para que esses julgamentos sejam considerados legítimos e que os acordos possam se efetivar, é necessário que os indivíduos enfrentem as provas às quais estão expostos, ou seja, a extensão dessas *cités* ao plano concreto. Essa forma de extensão é denominada *mundo*,

⁷⁴ Levando em conta que apresenta os seis axiomas básicos, de acordo com Boltanski e Thévenot (1991).

contém os objetos e dispositivos dos quais os indivíduos se valem para enfrentar as provas. Segundo Nachi (2006), é com a passagem das gramáticas para os mundos que se passa de justificações para ações coordenadas.

Cada mundo possui indicadores comuns que o identificam como uma construção ideal-típica, com isso quer-se dizer que esses mundos só existem hipoteticamente, são construções feitas para compreender esses imperativos justificativos, pois as situações sociais, em realidade, envolvem diversos mundos e ordens de justificação (NACHI, 2006). Nesse sentido, quando me reporte ao mundo agroecológico assumi que não se fala de uma gramática *pura*, mas que concilia consigo outras ordens de justificação e elementos de mundos distintos.

A partir dos sujeitos, objetos, relações e qualificações circunscritas à ordem natural de um mundo, foi possível traçar uma grade de análise do mundo agroecológico, a partir de treze indicadores, conforme Boltanski e Thévenot (1991) e Nachi (2006). Nesse sentido, considero que a agroecologia tenha como *princípio superior comum* a ideia de cuidado, sendo *grandes* nesse mundo aqueles indivíduos que assumem a agroecologia como modo de vida, enquanto *pequenos* são aqueles que assumem a agroecologia como modo de produção. No mundo agroecológico, a *dignidade das pessoas* está na sua atitude de respeito diante da natureza e da sociedade, e, portanto, para ascender ao nível de grandeza deve-se rejeitar o egoísmo, disseminar a agroecologia e trocar conhecimentos (*fórmula de investimento*). Neste sentido, o *repertório de grandeza* tem, conforme mencionado, relação com a agroecologia como modo de vida.

As *relações naturais entre os seres* se dão em forma de interdependência, e a propriedade ecológica é a *figura harmoniosa da ordem natural*. No mundo agroecológico o *teste modelo* são a aparição de problemas financeiros ou a oportunidade de valorizar a produção: os produtores mostram-se grandes quando não abandonam a opção pela agroecologia como modo de vida. Nesse sentido, o *juízo é expresso* a partir da ideia de que o lucro é colocado em segundo plano e o agricultor mantém-se firme em suas convicções mesmo quando problemas financeiros possam aparecer.

Na agroecologia o cuidado é atestado através da confiança (*fórmula de evidência*), isto porque é pelas relações de confiança que se estabelecem entre produtores e consumidores que esse mundo se sustenta, é somente através de redes de confiança que a agroecologia pode prosperar enquanto um mundo. Considera-se, por fim, o individualismo como *momento de decadência* deste mundo, momento em que a gramática perde o seu sentido na medida em que não mais responde aos seus princípios normativos. No mundo agroecológico, quando o

individualismo passa a imperar, desmancha-se o entendimento da agroecologia como modo de vida e deixa-se de lado a noção de cuidado, para trocá-la pela busca do lucro.

Durante a apresentação dados, foi importante considerar que a formação da gramática ecológica advém do compromisso assumido entre diferentes *cités*: quais sejam a inspirada (autonomia; liberdade), a doméstica (respeito; confiança; cuidado; atuação local), a cívica (processo coletivo), a mercantil (baixos custos), a por projetos (confiança; interdependência entre os seres; processo coletivo) e a ecológica (interdependência entre os seres; respeito).

Conclui-se, portanto, que o mundo agroecológico não é formado a partir da suspensão dos objetos de conflitos entre essas diferentes lógicas, o compromisso é fruto da integração de diferentes valores, fundando, assim, um novo princípio de justificação. Essa nova gramática agrega valores de mundos distintos e só se torna legítima na medida em que esses valores se apresentam e atuam em conjunto. Conclui-se também que essa gramática é informada pela certificação participativa, ou seja, existe uma gramática por trás do selo.

Ao transmitir uma gramática, o selo vale-se de certo poder capaz de agenciar os produtos ecológicos, tornando-os singulares e potencializando suas possibilidades de mercantilização. Compreendo que o selo advindo desse processo de certificação participativa possui um poder de duas dimensões: um *poder externo*, na medida em que se relaciona ao circuito de circulação desse produto (agenciamento da mercantilização), e um *poder interno* que tem relação com o próprio processo de certificação participativa e suas implicações para a vida desses agricultores. Esse poder interno consiste no caráter participativo da certificação que possibilita ao agricultor envolver-se no processo e trocar experiências com seus pares. A certificação participativa pode ser compreendida então como componente de um *espaço sociotécnico*, definido por Sauborin (2009) como

o lugar e as circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais quem mantêm elos de proximidade de densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetos técnicos vinculados a seu trabalho (Ibid., p. 201).

A certificação participativa retira os agricultores do isolamento, permite, portanto, a criação de elos, de relações, a partir dos quais é possível a evolução do conhecimento agroecológico, seu desenvolvimento e disseminação. Isso pode ser observado nas falas expostas ao longo do trabalho onde o maior benefício apontado pelos agricultores em relação a certificação participativa não são as vantagens econômicas (acesso a mercados, por exemplo), o ganho está no caráter participativo, no processo coletivo, na troca de experiências e na rede de solidariedade que se forma entre esses agricultores.

Por essa razão, considera-se que o selo tem um poder externo, transferir o modo de vida dos agricultores aos produtos, ou seja, a gramática ecológica, e um poder interno, de representar esse trabalho de certificação que serve de apoio para a sustentação dessa gramática, pois fica claro que ao permitir a troca de experiências, as visitas nas propriedades e o diálogo, a certificação participativa e a Rede de Agroecologia Ecovida contribuem para a criação de laços entre esses agricultores, para a construção do conhecimento agroecológico e para a permanência destes dentro do estilo de vida da agroecologia. Essa permanência é possibilitada pela certificação participativa tanto em relação a possibilidade de acesso a determinados mercados como pelo controle que opera durante o processo de certificação e que permite ao agricultor corrigir erros, adequar-se a normas e ir assimilando o modo de ser da agroecologia.

É claro que nenhum agricultor torna-se agroecológico porque certifica sua propriedade de maneira participativa, considerando os próprios sujeitos dessa pesquisa que passaram pelo processo de conversão, em média, há 15 anos, quando as discussões sobre certificação estavam amadurecendo no Brasil. Mas se poderia dizer que a certificação participativa é um dos dispositivos do mundo agroecológico utilizados na conversão dos agricultores dentro desse mundo, pois ela possibilita as visitas nas propriedades e a troca de experiências que são fundamentais para que os agricultores recém-chegados integrem-se ao grupo e assimilem esse modo de ser agroecológico.

Nesse sentido, os benefícios da certificação participativa e a sua representação em um selo, podem ter mais ganhos internos aos grupos certificados. Por essa razão, o selo, além de dispositivo de coordenação de mercados, de julgamento ou de confiança, também pode ser representar um modo de vida e atuar como dispositivo de reconhecimento desses grupos, o que não confere autenticidade para um produto em si, mas para um processo, um modo de fazer, o modo de fazer agroecológico.

Gostaria também de destacar as potencialidades que a adoção do aparato teórico da sociologia pragmática francesa permitiu a esse trabalho. Como demonstrado, a ideia de uma ação econômica objetiva e impessoal constituiu-se como um aparato ideológico desenvolvido na constituição filosófica do liberalismo. Neste sentido, a teoria da justificação nos permite pensar que nenhum comportamento econômico está desprovido de uma moralidade, seja ela qual for. Até mesmo uma ação instrumental/estratégica está orientada por uma determinada gama de valores que permite aos indivíduos circularem por entre diversas gramáticas para justificar suas ações.

Compreendo, neste sentido, que a ação dos indivíduos aqui investigados não está desligada do caráter econômico, da busca pela rentabilidade. Em nenhum momento a análise feita desconsiderou a busca pela rentabilidade, a maximização de lucros, o aumento da produção, o ajustamento ao público consumidor, etc. O que interessou a pesquisa, propriamente, foram os valores que orientam as ações, as hierarquias valorativas às quais estes atores referem-se quando justificam suas ações.

Por fim, cabe o esclarecimento de algumas questões que apareceram ao longo do trabalho e que podem servir de questionamento para investigações futuras. A primeira delas aponta para a realização de estudos comparativos que permitem identificar a gramática ecológica em outras regiões do Brasil, buscando identificar se estão relacionadas as mesmas lógicas apresentadas neste estudo. De igual modo, cabe também um estudo comparativo entre a certificação participativa realizada pela Rede de Agroecologia Ecovida e a realizada por outras associações ou ONGs. Também seria importante considerar um estudo comparativo entre as gramáticas que emergem entre a certificação participativa e a certificação por terceira parte.

Para uma abordagem mais ampla e completa sobre a gramática agroecológica, estudos futuros deveriam considerar qual a relação dos consumidores com a certificação participativa e com o selo dos produtos, buscando enfatizar qual o poder que enxergam no selo. Nesse sentido, um dos pontos a enfatizar é a capacidade de um selo advindo de um processo de certificação participativa atuar como, além de um dispositivo de julgamento e confiança, dispositivo de reconhecimento desses grupos.

Levando-se em consideração o protagonismo das entidades religiosas, como a Igreja Católica e a Igreja Luterana na condução dessas iniciativas em torno de uma agricultura alternativa, a relação de diversos princípios religiosos, não apenas cristãos, com a promoção de iniciativas agroecológicas, e da própria noção de agroecologia que esses grupos adotam, poderia se constituir como um interessante objeto de estudo. Todas essas questões levantam boas possibilidades de investigações para a análise e compreensão sobre o campo da agricultura orgânica no Brasil e os dispositivos que lhes concerne, como é o caso da certificação dos produtos ecológicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: **Tempo Social**. v. 16, n. 2, nov. 2004 . p. 35 – 64.
- ALLAIRE, G. Quality in economics: a cognitive perspective. HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (org.) **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- ALMEIDA, J. Agroecologia: Paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 6. p. 29 – 40, 2002.
- ALMINO, J. **Naturezas Mortas**. A Filosofia Política do Ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.
- ANDREWS, G. **The Slow Food story**. Politics and pleasures. Londres: Pluto Press, 2008.
- AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo**. Hacia una nueva modernidade. Barcelona: Paidós, 1998.
- _____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (org.) **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BESSY, C.; CHATEAURAYNAUD, F. **Experts et faussaires**. Pour une sociologie de la perception. Paris: Petra, 2014.
- BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias**. Tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- _____.; CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.
- _____.; THÉVENOT, L. **De la justification: Lês économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- _____. **On Justification. Economies of Worth**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006
- BOSTRÖM, M.; KLINTMAN, M. **Eco-standards, product labelling and green consumerism**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- BOURDIEU, P. **Las eestructuras sociales de la economía**. Buenos Aires: Manantial, 2002.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____.; DEUSALT, I. O costureiro e sua grife: Contribuição para uma teoria da magia. BOURDIEU, P. **Produção da Crença: Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2008. p. 113 – 190

BOYER, Robert. **The Regulation School**. A Critical Introduction. New York: Columbia University Press, 1990.

BRANDENBURG, A. **ONGs e a Agricultura Familiar**: A experiência da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na Região Centro-Oeste do Paraná. Universidade Estadual de Campina – Programa de Doutorado em Ciências Sociais (Tese de Doutorado). Campinas, 1997.

_____. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 6. p. 11-28. jul./dez. 2002.

BRASIL. Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989.

_____. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa n° 7, de 17 de Maio de 1999.

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. 2006.

_____. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

_____. Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. Instrução Normativa n° 9, de 28 de Maio de 2009a.

_____. Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. Instrução Normativa n° 50, de 5 de Novembro de 2009b.

_____. Decreto n. 7.794, de 20 de Agosto de 2012.

_____. Portal Brasil. **Em um ano, total de produtores orgânicos cresce 51%**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/em-um-ano-total-de-produtores-organicos-cresce-51>. Acesso em 11/08/2015.

BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17. Outubro, 2001. p. 104 – 118.

CALDAS, N. V., SACCO DOS ANJOS, F., BEZERRA, A. J. A., CRIAD, Encarnación A. Certificação de Produtos Orgânicos: Obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília, Vol. 50, N° 3, p. 455-472, 2012.

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. The economia of qualities. **Economy and Society**. V. 31, N. 2, Maio de 2002. p. 194–217

CAPORAL, F.; COSTABEBER, A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CEPAGRO. **Certificação Participativa de produtos ecológicos**. Florianópolis, 2013.

CHATEAURAYNAUD, F.; TORNY, D. **Les sombres précurseurs**. Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque. Paris: Éditions EHESS, 2013.

CORREA, D. S. De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 589-600, Dez. 2010.

COSTABEBER, A. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Universidad de Córdoba - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia (Tese de doutorado). Córdoba, 1998.

CRUZ, F. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: Um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2012.

DEBUISSON-QUELLIER, S. **La consommation engagée**. Paris: SciencesPo. Les Presses, 2012.

_____.; NEUVILLE, J. (Orgs.) **Juger pour échanger**. Paris: Maison des sciences de l'homme, 2003.

DIAS, M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**. Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica, 2004.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risco e cultura**. Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DUMONT, L. **Homo aequalis**: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC, 2000.

DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo, Martins Fontes, 1893/1999.

EHLERS, E. **O que se entende por agricultura sustentável?** Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Dissertação de Mestrado). São Paulo, 1994.

_____. **Agricultura Sustentável**: Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FLORES, P. Organic Agriculture in Latin America and the Caribbean. IFOAM. **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2015. p. 226 – 232

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (org.) **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997

_____. **Conversas com Anthony Giddens: O sentido da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOOREN, H. **Religious, Conversion and Disaffiliation**. Tracing Patterns of Change in Faith Practices. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERGER, R. **The Sociology of Economic life**. Oxford: Westview Press, 1992.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília, Vol. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo Loyola Jesuítas, 2011.

HUANG, R. **RQDA: R-based qualitative data analysis**. R package version 0.2-3. 2012. Disponível para download em: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>

IBASE. **Fluxos e informações na economia solidária**. Comercialização e certificação participativa. Rio de Janeiro, 2011.

IFOAM. **The World of Organic Agriculture**. Statistics and Emerging Trends 2015.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. DELGADO, Guilherme; GASQUES, José; VERDE, Carlos (org.) **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996.

KARPIK, L. **L'économie des singularités**. Paris: Éditions Gallimard, 2007.

KHODYAKOV, D. Trust as a Process: A Three-Dimensional Approach. **Sociology**. v. 41. n. 1. Fev., 2007. p. 115 – 132.

LAFAYE, C.; THÉVNOT, L. Une Justification écologique? **Revue Française de Sociologie**. v. 34, n. 4, 1993.

LAMINE, C. **Les intermittents do bio**. Paris: Éditions Quae, 2008.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: Estrutura, estética, comunidade. BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (org.) **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: A experiência do orçamento participativo e Porto Alegre**. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de Doutorado). Campinas, 2002.

LUHMANN, N. **Confianza**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 2005a.

_____. **Risk**: A sociological theory. New York: Aldine Transaction, 2005b.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: Uma construção a partir de diferentes atores sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2007.

MARSDEN, T. Theorising food quality: Some key issues in understanding its competitive production and regulation. HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. (org.) **Qualities of food**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

MARX, K. **O Capital**: A crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1867/1988.

MARQUES, P. E. M. **Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Tese de Livre Docência. Piracicaba, 2013.

MARTUCCELLI, D. **La société singulariste**. Paris: Armand Colin, 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD, 2005.

MEIRELLES, L. Rede Ecovida e a certificação participativa. [**Entrevista disponibilizada em 25 de junho de 2012, a Internet**]. Disponível em: <<http://www.organicnet.com.br/2012/06/rede-ecovida-e-a-certificacao-participativa/>>. Entrevista concedida a Revista Galileu. Acesso em: 15 dez. 2015.

MERMET, L. La cité écologique: Droit de cité pour la nature et les environmentalistes. (Resumo). **Recherches Exposées en Ligne REEL-RGTE**. 2007.

MICHELETTI, M. **Political virtue and shopping**: Individuals, consumerism, and collective action. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MOORE JR., B. **Las Origenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

MORO, E. Sociedade do risco e o consumo de alimentos orgânicos. [**Entrevista disponibilizada em 09 de setembro de 2011, a Internet**]. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500454-sociedade-do-risco-e-o-consumo-de-alimentos-organicos-entrevista-especial-com-eduardo-moro>>. Entrevista concedida a IHU On-line. Acesso: 20/01/2016.

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris: Armand Colin, 2006.

NIEDERLE, P. **Compromissos para a qualidade:** Projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2011.

_____.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: O debate da convencionalização. NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

_____. Políticas de valor nos mercados alimentares: Movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. In: **Século XXI, Revista de Ciências Sociais.** v.4, n. 1, jan./jun. 2014. p. 162 – 189.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

PÁDUA, J. Natureza e Projeto nacional: As origens da ecologia política no Brasil. PÁDUA, J. (org.) **Ecologia e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

_____. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico? **Varia História.** n. 33, Janeiro, 2005.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa:** Possibilidades de transição. Universidade Federal de Santa Catarina – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, 1999.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

_____.; ALMEIDA, S. **Rincões transformadores.** Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – Uma perspectiva a partir da Rede PTA. (versão provisória). Rio de Janeiro, 2006.

PINHEIRO, S. Retornando ao Futuro. PINHEIRO, S.; AURVALLE, A.; GUAZZELLI, M. J. (org). **Agropecuária sem veneno.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. p. 9 – 44.

PIRES, R. P. Árvores Conceptuais: Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura. **Sociologia, Problemas e Práticas.** n. 53, jan. 2007. p. 11 – 50.

POLANYI, K. **The great transformation:** the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 2001.

PRATT, J. Food values: The local and the authentic. **Critique of Anthropology.** v. 27, n. 3. 2007. p. 285 – 300

RADOMSKY, G. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Tese de doutorado). Porto Alegre, 2009.

_____. **O poder do selo.** Imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedades intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Rede Ecovida de Agroecologia.** Passo Fundo, 2001. Fôlder.

_____. **Certificação participativa de produtos ecológicos.** Caderno de Formação. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

_____. **Uma identidade que se constrói em Rede.** Caderno de Formação 01. Lapa: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

REED, M.; HOLT, G. Sociological Perspectives of Organic Agriculture: An introduction. HOLT, G.; REED, M. (org.) **Sociological perspectives of organic agriculture.** Oxfordshire: Cabi, 2006.

SAUBORIN, E. **Camponeses do Brasil.** Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura:** Um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2001.

SCHNEIDER, S. Prefácio. In: RADOMSKY, G. **O poder do selo.** Imaginário ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedades intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SEN, A. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SIMMEL, G. **The philosophy of money.** London: Routledge, 2004.

SMITH, A. **A riqueza das nações:** Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Teoria dos Sentimentos Morais.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régime de coordination: L'agriculture biologique, du réseau à l'industrie. **Revue d'économie industrielle.** Vol. 80. 1997. p. 47-66.

TAVOLARO, S. **Movimento ambientalista e modernidade:** Sociabilidade, risco e moral. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural.** Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRONTO, J. C. **Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care.** New York: Routledge, 1994.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974 – 1986): Do Ambientalismo à Ecológica. PÁDUA, J. (org.) **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

WEBER, M. **A Ética protestante e o Espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1920a/1987.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1920b/1999.

WERNECK, A. Uma definição sociológica do “dar uma desculpa”: Do senso comum a uma abordagem pragmatista. **Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. MISSER, Michel (Org.). Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ZELIZER, V. A. Dualidades perigosas. **Mana**. n. 15, v. 1. p. 237 – 256. 2009.

_____. A economia do *care*. **Civitas**. v. 10, n. 3. p. 376 – 391. set. – dez. 2010.

ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS NÚCLEOS DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA

NÚCLEO DA ECOVIDA:

NOME E FUNÇÃO DO ENTREVISTADO:

AGROECOLOGIA E REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA:

1. O Núcleo possui informações sistematizadas sobre os integrantes do núcleo?
2. Por que a Rede Ecovida está organizada em Núcleos Regionais? Qual é a função/papel de um Núcleo Regional?
3. Como e por que se deu a formação do Núcleo que você integra? Quem foram os principais responsáveis? Há quanto tempo o Núcleo foi formado?
4. Quais cidades são abrangidas pelo Núcleo?
5. Número de agricultores integrantes: _____ Número de associações/cooperativas integrantes: _____
6. O Núcleo organiza algum espaço de comercialização/Tem algum espaço de comercialização próprio?
7. Atualmente, quais são as principais atividades realizadas/organizadas pelo Núcleo?
8. Quais são os motivos que levam os agricultores a procurarem o Núcleo para aderirem a Rede Ecovida? São, geralmente, agricultores convencionais, ecologistas ou em transição?
9. O que um agricultor precisa fazer para ser considerado “agroecológico”? Quais são as diferenças entre ser um agricultor ecológico e não ecológico?
10. Como é o processo de inserção dos agricultores na Rede de Agroecologia Ecovida?
11. Qual a importância da Rede de Agroecologia Ecovida para que estes agricultores continuem trabalhando com agroecologia?

CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA:

12. Por que os agricultores optam pela certificação da Rede de Agroecologia Ecovida?
13. Quais são as principais características da certificação participativa? E seus objetivos? De onde e por que surgiu a ideia de uma certificação participativa?
14. O que é observado pela Rede de Agroecologia Ecovida para permitir o uso do seu selo/permitir a certificação pela Rede? O que acontece se, no momento de uma visita, uma fraude for detectada?
15. Qual a diferença entre a certificação participativa e outros formatos de certificação?
16. Existe diferença entre um produto ecológico certificado e não certificado?

FEIRAS E CONSUMIDORES:

17. Por que os consumidores procuram os produtos oferecidos pelos produtores integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida?
18. A certificação é importante para os consumidores? Por quê?
19. Os consumidores procuram o Núcleo para conhecer o trabalho realizado, conhecer a Rede de Agroecologia Ecovida? Perguntam sobre a certificação participativa?
20. Os consumidores percebem a diferença entre o selo de conformidade orgânica certificado por auditoria e o da Rede de Agroecologia Ecovida?
21. Qual a importância do selo quando uma associação ou cooperativa da Rede de Agroecologia comercializa produtos de outras associações ou cooperativas também integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida?
22. Num dos cadernos da Rede de Agroecologia Ecovida menciona-se que o produto ecológico é aquele que vai além das normas técnicas de produção e processamento. O que é ir além? Qual o diferencial de um produto agroecológico?

ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM AGRICULTORES PARTICIPANTES DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA

NÚMERO DA ENTREVISTA:

LOCAL DA ENTREVISTA:

DATA: ___/___/___

NÚCLEO DA ECOVIDA AO QUAL PERTENCE:

ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA:

LOCALIDADE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

CONTATO:

DADOS GERAIS:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Qual a sua profissão? Desde quando esta é sua profissão? Por que você optou por ela?
5. Qual é o tamanho da propriedade (em ha)?
6. Como é realizado o transporte da produção até os espaços de comercialização?
7. Toda a sua produção é ecológica?
8. O que é produzido na sua unidade de produção? Qual o destino (venda/autoconsumo/venda e autoconsumo)?
9. Onde a sua produção é comercializada? Por que você optou por estes canais?

PRODUÇÃO ECOLÓGICA:

10. Na sua propriedade, sempre trabalharam com agroecologia?
Sim. Há quanto tempo? Por que optou pela agroecologia? Quem apresentou a agroecologia?
Não. Quando fez a conversão? Quem lhe apresentou a agroecologia? Porque optou por fazer a conversão? Como aconteceu o processo de transição? Que diferenças você nota no seu modo de vida depois de adotar a agroecologia?
11. Para você o que é agroecologia?
12. A agroecologia é mais do que uma forma de produzir alimentos de maneira ecológica?
13. Muitas pessoas consideram a agroecologia como um retorno ao passado. Qual a sua opinião sobre isso?
14. Quem é o agricultor “agroecológico”?
15. Quais são as diferenças entre ser um agricultor ecológico e não ecológico?
16. Você acredita que a agroecologia seja diferente de outros formatos de agricultura alternativa como a agricultura biodinâmica, a biológica ou a orgânica? Por quê?
17. Você pretende que a sua família permaneça trabalhando com agricultura ecológica? Por quê?
18. Na sua comunidade, você conversa com seus vizinhos sobre a agroecologia? Você divulga a proposta?

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA E CERTIFICAÇÃO:

19. Como você conheceu a Rede de Ecovida? Porque resolveu fazer parte dela? Como foi o seu processo de inserção na Rede Ecovida?
20. Toda a sua produção é certificada? Por que você optou por certificar a sua produção?
21. Por que você optou pela certificação oferecida pela Rede de Agroecologia Ecovida? Por que certificar de maneira participativa?
22. Há quanto tempo você é certificado pela Rede de Agroecologia Ecovida?
23. Você utiliza outros selos, além do selo da Rede Ecovida? Por quê? Você já certificou sua produção de outra forma? Pensa em mudar ou adquirir outra certificação?

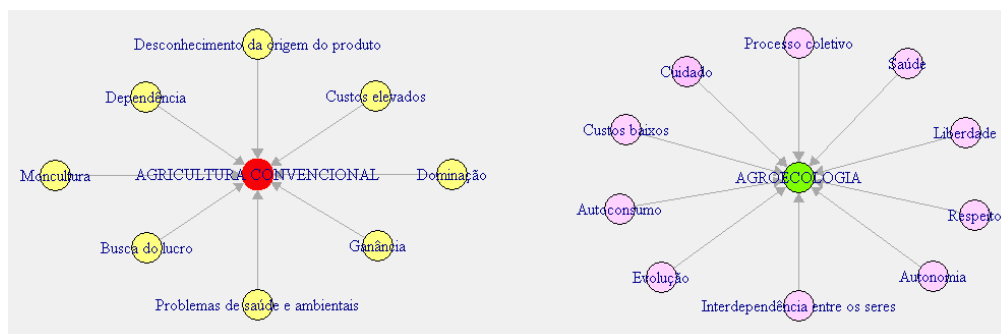
24. Sobre o processo de certificação participativa da Rede de Agroecologia Ecovida, como ele acontece? (solicitação, visitas, reuniões, relacionamento com outros agricultores/consumidores, pedido dos selos, rótulos).
25. O que é observado pela Rede de Agroecologia Ecovida para permitir o uso do seu selo/permitir a certificação pela Rede?
26. Como ocorre o monitoramento/acompanhamento da produção por parte da Rede de Agroecologia Ecovida?
27. Quando solicitar a certificação, o que ocorre no caso da produção não estar em conformidade com a agroecologia? Se uma fraude for detectada, o que acontece?
28. Qual a sua opinião sobre o formato participativo de certificação adotado pela Rede de Agroecologia Ecovida?
29. Qual a diferença entre a certificação participativa e os outros formatos de certificação?
30. Qual o maior benefício da certificação participativa? E o maior custo?
31. No caderno de certificação participativa emitido pela Rede de Agroecologia Ecovida, ela caracteriza a certificação participativa como um “processo rígido e específico”, você concorda?
32. Existe diferença entre um produto ecológico certificado e não certificado?
33. Você participa dos espaços da Rede de Agroecologia Ecovida, além daqueles que envolvem a certificação, como encontros, feiras em outras localidades, seminários, cursos? Qual a importância destes espaços?
34. Você pretende continuar participando da Rede de Agroecologia Ecovida? Você pretende continuar certificando sua produção pela Rede de Agroecologia Ecovida?
35. Qual a importância da Rede de Agroecologia Ecovida para você manter-se trabalhando com agroecologia?

FEIRAS E CONSUMIDORES:

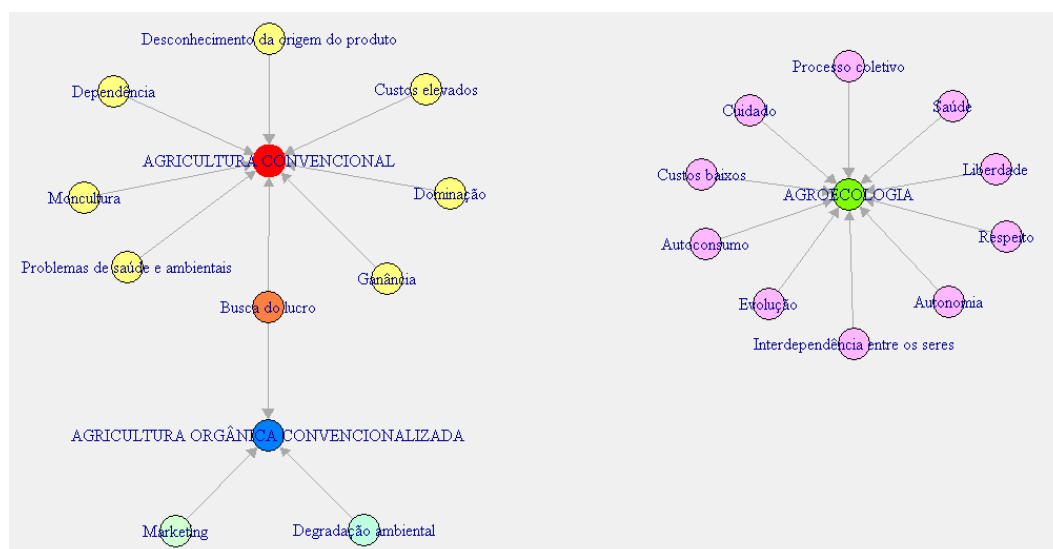
36. Como é a sua relação com os consumidores? Qual é o principal canal de comercialização onde estas relações são estabelecidas? Por quê?
37. Nas feiras, como é a sua relação com os outros produtores?
38. Os consumidores conhecem o processo de produção agroecológico? Tem interesse em conhecer sua propriedade?
39. Por que os consumidores procuram os seus produtos? Eles confiam que o produto oferecido é ecológico?
40. A certificação é importante para eles?
41. Os consumidores perguntam sobre a certificação participativa? Perguntam sobre o selo? Percebem a diferença entre o selo de conformidade orgânica certificado por auditoria e o da Rede de Agroecologia Ecovida?
42. Você comercializa produtos de outras associações/cooperativas integrantes da Rede de Agroecologia Ecovida? Outras associações/cooperativas comercializam seus produtos? Se sim, qual a importância do selo neste caso?
43. Num dos cadernos da Rede de Agroecologia Ecovida menciona-se que o produto ecológico é aquele que vai além das normas técnicas de produção e processamento. O que é ir além? Qual o diferencial de um produto agroecológico?

ANEXO C – CATEGORIZAÇÕES FEITAS ATRAVÉS DO RQDA

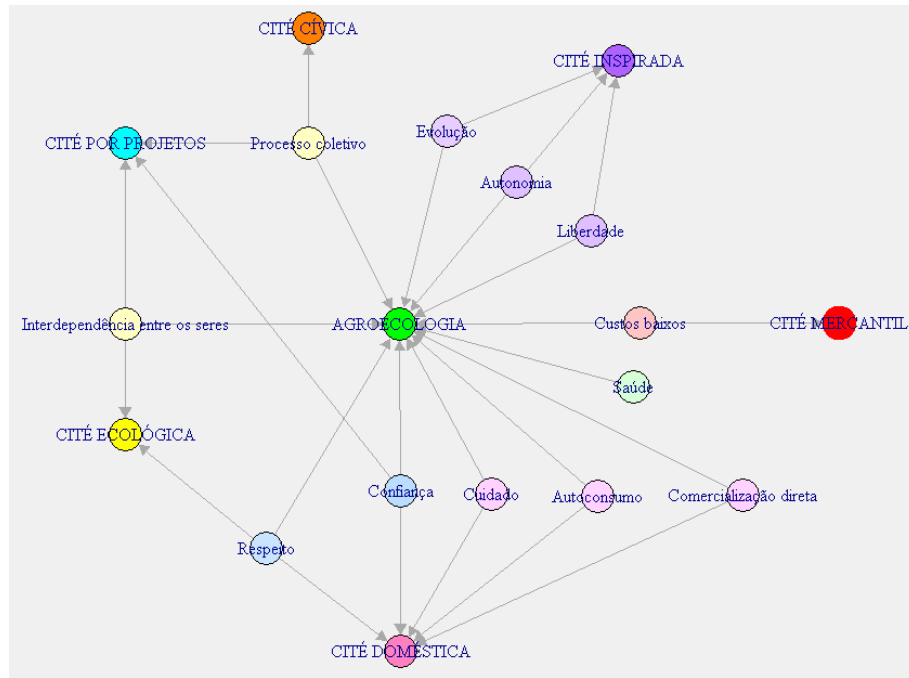
Dimensão da Crítica: Agricultura Convencional e Agroecologia



Dimensão da Crítica: Agricultura convencional, Agricultura orgânica convencionalizada e Agroecologia



Agroecologia: Compromissos entre diferentes mundos



ANEXO D – FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO



